



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**  
**CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**  
**CAMPUS MARCO ZERO DO EQUADOR**

## **1 - PRODUÇÃO DO RELATÓRIO**

**Macapá-AP**

**2021**

## **RELATÓRIO DO CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS/UNIFAP**

### **1.1. Apresentação**

O Estado do Amapá, pelo seu contexto biogeopolítico e de diversidade socioambiental, tem a oportunidade de planejar o seu desenvolvimento rumo à sustentabilidade. Entretanto, esta oportunidade precisa ser construída respeitando-se o conhecimento local e, ao mesmo passo, conectada com o conhecimento científico e saberes globais. A decisão de criar um Curso de Graduação em Ciências Ambientais na Universidade Federal do Amapá é mais uma contribuição em direção a essa construção coletiva.

Um dos pilares conceituais das Ciências Ambientais envolve crítica à excessiva especialização disciplinar e à consequente fragmentação do conhecimento. Embora esta crítica receba apoio de algumas das mais respeitáveis correntes filosóficas do pensamento contemporâneo, é impossível negar que uma nova forma de fazer ciência está longe de se materializar em resultados efetivos do ponto de vista da sustentabilidade socioambiental. Ambientalistas, economistas, geólogos, biólogos, geógrafos, engenheiros, cientistas sociais, dentre outros, devem enfrentar e desafiar os problemas e as crises ambientais com abertura de espírito, com curiosidade universalista, contudo, forçosamente – até aqui, ao menos – no âmbito de suas disciplinas.

No entanto, isto não ocorrerá apenas por qualquer tipo de exercício autorreflexivo de cada uma das ciências e, sim, como resultado de sua junção às questões regionais, como a conservação da diversidade biológica e a exploração sustentável de recursos naturais, associada aos grandes objetivos de programas científicos. Exemplos são estudos difusos sobre as mudanças do clima e sua relação com as ameaças à biodiversidade, geração de riqueza e redução das desigualdades sociais.

O Curso de Graduação em Ciências Ambientais oportuniza a formação interdisciplinar de um profissional em busca de novos paradigmas, sem desconsiderar os paradigmas dominantes, capazes de estruturar conhecimentos a partir de experiências conectadas, e não somente de derivação ocidental primeiro-mundista.

O Curso de Graduação em Ciências Ambientais encontra amparo legal no artigo 43 da LDB e Parecer CNE/CES 67/2003. A flexibilização dos atos normativos do Ministério da Educação para a criação de cursos superiores motivou as instituições superiores a construírem propostas curriculares que atendam as novas e atuais demandas socioambientais em consonância com os avanços científicos e tecnológicos, externados em parecer do egrégio Conselho Nacional de Educação:

...era mesmo necessária uma espécie de “desregulamentação”, de flexibilização e de uma contextualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, para que as instituições de ensino superior atendessem, mais rapidamente, e sem as amarras anteriores, à sua dimensão política, isto é, pudesse essas instituições assumir a responsabilidade de se constituírem respostas às efetivas necessidades sociais – demanda social ou necessidade social -, expressões estas que soam com a mesma significação da sua correspondente “exigência do meio” contida no art. 53, inciso IV, da atual LDB 9.394/96 (Parecer CNE/CES 67/2003, p.7).

As novas “exigências acadêmicas”, neste caso, correspondem a uma crescente demanda por profissionais aptos que respondam aos cenários interpostos para a região amazônica, cujo centro de debate é o dilema do desenvolvimento sustentável – que busca o desenvolvimento moderno ao mesmo passo que se alia à eficiência econômica com equidade social e respeito aos recursos naturais.

Conforme o seu PPC, o Curso de Ciências Ambientais da UNIFAP é estruturado segundo regime semestral, com um currículo pleno compreendendo uma carga horária de 3.000 horas, distribuídas em Disciplinas obrigatórias e optativas (2.190 horas), incluindo o Trabalho de Conclusão de Curso (180 horas), Estágio Supervisionado (420 horas) e Atividades Complementares (210 horas).

O Curso de Graduação em Ciências Ambientais da UNIFAP tem como objetivos:

- Fortalecer a capacidade local para a construção de políticas ambientais, enfocando a educação, a pesquisa e a cooperação técnica como processos coletivos e integrados direcionados para a geração de benefícios econômicos e melhoria da qualidade de vida;
- Formar profissionais com qualificação para a gestão tecnológica e socioeconômica do uso sustentável dos recursos naturais, atuando como protagonistas de políticas, planos, programas e projetos que levem em conta o fortalecimento das instituições e a construção de uma sociedade protagonista do desenvolvimento.
- Formar profissionais para o mercado de trabalho que requisita cada vez mais agentes com sólidos conhecimentos sobre meio ambiente e desenvolvimento.

## **1.2. Ações de estímulos, apoio e promoção no atendimento ao corpo discente**

O curso de Ciências Ambientais/UNIFAP desenvolve ações/projetos/atividades de acolhimento e permanência do aluno no seu âmbito, tais como: monitoria, bolsas de estudo, estágios não-obrigatórios remunerados, divulgação de trabalhos e produções dos alunos, apoio psicopedagógico, dentre outros.

Além disso, o apoio ao discente é caracterizado, ainda, pelo atendimento dos alunos que estão apresentando dificuldades circunstanciais no processo de aprendizagem. Esse serviço é feito pelos professores que realizam o atendimento em horário extraclasse, podendo ser presencial ou ambiente virtual, assim como nas orientações de TCC, Estágio Supervisionado e Atividades Complementares. A Secretaria do Curso de Ciências Ambientais funciona em dois turnos para o melhor atendimento ao discente.

Neste sentido e segundo o PDI da UNIFAP, a assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante se desenvolva perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula.

A Universidade Federal do Amapá desenvolve o programa de assistência estudantil, Pró-estudante UNIFAP, que assiste os discentes de graduação dentro da

instituição com os auxílios estudantis oriundos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o que inclui os discentes do Curso de Ciências Ambientais.

Sistematizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC), o programa da assistência estudantil atende a acadêmicos regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, prioritariamente discentes em vulnerabilidade socioeconômica. A PROEAC possui equipe qualificada composta de psicólogos, assistentes sociais e pedagogos para atendimento ao discente.

As ações de assistência do Pró-estudante UNIFAP são desenvolvidas por meio das seguintes bolsas e auxílios:

- (1) Bolsa Permanência: apoio financeiro mensal a estudantes classificados como em alto nível de vulnerabilidade socioeconômico;
- (2) Auxílio Moradia: assistência estudantil destinada a estudantes oriundos de outros estados e/ou municípios. Consiste em um apoio financeiro mensal para atender no auxílio das despesas com aluguel;
- (3) Auxílio Alimentação: proporciona ao estudante três refeições diárias no Restaurante Universitário (RU) a cada dia letivo, segundo o calendário acadêmico da Instituição, excluindo-se os sábados;
- (4) Auxílio Transporte: proporciona ao estudante um auxílio financeiro para a viabilização do transporte necessário para sua frequência às aulas de graduação;
- (5) Auxílio Fotocópia: crédito ao estudante de 1.300 fotocópias para uso acadêmico por ano letivo;

Além do Pró-estudante, a UNIFAP possui também o Programa Bolsa Trabalho Universitária, que visa proporcionar aos acadêmicos hipossuficientes economicamente a oportunidade de aprendizagem em diversos tipos de atividades nas unidades administrativas e acadêmicas da Instituição, durante 20 (vinte) horas semanais, mediante auxílio financeiro. Os candidatos selecionados para o programa devem atender aos seguintes critérios: estar matriculado e cursando regularmente um dos cursos de graduação da Universidade; encontrar-se comprovadamente em situação de hipossuficiência econômica; ter disponibilidade de 20 (vinte) horas semanais para exercício de atividades de apoio aos setores da IFES; não possuir vínculo empregatício; e não receber nenhuma outra bolsa concedida pela IES ou outro órgão de fomento.

A UNIFAP dispõe, ainda, de um núcleo de atendimento aos acadêmicos que necessitam de algum tipo de atendimento especial, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI).

O NAI existe desde 2008 e atende alunos com algum tipo de limitação motora, visual e auditiva ou com distúrbios psicológicos. O NAI está equipado com impressoras em Braille, acervo técnico e romance também em Braille, intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e computadores com programas específicos para pessoas com deficiência visual.

A monitoria, também, faz parte do atendimento ao discente e é uma atividade prevista por resolução, em que o acadêmico, por meio de seleção, exerce auxílio aos professores no desempenho de atividades de ensino, pesquisa e extensão, seguindo rigorosamente a orientação destes. Ela é entendida como instrumento para a melhoria do ensino, através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que visem fortalecer a articulação entre teoria e prática. Nos últimos anos são ofertadas 4 bolsas monitoria para alunos do Curso de Ciências Ambientais

A iniciação científica na UNIFAP, por meio das modalidades Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para a Graduação (PIBIC/CNPq) e Ensino Médio (PIBIC-EM/CNPq), Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC/UNIFAP) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPq -UNIFAP), além do Programa Voluntário de Iniciação Científica (PROVIC-UNIFAP) visa despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação e do ensino médio, mediante participação em projetos de pesquisa desenvolvidos na Instituição, possibilitando ao iniciante a aprendizagem de técnicas e métodos e o desenvolvimento do pensar e do criar cientificamente. Atualmente, o curso de Ciências Ambientais possui 6 discentes contemplados com bolsas nas modalidades PIBIC e PROBIC.

O Estágio Supervisionado, no âmbito da formação de bacharéis em Ciências Ambientais, é uma atividade obrigatória para a integralização do curso, voltado para o exercício da atividade de estágio em instituições privadas, organizações não-governamentais ou órgãos da administração pública direta, autárquica e funcional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; bem como em escritórios de profissionais liberais, portadores de diploma de nível superior, e que estejam registrados em seus respectivos Conselhos.

De acordo com a resolução N. 02/2010 – CONSU/UNIFAP, Capítulo I, Art. 1º, o estágio é um modo especial de capacitação em serviço, caracterizado por conjunto de atividades de prática pré-profissional, exercidas pelo acadêmico em ambiente real de trabalho, sob supervisão, e que possibilita a apreensão de informações sobre o mercado de trabalho, desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicas à formação profissional, e ainda, aperfeiçoamento cultural e de relacionamento humano. Ressalta-se que a realização do Estágio Supervisionado é considerada de caráter obrigatório e "em hipótese alguma cria vínculo empregatício" com a instituição conveniada (RESOLUÇÃO Nº 02/2010 - CONSU/UNIFAP, art. 3, parágrafo único).

As atividades de monitoria, iniciação científica e outras atividades supervisionadas por docentes do curso poderão ser equiparadas ao estágio supervisionado, desde que estejam relacionadas à área ambiental, ficando a critério da comissão de estágio do curso aprovar a equiparação das atividades. Ressalta-se que só deverão ser consideradas atividades de monitoria e de iniciação científica realizadas a partir do ingresso do aluno no curso de Ciências Ambientais da UNIFAP

Conforme a estrutura curricular proposta, o estágio supervisionado será ofertado no sistema de disciplinas, constituindo-se de um total de 420 horas de carga horária (Estágio Supervisionado I, II, III e IV). Eles deverão ser desenvolvidos em estreita observância à filosofia, área de abrangência e objetivos do Curso de Bacharelado em Ciências Ambientais, obedecendo as diretrizes da Resolução Nº 02/2010 - CONSU/UNIFAP.

### **1.3. Infraestrutura do Curso de Ciências Ambientais**

O Curso de Bacharelado em Ciências Ambientais possui prédio próprio, nomeadamente Bloco de Ciências Ambientais, onde estão alocadas salas de aula, sala de coordenação e secretaria do curso, laboratórios de ensino e pesquisa, hall social e banheiros.

Os professores do curso possuem sala comum própria, com acesso à internet cabeada e *wi-fi*, notebooks disponibilizados pela universidade, móveis e armários que possibilitam conforto e privacidade para atendimento aos alunos. Além de dar suporte às tarefas de ensino, pesquisa e extensão, melhorando a atuação do professor.

O Curso Ciências Ambientais, possui uma sala com divisórias para acomodar a coordenação e a secretaria do curso; que funciona no bloco de Ciências Ambientais, dispondo de linha telefônica, internet cabeada e *wi-fi*, além de equipamentos como: computadores, impressora, armários, arquivos, mesas e outros. Funciona nos três turnos, das 08h00 às 20h00. A coordenação dispõe de três técnicos administrativo (assistente em administração) e um bolsista que são essenciais para o desenvolvimento dos serviços acadêmicos e administrativos vinculados a coordenação de curso.

O curso dispõe de Hall social, um espaço equipado com mesas, cadeiras, rede de internet cabeada e *wi-fi* para atender aos discentes, docentes e técnicos no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.

O Bloco de Ciências Ambientais possui 3 (três) salas de aulas, cada uma com 50 cadeiras de braço, projetor multimídia e caixa de som embutidas fixadas no teto da sala com controle remoto, duas centrais de ar com controle remoto, quadro branco e tela de projeção, oferecendo maior conforto para as atividades docentes e discentes. Cada professor tem um cabo HDMI fornecido pela universidade para conectar seu notebook aos projetores das salas.

O curso de Ciências Ambientais disponibiliza para os acadêmicos cinco laboratórios:

(1) Laboratório de Geoprocessamento: Tem por objetivo promover o conhecimento e aprofundamento do aprendizado pertinente à geoprocessamento e áreas afins, desenvolver projetos de pesquisa e extensão individuais ou coletivos, além de permitir o desenvolvimento de atividades de iniciação científica e pós-graduação por discentes da UNIFAP em consonância com as linhas de pesquisa do laboratório. O laboratório possui 30 computadores, um projetor multimídia, uma tela de projeção, um quadro branco, duas centrais de ar, pontos de acesso a internet cabeada e *wi-fi*;

(2) Laboratório de Química Ambiental: Tem por objetivo promover o conhecimento e aprofundamento do aprendizado pertinente à química ambiental e áreas afins, desenvolver projetos de pesquisa e extensão individuais ou coletivos, além de permitir o desenvolvimento de atividades de iniciação científica e pós-graduação por discentes da UNIFAP em consonância com as linhas de pesquisa do laboratório. O laboratório possui computadores, mesas, armários, arquivos, além de uma bancada para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e ensino vinculados a química ambiental e áreas correlatas. O



laboratório possui materiais de consumo e permanentes que são essenciais para o desenvolvimento de diversas atividades de ensino e pesquisa. Além disso, o laboratório possui, internamente, divisórios que separam as áreas de bancadas para experimentos e a sala para análises por meio de absorção atômica e equipamentos de biossegurança (extintores, chuveiro, exaustor);

(3) Laboratório de Modelagem e Simulação Ambiental: Tem por objetivo promover o conhecimento e aprofundamento do aprendizado pertinente à modelagem ambiental e áreas afins, desenvolver projetos de pesquisa e extensão individuais ou coletivos, além de permitir o desenvolvimento de atividades de iniciação científica e pós-graduação por discentes da UNIFAP em consonância com as linhas de pesquisa do laboratório. O laboratório está situado no mesmo espaço alocado para o laboratório de Química Ambiental. Ele possui computadores, mesas, armários, arquivos, além de uma bancada para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e ensino vinculados a química ambiental e áreas correlatas. Além disso, o laboratório possui, internamente, divisórias que separam as áreas de bancadas para experimentos e os equipamentos de biossegurança (extintores, chuveiro, exaustor).

(4) Laboratório de Saneamento Ambiental: Tem por objetivo promover o conhecimento e aprofundamento do aprendizado pertinente ao saneamento ambiental e áreas afins, desenvolver projetos de pesquisa e extensão individuais ou coletivos, além de permitir o desenvolvimento de atividades de iniciação científica e pós-graduação por discentes da UNIFAP em consonância com as linhas de pesquisa do laboratório. O laboratório possui computadores, mesas, armários, arquivos, além de duas bancadas para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e ensino vinculados ao saneamento ambiental e áreas correlatas. Além disso, o laboratório possui materiais de consumo e permanentes que são essenciais para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa.

(5) Laboratório de Ecologia: Tem por objetivo promover o conhecimento e aprofundamento do aprendizado pertinente à ecologia e áreas afins, desenvolver projetos de pesquisa e extensão individuais ou coletivos, além de permitir o desenvolvimento de atividades de iniciação científica e pós-graduação por discentes da UNIFAP em consonância com as linhas de pesquisa do laboratório. O laboratório possui dois computadores, 4 mesas para trabalho, um desumidificador, 1 geladeira, 1 estufa de vegetação, 1 lupa, 1 pia com uma pequena bancada. Além disso, o laboratório possui

materiais de consumo e permanentes que são essenciais para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa.

Cada laboratório possui um regimento que descreve o seu funcionamento e os meios necessários para solicitar a sua utilização.

Em resumo, o Bloco do Curso de Ciências Ambientais é constituído por:

- (1) Três (3) salas de aula, equipadas com quadro branco, projetor multimídia com som acoplado e tela de projeção. Destaca-se a necessidade da construção de mais uma sala de aula, para atender satisfatoriamente os discentes do curso.
- (2) Uma (1) sala para Coordenação e Secretaria do curso;
- (3) Uma (1) sala dos professores com acesso à internet cabeada, wi-fi e notebooks disponibilizados pela universidade;
- (4) Um (1) laboratório de Geoprocessamento;
- (5) Um (1) laboratório de Química Ambiental
- (6) Um (1) laboratório de Modelagem e Simulação Ambiental;
- (7) Um (1) laboratório de Saneamento Ambiental;
- (8) Um (1) laboratório de Ecologia;
- (9) Hall social, com mesas, cadeiras e acesso à internet;
- (10) Dois (2) banheiros (Masculino e Feminino);
- (11) Dependências acadêmicas de uso comum da UNIFAP: Biblioteca Central do Campus Marco Zero; Restaurante Universitário; Complexo Poliesportivo, entre outros

## **2 – DOCUMENTOS DO CURSO**

## 2.1. Número de vagas ofertados atualmente

O curso de Ciências Ambientais da UNIFAP oferta, anualmente, 50 vagas, conforme seu PPC vigente.

## 2.2. Número de alunos matriculados por turma

Abaixo segue o Quadro 1 com dados referentes ao número de alunos com matrícula ativa no curso de Ciências Ambientais por turma

Quadro 1: Número de matrículas ativas por turma

<b>Ordem</b>	<b>Turma</b>	<b>Nº de alunos com matrícula ativa</b>
1	2009	3
2	2010	2
3	2011	3
4	2012	9
5	2013	15
6	2014	13
7	2015	21
8	2016	22
10	2017	24
11	2018	39
12	2019	35
13	2020	30
14	2021	34
Total		250

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) / DERCA - Departamento de Registro e Controle Acadêmico

### 2.3. Estrutura curricular atual com ementas e bibliografia das disciplinas por semestre

Abaixo segue o Quadro 2 com o ementário do Curso de Bacharelada em Ciências Ambientais da UNIFAP.

Quadro 2: Ementário do Curso de Bacharelado em Ciências Ambientais

1º SEMESTRE
<b>DISCIPLINA:</b> Fundamentos em Ciências Ambientais
<b>EMENTA:</b> A disciplina aborda fundamentos em geociências, clima, biologia, economia e sociologia.
<b>BIBLIOGRAFIA:</b> <b>Bibliografia básica:</b> LEINZ, Viktor; AMARAL, Sérgio. Geologia Geral. São Paulo: Ed. Nacional, 2001. GUERRA, Antonio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. Geomorfologia Ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. GUERRA, Antonio José Teixeira; SILVA, Antonio Soares da; BOTELHO, Rosangela (orgs.) Erosão e Conservação dos Solos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. <b>Bibliografia complementar:</b> MILLER, G. Tyler. Ciência Ambiental. Tradução All Tasks. 11a ed. Norte americana. São Paulo: Cengage Learning, 2008 POPP, José Henrique. Geologia Geral. São Paulo: Ltc Editora, 1994.
<b>DISCIPLINA:</b> Práticas Integradas em Ciências Ambientais
<b>EMENTA:</b> Planejamento de atividades de campo, definição de roteiros e levantamentos de aspectos socioambientais, elaboração de relatórios de campo.
<b>BIBLIOGRAFIA:</b> <b>Bibliografia básica:</b>

PHILIPPI JR. et. al. Curso de Gestão Ambiental. Coleção Ambiental. USP. 2004.

**Bibliografia complementar:**

Acesso ao Portal de Periódicos Capes: Artigos Científicos

**DISCIPLINA:** Teoria do Desenvolvimento

**EMENTA:** A disciplina compreende estudos sobre as teorias econômicas liberais. O pensamento marxista. Teoria neoclássica. O crack de 1929 e a revolução keynesiana. O período neoliberal. Teoria de Desenvolvimento Sustentável.

**BIBLIOGRAFIA:**

**Bibliografia básica:**

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro, o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Contraponto. Rio de Janeiro, 1995

\_\_\_\_\_. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Record. Rio de Janeiro, 1998.

BONELLI, R. & GONÇALVES, R. R. Ensaios sobre Política Econômica e Industrialização no Brasil. Rio de Janeiro, CNI / SENAI, 1998.

**Bibliografia complementar:**

KALECKI, M. Crescimento e ciclos das economias desenvolvidas. São Paulo: Hucitec, 1977.

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

**DISCIPLINA:** Fundamentos de Cartografia

**EMENTA:** A disciplina aborda conceitos relativos à cartografia, uso de mapas e cartas, escalas, sistemas de coordenadas, projeções cartográficas e uso de sistemas de posicionamento.

**BIBLIOGRAFIA:**

**Bibliografia básica:**

Fitz, P.R. Cartografia Básica. 3ª Ed. Oficina de textos. 2008. 143p. ISBN-13: 9788586238765.

Menezes, P.M.L.; Fernandes, M.C. Roteiro de cartografia. Oficina de textos. 2013. 288p. ISBN-13: 9788579750847.

Martinelli, Marcello. Mapas, gráficos e redes: elabore você mesmo / Marcello Martinelli. - São Paulo: Oficina de Textos, 2014. 120p. ISBN: 9788579751325

**Bibliografia Complementar:**

Joly, Fernand. A cartografia / Fernand Joly ; tradução Tânia Pellegrini. - 15. ed. - Campinas: Papyrus, 2013. 112 p. ISBN: 9788530801151

Zuquette, Lázaro V. Cartografia geotécnica / Lázaro V. Zuquette, Nilson Gandolfi. - São Paulo: Oficina de Textos, 2004. 190 p. ISBN: 8586238384

Duarte, Paulo Araújo. Fundamentos de cartografia / Paulo Araújo Duarte. - Florianópolis: UFSC, 1994. 148 p.

Martinelli, Marcello. Cartografia temática: caderno de mapas / Marcello Martinelli. - São Paulo: Edusp, 2003. 160 p. (Acadêmica; v. 47) ISBN: 8531407338

Gaspar, Joaquim Alves. Cartas e projecções cartográficas / Joaquim Alves Gaspar. - 3. ed. - Lisboa: Lidel, 2005. 331 p ISBN: 9789727573714  
Fitz, P.R. Cartografia Básica. 3ª Ed. Oficina de textos. 2008. 143p. ISBN: 8586238767. ISBN-13: 9788586238765.

Menezes, P.M.L.; Fernandes, M.C. Roteiro de cartografia. Oficina de textos. 2013. 288p. ISBN: 8579750849. ISBN-13: 9788579750847.

Fonseca, F.P.; Oliva, J. Cartografia. Ed. Melhoramentos. 2013. 176p. ISBN: 8506071615. ISBN-13: 9788506071618.

**DISCIPLINA:** Métodos Quantitativos I

**EMENTA:** Estudo das funções, limites, cálculo diferencial (derivadas) e integrais simples. Aplicações: máximos, mínimos de funções, cálculos de área. Estudo da função Gaussiana. Bases de conceitos estatísticos e distribuições. Histogramas, parâmetros de medidas de tendência central (média, mediana e moda), medidas de dispersão (variância e desvio padrão, intervalo de confiança). Regressão lineares simples. Aplicações na elaboração de gráficos e análises inferenciais na área ambiental com uso de ferramentas computacionais e softwares estatísticos

**BIBLIOGRAFIA:**

**Bibliografia básica:**

BERTHOUEX, Paul Mac; BROWN, Linfield C. **Statistics for Environmental Engineers**. 2<sup>a</sup> ed. Boca Raton London New York Washington, D.c: Lewis Publishers, 2002.

MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. **Estatística básica**. São Paulo: Saraiva, 2006.

TRIOLA, Mario F. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística Fácio/ Antônio Arnot Crespo**. 17. ed. São Paulo, Editora Saraiva 2002.

**Bibliografia complementar:**

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão Socioambiental: Estratégia na nova era de sustentabilidade**. Rio de Janeiro - Rj: Elsevier, 2008. 13-14 p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Dinise Tolfo. **Método de Pesquisa**. Porto Alegre, Rs: Ufrgs, 2009.

SHAEFER, S. J.; THEODORE, L. **Probability and Statistics Applications for Environmental Science**. New York: CRC Press, 2007.

SHAW, P. J. A. **Multivariate Statistics for the Environmental Sciences**. England: John Willey & Sons, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade e FONSECA, Jairo S.da. **Curso de estatística**. São Paulo: Atlas, 1996

REEVE, R. **Introduction to Environmental Analysis**. England: John Wiley & Sons, 2002.

**2º SEMESTRE****DISCIPLINA:** Fundamentos de Ecologia**EMENTA:** Abordar os fundamentos básicos da Ecologia e propor a compreensão das interações entre os fatores bióticos e abióticos nos ecossistemas tropicais para o entendimento das relações entre o meio físico, biológico e sócio-econômico.**BIBLIOGRAFIA:****Bibliografia básica:**



BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HARPER, J.L. Ecologia: De Individuos a Ecossistemas. Porto Alegre: Artmed. 2007, 752 p.

RICKLEFS R. E. Economia da Natureza. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 5ªEd., 2006, 748p.

ODUM, E.P. Ecologia. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1983. 434p

**Bibliografia complementar:**

PIRES-O'BRIEN, M.J.; O'BRIEN, C.M. Ecologia e Modelamento de Florestas Tropicais. Belem: FCAP. Serviço de Documentação e Informação, 1995. 400p.

REBOUÇAS, Aldo da C.; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia. Águas Doces no Brasil: Capital Ecológico, Uso e Conservação. Escrituras Editora, 2006, 3a Ed., Revisada e Ampliada, 748p.

ROCHA, C.F.D.; BERGALLO, H.G.; SLUYS, M.V.; ALVES, M.A.S. Biologia da Conservação: Essências. São Carlos: Rima, 2006. 582 p.

LAGO, A.; PADUA, J.A. O que e ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Coleção primeiros passos). 116p.

**DISCIPLINA:** Métodos Quantitativos II

**EMENTA:** Análise de funções, derivadas e integrais simples, duplas e triplas. Aplicações. Delineamento Experimental. Randomização. Estudo das distribuições de funções probabilísticas. Inferências estatísticas. ANOVA, tstudent, Kolmogov-Smirnov, Kruskal-Wallis. Análise Fatorial de experimentos. Análise de regressão múltipla. Aplicações em análises inferenciais e tomada de decisão na área ambiental com uso de ferramentas computacionais e softwares estatísticos.

**BIBLIOGRAFIA:**

**Bibliografia básica:**

ANDRADE, D.F.; OGLIARI, P.J. 2010. Estatística para as ciências agrárias e biológicas com noções de experimentação. Editora UFSC, Florianópolis.

BANZATO, D.A.; KRONKA, S.N. 1989. Experimentação Agrícola. Funep, Jaboticabal.

BARBIN, D. 2003. Planejamento e Análise Estatística de Experimentos Agronômicos. MIDAS, Arapongas.

BUSSAD, W. O. & MORETTIN, P. A. Estatística Básica. 5a ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CALLEGARI-JAQUES, S. M. Bioestatística: Princípios e Aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DEVORE, J. L. 2011. Probabilidade e estatística: para engenharia e ciências. Cengage Learning, São Paulo.

DONAIRE, D. & MARTINS, G. A. Princípios de Estatística. 4a ed. São Paulo: Atlas, 1990.

**Bibliografia complementar:**

GOMES, F. P. 1973. Curso de Estatística experimental. Nobel, São Paulo.

MAGALHÃES, M.N. & LIMA, A.C.P. Noções de Probabilidade e Estatística. 6ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

MAGNUSSON, W.E. & MOURÃO, G.M. Estatística sem matemática : a ligação entre as questões e as análises. Londrina: Planta, 2005.

MONTGOMERY, D. C; RUNGER, G. C. 2012. Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenheiros. LTC, Rio de Janeiro.

MONTGOMERY, D.C. 2005. Design and Analysis of Experiments. John Wiley & Sons, New York.

PAGANO, M. & GAUVREAU, K. Princípios de Bioestatística. 2ª. Edição. São Paulo: Thompson, 2004.

VIEIRA, S. Estatística experimental. São Paulo: Atlas, 1999.

VIEIRA, S. Introdução à Bioestatística. Rio de Janeiro: Campus, 1991

**DISCIPLINA:** Sensoriamento Remoto

**EMENTA:** Interação da radiação eletromagnética com os materiais da superfície terrestre (vegetação, solo, rocha, água e infraestrutura urbana). Interpretação visual e

processamento digital de imagens de diferentes sensores, comportamento espectral de alvos.

## **BIBLIOGRAFIA:**

### **Bibliografia básica:**

JENSEN, J.R. Sensoriamento Remoto do Ambiente: Uma Perspectiva em Recursos Terrestres. Tradução da 2ª edição por EPIPHANIO J.C. et al., São José dos Campos-SP: Parêntese Editora, 2009.

NOVO, E.M.L.M. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações. Louisville, Ky. Edgard Blücher, 3ª Edição - 2008.

MOREIRA, M.A. Fundamentos de Sensoriamento Remoto e metodologias de aplicação, 3.ed. Viçosa-MG: Editora da Universidade Federal de Viçosa, 2007.

### **Bibliografia Complementar:**

CROSTA, A.P. Processamento Digital de Imagens de Sensoriamento Remoto. ed. rev. – Campinas-SP: IG/UNICAMP, 1992.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. Imagens de Satélite para Estudos Ambientais. São Paulo: Oficina de Textos, 2002. Cap. 4 Interpretação Imagens 41-54p

GARCIA, G. J.; MARCHETTI. D.A.B. Princípios de Fotogrametria e Fotointerpretação. Ed. Nobel. São Paulo, 1986. Cap.4 e Cap. 8 IBGE. Manual Técnico de Uso da Terra. 2ª Edição. 2006. Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/usodaterra/manual\\_usodateerra.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/usodaterra/manual_usodateerra.shtm)>.

IBGE. Introdução ao processamento digital de imagens. Rio de Janeiro : IBGE, 1999. Disponível em:  
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/ManuaisdeGeociencias/Introducao%20ao%20Processamento%20Digital%20de%20Imagens.pdf>>

MENESES, P.R.; NETTO, M.J.S. Sensoriamento remoto. Reflectância dos alvos naturais. Brasília: UnB; Planaltina: Embrapa Cerrados, 2001. 262p.

**DISCIPLINA:** Desenvolvimento Regional

**EMENTA:** A disciplina aborda políticas de desenvolvimento regional levadas a efeito mundialmente. A questão regional brasileira. O Nordeste como símbolo dos problemas

regionais. Celso Furtado e a criação da SUDENE. O período militar. A crise econômica e a retração da política de desenvolvimento regional. A PNDR.

## **BIBLIOGRAFIA:**

### **Bibliografia básica:**

CANO, Wilson. Desconcentração Produtiva Regional no Brasil. 1970-2005. São Paulo, Unesp. 2008

FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural. 3ª edição revista pelo autor. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2000

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Trad. Luiz Alberto Monjardim. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

### **Bibliografia complementar:**

BECKER, Dinizar e WITTMANN, Milton. Desenvolvimento Regional. Abordagens interdisciplinares. Edunisc. Santa Cruz do Sul. 2003.

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 2007

\_\_\_\_\_. Os desafios da nova geração. Texto apresentado na III Conferência Internacional da Rede Celso Furtado, realizada no Rio de Janeiro, de 4 a 6 de maio de 2004.

**DISCIPLINA:** Fundamentos do Trabalho Científico

**EMENTA:** Conhecimento e ciência, trabalho científico; pesquisa bibliográfica; fases do projeto de pesquisa; métodos e técnicas de pesquisa; estruturação do relatório de pesquisa; normalização para a redação final do trabalho científico.

## **BIBLIOGRAFIA:**

### **Bibliografia básica:**

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATIAS, Antonio e ALEXANDRE Sylvio. Monografia do projeto à execução. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica. 6ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

PARRA FILHO, Domingos e SANTOS, João Almeida. Metodologia Científica. 3a. ed. São Paulo: Futura, 1998.

RUIZ, João A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do Trabalho Científico. 23a. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

### **Bibliografia complementar:**

Acesso a Periódicos Capes: Artigos Científicos

SILVA, Ana Lúcia Rodrigues da. Monografia Fácil Ferramentas e Exercício. São Paulo: DVS Editora, 2004.

TEIXEIRA, Elizabeth. As Três Metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Ed. Vozes. 5ª. Ed. 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. 6a. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social Métodos e Técnicas. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

## **3º SEMESTRE**

**DISCIPLINA:** Geoprocessamento

**EMENTA:** Tipos de dados espaciais, Sistemas de informações geográficas, modelagem de dados geográficos, banco de dados geográficos, ferramentas de análises espaciais.

### **BIBLIOGRAFIA:**

#### **Bibliografia Básica:**

DA SILVA, Jorge Xavier; ZAIDAN, Ricardo Tavares. Geoprocessamento & análise ambiental. 2ª Edição, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2004.

FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação / Paulo Roberto Fitz. - São

Paulo: Oficina de Textos, 2008.

Florenzano, Teresa Gallotti. Iniciação em sensoriamento remoto / Teresa Gallotti Florenzano. - 3.ed. - São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

### **Bibliografia Complementar**

CHRISTOFOLETI, Antonio. Modelagem de Sistemas Ambientais. Edgard Blucher, São Paulo, 1999.

PEDRINI, Hélio; Schwatz, Wilian Robson. Análise de Imagens Digitais: Princípios, algoritmos e aplicações. Thomson Learning. São Paulo, 2008.

PASSOS, Messias Modesto dos. Amazônia: teledeteção e colonização. São Paulo. UNESP, 1998.

PEREIRA, M., FERNANDES, A. Detecção de queimadas com uso de radiômetro AVHRR. Aplicações ambientais brasileiras dos satélites NOAA e Tiros-N/Coordenador Nelson Jesus Ferreira. – São Paulo: Oficina de Texto, 2004.

LIMA, Mario Ivan Cardoso de. Projeto RADAM: Uma Saga Amazônica, editora Paka-Tatu, Belém, 2008

KAMPEU, M. Característica gerais dos satélites NOAA: Histórico, instrumentos e comunicação e dados. Aplicações ambientais brasileiras do satélite NOAA e Tiros-N/Coordenador Nelson Jesus Ferreira. – São Paulo: Oficina de Texto, 2004.

**DISCIPLINA:** Política Ambiental

**EMENTA:** National Environment Policy Act (NEPA/EUA), Política Nacional de Meio Ambiente, Políticas Setoriais de Meio Ambiente (Floresta, Mineração, Recursos Hídricos, Unidades de Conservação, Educação Ambiental, Resíduos Sólidos, etc.)

### **BIBLIOGRAFIA:**

#### **Bibliografia básica:**

ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. In: O Desafio da Sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil. Gilney Viana, Marina Silva, Nilo Diniz (orgs). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

BERNARDO, Maristela. Políticas Públicas e Sociedade Civil. In: A Dificil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Marcel Bursztyn (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BRASIL. Lei 6.938/81. Institui a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

LITTLE, Paul (org.). Políticas Ambientais no Brasil. São Paulo: Petrópolis, Brasília, DF: IIEB, 2003

**Bibliografia complementar:**

BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos. 2a ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHAGAS, Marco Antonio. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Texto elaborado para a disciplina Política Ambiental, do curso de Ciências Ambientais/UNIFAP, 2010.

CHAGAS, Marco Antonio. Política e Gestão Ambiental. Texto elaborado para a disciplina Política Ambiental, do curso de Ciências Ambientais/UNIFAP, 2010.

CHAGAS, Marco Antonio. A Trajetória Ambiental do Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo-1972 a Joanesburgo-2002. Texto elaborado para a disciplina Política Ambiental, do curso de Ciências Ambientais/UNIFAP, 2010

D'AGOSTINI, Luiz Renato; CUNHA, Ana Paula Pereira. Ambiente. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

**DISCIPLINA:** Ecologia de Campo I

**EMENTA:** Desenvolver práticas de campo como parte integrante de construção de conhecimento em ecologia.

**BIBLIOGRAFIA:****Bibliografia básica:**

ALMEIDA, L.; RIBEIRO-COSTA, C. S.; MARINONI, L. 1998. Manual de coleta, conservação, montagem e identificação de insetos. Ribeirão Preto

HOLOS. AURICCHIO, P. & SALOMÃO, M. G. 2002. Técnicas de coleta e preparação de vertebrados para fins científicos e didáticos. São Paulo: Instituto Pau Brasil de História Natural.

BARNES, R.D.; CALOW, P.; OLIVE, P. J. W.; GOLDING, D. W.; SPICER, J. I. 2008. Os invertebrados: uma síntese. São Paulo: Atheneu Editora. 495p.

BRADSHAW, D. 2007. Ecofisiologia dos vertebrados. Livraria Santos: São Paulo.

BRUSCA, R. & G. BRUSCA. 2007. Invertebrados. 2a. Edição, Sinauer Associates, Traduzido Editora Guanabara Koogan S.A, 968 p.

CULLEN. L., RUDRAN R.; VALLADARES- PÁDUA C. (ORG.) Métodos de estudos em biologia da conservação manejo da vida silvestre 2ª EDIÇÃO.

ODUM, E. P.; BARRET, G. W. 2008. Fundamentos de Ecologia. São Paulo: Cengage learning. 612p.

ORR, R. T. 5.ed. Biologia dos Vertebrados. Livraria Roca: São Paulo.

PAPAVERO, N. (Organizador), 1994. Fundamentos Práticos de Taxonomia Zoológica: Coleções, Bibliografia, Nomenclatura. 2a Ed. Editora Unesp - FAPESP, 285 p.

POUGH, F. H., JANIS C. M, e HEISER, J. B. 2003. A Vida dos Vertebrados. 3. Ed. Atheneu Editora São Paulo Ltda., São Paulo. 699 pp.

REIS, N.R.; PERACCHI, A.L.; ROSSANEIS, B. K.; FREGONEZI, M. N. (Org.). Técnicas de Estudos Aplicadas aos Mamíferos Silvestres Brasileiros. Rio de Janeiro: Technical Books, 2010.

RIBEIRO-COSTA, C.S. & R.M. ROCHA . 2006. Invertebrados - Manual de aulas práticas. Série Manuais Práticos em Biologia. 3, Editora Holos, 226 Pp.

**Bibliografia complementar:**

DEL-CLARO, K. 2004. Comportamento Animal: Uma introdução à ecologia comportamental. São Paulo: Livraria Conceito.132p.

PEREIRA, R.C. & SOARES-GOMES, A (organizadores). 2002. Biologia Marinha. Editora Interciencia, São Paulo, 382p.

RICKLEFS, R. E. **A Economia da Natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 5ª ed. 503p.

TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. **Fundamentos em Ecologia**. Porto Alegre: Atmed, 2006. 2ª.ed. 592p.

CARVALHO, O. **Pegadas- Série boas práticas**. Belém: UFPA, 2008. 64p.

GARAY, I; DIAS, B. **Conservação da Biodiversidade em Ecossistemas Tropicais**. Petrópolis: Vozes, 2001. 430p



**DISCIPLINA:** Economia da Amazônia

**EMENTA:** A disciplina compreende a integração de estudos sobre os aspectos históricos, regionais e a socioeconomia da Amazônia. As principais atividades econômicas e as políticas de desenvolvimento. O 1º ciclo da borracha; a estagnação econômica; o 2º ciclo da borracha; o PVEA; a Operação Amazônia – SUDAM, SUFRAMA, BASA. Os projetos incentivados e as consequências sociais e ambientais para a região.

**BIBLIOGRAFIA:**

**Bibliografia básica:**

CHELALA, Charles Achcar. A magnitude do Estado na socioeconomia amapaense. Macapá: UNIFAP, 2008.

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Povoas. O Amapá nos tempos do manganês: Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GOMES, Gustavo Maia; VERGOLINO, Jose Raimundo. Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia. [S. l.] IPEA, 1997. (Texto para discussão n. 533).

**Bibliografia complementar:**

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Mineração Industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. Novos Cadernos NAEA, v. 8, n. 1, p. 141-187, jun. 2005.

SANTOS, Milton. Os Grandes Projetos: Sistema de Ação e Dinâmica Espacial. Belém: Editora Universitária UFPA, 1995.

SUDAM. CPR. Construindo o futuro da Amazônia: estratégias para o desenvolvimento sustentável 2000/2003 – versão preliminar para discussão. Belém, 2000. 79 p.

**DISCIPLINA:** Química Geral

**EMENTA:** Matéria e medidas, átomos, moléculas e íons. Estrutura eletrônica dos átomos. Propriedades periódicas dos elementos. Reações aquosas, estequiometria, reações aquosas e estequiometria de soluções. Fundamentos de termoquímica. Gases. Aplicações aos processos químicos no meio ambiente.

**BIBLIOGRAFIA:****Bibliografia básica:**

ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente.  
Editora Bookman, 2006.

RUSSEL, J. B, Química Geral. **Vol 1**. 2a Edição. Tradução e revisão técnica Márcia Guzekian etl al.  
Makron Books, São Paulo. 621 p, 1994. (Biblioteca UNIFAP: 540 R961Q)

RUSSEL, J. B, Química Geral. **Vol 2**. 2a Edição. Tradução e revisão técnica Márcia Guzekian etl al.  
Makron Books, São Paulo. p 623-1268, 1994. (Biblioteca UNIFAP: 540 R961Q)

**Bibliografia complementar:**

BRADY, J.E. & HUMISTON, G.E. Química Geral. Volume 1 e 2. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.

BROWN, Theodore L.; LEMAY, H. Eugene; BURSTEN, Bruce E., Química: a ciência central. Ed.  
Pearson Education.

BOHR, N. Sobre a constituição de átomos e moléculas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989

**4º SEMESTRE**

**DISCIPLINA:** Áreas Protegidas I

**EMENTA:** Histórico das áreas protegidas, Correntes da Conservação, Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Unidades de Conservação do Amapá.

**BIBLIOGRAFIA:****Bibliografia básica:**

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. 2000. (Lei 9.985/2000).

SEMA. Atlas das Unidades de Conservação do Amapá, 2008.

PALMIERI, Roberto; VERÍSSIMO, Adalberto; FERRAZ, Marcelo. Guia de Consultas Públicas para Unidades de Conservação. Piracicaba : IMAFLORA; Belém : IMAZON, 2005.

**Bibliografia complementar:**

ALBAGLI, Sarita. Geopolítica da Biodiversidade. Brasília: IBAMA, 1998.

CHAGAS, Marco Antonio. Tumucumaque: O "Big Park" e a História do Conservacionismo no Amapá. Macapá: Eco, 2008. IBAMA.

MARINHO FILHO, Jader Soares. Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade no Estado do Amapá. GEA/BID. Macapá, 2000.

WILSON. E. Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1988

THOMAS, Keith. O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800) - Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

**DISCIPLINA:** Economia Ambiental

**EMENTA:** A disciplina enfoca as relações entre a economia e o meio ambiente. Analisa os instrumentos econômicos aplicados a gestão ambiental. O mercado de carbono e mecanismos derivados. O mercado de produtos verdes.

**BIBLIOGRAFIA:****Bibliografia básica:**

MAY, Peter & LUSTOSA, Maria Cecília, & VINHA, Valéria (org.) Economia do Meio Ambiente, Teoria e Prática. Rio de Janeiro, Elsevier, 2003

MOTA, José Aroudo. O Valor da Natureza: Economia e Política dos Recursos Naturais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. O Uso de Instrumentos Econômicos na Gestão Ambiental. In: Instrumentos Econômicos na Gestão Ambiental. Terceira Reunião Temática DFID/SPRN. Cuiabá. Mato Grosso. 2000.

**Bibliografia complementar:**

HADDAD, Paulo; REZENDE, Fernando. Instrumentos Econômicos para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Coordenação da Amazônia, 2002.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, I. Hunter. Capitalismo Natural – Criando a Próxima Revolução Industrial – São Paulo: Editora Cultrix, 1999.

MARSHALL, Alfred. Princípios de Economia. Col. Os Economistas – Ed. Nova Cultural. São Paulo. 1988.

RICKLEFS, R. E. A Economia da Natureza. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 5ª ed. 2003.

**DISCIPLINA:** Fundamentos do Direito Ambiental

**EMENTA:** Conceitos Gerais sobre Meio-Ambiente. Princípios de Direito Ambiental. A Tutela Constitucional do Meio-Ambiente. O Sistema Nacional do Meio Ambiente - O Estado e a Proteção Ambiental. Cidadania e Meio Ambiente.

### **BIBLIOGRAFIA**

#### **Bibliografia básica:**

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

AMADO, F. Direito ambiental: esquematizado. 6.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Forense Método, 2015.

MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro. 22 ed., São Paulo: Malheiros, 2014.

#### **Bibliografia Complementar:**

FREIRIA, R. C. Direito, gestão e políticas públicas ambientais. São Paulo, : Editora SENAC São Paulo, 2017. Disponível em: <http://senaceditoradigital.ez7.periodicos.capes.gov.br/capes/#biblioteca/users/116074>

MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. Revista dos Tribunais, 2007.

SILVA, José Afonso da. Direito ambiental constitucional. atual. São Paulo: Malheiros, p. 17, 2010.

SIRVINSKAS, Luiz Paulo. Manual de direito ambiental. São Paulo: Saraiva, 2018.

SILVA, G. E. N. Direito ambiental internacional: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e os desafios da nova ordem mundial, 2.ed, Rio de Janeiro: Thex, 2002

**DISCIPLINA:** Educação Ambiental

**EMENTA:** Histórico da EA; educação ambiental formal e não-formal; abordagem interdisciplinar; política nacional de educação ambiental; metodologias em educação ambiental; elaboração de projetos de pesquisa em EA.

**BIBLIOGRAFIA:****Bibliografia básica:**

GUIMARÃES, Mauro. A dimensão ambiental da educação. 7ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

LOUREIRO, C. F. B. Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PHILIPPI JR., A; PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental e sustentabilidade. 2ª ed. Coleção Ambiental: São Paulo, 2013.

**Bibliografia Complementar:**

Guimarães, Mauro. Educação ambiental: no consenso um debate? / Mauro Guimarães. - 4. ed. - Campinas: Papyrus, 2007.

Medina, Naná Mininni. Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação / Naná Mininni Medina, Elizabeth da Conceição Santos. - 3. ed. - Petrópolis: Vozes, 1999.

Dias, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas / Genebaldo Freire Dias. - 6. ed. - São Paulo: Gaia, 2000.

Grun, Mauro. Ética e educação ambiental: a conexão necessária / Mauro Grun. - 14. ed. - Campinas: Papyrus, 2012.

Jacobi, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mp. a1rç8o9/-220050,3 março/ 2003 189. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>

Pott, Crisla Maciel; Estrela, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. ESTUDOS AVANÇADOS 31 (89), 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142017000100271](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100271)

**DISCIPLINA:** Química Ambiental I

**EMENTA:** Forças intermoleculares, materiais modernos, propriedade de soluções, cinética química, equilíbrio químico. Fundamentos de química do ambiente. Composição da atmosfera, litosfera, hidrosfera, biosfera. Base dos ciclos biogeoquímicos. Aplicações, com ênfase em processos químicos que afetam o meio ambiente

**BIBLIOGRAFIA:**

**Bibliografia básica:**

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; BARROS, M. T. L.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. Introdução à Engenharia Ambiental. São Paulo, SP: Prentice Hall. 305 p. 2002. (Biblioteca UNIFAP: 620.8 I61)

BAIRD, C., CANN, M.. Química Ambiental. Tradução Maria Angeles Lobo Recio; Luiz Carlos Marques Carrera. 4ª Edição. Porto Alegre Bookman, 2011. (Biblioteca UNIFAP: 628.50154 B163q)

LENZI, E. et al. Química da Água: Ciência, Vida e Sobrevivência. Rio de Janeiro; LTC, 604p. 2009.

MANAHAN, S.E., Química Ambiental. 9ª Ed. Bookman. 944p. 2013

**Bibliografia complementar:**

MIHELIC, J.R., ZIMMERMAN, J.B., Engenharia Ambiental: Fundamentos, Sustentabilidade e Projeto, Tradução . PIRES, M.S.S, Rev. Téc. PIRES, E.C., LTC, Rio de Janeiro. 617p. 2012.

ROCHA, CÉSAR, JÚLIO, ROSA, ANDRÉ HENRIQUE, CARDOSO, ARNALDO ALVES. Introdução à Química Ambiental. 2ª Edição. Bookman. Porto Alegre. 2009. (Biblioteca UNIFAP: 577.14 R672i)

RUSSEL, J. B, Química Geral. **Vol 1**. 2a Edição. Tradução e revisão técnica Márcia Guzekian etl al. Makron Books, São Paulo. 621 p, 1994. (Biblioteca UNIFAP: 540 R961Q)

RUSSEL, J. B, Química Geral. **Vol 2**. 2a Edição. Tradução e revisão técnica Márcia Guzekian etl al. Makron Books, São Paulo. p 623-1268, 1994. (Biblioteca UNIFAP: 540 R961Q)

TUCCI, C. E. M. Modelos hidrológicos. Porto Alegre, RS: UFRGS [et al.]. 2. ed. 680 p. 2005. (Biblioteca UNIFAP: 551.483 T886m)

VESILIND, P. A. e MORGAN, S.M. Introdução à Engenharia Ambiental. Tradução da 2a Edição norte-americana..Cengage Learning. São Paulo. 437 p. 2011.

**5º SEMESTRE**

**DISCIPLINA:** Áreas Protegidas II

**EMENTA:** Gestão e Plano de Manejo de Unidades de Conservação (UCs), usos sustentáveis e alternativas econômicas para as UCs

**BIBLIOGRAFIA:**

**Bibliografia básica:**

ARAUJO, Marcos Antonio Reis. Unidades de Conservação no Brasil: da República à Gestão de Classe Mundial. Belo Horizonte : SEGRAC, 2007.

PARMIERI, Roberto; VERÍSSIMO, Adalberto; FERRAZ, Marcelo. Guia de Consultas Públicas para Unidades de Conservação. Piracicaba : Imaflora; Belém : Imazon, 2005.

TERBORGH, John; SCHAIK, Carel van; DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu. Tornando os Parques Eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos. Curitiba : Ed. UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

**Bibliografia complementar:**

BRASIL. Ministério do Turismo. Regulamentação, Normalização e Certificação em Turismo de Aventura: Relatório Diagnóstico. Brasília, 2005.

CHAGAS, Marco Antonio. Tumucumaque: O Big Park e a História do Conservacionismo no Amapá. Macapá : Ecotumucumaque, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2000.

ICMBIO. Plano de Manejo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, 2010.

JUNQUEIRA, Mary. Representações políticas do território latino-americano na Revista Seleções. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, n. 42, p. 323-342, 2001.

**DISCIPLINA:** Química Ambiental II

**EMENTA:** Reações químicas e as variáveis que afetam a velocidade das reações no ambiente. Cinética das reações homogêneas. Reações simples e múltiplas. Cinética do equilíbrio em reações elementares. Molecularidade e ordem de reação. Reações em sistemas heterogêneos, sistemas de duas fases, fluido partícula. Aplicações aos processos industriais que afetam o meio ambiente e os ciclos biogeoquímicos.

**BIBLIOGRAFIA:****Bibliografia básica:**

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; BARROS, M. T. L.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. Introdução à Engenharia Ambiental. São Paulo, SP: Prentice Hall. 305 p. 2002. (Biblioteca UNIFAP: 620.8 I61)

BAIRD, C., CANN, M.. Química Ambiental. Tradução Maria Angeles Lobo Recio;

Luiz Carlos Marques Carrera. 4ª Edição. Porto Alegre Bookman, 2011. (Biblioteca UNIFAP: 628.50154 B163q)

LENZI, E. et al. Química da Água: Ciência, Vida e Sobrevivência. Rio de Janeiro; LTC, 604p. 2009.

MANAHAN, S.E., Química Ambiental. 9ª Ed. Bookman. 944p. 2013

**Bibliografia complementar:**

MIHELICIC, J.R., ZIMMERMAN, J.B., Engenharia Ambiental: Fundamentos, Sustentabilidade e Projeto, Tradução . PIRES, M.S.S, Rev. Téc. PIRES, E.C., LTC, Rio de Janeiro. 617p. 2012.

ROCHA, CÉSAR, JÚLIO, ROSA, ANDRÉ HENRIQUE, CARDOSO, ARNALDO ALVES. Introdução à Química Ambiental. 2ª Edição. Bookman. Porto Alegre. 2009. (Biblioteca UNIFAP: 577.14 R672i)

RUSSEL, J. B, Química Geral. **Vol 1**. 2a Edição. Tradução e revisão técnica Márcia Guzekian etl al. Makron Books, São Paulo. 621 p, 1994. (Biblioteca UNIFAP: 540 R961Q)

RUSSEL, J. B, Química Geral. **Vol 2**. 2a Edição. Tradução e revisão técnica Márcia Guzekian etl al. Makron Books, São Paulo. p 623-1268, 1994. (Biblioteca UNIFAP: 540 R961Q)

TUCCI, C. E. M. Modelos hidrológicos. Porto Alegre, RS: UFRGS [et al.]. 2. ed. 680 p. 2005. (Biblioteca UNIFAP: 551.483 T886m)

VESILIND, P. A. e MORGAN, S.M. Introdução à Engenharia Ambiental. Tradução da 2a Edição norte-americana..Cengage Learning. São Paulo. 437 p. 2011.

**DISCIPLINA:** Ecologia de Campo II

**EMENTA:** Desenvolver práticas de campo como parte integrante de construção de conhecimento em ecologia.

**BIBLIOGRAFIA:**

**Bibliografia básica:**

Cullen Júnior, L.; Rudran, R.; Valadares-Pádua, C. (Org.). **Métodos de estudos em Biologia e Conservação e Manejo da Vida Silvestre**. Editara UFPR: Curitiba, 2003.

Janzen, D.H. **Ecologia vegetal nos trópicos**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.



GUREVITCH, Jessica; SCHEINER, Samuel M; FOX, Gordon A. **Ecologia vegetal**. Porto Alegre: Artemed, 2009. 574p.

Ricklefs, R. E. **A Economia da Natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 5ª ed. 503p.\

**Bibliografia complementar:**

Pillar, V.D. 1996. **Descrição de comunidades vegetais**. UFRGS, Departamento de Botânica. Disponível em <http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br>

Pillar, V.D. 2002. **Ecologia vegetal: conceitos básicos**. UFRGS, Departamento de Ecologia. Disponível em <http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br>

Pillar, V.D. 1996. **O problema da amostragem em ecologia vegetal**. UFRGS, Departamento de Botânica. Disponível em <http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br>

Puig, H. **A Floresta tropical úmida**. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial do Estado; França: Institut de Recherche pour le Development, 2008.

Raven, P.H. Evert, R.F. & Eichhorn, S.E. **Biologia vegetal**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A. 2007.

**DISCIPLINA:** Ecologia da Paisagem

**EMENTA:** Teoria e fundamentos de ecologia da paisagem, métricas da estrutura da paisagem, manchas, padrões, fragmentação de habitats, relações de áreas, bordas, área-núcleo, forma, relação de proximidade e vizinhança, corredor de conectividade.

**BIBLIOGRAFIA:**

**Bibliografia básica**

Ayres JM, DaRylands GA, Queiroz AB, Pinto HL, Masterson LP, D Cavalcanti RB, Torres HH, Masterson L, Villa R, Masterson JL, D Salazar R. Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil. Sociedade Civil Mamiarauá, Belém, PA (Brasil); 2005. Disponível: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/areas-protetidas/category/50-corredores-ecologicos>

Metzger, JP. 2001. O que é ecologia de paisagens? *Biota Neotropica* (<http://www.biotaneotropica.org.br/v1n12>).

Turner MG, Gardner RH. *Landscape ecology in theory and practice: pattern and*

process. New York: Springer; 2015.

**Bibliografia Complementar:**

Calegari, L., Martins, S.V., Gleriani, J.M., Silva, E. and Busato, L.C., 2010. Análise da dinâmica de fragmentos florestais no município de Carandaí, MG, para fins de restauração florestal. Revista Árvore, 34(5), pp.871-880.

Cardoso da Silva, JM. Modelagem Ambiental e a Conservação da Biodiversidade. Megadiversidade - Volume 3 (1-2). 2007. Disponível: <http://www.conservation.org/global/brasil/publicacoes/Pages/revista-megadiversidade.aspx>

Casimiro, PC. 2009. Estrutura, composição e configuração da paisagem conceitos e princípios para a sua quantificação no âmbito da ecologia da paisagem. Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://www.apdr.pt/siteRPER/numeros/RPER20/20.6.pdf>

CULLEN JR L, RUDRAN R, VALLADARES-PADUA C. 2004. Métodos de estudos em Biologia da Conservação & Manejo da Vida Silvestre, UFPR, Curitiba, pp 153-168.

LANG, S.; BLASCHKE, T. Análise da paisagem com SIG. São Paulo: Oficina de textos, 2009. 424p.

**DISCIPLINA:** Direito Ambiental Aplicado

**EMENTA:** Administração Pública e Meio Ambiente. Características e aspectos jurídicos da poluição. Gestão de Recursos Hídricos. A questão da Biodiversidade e sua relevância sócio-econômica e cultural. Prevenção e reparação do dano ambiental. Crimes ambientais. Proteção do patrimônio cultural: regime jurídico do tombamento. Engenharia genética e meio ambiente: aspectos éticos e jurídicos. A Política Internacional de Tutela Ambiental.

**BIBLIOGRAFIA:**

**Bibliografia básica:**

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

AMADO, F. Direito ambiental: esquematizado. 6.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Forense Método, 2015.

MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro. 22 ed., São Paulo: Malheiros, 2014.

**Bibliografia Complementar:**

FREIRIA, R. C. Direito, gestão e políticas públicas ambientais. São Paulo,: Editora SENAC São Paulo, 2017. Disponível em: <http://senaceditoradigital.ez7.periodicos.capes.gov.br/capes/#biblioteca/users/116074>

MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. Revista dos Tribunais, 2007.

SILVA, José Afonso da. Direito ambiental constitucional. atual. São Paulo: Malheiros, p. 17, 2010.

SIRVINSKAS, Luiz Paulo. Manual de direito ambiental. São Paulo: Saraiva, 2018.

SILVA, G. E. N. Direito ambiental internacional: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e os desafios da nova ordem mundial, 2.ed, Rio de Janeiro: Thex, 2002

**DISCIPLINA:** Estágio Supervisionado I

**EMENTA:** Capacitação em serviço, caracterizado por conjunto de atividades de prática pré-profissional, exercidas pelo acadêmico em ambiente real de trabalho, sob supervisão, e que possibilita a apreensão de informações sobre o mercado de trabalho, desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicas à formação profissional, e ainda, aperfeiçoamento cultural e de relacionamento humano. Fase diagnóstica

**BIBLIOGRAFIA:**

Resolução 02/2010 – CONSU/UNIFAP

Normas para o estágio supervisionado do curso de bacharelado em ciências ambientais da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26. Ed. Petrópolis: vozes, 2009.

**6º SEMESTRE**

**DISCIPLINA:** Planejamento Ambiental

**EMENTA:** Planejamento de políticas públicas e meio ambiente, orçamento participativo, elaboração de planos de gestão ambiental integrados, instrumentos do

planejamento ambiental

**BIBLIOGRAFIA:**

**Bibliografia básica**

CASTRO, Edna. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Texto-base para 1o Ciclo de Formação Geral. Módulo Disciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, 2010.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Rozely. Planejamento Ambiental: Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Texto, 2004.

**Bibliografia Complementar:**

BECKER, Bertha. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BERNARDO, Maristela. Políticas Públicas e Sociedade Civil. In: Marcel Bursztyn (Org.). A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

FERNANDES, Marcionila, GUERRA, Lemuel (Orgs.). Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável. 2. ed. Rev. Belém: UNAMAZ-UFPA-NAEA, 2006.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

**DISCIPLINA:** Redação Científica

**EMENTA:** Método de estudo; pesquisa bibliográfica; trabalhos científicos; estruturação e redação de uma publicação científica.

**BIBLIOGRAFIA:**

**Bibliografia básica**

ABNT (2002) NBR 6023. Informação e documentação - Referências – Elaboração

ABNT (2002) NBR10520. Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação

Castro, C. M. (2011) Como redigir e apresentar um trabalho científico. São Paulo: Pearson.

### **Bibliografia complementar**

Magnusson, W. E. (1996) How to Write Backwards. Bulletin of the Ecological Society of America, 77(2):88

Magnusson, W. E.; Mourão, G. M (2003) Como escrever melhor de trás para frente. In: \_\_\_\_\_. Estatística sem matemática: a ligação entre as questões e a análise. Londrina: Planta. p. 123-129.

Medeiros, J. N. (2013) Redação Científica: A prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas.

Volpato, G. L. (2007) Como escrever um artigo científico. Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, 4:97-115

### **DISCIPLINA:** Saneamento Ambiental I

**EMENTA:** Características físicas, químicas e biológicas das águas residuárias. Objetivos, métodos e considerações na implementação de tratamento de águas residuárias. Introdução plantas de tratamento de águas residuárias. Operações unitárias físicas. Operações unitárias químicas. Unidades de processos biológicos.

### **BIBLIOGRAFIA:**

#### **Bibliografia básica:**

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; BARROS, M. T. L.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. Introdução à Engenharia Ambiental. São Paulo, SP: Prentice Hall. 305 p. 2002.

BRASIL, FUNASA (Fundação Nacional da Saúde do Ministério da Saúde). Manual de Saneamento: Orientações Técnicas – Engenharia de Saúde Pública. Brasília - DF, 408p, 2006.

MILLER Jr, G.T. Ciência Ambiental. Tradução da 11a Edição norte-americana. Cengage Learning. São Paulo. 437 p. 1991. (Re-impresso em 2007).

**Bibliografia Complementar:**

CANHOLI, A, P. Drenagem Urbana e Controle de Enchentes. São Paulo. Editora Oficina de Textos. 2ª Edição. 301 p, 2005.

COLIN, B. Química Ambiental. Tradução Maria Angeles Lobo Recio; Luiz Carlos Marques Carrera. 2ª Edição. Porto Alegre Bookman, 2002.

LENZI, E. et al. Química Geral Experimental. Rio de Janeiro; Freitas Bastos, 39op. 2004.

LENZI, E. et al. Química da Água: Ciência, Vida e Sobrevivência. Rio de Janeiro; LTC, 604p. 2009.

EL-HAWAGI, M. E. Pollution prevention through process integration: systematic design tools. Alburn, Academic Press. Alabama. San Diego, CA. EUA. 318p, 1997.

LORA, E. E. S. Prevenção e controle da poluição nos setores energético, industrial e de transporte. Editora Interciência. 2ª Edição. Rio de Janeiro. 2002.

METCALF; EDDY, C. Wastewater Engineering: Treatment, Disposal, and Reuse. Singapura: McGraw - Hill. 1991.

NUVOLARI, A. et al.. Esgoto Sanitário: Coleta, Transporte, Tratamento e Reuso Agrícola. Editora Edgard Blücher LTDA. 1991.

RICHTER, A. C., Tratamento da Água: Tecnologia Atualizada. Editora Edgard Blücher LTDA, São Paulo. 332 p, 1991 (Re-impreso em 2007).

ROCHA, CÉSAR, JÚLIO, ROSA, ANDRÉ HENRIQUE, CARDOSO, ARNALDO ALVES. Introdução à Química Ambiental. 2ª Edição. Bookman. Porto Alegre. 2009.

TUCCI, C. E. M. Modelos hidrológicos. Porto Alegre, RS: UFRGS [et al.]. 1. ed. 669 p. 1998.

VESILIND, P. A. e MORGAN, S.M. Introdução à Engenharia Ambiental. Tradução da 2ª Edição norte-americana..Cengage Learning. São Paulo. 437 p. 2011.

ZANIN, MARIA e MANCINI, SANDRO DONNINI. Resíduos Plásticos e Reciclagem: aspectos gerais e tecnologia. Edufscar – São Carlos – SP. 2009.

**DISCIPLINA:** Sistema de Gestão Ambiental

**EMENTA:** ISOs, Auditorias ambientais, Análise de Ciclo de Vida, Certificações Voluntárias, Responsabilidade Socioambiental.

**BIBLIOGRAFIA:****Bibliografia básica:**

ASSUMPCÃO. Luiz Fernando Joly. Sistema de Gestão Ambiental - Manual Prático Para Implementação de SGA e Certificação ISO 14.001 - 2ª Edição - Revista e

Atualizada. 2014. Editora Juruá.

BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos. 3ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

CERQUEIRA, Jorge Pedreira de. Sistemas de gestão integrados: ISSO 9001, NBR 16001, OHSAS 18001, SA 8000: Conceitos e Aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

#### **Bibliografia Complementar:**

CIÊNCIAS AMBIENTAIS. A Sustentabilidade e a Organização de Eventos na Universidade Federal do Amapá – UNIFAP Proposta de Resolução. UNIFAP, DMAD, CCAM, Turma 2012. Disponível em: [https://www2.unifap.br/cambientais/files/2015/01/Evento\\_Sustent%c3%a1vel\\_UNIFAP.pdf](https://www2.unifap.br/cambientais/files/2015/01/Evento_Sustent%c3%a1vel_UNIFAP.pdf)

EMAS - Eco-Management and Audit Scheme. Certificação EMAS. Disponível em: <http://www.eic.pt/wp-content/uploads/2019/01/EIC.CertificacaoEMAS.pdf>

FSC – Floresta para todos para sempre. FSC desassocia Grupo Jari. Disponível em: <https://br.fsc.org/pt-br/novidades/id/1121>

SAMBAZON. SAMBAZON: uma produção de açaí sustentável na Amazônia em benefício das comunidades ribeirinhas. Disponível em: [https://s3-us-west-2.amazonaws.com/ungc-production/attachments/cop\\_2015/141871/original/RELAT%C3%93RIO\\_CEO\\_2015.pdf?1424820607](https://s3-us-west-2.amazonaws.com/ungc-production/attachments/cop_2015/141871/original/RELAT%C3%93RIO_CEO_2015.pdf?1424820607)

SGA - Sistema de gestão ambiental – EMAS. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/organisation-and-rules/environmental-management>

VAZ, Caroline R.; LEZANA, Alvaro Guillermo R.; MALDONADO, Mauricio U. Comparação entre os Relatórios GRI, IBASE e Ethos no Quesito Meio Ambiente. In: Anais do V Simpósio de Engenharia de Produção, 2017. p. 1189-1207. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/43201.pdf>

**DISCIPLINA:** Estágio Supervisionado II

**EMENTA:** Capacitação em serviço, caracterizado por conjunto de atividades de prática pré-profissional, exercidas pelo acadêmico em ambiente real de trabalho, sob supervisão, e que possibilita a apreensão de informações sobre o mercado de trabalho, desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicas à formação profissional, e ainda, aperfeiçoamento cultural e de relacionamento humano. Fase projectual. Elaboração de Plano de Atividades, de caráter investigativo

**BIBLIOGRAFIA:**

Resolução 02/2010 – CONSU/UNIFAP

Normas para o estágio supervisionado do curso de bacharelado em ciências ambientais da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26. Ed. Petrópolis: vozes, 2009.

### 7º SEMESTRE

**DISCIPLINA:** Seminários de Integração Acadêmica I

**EMENTA:** Estruturação do projeto de trabalho de conclusão de curso (TCC).

#### **BIBLIOGRAFIA:**

ABNT (2002) NBR 6023. Informação e documentação - Referências – Elaboração

ABNT (2002) NBR10520. Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação

Castro, C. M. (2011) Como redigir e apresentar um trabalho científico. São Paulo: Pearson.

#### **Bibliografia complementar**

Magnusson, W. E.; Mourão, G. M (2003) Como escrever melhor de trás para frente. In: \_\_\_\_\_. Estatística sem matemática: a ligação entre as questões e a análise. Londrina: Planta. p. 123-129.

Medeiros, J. N. (2013) Redação Científica: A prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11ª ed. São Paulo: Atlas.

Volpato, G. L. (2007) Como escrever um artigo científico. Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica, 4:97-115

**DISCIPLINA:** Desenvolvimento Sustentável

**EMENTA:** Desenvolvimento e meio ambiente; Dimensões do desenvolvimento sustentável; industrialização, urbanização, pobreza e meio ambiente; Experiências de sustentabilidade; Programas governamentais.

#### **BIBLIOGRAFIA:**



### **Bibliografia básica**

BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. Clóvis Cavalcanti (org.). São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

SACHS, Ignacy. Estratégia de Transição para o Século XXI. In: Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. Marcel Bursztyn (org.). 2. ed. Brasília: Editora Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

### **Bibliografia Complementar:**

SACHS, Ignacy. O Estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento. In: Sociedade e Estado em Transformação. Luiz Carlos Bresser Pereira, Jorge Wilhelm, Lourdes Sola (organizadores). São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

\_\_\_\_\_. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Paula Yone Stroh (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R. A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: do Bissetorialismo Preservacionista para o Multissetorialismo Orientado para o Desenvolvimento Sustentável. In: Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável. Daniel Joseph Hogan e Paulo Freire Vieira (orgs.). 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

**DISCIPLINA:** Avaliação de Impacto Ambiental

**EMENTA:** A disciplina aborda os principais instrumentos de Avaliação de Impacto Ambiental a partir de experiências de vários países, incluindo praticas de avaliação em projetos na Amazônia

### **BIBLIOGRAFIA:**

AGRA FILHO, Severino Soares. Planejamento e Gestão Ambiental no Brasil: Os Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Cartilha de licenciamento ambiental / Tribunal de Contas da União; com colaboração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. -- 2.ed. - Brasília : TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2007

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Avaliação de Impacto Ambiental: Agentes Sociais, Procedimentos e Ferramentais. IBAMA (Org.), 1995.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria Geral da República. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão. Meio Ambiente e Patrimônio Cultural. Nota Técnica N.º 39/2007 – 4ª CCR. Trabalho sobre a área de influência nos EIAs. 2007

SÁNCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2ª edição. 2013.

**DISCIPLINA:** Saneamento Ambiental II

**EMENTA:** Tratamento de água e proteção do meio ambiente. Bases de estruturas físicas, química e biológica de tratamento de águas residuárias. Tratamento avançado de águas residuárias. Bases de Tratamento e disposição de lodo. Sistemas de tratamento naturais. Reuso de águas residuárias. Disposição de efluentes na água, atmosfera e solo. Prevenção e controle da poluição nos setores energético, industrial, mineral e de transporte.

**BIBLIOGRAFIA:**

**Bibliografia básica:**

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; BARROS, M. T. L.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. Introdução à Engenharia Ambiental. São Paulo, SP: Prentice Hall. 305 p. 2002.

BRASIL, FUNASA (Fundação Nacional da Saúde do Ministério da Saúde). Manual de Saneamento: Orientações Técnicas – Engenharia de Saúde Pública. Brasília - DF, 408p, 2006.

MILLER Jr, G.T. Ciência Ambiental. Tradução da 11ª Edição norte-americana. Cengage Learning. São Paulo. 437 p. 1991. (Re-impresso em 2007).

**Bibliografia Complementar:**

CANHOLI, A, P. Drenagem Urbana e Controle de Enchentes. São Paulo. Editora Oficina de Textos. 2ª Edição. 301 p, 2005.

COLIN, B. Química Ambiental. Tradução Maria Angeles Lobo Recio; Luiz Carlos Marques Carrera. 2ª Edição. Porto Alegre Bookman, 2002.

LENZI, E. et al. Química Geral Experimental. Rio de Janeiro; Freitas Bastos, 390p. 2004.

LENZI, E. et al. Química da Água: Ciência, Vida e Sobrevivência. Rio de Janeiro; LTC, 604p. 2009.

EL-HAWAGI, M. E. Pollution prevention through process integration: systematic

design tools. Alburn, Academic Press. Alabama. San Diego, CA. EUA. 318p, 1997.

LORA, E. E. S. Prevenção e controle da poluição nos setores energético, industrial e de transporte. Editora Interciência. 2ª Edição. Rio de Janeiro. 2002.

METCALF; EDDY, C. Wastewater Engineering: Treatment, Disposal, and Reuse. Singapura: McGraw - Hill. 1991.

NUVOLARI, A. et al.. Esgoto Sanitário: Coleta, Transporte, Tratamento e Reuso Agrícola. Editora Edgard Blücher LTDA. 1991.

RICHTER, A. C., Tratamento da Água: Tecnologia Atualizada. Editora Edgard Blücher LTDA, São Paulo. 332 p, 1991 (Re-impreso em 2007).

**DISCIPLINA:** Estágio Supervisionado III

**EMENTA:** Capacitação em serviço, caracterizado por conjunto de atividades de prática pré-profissional, exercidas pelo acadêmico em ambiente real de trabalho, sob supervisão, e que possibilita a apreensão de informações sobre o mercado de trabalho, desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicas à formação profissional, e ainda, aperfeiçoamento cultural e de relacionamento humano. Fase interventiva. Elaboração do relatório parcial do plano individual de trabalho de caráter investigativo

**BIBLIOGRAFIA:**

Resolução 02/2010 – CONSU/UNIFAP

Normas para o estágio supervisionado do curso de bacharelado em ciências ambientais da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26. Ed. Petrópolis: vozes, 2009.

**DISCIPLINA:** Trabalho de Conclusão de Curso I

**EMENTA:** Subsidiará o graduando a utilizar técnicas de elaboração de projeto de pesquisa, interrelacionado ao conteúdo trabalhado na disciplina de metodologia científica, bem como, desenvolverá técnicas de apresentação escrita e oral de trabalho científico.

**BIBLIOGRAFIA:**

**Bibliografia básica:**

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 18ªEd. São Paulo: Cortez, 1992.

LAKATOS, E. M.; MARCONI. M. A. **Metodologia Científica**. 2ªEd. São Paulo: Atlas, 1991

**Bibliografia Complementar:**

ASTI, V. A. Metodologia da Pesquisa Científica. Porto Alegre: Globo, 1980.

CERVO, A. L. Metodologia científica. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

**8º SEMESTRE**

**DISCIPLINA:** Seminários de Integração Acadêmica II

**EMENTA:** O aluno deverá fazer uma apresentação prévia do seu trabalho de conclusão de curso com avaliação crítica dos principais resultados A apresentação será para os orientadores e colegas. Terá como foco principal, a consolidação da postura crítica dos alunos em relação ao planejamento e execução de seus projetos de pesquisa.

**BIBLIOGRAFIA:**

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023 - Informação e documentação - Referências - Elaboração. São Paulo: ABNT, 2002. 24p.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6027 - Sumário. São Paulo: ABNT, 2003. 2p.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6028 - Resumos. São Paulo: ABNT, 1990. 3p.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Informação e documentação

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10520 - Apresentação de citações em documentos. São Paulo: ABNT, 2002. 7p.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14724 Informação e documentação. Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. São Paulo: ABNT, 2002.6p

**DISCIPLINA:** Trabalho de Conclusão de Curso II

**EMENTA:** Oferecer subsídios por meio de orientação docente/discente, para construção da monografia propriamente dita, com acompanhamento e discussão da temática escolhida pelo graduando.

**BIBLIOGRAFIA:**

**Bibliografia básica:**

ABNT. Normas 6023, 6024, 6027, 6028, 6034, 10520, 14724.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 2ªEd. São Paulo: Atlas, 1991

**SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 18ªEd. São Paulo: Cortez, 1992.**

**Bibliografia Complementar:**

DIAS, D. S. **Como escrever uma monografia: manual de elaboração com exemplos e exercícios**. São Paulo: Atlas, 2010.

CONDURU, M. T.; PEREIRA, J. A. R. 2007. **Elaboração de trabalhos acadêmicos: Normas, critérios e procedimentos**. Belém. 264p.

GIL, A. C. **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias**. 3ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica**. 6ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

**DISCIPLINA:** Estágio Supervisionado IV

**EMENTA:** Capacitação em serviço, caracterizado por conjunto de atividades de prática pré-profissional, exercidas pelo acadêmico em ambiente real de trabalho, sob supervisão, e que possibilita a apreensão de informações sobre o mercado de trabalho, desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicas à formação profissional, e ainda, aperfeiçoamento cultural e de relacionamento humano. Fase Sistematizadora. Elaboração do relatório final do plano individual de trabalho de caráter investigativo.

**BIBLIOGRAFIA:**

Resolução 02/2010 – CONSU/UNIFAP

Normas para o estágio supervisionado do curso de bacharelado em ciências ambientais da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26. Ed. Petrópolis: vozes, 2009.

## DISCIPLINAS OPTATIVAS

**DISCIPLINA:** LIBRAS (Ofertada pelo curso de Letras Libras da UNIFAP)

**EMENTA:** Utilização instrumental da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Noções de linguística, conceitos de linguagem, língua e fala a partir dos estudos sobre surdez. A língua Brasileira de Sinais, sistema de transcrição para Libras, alfabeto manual, interação comunicativa a partir de situações: Encontro, localização, profissões, família, compras, viagens, estruturação da Libras, gramática da Libras, cultura surda.

### **BIBLIOGRAFIA:**

#### **Bibliografia básica:**

Gesser, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo/SP: Parábola, 2009.

Quadros, Ronice Muller de; Karnopp, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre/RS: Artmed, 2004.

Santana, Ana Paula. Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas - São Paulo, Plexus, 2007.

#### **Bibliografia Complementar:**

Botelho, Paula. Linguagem e letramento na educação de surdos. São Paulo: Autêntica, 2002.

Carvalho, Rosita Édler. Removendo barreiras para a aprendizagem. Porto Alegre: Mediação,

Fernandez, Eulália (org). Surdez e Bilingüismo. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

Falcão, Luiz Alberico. Surdez, cognição visual e LIBRAS. Recife: Ed. do autor, 2010.

Pereira, Maria Cristina da Cunha. Libras: conhecimento além dos sinais. Person, 2011 (digital, books.unifap.br)

**DISCIPLINA:** Sensoriamento Remoto por Radar

**EMENTA:** Introdução ao sensoriamento remoto por radar; Radar de Abertura Sintética (SAR): princípios físicos e geometria de imageamento; sensores radares: panorama de aplicações; Interpretação visual e processamento visual de imagens de radar; Aplicações de imagens de radar para estudos ambientais.

## **BIBLIOGRAFIA:**

### **Bibliografia básica:**

Jensen, J. R. (2009). Sensoriamento remoto do ambiente: uma perspectiva em recursos naturais. Parêntese. 598p.

Novo, E.M.M. 2010. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações. 4ed. Bluscher. 388p.

Ponzoni, F. J; Shimabukuro, Y. E.; Kuplich, T.M. 2012. Sensoriamento remoto da vegetação. Oficina de Texto. 176p.

### **Bibliografia complementar:**

Florenzano, Teresa Gallotti. Iniciação em sensoriamento remoto/Teresa Gallotti Florenzano. - 2.ed. - São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

Novo, Evlyn Márcia Leão de Moraes; Ponzoni, Flávio Jorge. Introdução ao sensoriamento remoto. São José dos Campos, 2001. Disponível em: [http://www.dpi.inpe.br/Miguel/AlunosPG/Jarvis/SR\\_DPI7.pdf](http://www.dpi.inpe.br/Miguel/AlunosPG/Jarvis/SR_DPI7.pdf)

MOREIRA, M.A. Fundamentos de Sensoriamento Remoto e metodologias de aplicação, 3.ed. Viçosa-MG: Editora da Universidade Federal de Viçosa, 2007

CROSTA, A.P. Processamento Digital de Imagens de Sensoriamento Remoto. ed. rev. – Campinas-SP: IG/UNICAMP, 1992.

GARCIA, G. J.; MARCHETTI. D.A.B. Princípios de Fotogrametria e Fotointerpretação. Ed. Nobel. São Paulo, 1986. Cap.4 e Cap. 8 IBGE. Manual Técnico de Uso da Terra. 2ª Edição. 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/usodaterra/manual\\_usodateerra.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/usodaterra/manual_usodateerra.shtm)>. IBGE. Introdução ao processamento digital de imagens. Rio de Janeiro : IBGE, 1999. Disponível

**DISCIPLINA:** Banco de Dados Geográficos

**EMENTA:** Representação computacional de objetos geográficos; modelos espaço-temporais e modelagem de bancos de dados geográficos; arquiteturas e linguagens de consulta para bancos de dados geográficos; métodos de acesso e processamento de consultas em bancos de dados geográficos; exemplos de sistemas: SPRING, TerraView, QGIS; intercâmbio de dados, integração e interoperabilidade, servidores de Internet dos dados geográficos; descrição da TerraView. Análise estatística espacial.

## **BIBLIOGRAFIA:**

### **Bibliografia básica:**

Machado, Felipe Nery Rodrigues. Análise relacional de sistemas / Felipe Nery Rodrigues Machado. - 2.ed. - São Paulo: Érica, 2001.

Silva, Luciano Carlos da. Banco de dados para a Web: do planejamento à implementação / Luciano Carlos da Silva. - São Paulo: Érica, 2001.

CASTRO, Eduardo Bernardes. **Modelagem lógica de dados:** construção básica e simplificada. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2012. 218 p. ISBN: 9788539902958.

CASANOVA, M.; CÂMARA, G.; DAVIS, C.; VINHAS, L.; RIBEIRO, G. (org), "Bancos de Dados Geográficos". São José dos Campos, MundoGEO, 2005.

MOREIRA, Maurício Alves. Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação. 4. ed. Viçosa: Ufv, 2011.

### **Bibliografia Complementar**

Arango, Héctor Gustavo. Bioestatística: teórica e computacional: com bancos de dados reais em disco / Héctor Gustavo Arango. - 3. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

CHRISTOFOLETI, Antonio. Modelagem de Sistemas Ambientais. Edgard Blucher, São Paulo, 1999.

PEDRINI, Hélio; Schwatz, Wilian Robson. Análise de Imagens Digitais: Princípios, algoritmos e aplicações. Thomson Learning. São Paulo, 2008.

DA SILVA, Jorge Xavier; ZAIDAN, Ricardo Tavares. Geoprocessamento & análise ambiental. 2ª Edição, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2004.

Elmasri, Ramez. Sistemas de banco de dados / Ramez Elmasri, Shamkant B. Navathe; tradução de Daniel Vieira,. - 6.ed. - São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2011.

Gonzalez, R. C.; Woods, R. E. Processamento de imagens digitais. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2003

## **DISCIPLINA:** Gestão Ambiental na Mineração

**EMENTA:** A disciplina aborda os conceitos, processos e classificação da atividade de mineração, sua importância para o desenvolvimento e suas externalidades sociais e ambientais. Caracterização do setor mineral e situação ambiental da mineração no Amapá. A normatização da concessão mineral e do licenciamento ambiental da mineração no Brasil, incluindo os mecanismos utilizados no planejamento e gestão ambiental da atividade: EIA-RIMA, RCA, PCA, PBA. Ênfase é dada ao PRAD de áreas mineradas. Enfoca a sustentabilidade no setor mineral e as características do setor mineral amapaense



## **BIBLIOGRAFIA:**

### **Bibliografia básica:**

BITTAR, O. COIMBRA, J.A.A. **Geologia e Meio Ambiente**. Editora SENAC, 2ª Ed. 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Diretrizes ambientais para o Setor Mineral**. Brasília, DF. 1997. 49p. Disponível em: [http://www.geologiado brasil.com.br/meio\\_ambiente/setminer.zip](http://www.geologiado brasil.com.br/meio_ambiente/setminer.zip).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Texto Básico sobre Impactos Ambientais no Setor de Extração Mineral**. Brasília, DF. 2001. 65p. Disponível em: [www.mma.gov.br/estruturas/sqa\\_pnla/\\_arquivos/mineracao.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/mineracao.doc)

### **Bibliografia Complementar:**

BARRETO, M. L. (2001), Mineração e desenvolvimento sustentável: desafios para o Brasil, Rio de Janeiro, CETEM/MCT, 215 p. Disponível em:

<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/922>

MINERAÇÃO, MINERAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (MMSD). **Abrindo Novos Caminhos: Mineração, Minerais e Desenvolvimento Sustentável. Sumário Executivo**. Earthscan Publications Ltd. 2002. Disponível em: <http://pubs.iied.org/pdfs/G00710.pdf>.

OLIVEIRA, M. J. (Coord.). **Diagnóstico do setor mineral do Estado do Amapá**. Macapá: IEPA, 2010. 148 p. Disponível em: [www.mme.gov.br/documents/1138775/1732815/Diagn%25C3%25B3stico%2Bdo%2BSetor%2BMineral%2Bdo%2BEstado%2Bdo%2BAmap%25C3%25A1/baf8b84f-2fa5-4b6e-91c0-](http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1732815/Diagn%25C3%25B3stico%2Bdo%2BSetor%2BMineral%2Bdo%2BEstado%2Bdo%2BAmap%25C3%25A1/baf8b84f-2fa5-4b6e-91c0-ee8bdad01e63%3Bjsessionid%3D1BE76A4C72FB15E9A604AB857B3E93B9.srv155+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)

[ee8bdad01e63%3Bjsessionid%3D1BE76A4C72FB15E9A604AB857B3E93B9.srv155+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1732815/Diagn%25C3%25B3stico%2Bdo%2BSetor%2BMineral%2Bdo%2BEstado%2Bdo%2BAmap%25C3%25A1/baf8b84f-2fa5-4b6e-91c0-ee8bdad01e63%3Bjsessionid%3D1BE76A4C72FB15E9A604AB857B3E93B9.srv155+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos**. 2ª Ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

SOUZA, J. M. M. de. **O Setor Mineral e sua inserção no processo de Desenvolvimento Sustentável. Relatório Técnico 82. Análise e avaliação da sustentabilidade na indústria mineral – MME/Banco Mundial**. J. Mendo

**2.4. Ata de criação e Livro ata das reuniões do NDE (Núcleo Docente Estruturante).**



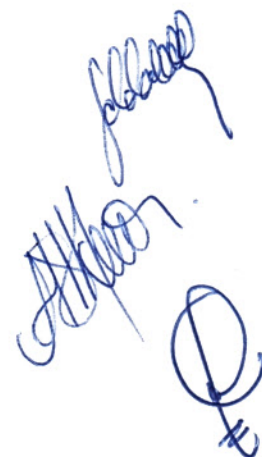
Universidade Federal do Amapá  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Curso de Ciências Ambientais

**Ata da reunião do NDE do Colegiado  
do Curso de Ciências Ambientais  
realizada no dia 10/05/2018.**

Às nove horas e vinte minutos do dia dez de maio de dois mil e dezoito, reuniram-se na Sala 03 do Bloco de Ciências Ambientais, os integrantes do NDE: o coordenador do curso de Ciências Ambientais, Professor Marcelo José de Oliveira, os professores, Arialdo Martins da Silveira Júnior, Cláudia Chelala e Marco Antônio Chagas, bem como os professores do colegiado do curso Elizandra de Matos Cardoso, Julieta Bramorski, e os técnicos Isaias Tavares da Costa, Rafael Giovanê Saldanha, com objetivo de deliberar sobre a: 1 – **Construção do novo Projeto Político Pedagógico do Curso. Informes:** O coordenador do curso Marcelo Oliveira iniciou a reunião apresentando o relatório de avaliação interna do curso realizado pelo Departamento de Avaliação e Informação -DEAVI, e ressaltou a importância do NDE ter uma regularidade em suas reuniões e solicitará uma nova portaria para recomposição do NDE, após consultar os membros do colegiado interessados em participar. 1 – **Construção do novo Projeto Político Pedagógico do Curso:** Após a apresentação do relatório citado, o docente Marcelo Oliveira, relatou que grande parte da problemática apresentada pelo DEAVI, pode ser sanada com a construção do novo PPC do curso em conjunto com a reformulação da matriz curricular. Marcelo Oliveira também apresentou um quadro comparativo com características de outros curso de Ciências Ambientais oferecidos por quatro universidades. Ressaltou que cada curso tem se enfoque, baseado no contexto da região e no ambiente acadêmico onde foi gestado. Destacou que é importante que o novo PPC, sobretudo, a matriz curricular não seja baseado apenas nas grades de outros cursos, mas nos objetivos e especificidades regionais, o que foi acatado pelos presentes. Após amplo debate sobre a temática apresentada, foram dados os seguintes encaminhamentos: 1- Elaboração de uma agenda de reunião do NDE; 2- Proposição de uma nova composição do NDE; 3- Agendar reunião com o DEAVI.

PLOPLAN e PROGRAD visando discutir o relatório de avaliação do curso e definir demandas para suprir as necessidades apontadas, sobretudo, quanto à infraestrutura do curso; 4- Verificar junto à PROGEP, com a servidora Elian Cruz, capacitação e treinamento para a elaboração do PPC e seus desdobramentos. 5. Voltar a discussão da matriz curricular no colegiado para dirimir algumas dúvidas, quanto à algumas disciplinas. Nada mais havendo a tratar, eu, Isaias Tavares da Costa, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e estando em conforme, segue assinada por todos os presentes, dando o coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Ambientais, professor Marcelo Oliveira, como encerrada a reunião às doze horas.

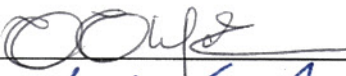

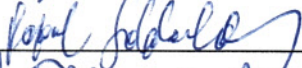
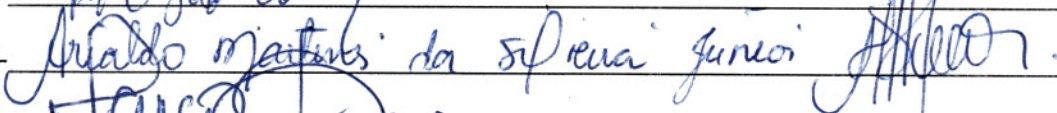
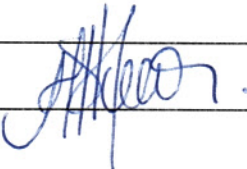
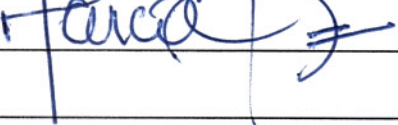
Macapá, 10 de maio de 2018



Universidade Federal do Amapá  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Coordenação do Curso de Ciências Ambientais  
Rod. Juscelino Kubtschek de Oliveira, Km 02 - Campus Marco Zero do Equador  
Coordenação de Ciências Ambientais - (96) 3312-1825  
CEP. 68906-970 - Macapá-Amapá

Frequência de membros presentes na Reunião do NDE do colegiado do Curso de Ciências Ambientais.

Data: 10/05/2018

- 1- 
- 2- 
- 3- 
- 4-  
- 5- 
- 6-
- 7-
- 8-
- 9-
- 10-
- 11-
- 12-
- 13-
- 14-
- 15-
- 16-
- 17-
- 18-
- 19-
- 20-
- 21-
- 22-
- 23-



Universidade Federal do Amapá  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
**Colegiado de Ciências Ambientais**

Nº 04/2018

**Ata da reunião do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Ciências Ambientais realizada no dia 17/12/2018.**

Às nove horas do dia dezessete de Dezembro de dois mil e dezoito, reuniram-se na Sala de Reunião do Bloco de Ciências Ambientais, o coordenador do curso de Ciências Ambientais, Professor Arialdo Martins da Silveira Júnior, os professores integrantes do colegiado do curso, Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala, Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha e Julieta Bramorski. Os professores Alan Cunha, José Júlio e Charles Chelala justificaram ausência. A reunião teve como objetivo discutir e deliberar sobre pauta única: 1 – **Atualização do PPC do Curso de Ciências Ambientais**. Arialdo Júnior informou que a tramitação de atualização do PPC junto a COEG deve ser feita pela coordenação do curso após deliberação do NDE. Seguindo a orientação da COEG, o coordenador encaminhará aos membros do NDE os instrumentos normativos e modelo para a reformulação do PPC de Ciências Ambientais. Foi decidido que para a atualização do PPC cada membro ficará responsável pela elaboração dos tópicos que os constituem: Justificativa (Cláudia Chelala), Contextualização do Curso (Marco Chagas), Organização didático-pedagógica (Arialdo Júnior, Julieta Bramorski, Helenilza Cunha e Alan Cunha), Sistema de Avaliação do Projeto do Curso (Charles Chelala), Corpo Docente (Marcelo Oliveira), Política de Pesquisa e Extensão (Júlio Toledo). O prazo para entrega dos tópicos finalizados definido foi dia 22 de Fevereiro de 2019. Posteriormente, será consolidada e revisada a versão atual do PPC para, assim, ser apreciada em colegiado. Nada mais havendo a tratar, eu, Arialdo Júnior, professor do magistério superior, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e estando em conforme, segue assinada por todos os presentes, dando o coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Ambientais, professor Arialdo Júnior, como encerrada a reunião às onze horas.

*Arialdo*

*COEG*

*[Assinatura]*

1. Arialdo Martins da Silveira Júnior Arialdo Martins S. Júnior
2. Cláudia Chelala Cláudia Chelala
3. Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha Helenilza F. A. Cunha
4. Julieta Bramorski Julieta Bramorski



Universidade Federal do Amapá  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
**Colegiado do Curso de Ciências Ambientais**

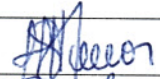

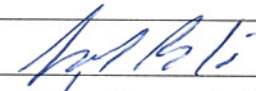
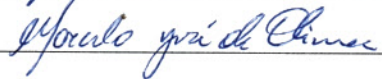
Nº 02/2019

**Ata da reunião do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Ciências Ambientais realizada no dia 10/04/2019.**

Às nove horas do dia dez de abril de dois mil e dezenove, reuniram-se na Sala de aula do Bloco de Ciências Ambientais, o coordenador do curso de Ciências Ambientais, Professor Arialdo Martins da Silveira Júnior, os professores integrantes do Núcleo Docente Estruturante, Cláudia Marija do Socorro Cruz Fernandes Chelala, Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha, Julieta Bramorski e Marcelo Oliveira. Os professores Alan Cunha e Charles Chelala justificaram ausência. A reunião teve como objetivo discutir e deliberar sobre as seguintes pautas: **1. Apreciação do Regimento Interno do Curso; 2. Apreciação das Normas do Trabalho de Conclusão de Curso; 3. Apreciação das Normas de Estágio Supervisionado; 4. Apreciação das Normas de Atividade Complementares; 5. Apreciação do Regimento Interno do NDE; 6. Apreciação dos regimentos internos dos laboratórios do curso de Ciências.** O prof. Arialdo Júnior iniciou a reunião explicando que as normativas foram encaminhadas por email previamente a reunião e sugeriu a dinâmica para a apreciação visando o atender a pauta do dia. Foi sugerido e aprovado por todos que os membros que tivessem algum destaque referente a alguma normativa a manifestasse no momento de sua leitura e apreciação. Desta forma, após ampla discussão e análises, o Regimento Interno do Curso, as normas do Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio Supervisionado e Atividade Complementares, além do Regimento Interno do NDE e dos regimentos internos dos laboratórios de Geoprocessamento; Química Ambiental; Simulação e Modelagem Ambiental; Saneamento Ambiental; e Ecologia foram aprovados e estes serão encaminhados para homologação em reunião de colegiado. Nada mais havendo a tratar, eu, Arialdo Júnior, professor do magistério superior e coordenador do Curso de Ciências Ambientais, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e estando em



conforme, segue assinada por todos os presentes, dando como encerrada a reunião às onze horas.

1	Arialdo Martins da Silveira Júnior	
2	Claúdia Maria S. C. F. Chelala	
3	Helenilza Ferreira A. Cunha	
4	Julieta Bramorski	
5	Marcelo Oliveira	



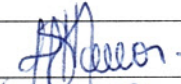

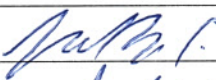
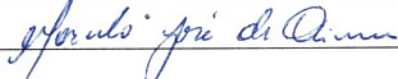
Universidade Federal do Amapá  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
**Colegiado do Curso de Ciências Ambientais**

Nº 02/2019

**Ata da reunião do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Ciências Ambientais realizada no dia 10/04/2019.**

Às nove horas do dia dez de abril de dois mil e dezenove, reuniram-se na Sala de aula do Bloco de Ciências Ambientais, o coordenador do curso de Ciências Ambientais, Professor Arialdo Martins da Silveira Júnior, os professores integrantes do Núcleo Docente Estruturante, Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala, Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha, Julieta Bramorski e Marcelo Oliveira. Os professores Alan Cunha e Charles Chelala justificaram ausência. A reunião teve como objetivo discutir e deliberar sobre as seguintes pautas: **1. Apreciação do Regimento Interno do Curso; 2. Apreciação das Normas do Trabalho de Conclusão de Curso; 3. Apreciação das Normas de Estágio Supervisionado; 4. Apreciação das Normas de Atividade Complementares; 5. Apreciação do Regimento Interno do NDE; 6. Apreciação dos regimentos internos dos laboratórios do curso de Ciências.** O prof. Arialdo Júnior iniciou a reunião explicando que as normativas foram encaminhadas por email previamente a reunião e sugeriu a dinâmica para a apreciação visando o atender a pauta do dia. Foi sugerido e aprovado por todos que os membros que tivessem algum destaque referente a alguma normativa a manifestasse no momento de sua leitura e apreciação. Desta forma, após ampla discussão e análises, o Regimento Interno do Curso, as normas do Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio Supervisionado e Atividade Complementares, além do Regimento Interno do NDE e dos regimentos internos dos laboratórios de Geoprocessamento; Química Ambiental; Simulação e Modelagem Ambiental; Saneamento Ambiental; e Ecologia foram aprovados e estes serão encaminhados para homologação em reunião de colegiado. Nada mais havendo a tratar, eu, Arialdo Júnior, professor do magistério superior e coordenador do Curso de Ciências Ambientais, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e estando em

conforme, segue assinada por todos os presentes, dando como encerrada a reunião às onze horas.

1	Arialdo Martins da Silveira Júnior	
2	Claúdia Maria S. C. F. Chelala	
3	Helenilza Ferreira A. Cunha	
4	Julieta Bramorski	
5	Marcelo Oliveira	

## **2.5. Ata de criação e Livro ata das reuniões do Colegiado de Curso**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS SUPERIORES**

**RESOLUÇÃO Nº 08/2008-CONSU**

De 23 de maio de 2008

**EMENTA:** Aprova a **Criação do Curso de Ciências Ambientais** da Universidade Federal do Amapá.

**O Presidente do Conselho Universitário** da Universidade Federal do Amapá, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e conforme o Art. 14, Inciso XIII do Estatuto da UNIFAP, c.c com o Art. 24, Inciso IV do Regimento Interno do CONSU e considerando,

O Processo nº 23125.000162/2005-50 e

A decisão do **Egrégio Conselho Universitário em Sessão Ordinária realizada no dia 16 de maio de 2008,**

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Aprovar a Criação do Curso de Ciências Ambientais na Universidade Federal do Amapá.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Campus Marco Zero do Equador, Sala das sessões do Conselho Superior, em Macapá-AP, 23 de maio de 2008.

  
**Prof. José Carlos Tavares Carvalho**  
**Presidente do CONSU/UNIFAP**



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA 02/2019 – CAMB/DMAD/UNIFAP**

**Data: 01 de março de 2019**

**Hora: 09:12h**

**Local: UNIFAP - Bloco de Ciências Ambientais**

Ao primeiro dia do mês de março de dois mil e dezenove (01/03/2019), no bloco de Ciências Ambientais, às 9h12, ocorreu a reunião ordinária do colegiado do curso de Ciências Ambientais. Estiveram presentes os servidores docentes Alan Cavalcanti da Cunha, Alzira Marques Oliveira, Arialdo Martins da Silveira Júnior (Coordenador do curso), Darren Norris, Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha, Marco Antônio Augusto Chagas, Marcelo José de Oliveira, Regina Célis Martins Ferreira e Renato Richard Hilário; o servidor técnico Isaias Tavares da Costa; os representantes discentes Rosana Maia Ferreira Balieiro, Jéssica Oliveira dos Santos, Ana Clara dos Santos Pantoja, Ravelly dos Santos Figueira, Elisiane dos Santos Oliveira, Suzane Sara Jesus Silva, Taís Silva Sousa, Hérika Viviane Gama da Gama, David Pool Sousa Oliveira, Ricardo George dos Santos, Clezio Júnior Teixeira Viegas e Ellizanda Perez Araújo. O coordenador do curso agradece a presença e a disponibilidade de todos e a reunião e discussão em colegiado seguiram os itens de pauta listados abaixo:

**1. Informes**

- a) O coordenador informou que a disciplina de Química Geral ofertada no semestre 2019.1 para a turma de calouros está sem professor, entretanto, aguardando a contratação de professor substituto, que conforme a PROGRAD irá ocorrer em meados de maio/2019. Desta forma, os professores que puderem adiantar suas aulas, poderão estar utilizando deste horário.

RH  
Handwritten signatures and initials in blue ink on the left margin.

Handwritten initials "p e e 2" in blue ink at the bottom center.

Handwritten initials in blue ink at the bottom center.

Handwritten signature "Taís Sousa" in blue ink at the bottom right.



- b) Prof. Arialdo Júnior sugeriu que fosse retirado o item 4 da pauta, pelos motivos de que já existe um membro representante do Curso de Ciências Ambientais no Conselho Editorial da UNIFAP.
- c) A Profa. Regina Célis afirmou que está havendo dificuldades de orientação de TCC da turma 2016, o que causará problemas futuros a esta turma. A discente Rosana Balieiro informou que a situação é difícil com relação a disponibilidade de orientadores. Os estudantes procuraram a representante de turma e a Prof. Regina Célis para externar estas dificuldades, que podem implicar na conclusão do curso. O Prof. Alan Cunha sugeriu que fosse mostrado um mapa com a distribuição das orientações/orientador. A Profa Regina Célis comentou sobre as dificuldades dos professores externos. Prof. Renato Hilário alerta que os alunos deveriam procurar os orientadores um pouco antes de um ano, explicando que é preciso iniciar este processo de escolha um pouco antecipado, uma vez que alguns projetos exigem uma demanda de tempo maior. Profa. Regina Celis informa que a matriz é rígida e, ainda, não há maturidade nos alunos para esta iniciativa. Aqueles que buscam são os que estão em atividade de pesquisa, iniciação científica. É preciso mudar a matriz ou ajustar a procura antes. Prof Alan Cunha sugeriu colocar o mapa na página do curso e criar um critério objetivo para vincular o discente que precisa do TCC com o professor disponível. O critério deveria ser: a) professor que não orienta deve ser, prioritariamente, o que pode ser vinculado com o aluno demandante; b) antecipar a informação prioritária para alunos mais antigos. Por exemplo, Profa. Helenilza Cunha, comentou que os alunos da turma 2013 deveriam ser prioridade, pois o número de orientações é no máximo três. Caso contrário, poderá haver retenção de turmas. Prof. Marco Chagas sugere a elaboração de um edital simples por área de interesse e tempo disponível (a exemplo do PAID). Prof. Regina Célis comenta que o aluno deve entender que o professor responsável sugere o tema e a área. Se o aluno entender isso, fica mais fácil a escolha e a orientação. Prof. Alzira Oliveira sugere levar o tema e os critérios para a Comissão de TCC, para assim detalhar os critérios e encaminhar ou direcionar os alunos para potenciais orientadores. Prof. Marcelo Oliveira afirma que esse processo deve ser feito com bastante

R6

*Handwritten signature*

*Handwritten initials*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

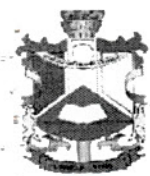
*Handwritten signature*

*Handwritten mark*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*



antecedência. Mas, dependendo do período, os professores têm dificuldade em saber quem orientar, porque o PAID é preenchido a *posteriori*. Professor Darren Noris sugere que os discentes mais antigos deveriam ser vinculados mais diretamente e com urgência.

**2. Apreciação das ATAS de avaliação dos processos de progressão funcional dos professores Marco Antônio Augusto Chagas e Alan Cavalcanti da Cunha;**

O coordenador do curso apresentou ao colegiado as ATAS de reunião das avaliações de progressão funcional dos docentes Marco Antônio Augusto Chagas e Alan Cavalcanti da Cunha para apreciação. Professor Arialdo leu as ATAS dos respectivos docentes para os membros do colegiado e em ambas as ATAS a comissão sugeriu pela aprovação das progressões. Diante disto, o colegiado decidiu por aprovar o pedido de progressão funcional para os Professores Marco Antônio Augusto Chagas (progressão aprovada para a classe de Associado I) e Alan Cavalcanti da Cunha (progressão aprovada para a classe de Associado II). Ambas solicitações foram aprovadas por unanimidade.

**3. Preenchimento de Plano de Ensino dos componentes curriculares via SIGAA;**

O coordenador informou a necessidade do preenchimento dos Planos de Ensino via SIGAA. Afirmou que esta necessidade surgiu de uma demanda crescente na coordenação de alunos que solicitam este plano de ensino para diferentes encaminhamentos. Prof. Arialdo Júnior afirmou e demonstrou (Ensino – Turma – Plano de Curso). Afirmou que, desta forma, o sistema melhorou e que o DERCA disponibiliza ao professor o fácil acesso no SIGAA, podendo desta forma preencher o formulário ao Plano de Ensino eletronicamente. Prof. Marco Chagas destacou que o formulário antigo era mais completo, gerado como pdf e incluído na 1ª Aula. Prof. Marcelo Oliveira informa que o sistema é uma ferramenta gerencial, mas não substitui o plano de ensino completo. Prof. Darren Norris pergunta se o sistema agora será o oficial para facilitar a gestão acadêmica e processos normais. Prof. Renato Hilário pergunta se a cada semestre será preciso fazer o plano ou pode ser

Handwritten notes and signatures on the left margin:

- Handwritten signature: *Alan Cavalcanti da Cunha*
- Handwritten initials: *RK*
- Handwritten signature: *[Illegible]*
- Handwritten signature: *[Illegible]*
- Handwritten signature: *[Illegible]*
- Handwritten signature: *[Illegible]*
- Handwritten signature: *[Illegible]*

Handwritten signatures at the bottom of the page:

- Handwritten signature: *[Illegible]*
- Handwritten signature: *[Illegible]*
- Handwritten signature: *[Illegible]*
- Handwritten signature: *[Illegible]*
- Handwritten signature: *[Illegible]*





importar para semestres posteriores. Arialdo Júnior continua a demonstração do Plano de Ensino no SIGAA e faz mais detalhamentos. Prof. Arialdo Júnior gostaria que os professores encaminhassem os Planos em pdf, se não estiverem acessado o sistema eletrônico. Prof. Darren Norris sugeriu incluir na ATA encaminhar ao setor administrativo informações sobre o acesso ao sistema em caso dos arquivos que não permitem edição. Prof. Arialdo Júnior encerra este tópico.

#### 4. Atualização do PPC do Curso;

O coordenador informou que o curso de Ciências Ambientais possui um prazo final de 26/03/2019 para enviar o PPC do curso para avaliação institucional. Afirmou que o PPC está em fase de revisão. Explicou que o NDE já iniciou a construção do novo PPC. Prof. Arialdo Júnior gostaria de atualizar com o colegiado o PCC, pois há dois anos este problema persiste. Algumas tarefas foram encaminhadas ao NDE. Alguns professores ficaram responsáveis por algumas atividades. Não tem sido fácil e alguns critérios têm de ser contemplados: norma, regimentos (que o colegiado não dispõe). Além disso, sobre o quadro de disciplinas na matriz e elaboração das ementas das novas disciplinas. Desde 2010 o PPC não é atualizado e o MEC irá avaliar o curso este ano. Se não for feito, o MEC irá avaliar negativamente. Temos de finalizar o PPC até 26 de março de 2019, prazo regimental da UNIFAP/MEC. Arialdo Júnior comentou que já existe grande parte construído pelo NDE. Alguns itens são gerais e burocráticos. Nossa maior preocupação são os ementários. Se vamos seguir como está ou se vamos fazer uma reanálise da estrutura matricial sugerida. Prof. Alan Cunha sugeriu apresentar a nova matriz. Prof. Arialdo comentou que o NDE deverá responder sobre este tema. O prof. Arialdo Júnior afirmou que alguns alunos procuraram a coordenação preocupados com o número de salas de aulas e as incompatibilidades de horários para os créditos de disciplina. A exemplo, a turma de 2019 que não tem uma sala de aula. O prof. Arialdo Júnior explicou que a curto prazo isto poderia ser resolvido com a atualização do PPC e oferta de turmas em horários alternados (manhã e tarde), o que poderá ser indicado pelo NDE e aprovado pelo colegiado posteriormente. Prof. Arialdo Júnior sugeriu uma data definitiva para uma reunião específica sobre o NDE/PPC (calendário,

DN

Handwritten signatures in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the left margin, including "RK", "A. Junior", "e e r", and "A. Cunha".



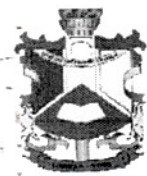
avanços, mudanças, etc). Prof. Darren Norris sugeriu agendar um dia de trabalho inteiro só para finalizar esta alteração. Manhã, tarde e noite. A primeira reunião do NDE será para o dia 08 de março de 2019, tanto pela manhã quanto pela parte da tarde.

#### 5. Solicitação de remanejamento do Prof. Alan Cunha para o Colegiado de Engenharia Civil

O coordenador informou que foi enviado à coordenação do curso de Ciências Ambientais, uma solicitação pelo remanejamento do Prof. Alan Cavalcanti da Cunha para o curso de Engenharia Civil. O memorando enviado à coordenação de Ciências Ambientais indica a disponibilidade de um código de vaga para o curso de Ciências Ambientais como contrapartida ao remanejamento. O Prof. Arialdo Júnior leu na íntegra o Memorando (Anexo) como justificativa da transferência. O Prof. Alan Cunha fez uma explanação sobre a solicitação e as devidas justificativas para a transferência. Prof. Arialdo Júnior afirmou que alguns pontos deverão ser esclarecidos. O coordenador explicou que seria importante condicionar a transferência mediante o compromisso, registrado em ATA, do colegiado de Engenharia Civil na cessão de professores ministrar as disciplinas de saneamento ambiental I e II até a contratação efetiva (código de vaga) de um novo professor. Darren Norris comenta que em função da produtividade do professor Alan Cunha e área de atuação, seria importante observarmos o preenchimento do código de vaga cedido pela coordenação de engenharia civil e considera importante avaliarmos de forma cautelosa a transferência solicitada e informa que deveria ser imposto mecanismos de compensação, como, por exemplo, dois códigos de vagas em troca de uma. Prof. Marcos Chagas afirma que somos professores da UNIFAP e, assim, deveríamos ter assegurado a nossa mobilidade plena, podendo sermos assim mais produtivos e felizes. Continua sua fala citando Aristóteles, "a felicidade é o projeto de vida" e comenta que ninguém é insubstituível e que a regra deveria ser essa, o livre arbítrio. Prof. Marcelo Oliveira afirma que é importante pensarmos no interesse público, desde que não haja prejuízo aos alunos e ao curso de ciências ambientais. No entanto, não temos como nos opormos à um pedido de transferência. Prof. Arialdo Júnior sugere que seja solicitado a

JN

Kaísoura



coordenação de Engenharia Civil o número do código de vaga, não informado no memorando. O prof. Alan Cunha informou que o código ainda não está definido. A Prof. Regina Cellis destaca a dedicação do Prof. Alan Cunha para com o curso de Ciências Ambientais, ao se dedicar a projetos e a busca de novos desafios. Ressalta, também, que a transferência é uma futura contribuição do Prof Alan Cunha à engenharia do Amapá. Após ampla discussão a plenária colocou em votação a transferência do prof. Alan Cunha, com as seguintes condições e com bases em duas propostas: l) transferência imediata, condicionada a apresentação do código de vaga e o compromisso do Prof. Alan Cunha e da coordenação de Engenharia Civil na cessão de professores para ministrar normalmente as disciplinas de Saneamento Ambiental I e II até a contratação efetiva, via concurso público, de um novo professor; b) transferência condicionada ao preenchimento do código de vaga via concurso público. Após votação em colegiado, o resultado indicou nove (9) votos na primeira proposta, quatro (4) na segunda e nenhuma abstenção. Desta forma, o colegiado decidiu pela transferência imediata do professore Alan Cunha, condicionada a apresentação do número do código de vaga e o compromisso do Prof. Alan Cunha e da coordenação de Engenharia Civil na cessão de professores para ministrar normalmente as disciplinas de Saneamento Ambiental I e II até a contratação efetiva, via concurso público, de um novo professor.

**6. O que ocorrer:**

- a) O coordenador explicou que alguns professores e alunos levantaram algumas dificuldades em ministrar e assistir aulas no bloco do Curso de Educação Física, entre eles, o ruído do ar condicionado e dificuldade de acesso a chave e abertura da porta da sala de aula. Com base na sugestão de alguns professores, o prof. Arialdo Júnior indicou a possibilidade de remanejar a turma de 2016 para o LABGEO e a turma de 2019 para a sala 3 do bloco de Ciências Ambientais. No entanto, o prof. Arialdo Júnior afirmou que esta decisão precisa, prioritariamente, do aval da turma de 2016, respeitando seu direito de escolha, uma vez que a turma já havia sido alocada na sala 3 do bloco de Ciências Ambientais. Prof. Marcelo Oliveira comenta que as disciplinas de seminários, TCC I e

DN

Tais Saura

per 222

RH



Estágios já utilizam a sala de geoprocessamento. Prof. Alan Cunha sugere que seja feita uma ação (ampla) departamental junto com o seu conselho para que sejam tomadas providências sérias quanto a intervir junto à PROGRAD Na construção de mais uma sala de aula para o bloco de ciências ambientais. Os alunos presentes representantes da turma 2016 e 2019 concordam com a proposta e afirmam que o assunto será discutido com a turma no momento oportuno e encaminhado a coordenação a decisão para os devidos encaminhamentos.

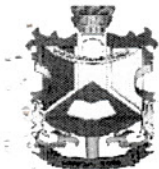
- b) Prof. Alan Cunha perguntou sobre o reconhecimento do curso. Prof. Arialdo Júnior informou que o processo interno já iniciou. Após este processo, o MEC irá iniciar o reconhecimento do curso, in loco, talvez no final de junho, para avaliar o curso.

Nada mais a tratar, o coordenador do curso dar por encerrada a reunião às 11h30 e lavra a presente ATA.

Macapá-AP, 01 de março de 2019.

1	Alan Cavalcanti da Cunha	<i>Alan Cavalcanti da Cunha</i>
2	Alzira Marques Oliveira	<i>Alzira Marques Oliveira</i>
3	Ana Clara dos Santos Pantoja	
4	Arialdo Martins da Silveira Júnior	<i>Arialdo</i>
5	Clezio Júnior Teixeira Viegas	<i>Clezio Jr. Teixeira Viegas</i>
6	Darren Norris	<i>DN</i>
7	David Pool Sousa Oliveira	
8	Elisiane dos Santos Oliveira	<i>Elisiane dos Santos</i>
9	Ellizanda Perez Araújo	
10	Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha	<i>HACunha</i>
11	Hérika Viviane Gama da Gama	

*Taís*



12	Isaias Tavares da Costa	Isaias Tavares da Costa.
13	Jéssica Oliveira dos Santos	Jéssica Oliveira dos Santos
14	Marcelo José de Oliveira	Marcelo José de Oliveira
15	Marco Antônio Augusto Chagas	Marco Antônio Augusto Chagas
16	Ravelly dos Santos Figueira	Ravelly dos Santos Figueira
17	Regina Célis Martins Ferreira	Regina Célis Martins Ferreira
18	Renato Richard Hilário	Renato Richard Hilário
19	Ricardo George dos Santos	Ricardo George dos Santos
20	Rosana Maia Ferreira Balieiro	Rosana Ferreira Balieiro
21	Suzane Sara Jesus Silva	Suzane Sara Jesus Silva
22	Taís Silva Sousa	Taís Silva Sousa



Universidade Federal do Amapá  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
**Colegiado de Ciências Ambientais**

Nº 03/2019

**Ata da reunião do Colegiado do  
Curso de Ciências Ambientais  
realizada no dia 29/03/2019.**

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e dezenove, reuniram-se na Sala 03 do Bloco de Ciências Ambientais, o coordenador do curso de Ciências Ambientais, Professor Arialdo Martins da Silveira Junior, os professores integrantes do colegiado do curso, Alan Cavalcanti da Cunha, Cláudia Chelala, Darren Norris, Marcelo José de Oliveira, Renato Richard Hilário, Sávio Luis Carmona dos Santos, o técnico Isaias Tavares da Costa, os discente Ana Clara dos Santos Pantoja, Jéssica Oliveira dos Santos, Gabriel do Nascimento da Silva e Ana Felismina Brito Cardozo, com objetivo de deliberar sobre as seguintes pautas: **1 – Solicitação de Sala de Aula; 2 – Código de vaga da disciplina de Direito Ambiental; 3 – Apreciação da versão atual (2019) do PPC para os encaminhamentos de atualização; 4 – Institucionalização do Laboratório de Geoprocessamento. O que ocorrer. Informes:** O coordenador do curso Arialdo Junior iniciou a reunião solicitando aos membros do colegiado se tinham algum informe, tendo em vista que a coordenação do curso não teria nenhum para repassando até o presente momento. O professor Alan Cunha informou que a coordenação do curso de Engenharia Civil solicitou cópias de suas pastas da documentação pessoal e profissional que a coordenação dispunha. O discente Gabriel da Silva informou sobre a criação de uma entidade denominada Atlética do curso de Ciências Ambientais. **1 – Solicitação de Sala de Aula:** O Coordenador Arialdo Junior apresentou ao colegiado a solicitação de salas de aula para o curso de Química para atender o projeto UNIENEM. Cláudia Chelala relatou sobre as experiências do curso relativa à cessão das salas e manifestou-se favorável ao pleito do curso de Química, condicionado a organização, zelo e limpeza do ambiente. Após discussões, sobre a temática o colegiado aprovou em ceder 2 (duas) salas de aula com início das atividades do curso de Química a partir das 19 horas,

CC  
A  
A

Cardozo

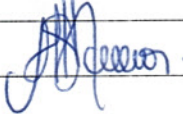
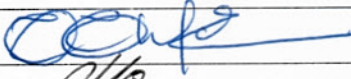
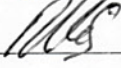
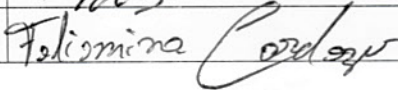
DN RA

A

tu

mediante comprometimento de zelo pelo ambiente das salas. **2 – Código de vaga da disciplina de Direito Ambiental:** O coordenador Arialdo Junior relatou sobre as perspectivas de um novo processo para preenchimento da vaga do docente Judson Barros e aguarda posicionamento da PROGRAD quanto ao procedimento que será adotado para a disciplina de Direito Ambiental que está em curso. **3 – Apreciação da versão atual (2019) do PPC para os encaminhamentos de atualização:** O professor Arialdo Junior informou que encaminhou aos docentes do colegiado a versão do PPC formulado pela comissão do NDE e realizou uma breve apresentação do PCC com alguns pontos para apreciação e debate junto ao colegiado. Houve arguição sobre a proposta relativa ao número de vagas para ingresso no curso que seria a proposta A: de até 50 vagas ou a proposta B: com 50 vagas. Marcelo Oliveira propôs a realização de uma consulta à PROGRAD para verificar essa possibilidade de mudança no PPC do curso, portanto ficou decidido que o colegiado aguardará o devido posicionamento. O colegiado aprovou por unanimidade a forma de ingresso em turnos alternados, ou seja, em um ano o curso será ofertado as vagas no turno matutino, e no ano posterior no turno vespertino, de forma alternada. O colegiado definiu o prazo até dia 02 de abril de 2019 (terça-feira) para que os docentes encaminhem as ementas das disciplinas constantes no novo PCC. Na oportunidade, ficou estabelecido, também, uma reunião extraordinária do colegiado para o dia 10 de abril do corrente ano, cujo objetivo será apreciar as propostas de regimento do NDE e do Colegiado. Nada mais havendo a tratar, eu, Isaias Tavares da Costa, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e estando em conforme, segue assinada por todos os presentes, dando o coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Ambientais, professor Arialdo Martins da Silveira Junior, como encerrada a reunião às onze horas e cinquenta minutos.

Macapá, 29 de março de 2019

Arialdo Martins da Silveira Junior	
Alan Cavalcanti da Cunha	
Ana Clara dos Santos Pantoja	
Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala	
Darren Norris	
Felismina Brito Cardozo	









Gabriel do Nascimento da Silva	
Isaias Tavares da Costa	Isaias Tavares da Costa
Jéssica Oliveira dos Santos	Jéssica O. dos Santos
Marcelo José de Oliveira	Marcelo José de Oliveira
Renato Richard Hilário	Renato R. Hilário
Sávio Luis Carmona dos Santos	
Taís Silva Sousa	







Universidade Federal do Amapá  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
**Colegiado de Ciências Ambientais**

Nº 04/2019

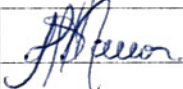
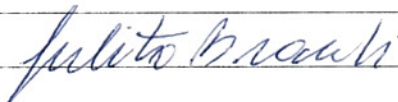
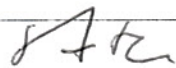
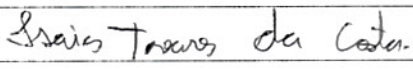
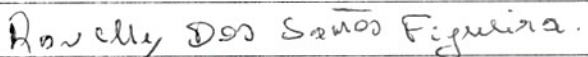
**Ata da reunião do Colegiado do  
Curso de Ciências Ambientais  
realizada no dia 26/04/2019.**

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e dezenove, reuniram-se na Sala 03 do Bloco de Ciências Ambientais, o coordenador do curso de Ciências Ambientais, Professor Arialdo Martins da Silveira Junior, os professores integrantes do colegiado do curso, Alzira Marques Oliveira, Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha, José Julio de Toledo, Julieta Bramorski, Marco Antonio Augusto Chagas, Sávio Luis Carmona dos Santos, o técnico Isaias Tavares da Costa, os discente Taís Silva Sousa e Ravelly dos Santos Figueira, com objetivo de deliberar sobre as seguintes pautas: **1 – Apreciação do Regimento Interno do Curso; 2 – Apreciação das Normas do Trabalho de Conclusão de Curso; 3 – Apreciação das Normas de Estágio Supervisionado; 4 – Apreciação das Normas de Atividades Complementares; 5 – Apreciação do Regimento do NDE; 6 – Apreciação dos regimentos internos dos Laboratórios do curso de Ciências Ambientais.** O coordenador do curso Arialdo Junior iniciou a reunião apresentado os pontos de pauta a serem discutidos, realizando a leitura e discussões dos Regimentos e Normas propostas na reunião do Colegiado do curso de Ciências Ambientais. O coordenador do curso lembrou, ainda, que todos os documentos foram elaborados e aprovados pelo NDE do curso. Após apreciação dos itens propostos, encaminhados previamente à todos do colegiado, os membros presentes na reunião aprovaram por unanimidade o Regimento Interno do Curso, a Norma do Trabalho de Conclusão de Curso, a Norma de Estágio Supervisionado, a Norma de Atividades Complementares, o Regimento Interno do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e os Regimentos dos laboratórios do curso de Bacharelado em Ciências Ambientais. Nada mais a tratar, eu, Isaias Tavares da Costa, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e estando em conforme, segue assinada por todos os presentes, dando o coordenador do curso de Bacharelado em Ciências

Ambientais, professor Arialdo Martins da Silveira Junior, como encerrada a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos.

Macapá, 26 de abril de 2019

#### ASSINATURAS

1	Arialdo Martins da Silveira Junior	
2	Alzira Marques Oliveira	
3	Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha	
4	José Julio de Toledo	
5	Julieta Bramorski	
6	Marco Antonio Augusto Chagas	
7	Sávio Luis Carmona dos Santos	
8	Isaias Tavares da Costa	
9	Táís Silva Sousa	
10	Ravelly dos Santos Figueira	



LISTA DE FREQUÊNCIA REUNIÃO ORDINÁRIA 02/2019 – CAMB

Data: 26 de Abril de 2019

Hora: 08h30

Local: UNIFAP - Bloco de Ciências Ambientais

- 1 *Julio Cesar B. Rosetti*
- 2 *Heleneilze F. S. Cunha*
- 3 *Isaías Tavares da Costa*
- 4 *Tais Silva Sousa*
- 5 *Rosvelly dos Santos Figueira*
- 6 *Alzira Marques Oliveira*
- 7 *José Julio de Toledo*
- 8 *[Signature]*
- 9 *[Signature]*
- 10 *[Signature]*
- 11 *Arnaldo Martins da Silva Júnior*
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18



Universidade Federal do Amapá  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
**Colegiado de Ciências Ambientais**

Nº 05/2019



**Ata da reunião do Colegiado do  
Curso de Ciências Ambientais  
realizada no dia 13/06/2019.**

Às nove horas e vinte e minutos do dia treze de junho de dois mil e dezenove, reuniram-se na Sala 03 do Bloco de Ciências Ambientais, o coordenador do curso de Ciências Ambientais, Professor Arialdo Martins da Silveira Junior, os professores integrantes do colegiado do curso, Alan Cavalcanti da Cunha, Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala, Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha, Julieta Bramorski, Marcelo José de Oliveira, Marco Antonio Augusto Chagas, o técnico Isaias Tavares da Costa, os discente Ana Clara dos Santos Pantoja e Gabriel do Nascimento da Silva, com objetivo de deliberar sobre as seguintes pautas: **1 – Horário para o segundo semestre de 2019;** **2 – Perfil de vaga para professor efetivo oriundo da vaga do docente Alan Cunha;** **3 – Apreciação da banca de avaliação de progressão funcional do docente Marcelo Oliveira;** **4 – Apreciação do projeto de Extensão do docente Renato Richard Hilário;** **5 – Apreciação do projeto de pesquisa do docente José Júlio de Toledo.** O coordenador do curso Arialdo Junior iniciou a reunião apresentando as servidoras da divisão de qualidade de vida que divulgaram sobre a realização dos exames periódicos para os servidores desta IFES. O coordenador, também, relatou sobre o recebimento de um memorando do NITT relativo ao cadastramento de pesquisas realizadas com patrimônio genético, com prazo máximo para registro até o dia cinco de novembro do corrente ano. Logo em seguida foi informado sobre a festa junina organizada pelos alunos do curso de Ciências Ambientais na arena do bairro Boné Azul, a partir das 18:00 horas. O professor Marcelo Oliveira informou sobre um memorando da PROEAC relativo à participação de docentes em cursos de extensão. Justificaram ausência na reunião os docentes Daren Norris e Charles Chelala **1 – Horário para o segundo semestre de 2019:** O coordenador apresentou ao colegiado a proposta de horário para o segundo semestre, sendo aprovado pelos membros presentes por unanimidade. **2 – Perfil de vaga para professor efetivo oriundo da vaga do docente Alan Cunha:** Foi

apresentada ao colegiado uma proposta de perfil para preenchimento da vaga do docente Alan Cunha, via concurso público para professor efetivo. O docente Alan Cunha ressaltou a necessidade de um perfil voltado para a engenharia, com ênfase na área de saneamento ambiental, justificando isto pela carência de professores no curso que atuem, especificamente, nesta linha de pesquisa e área de conhecimento. O professor Marcelo Oliveira, sugeriu que a vaga pudesse atender às áreas de química e saneamento ambiental. Neste momento, os professores Alan Cunha e Heleniza Cunha precisaram se ausentar da reunião. Diante de uma ampla discussão sobre a temática, ficou decidido e aprovado a criação de uma comissão que elaborará o perfil da vaga, composta pelos docentes: Arialdo Martins da Silveira Júnior, Marco Antonio Augusto Chagas, Marcelo José de Oliveira e Julieta Bramorski. **3 – Apreciação da banca de avaliação de progressão funcional do docente Marcelo Oliveira:** A banca proposta pelo professor Marcelo Oliveira, composta pelos professores: Cláudia Chelala (presidente), Helyelson Paredes Moura, José Reinaldo Cardoso Nery e Sávio Luis Carmona dos Santos (suplente) foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes na reunião. **4 – Apreciação do projeto de Extensão do docente Renato Richard Hilário;** **5 – Apreciação do projeto de pesquisa do docente José Júlio de Toledo:** os projetos de extensão do docente Renato Hilário e de pesquisa do docente: José Júlio de Toledo foram aprovados pelos membros presentes na reunião de colegiado. O colegiado do curso decidiu que a partir desta data, os projetos de pesquisa e extensão só serão apreciados, mediante apresentação do docente proponente em reunião de colegiado. Nada mais a tratar, eu, Isaias Tavares da Costa, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e estando em conforme, segue assinada por todos os presentes, dando o coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Ambientais, professor Arialdo Martins da Silveira Junior, como encerrada a reunião às dez horas e trinta e três minutos.

Macapá, 13 de junho de 2019

#### ASSINATURAS

1	Arialdo Martins da Silveira Junior	
2	Alan Cavalcanti da Cunha	
3	Cláudia Chelala	
3	Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha	

4	Julieta Bramorski	<i>Julieta Bramorski</i>
6	Marco Antonio Augusto Chagas	<i>Marco Antonio Augusto Chagas</i>
7	Marcelo José de Oliveira	<i>Marcelo José de Oliveira</i>
8	Isaias Tavares da Costa	<i>Isaias Tavares da Costa</i>
9	Ana Clara dos Santos Pantoja	
10	Gabriel do Nascimento da Silva	



Universidade Federal do Amapá  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
**Colegiado de Ciências Ambientais**

Nº 06/2019

**Ata da reunião do Colegiado do  
Curso de Ciências Ambientais  
realizada no dia 30/08/2019.**

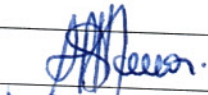
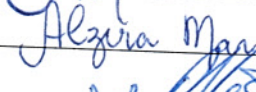

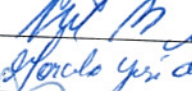
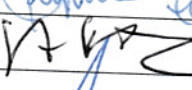

Às oito horas e cinquenta e minutos do dia trinta de agosto de dois mil e dezenove, reuniram-se na Sala 03 do Bloco de Ciências Ambientais, o coordenador do curso de Ciências Ambientais, Professor Arialdo Martins da Silveira Junior, os professores integrantes do colegiado do curso, Alzira Marques Oliveira, Darren Norris, José Júlio de Toledo, Julieta Bramorski, Marcelo José de Oliveira, Regina Célis Martins Ferreira, Sávio Luis Carmona dos Santos, o técnico Isaias Tavares da Costa, com objetivo de deliberar sobre as seguintes pautas: **1 – Apreciação do parecer de progressão funcional do docente Marcelo Oliveira; 2 – Plano de qualificação dos docentes do colegiado.** O coordenador do curso Arialdo Junior iniciou a reunião desejando boas-vindas a todos os presentes referente ao segundo semestre de 2019, também informou sobre a justificativa de ausência da docente Cláudia Chelala. O professor Marcelo Oliveira e a docente Regina Célis informaram que os discentes matriculados nas disciplinas de TCC I e TCC II, precisaram qualificar o TCC até o dia 14 de setembro do corrente ano para que possa dar continuidade na disciplina de TCC II. O coordenador também informou sobre o processo eleitoral para membros do CONSU/CONDIR. **1 – 1 – Apreciação do parecer de progressão funcional do docente Marcelo Oliveira:** O coordenador apresentou ao colegiado o parecer da banca que avaliou o processo de progressão do docente Marcelo Oliveira, sendo aprovado pelos membros presentes por unanimidade. **2 – Plano de qualificação dos docentes do colegiado:** O coordenado do curso apresentou aos membros presentes na reunião de colegiado a proposta do plano de afastamento para qualificação docente para ratificação e atualização, após as devidas alterações, a coordenação do curso irá verificar os percentuais de afastamentos possíveis e apresentará na próxima reunião de colegiado. Nada mais a tratar, eu, Isaias Tavares da Costa, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e estando em conforme, segue assinada por todos os presentes, dando o coordenador do curso de Bacharelado em



Ciências Ambientais, professor Arialdo Martins da Silveira Junior, como encerrada a reunião às nove horas vinte minutos.

Macapá, 30 de agosto de 2019

ASSINATURAS

1	Arialdo Martins da Silveira Junior	
2	Alzira Marques Oliveira	Alzira Marques Oliveira
3	Darren Norris	
4	José Júlio de Toledo	
5	Julieta Bramorski	
6	Marcelo José de Oliveira	Marcelo José de Oliveira
7	Regina Célis Martins Ferreira	Regina Célis Martins Ferreira
8	Sávio Luis Carmona dos Santos	
9	Isaias Tavares da Costa	


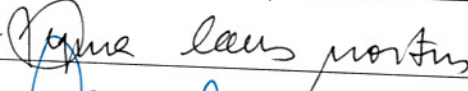



LISTA DE FREQUÊNCIA REUNIÃO ORDINÁRIA 06/2019 – CAMB

Data: 30 de agosto de 2019

Hora: 08h30

Local: UNIFAP - Bloco de Ciências Ambientais

1. DARREN NORRIS 
2. Jul Berti
3. Rafaela Góes de Oliveira
4. Saulo Luis Carmona Santos
5. 
6. 
7. Pro-fulvio de Toledo
8. Arnaldo Martins S. Júnior
9. Jairo Tenório da Costa
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.



Universidade Federal do Amapá  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
**Colegiado de Ciências Ambientais**



Nº 07/2019

**Ata da reunião do Colegiado do  
Curso de Ciências Ambientais  
realizada no dia 27/09/2019.**

Às nove horas e onze minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezenove, reuniram-se na Sala 03 do Bloco de Ciências Ambientais, o coordenador do curso de Ciências Ambientais, Professor Arialdo Martins da Silveira Junior, os professores integrantes do colegiado do curso, Alzira Marques Oliveira, Bianca da Cunha Jacomé Veras, Darren Norris, José Júlio de Toledo, Julieta Bramorski, Marcelo José de Oliveira, Sávio Luis Carmona dos Santos, o técnico Isaias Tavares da Costa, e os discentes: Juliana Chagas Gurjão Nunes, Suzane Sara Jesus Silva, Clezio Júnior Teixeira Viegas, Rafaela Barbosa, Gabriel do Nascimento da Silva e Camila Pacheco, com objetivo de deliberar sobre as seguintes pautas: **1 – Plano de qualificação dos docentes do colegiado; 2 – Apreciação do projeto de pesquisa da docente Alzira Oliveira; 3 – Situação dos cachorros no bloco (pauta sugerida por discente); 4 – Apreciação da banca para progressão da docente Cláudia Chelala; e o que ocorrer.** O coordenador do curso Arialdo Junior iniciou a reunião desejando boas-vindas a professora Bianca, que passará a integrar o quadro de docentes do curso na qualidade de professor substituto, também, informou sobre a justificativa de ausência das docentes Cláudia Chelala e Helenilza Cunha. Na ocasião, também informou sobre a dedetização que ocorrerá no bloco do curso no dia trinta de setembro do corrente ano. **1 – Plano de qualificação dos docentes do colegiado:** O coordenado do curso apresentou aos membros presentes na reunião de colegiado a proposta do plano de afastamento para qualificação docente, após as devidas alterações, o referido plano foi aprovado por unanimidade pelos membros presentes. **2 – Apreciação do projeto de pesquisa da docente Alzira Oliveira:** A docente Alzira Oliveira apresentou o projeto de pesquisa intitulado “Estudo etnobotânico de plantas medicinais utilizadas no Centro de Referência em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do Amapá”. Sendo aprovado pelo colegiado. **3 – Situação dos cachorros no bloco (pauta sugerida por**

**discente):** O discente Gabriel relatou que alguns cães estão avançando sobre os alunos e que a situação está ficando corriqueira. O coordenador do curso sugeriu que o centro acadêmico possa encaminhar um requerimento para que seja verificada as possibilidades de solução da demanda. A docente Alzira Oliveira sugeriu que os alunos possam contatar alguma ONG que trabalhe na área, com objetivo de receber orientações de como proceder. O Prof. José Julio retirou-se da sala neste momento para participar de outra reunião. **4 – Apreciação da banca para progressão da docente Cláudia Chelala:** O coordenador apresentou ao colegiado a proposta de banca para a referida progressão funcional, composta pelos docentes: Marcelo José de Oliveira, como presidente, Julieta Bramorski e Helyelson Paredes Moura, na qualidade de membros e como suplente, a docente Daguinete Maria Chaves Brito. Sendo então aprovado pelos membros presentes. **O que ocorrer:** O docente Marcelo Oliveira sugeriu como pauta final, a situação do curso de Ciências Ambientais, relatando preocupação com a futura avaliação do MEC, considerando a atual conjuntura política e apontou a necessidade de criação de uma agenda para discutir melhorias para este curso, como por exemplo a retomada dos trabalhos das comissões. Pontuou também, a necessidade de questionar a PROGRAD sobre a vaga deixada pelo professor Alan Cunha. Após amplo debate, o coordenador do curso relatou que as problemáticas apontadas decorrem da situação vivenciada pelo curso nos últimos anos e que estas devem ser trabalhadas. No entanto, ele enfatizou que será fundamental reunir esforços de todos para que tais demandas possam ser supridas, considerando os aspectos políticos e burocráticos desta IFES. Nada mais a tratar, eu, Isaias Tavares da Costa, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e estando em conforme, segue assinada por todos os presentes, dando o coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Ambientais, professor Arialdo Martins da Silveira Junior, como encerrada a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos.

Macapá, 27 de setembro de 2019

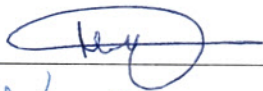



LISTA DE FREQUÊNCIA REUNIÃO ORDINÁRIA 06/2019 – CAMB

Data: 27 de setembro de 2019

Hora: 09h00

Local: UNIFAP - Bloco de Ciências Ambientais

- 1 Savio Luis Gomon dos Santos J A J z
- 2 Bianca da Cunha facome Teras
- 3 Izeias Taveira da Costa
- 4 Julieta Bramowski
- 5 Marcelo José de Oliveira 
- 6 Juliana Chagas Guirão Nunes
- 7 Suzome Sara Jesus Silva
- 8 Clezio G. Teixeira Lima
- 9 Rafaela Wilson Sarmiento Serra Barbosa
- 10 Gabriel do Nascimento da Silva
- 11 Camilla Paes Pacheco
- 12 Alzira Marques Oliveira
- 13  DARREN NORRIS
- 14 Arnaldo Martins S. Junior
- 15
- 16
- 17
- 18



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

**ATA DE REUNIÃO Nº 135 / 2021 - CCAMB (11.02.25.16.01)**

**Nº do Protocolo: 23125.026308/2021-54**

**Macapá-AP, 05 de Novembro de 2021**

Universidade Federal do Amapá

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento

**Colegiado de Ciências Ambientais**

**Nº 01/2020**

**Ata da reunião do Colegiado do Curso de Ciências Ambientais realizada no dia 03/03/2020.**

Às oito horas e quarenta e oito minutos do dia três de março de dois mil e vinte, reuniram-se na Sala 03 do Bloco de Ciências Ambientais, o coordenador do curso de Ciências Ambientais, Professor Arialdo Martins da Silveira Junior, os professores integrantes do colegiado do curso, Bianca da Cunha Jácome, Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha, José Júlio de Toledo, Maíra Pombo, Marcelo José de Oliveira, Marco Antônio Augusto Chagas, Sávio Luís Carmona dos Santos; o técnico Isaias Tavares da Costa; e as discentes Danyele Luz e Juliana Nunes, com objetivo de deliberar sobre as seguintes pautas: **1 - Prorrogação de contrato de professor substituto; 2 - Apreciação do projeto de pesquisa do docente Marco Chagas; 3 - Apreciação de projetos de pesquisa e extensão do docente Arialdo Júnior; 4 - Apreciação do projeto de extensão do docente Marcelo Oliveira; 5 - Processo de reconhecimento do curso; 6 - O que ocorrer.** O coordenador do curso Arialdo Junior iniciou a reunião desejando boas-vindas a todos os presentes referente ao primeiro semestre de 2020. O professor Marcelo Oliveira relatou sobre a utilização do espaço físico na entrada do bloco de Ciências Ambientais, que antes era utilizado pelo banco Santander e, recentemente, passou a ser cedido pela PROAD ao curso de Licenciatura em Teatro. Solicitou, assim, manifestação do colegiado de Ciências Ambientais para que o referido espaço possa ser utilizado pelos acadêmicos de Ciências Ambientais. Ficou aprovado que será elaborado um documento para ser encaminhado à PROAD. **1 - Prorrogação de contrato de professor substituto:** A prorrogação do contrato das professoras substitutas Maira Pombo e Bianca Jácome foi aprovado pelos membros presentes na reunião. **2 - Apreciação do projeto de pesquisa do docente Marco Chagas:** O docente Marco Chagas apresentou o projeto de pesquisa sob sua coordenação, o qual foi aprovado pelos membros presentes. **3 - Apreciação de projetos de pesquisa e extensão do docente Arialdo Júnior:** O professor Arialdo Júnior apresentou ao colegiado um projeto de extensão intitulado “Vamos falar sobre sustentabilidade? O debate ambiental e as práticas sustentáveis em escolas públicas de Macapá/AP” e, também, apresentou um projeto de pesquisa intitulado “Caracterização da comunidade fitoplanctônica do baixo Rio Macacoari

(Itaubal/AP): biodiversidade e fatores ecológicos associados”. Ambos sendo aprovados pelos membros presentes. **4 - Apreciação do projeto de extensão do docente Marcelo Oliveira:** O professor Marcelo Oliveira apresentou uma proposta de projeto de extensão aos membros do colegiado de Ciências Ambientais, Empresa Júnior, sendo aprovado por unanimidade. **5 - Processo de reconhecimento do curso:** O coordenador Arialdo Júnior relatou ao colegiado sobre o processo de avaliação do Curso de Ciências Ambientais e solicitou ao corpo docente a atualização dos documentos na pasta funcional, como por exemplo, currículo *Lattes*, PAID e Planos de ensino. **6 - O que ocorrer:** A discente Juliana Nunes apresentou uma relação de alunos que solicitaram a oferta da disciplina de Métodos Quantitativos II em formato de PLI (Período Letivo Intervalar). A docente Máira Pombo se propôs em realizar uma reunião com os alunos para verificar a possibilidade em atender a referida demanda. Os docentes na reunião aprovaram que as próximas reuniões do referido colegiado serão realizadas nas penúltimas quintas-feiras de cada mês, por solicitação do professor Marcelo Oliveira que está ministrando disciplina às sextas-feiras, no horário matutino, no curso de Ciências Biológicas desta IFES. Nada mais a tratar, eu, Isaias Tavares da Costa, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e estando em conforme, segue assinada por todos os presentes, dando o coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Ambientais, professor Arialdo Martins da Silveira Junior, como encerrada a reunião às nove horas e cinquenta e três minutos.

Macapá, 03 de março de 2020

#### Lista de presença

- 1 Arialdo Martins da Silveira Júnior
- 2 Bianca da Cunha Jácome
- 3 Danyele Luz
- 4 Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha
- 5 Isaias Tavares
- 6 José Júlio Toledo
- 7 Juliana Chagas Gurjão Nunes
- 8 Máira Pombo
- 9 Marcelo José de Oliveira
- 10 Marco Augusto Chagas
- 11 Sávio Luís Carmona

*(Não Assinado)*  
ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA  
JUNIOR  
*Matrícula: 2928913*

*(Assinado digitalmente em 07/11/2021 19:14 )*  
HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE  
CUNHA  
*PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR*  
*Matrícula: 1453788*

*(Assinado digitalmente em 08/11/2021 08:05 )*  
ISAIAS TAVARES DA COSTA  
*AUX EM ADMINISTRACAO*  
*Matrícula: 2106387*

*(Não Assinado)*  
JOSE JULIO DE TOLEDO  
*Matrícula: 2103508*

*(Assinado digitalmente em 06/11/2021 17:21 )*  
MARCELO JOSE DE OLIVEIRA

*(Assinado digitalmente em 08/11/2021 08:57 )*  
MARCO ANTONIO AUGUSTO CHAGAS

*PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR*  
*Matricula: 3241607*

*PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR*  
*Matricula: 1053756*

*(Não Assinado)*  
**SAVIO LUIS CARMONA DOS SANTOS**  
*Matricula: 1681102*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.unifap.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **dc0d5140b3**





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

**ATA DE REUNIÃO Nº 136 / 2021 - CCAMB (11.02.25.16.01)**

**Nº do Protocolo: 23125.026310/2021-97**

**Macapá-AP, 05 de Novembro de 2021**

Universidade Federal do Amapá

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento

**Colegiado de Ciências Ambientais**

**No 02/2020**

**Ata da reunião do Colegiado do Curso de Ciências Ambientais realizada no dia 19/06/2020.**

Às 14h38 do dia 19 de junho de dois mil e vinte, reuniram-se remotamente, o coordenador do curso de Ciências Ambientais, Professor Arialdo Martins da Silveira Junior, os professores integrantes do colegiado do curso, Alzira Marques Oliveira, Bianca da Cunha Jácome, Darren Norris, Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha, Julieta Bramorski, Marcelo José de Oliveira, Marco Antônio Augusto Chagas, Sávio Luís Carmona dos Santos; o técnico Eric Joel Ferreira do Amaral, com objetivo de deliberar sobre a seguinte pauta: **1 -formação do grupo de trabalho para a elaboração do plano setorial específico para a retomada gradual das atividades de ensino no curso de Ciências Ambientais.** O coordenador do curso Arialdo Junior iniciou a reunião desejando boas-vindas a todos e explicou sobre a pauta da reunião e o conteúdo do memorando Nº 52/2020 - PROGRAD que trata sobre a minuta do plano para a retomada gradual das atividades de ensino no âmbito da UNIFAP, considerando o seu conteúdo, especificamente, o item 3 das orientações da PROGRAD, onde foi orientado que "cada coordenação de curso deverá realizar reunião remota de Colegiado para a construção e contribuições do Plano Setorial Específico". O coordenador do curso ainda explicou alguns esclarecimentos que buscou junto à COEG sobre o planejamento enviado pela PROGRAD. O prof. Marco Chagas solicitou a palavra e iniciou a sua fala estimando, em nome de todos do colegiado de Ciências Ambientais, os mais sinceros sentimentos à Prof. Claudia Chelala pelo falecimento de sua progenitora. O prof. Marco Chagas continuou sua fala expressando a sensação de distanciamento entre o que a PROGRAD está planejando e a coordenação do curso. Mencionou que devido a pandemia, devíamos pensar em um retorno por meio de atividades remotas, no entanto, destacou a necessidade de buscar junto a PROGRAD, como esta pró-reitoria irá trabalhar para possibilitar que estas atividades sejam possíveis, tais como capacitação de docentes para o uso de novas ferramentas, levantamento do acesso e uso de tecnologias por discentes do curso, entre outras. A prof. Alzira Oliveira mencionou que o levantamento feito pela PROGRAD sobre o perfil tecnológico dos alunos e docentes da UNIFAP apresenta algumas fragilidades no levantamento dos dados, o que dificulta o seu uso para o diagnóstico do cenário atual. Além disso, a docente também expressou a necessidade de montar um grupo de trabalho para fazer esses levantamentos junto ao curso de Ciências Ambientais. O Prof. Darren Norris, após leitura do plano para retomada de atividades enviado pela PROGRAD, apontou a ausência de critérios para subsidiar a tomada de decisões quanto as etapas (FASES do plano) para o retorno das atividades contidas no plano. A prof. Helenilza Cunha mencionou o conteúdo da Portaria Nº 544, de 16 de junho de 2020, do Ministério da Educação (MEC), que trata sobre o uso de metodologias remotas como substituição às atividades presenciais enquanto durar a pandemia, destacando que o curso de ciências ambientais deveria pensar no planejamento com base no recomendado pela referida portaria. O técnico Erico Amaral, destacou que seria importante realizar o levantamento junto aos alunos

sobre o acesso às tecnologias remotas, bem como o desenvolvimento de atividades que aproximem os alunos com o colegiado durante o isolamento, como é observado em outros cursos da UNIFAP. As professoras Bianca Jacomé e Julieta Bramorski acreditam que o retorno das atividades deve, inicialmente, se dar por meio de atividade remotas e que a UNIFAP não possui estrutura adequada para pensar em um retorno presencial, respeitando os critérios epidemiológicos e sanitários da COVID-19. O prof. Marcelo Oliveira afirmou que concorda com os demais docentes sobre o retorno das atividades por meio de atividades remotas, desde que a universidade apresente condições para que estas atividades possam ser desenvolvidas. Após as falas, ficou decidido que o colegiado irá encaminhar ao DMAD, para assim ser encaminhado a PROGRAD, um documento com apontamentos e questionamentos quanto ao planejamento do retorno das atividades e a posição do colegiado quanto aos documentos que foram recebidos. O coordenador do curso, Prof. Arialdo Júnior, afirmou que irá elaborar o documento e compartilhar com os demais membros do colegiado para os ajustes e correções necessárias de forma coletiva. Nada mais a tratar, eu, Arialdo Martins da Silveira Júnior, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e estando em conforme, segue assinada por todos os presentes, dando como encerrada a reunião às 16h24.

Macapá, 19 de junho de 2020

#### LISTA DE PRESENTES

- 1 Alzira Marques de Oliveira
- 2 Arialdo Martins da Silveira Júnior
- 3 Bianca da Cunha Jácome
- 4 Darren Norris
- 5 Eric Joel Ferreira do Amaral
- 6 Julieta Bramorski
- 7 Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha
- 8 Marcelo José de Oliveira
- 9 Marco Augusto Chagas
- 10 Sávio Luís Carmona

*(Não Assinado)*  
ALZIRA MARQUES OLIVEIRA  
*Matricula: 2029025*

*(Não Assinado)*  
ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA  
JUNIOR  
*Matricula: 2928913*

*(Não Assinado)*  
DARREN NORRIS  
*Matricula: 2270055*

*(Assinado digitalmente em 08/11/2021 07:00)*  
ERIC JOEL FERREIRA DO AMARAL  
TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS  
*Matricula: 1038537*

*(Assinado digitalmente em 07/11/2021 19:14)*  
HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE  
CUNHA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
*Matricula: 1453788*

*(Assinado digitalmente em 08/11/2021 11:02)*  
JULIETA BRAMORSKI  
PROFESSOR TITULAR-LIVRE MAG SUPERIOR  
*Matricula: 3005121*

*(Assinado digitalmente em 06/11/2021 17:21)*  
MARCELO JOSE DE OLIVEIRA

*(Assinado digitalmente em 08/11/2021 08:57)*  
MARCO ANTONIO AUGUSTO CHAGAS

*PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR*  
*Matricula: 3241607*

*PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR*  
*Matricula: 1053756*

*(Não Assinado)*  
**SAVIO LUIS CARMONA DOS SANTOS**  
*Matricula: 1681102*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.unifap.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **416702f931**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

**ATA DE REUNIÃO Nº 137 / 2021 - CCAMB (11.02.25.16.01)**

**Nº do Protocolo: 23125.026313/2021-16**

**Macapá-AP, 05 de Novembro de 2021**

Universidade Federal do Amapá

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento

**Colegiado de Ciências Ambientais**

**No 03/2020**

**Ata da reunião do Colegiado do Curso de Ciências Ambientais realizada no dia 04/08/2020.**

Às 14h47 do dia 04 de agosto de dois mil e vinte, reuniram-se remotamente, o coordenador do curso de Ciências Ambientais, Professor Arialdo Martins da Silveira Junior, os professores integrantes do colegiado do curso, Alzira Marques Oliveira, Bianca da Cunha Jácome, Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha, José Júlio Toledo, Julieta Bramorski, Maira Pombo, Marcelo José de Oliveira e Sávio Luís Carmona dos Santos; os discentes Ana Clara dos Santos Pantoja, Denilson Santos da Silva Pinho e Suzane Sara Jesus Silva, com objetivo de deliberar sobre as seguintes pautas: 1. Informes; 2. Apreciação da comissão de avaliação do Estágio Probatório da Prof. Julieta Bramorski; 3. Prorrogação dos contratos das professoras Maíra Pombo e Bianca Jacomé; 4. Redirecionamento de recurso descentralizado para diárias e passagens 2020 destinado ao DMAD; O que ocorrer. O coordenador do curso Arialdo Junior iniciou a reunião desejando boas-vindas a todos, explicou sobre a pauta da reunião e informou que os professores Renato Richard Hilário, Claudia Chelala e Charles Chelala justificaram ausência na reunião. **1. Informes:** o professor Arialdo Júnior informou sobre o resultado do levantamento do perfil tecnológico dos discentes de Ciências Ambientais, onde, apenas, 37,2% dos alunos responderam ao questionário, mesmo após contato via ligação com, aproximadamente, 100 alunos. Informou que o questionário será disponibilizado novamente e que, mais uma vez, contatos individuais por diferentes meios serão feitos para tentar englobar o número máximo de alunos. A professora Julieta Bramorski explicou sobre os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial para o retorno gradual das atividades acadêmicas no âmbito da UNIFAP, da qual faz parte representando o DMAD, informando que reuniões estão sendo feitas, mas que infelizmente pouco se tem avançado no sentido de um direcionamento para o retorno seguro das atividades acadêmicas. **2. Apreciação da comissão de avaliação do Estágio Probatório da Prof. Julieta Bramorski:** o professor Arialdo Júnior informou a indicação de membros da comissão de avaliação de estágio probatório da docente Julieta Bramorski para que o colegiado do curso pudesse apreciar. Após votação (9 de acordo; 2 abstenções; 1 desacordo), a comissão composta pelos docentes Dra. Cláudia Maria Cruz Fernandes Chelala, Dra. Daguiete Maria Chaves Brito e Dr. Helyelson Paredes Moura foi apreciada pela Colegiado. **3. Prorrogação dos contratos das professoras Maíra Pombo e Bianca Jacomé.** O professor Arialdo Júnior informou sobre a necessidade da prorrogação por mais 6 meses dos contratos das professoras substitutas Bianca Jacomé (substituta do professor Eldo Santos com retorno previsto para 12/2020) e Maira Pombo (substituta da professora Elizandra Cardoso com retorno previsto para 04/2022). Após apreciação do colegiado, a prorrogação de contrato foi aprovada por unanimidade. **4. Redirecionamento de recurso descentralizado para diárias e passagens 2020 destinado ao DMAD:** o professor Arialdo Júnior informou sobre o conteúdo do Memorando nº 50/2020 - DGO encaminhado ao DMAD e, posteriormente, a coordenação do curso que trata sobre manifestação desta unidade acadêmica quanto o interesse em utilizar 50% do valor destinado na descentralização de diária e passagens no ano de 2020, para atender outras despesas, exclusivamente, de custeio. O valor destinado a coordenação de Ciências Ambientais foi

de 4.309,50 (quatro mil trezentos e nove reais e cinquenta centavos). Após ampla discussão, ficou decidido, por unanimidade, que este valor será destinado, prioritariamente, à manutenção e compras de materiais para o LABGeo e caso houvesse a impossibilidade de utilizá-lo para este fim, o valor seria direcionado para demandas levantadas junto aos docentes do curso, conforme disponibilidade do recurso. Nada mais a tratar, eu, Arialdo Martins da Silveira Júnior, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e estando em conforme, segue assinada por todos os presentes, dando como encerrada a reunião às 16h00.

Macapá, 04 de agosto de 2020

#### LISTA DE PRESENTES

- 1 Alzira Marques de Oliveira
- 2 Ana Clara dos Santos Pantoja
- 3 Arialdo Martins da Silveira Júnior
- 4 Bianca da Cunha Jácome
- 5 Denilson Santos da Silva Pinho
- 6 José Júlio Toledo
- 7 Julieta Bramorski
- 8 Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha
- 9 Maíra Pombo
- 10 Marcelo José de Oliveira
- 11 Sávio Luís Carmona
- 12 Suzane Sara Jesus Silva

*(Não Assinado)*  
ALZIRA MARQUES OLIVEIRA  
Matrícula: 2029025

*(Não Assinado)*  
ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA  
JUNIOR  
Matrícula: 2928913

*(Assinado digitalmente em 07/11/2021 19:14 )*  
HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE  
CUNHA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 1453788

*(Não Assinado)*  
JOSE JULIO DE TOLEDO  
Matrícula: 2103508

*(Assinado digitalmente em 08/11/2021 11:01 )*

*(Assinado digitalmente em 06/11/2021 17:21 )*

**JULIETA BRAMORSKI**  
*PROFESSOR TITULAR-LIVRE MAG SUPERIOR*  
*Matricula: 3005121*

**MARCELO JOSE DE OLIVEIRA**  
*PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR*  
*Matricula: 3241607*

*(Não Assinado)*  
**SAVIO LUIS CARMONA DOS SANTOS**  
*Matricula: 1681102*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.unifap.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **55d9ad3dfb**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

**ATA DE REUNIÃO Nº 138 / 2021 - CCAMB (11.02.25.16.01)**

**Nº do Protocolo: 23125.026315/2021-59**

**Macapá-AP, 05 de Novembro de 2021**

Universidade Federal do Amapá

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento

**Colegiado de Ciências Ambientais**

**No 04/2020**

**Ata da reunião do Colegiado do Curso de Ciências Ambientais realizada no dia 15/10/2020.**

Às 08h35 do dia 15 de outubro de dois mil e vinte, reuniram-se remotamente, por meio do link <https://meet.google.com/wri-wjdg-rzg>, o coordenador do curso de Ciências Ambientais, Professor Arialdo Martins da Silveira Junior, os professores integrantes do colegiado do curso, Charles Chelala, Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha, José Júlio Toledo, Julieta Bramorski, Maira Pombo, Marcelo José de Oliveira, Marco Chagas, Regina Célis Martins Ferreira, Renato Richard Hilário e Sávio Luís Carmona dos Santos; o discente Ravelly dos Santos Figueira, com objetivo de deliberar sobre as seguintes pautas: 1- Informes; 2- Resolução N. 14/2020-CONSU (retorno das atividades acadêmicas na UNIFAP); 3- Apreciação do PPC para processo de atualização; 4- Pedido de afastamento de estágio pós-doutoral no exterior do Prof. José Júlio; O que ocorrer. O coordenador do curso, Arialdo Junior, iniciou a reunião desejando boas-vindas e parabenizando a todos pelo dia dos professores. Posteriormente explicou sobre a pauta da reunião e informou que as professoras Bianca Jácome e Cláudia Chelala justificaram ausências na reunião. **1. Informes:** A professora Helenilza Cunha informou que, infelizmente, precisaria se ausentar da reunião às 9h00 por estar participando do curso de capacitação promovido pela UNIFAP (Webinar). **2. Resolução N. 14/2020-CONSU (retorno das atividades acadêmicas na UNIFAP):** o professor Arialdo Júnior informou no dia 14 de outubro de 2020, às 14h30, participou de reunião ampliada entre coordenadores, diretores, COEG e Pró-reitores para tratar sobre a resolução de N. 14 de 7 de outubro de 2020. Explicou que no momento da reunião várias dúvidas foram dirimidas, no entanto, muitas delas ainda precisariam ser esclarecidas para o melhor andamento do retorno das atividades acadêmicas na UNIFAP. Informou que seria necessário o colegiado avaliar quais disciplinas poderiam ser ofertadas no Semestre Letivo Suplementar (PLS/2020.3), considerando sua viabilidade por meio de tecnologias remotas. Foi enviado o link de acesso a matriz curricular vigente do curso

de Ciências Ambientais para que o colegiado elegeisse as disciplinas mais adequadas a serem ofertadas no calendário acadêmico suplementar, com início em 03/11/2020 e término em 16/01/2021 (aprox. 11 semanas). Com isto, ficou decidido, por unanimidade, que as disciplinas seriam ofertadas da seguinte forma: a) Turma 2020: Fundamentos em Ciências Ambientais (90h) e Fundamentos de Ecologia (60h); b) Turma 2019: Política Ambiental (60 h), Educação Ambiental (60h) ou Áreas Protegidas (60h- verificar disponibilidade de docentes) e Geoprocessamento (60h - caso o professor Sávio Carmona não assumisse a disciplina de TTC II); c) Turma 2018: Planejamento Ambiental (60h) e Redação Científica (60h); d) Turma 2017: Seminários de Integração Acadêmica I (90h) e Desenvolvimento Sustentável (60h). Com relação as disciplinas de TCC I e TCC II o professor Marcelo Oliveira julgou necessário avaliarmos se seria proveitoso ofertá-las, em função do distanciamento social que inviabilizou o andamento de muitos projetos de TCC e a relação orientando/orientador. A professora Julieta Bramorski relatou que no dia 19/10/2020 ocorreria uma reunião com a Câmara de Ensino para tratar especificamente sobre TCC e Estágio Supervisionado Obrigatório. Diante disto, o colegiado decidiu por aguardar os desdobramentos desta reunião para avaliar a oferta de TCC I e TCC II. Ficou acordado, também, que o coordenador do curso entraria em contato com os professores ausentes, para verificar sua disponibilidade em ofertar disciplinas no PLS 2020.3.

**3- Apreciação do PPC para processo de atualização:** O professor Arialdo Júnior informou sobre o processo de atualização do PPC do curso de Ciências Ambientais e que o material enviado a todos já havia passado por inúmeras revisões, de modo a atender as recomendações sugeridas pela COEG. Explicou, ainda, que esta versão já havia sido aprovada pelo NDE do curso e agora necessitava da aprovação do colegiado para os demais encaminhamentos. Diante disto, o colegiado decidiu, por unanimidade, em aprovar a nova versão do PPC do Curso de Ciências Ambientais para o seu processo de atualização.

**4- Pedido de afastamento de estágio pós-doutoral no exterior do Prof. José Júlio:** o professor Arialdo Júnior informou que foi encaminhado à coordenação do curso de Ciências Ambientais a solicitação do pedido de afastamento de estágio pós-doutoral no exterior do professor José Júlio Toledo para apreciação do colegiado. O professor Júlio Toledo explicou que pretende cursar o estágio no Departamento de Biologia da Universidade de Turku, Finlândia, por um período de 18 meses com início em agosto de 2021 e término em janeiro de 2023. O professor Arialdo Júnior informou que o professor Júlio Toledo era o próximo na lista do último Plano de Qualificação Docente dos Colegiados e Programas (PQDCP) enviado ao PROPESPG/UNIFAP. O colegiado aprovou, por unanimidade, o pedido de afastamento de estágio pós-doutoral do prof. José Júlio Toledo. Nada mais a tratar, eu, Arialdo Martins da Silveira Júnior, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e estando em conforme, segue assinada por todos os presentes, dando como encerrada a reunião às 10h49.

Macapá, 15 de outubro de 2020

#### LISTA DE PRESENTES

- 1 Arialdo Martins da Silveira Júnior
- 2 Charles Chelala
- 3 Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha
- 4 José Júlio Toledo
- 5 Julieta Bramorski
- 6 Maíra Pombo
- 7 Marcelo José de Oliveira
- 8 Marco Chagas
- 9 Ravelly dos Santos Figueira
- 10 Regina Célis Martins Ferreira
- 11 Renato Richard Hilário
- 12 Sávio Luís Carmona



*(Não Assinado)*

ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA  
JUNIOR  
Matrícula: 2928913

*(Assinado digitalmente em 07/11/2021 19:35 )*

CHARLES ACHCAR CHELALA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 1808313

*(Assinado digitalmente em 07/11/2021 19:14 )*

HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE  
CUNHA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 1453788

*(Não Assinado)*

JOSE JULIO DE TOLEDO  
Matrícula: 2103508

*(Assinado digitalmente em 08/11/2021 11:01 )*

JULIETA BRAMORSKI  
PROFESSOR TITULAR-LIVRE MAG SUPERIOR  
Matrícula: 3005121

*(Assinado digitalmente em 06/11/2021 17:21 )*

MARCELO JOSE DE OLIVEIRA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 3241607

*(Assinado digitalmente em 08/11/2021 08:57 )*

MARCO ANTONIO AUGUSTO CHAGAS  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 1053756

*(Não Assinado)*

REGINA CELIS MARTINS FERREIRA  
Matrícula: 1855487

*(Assinado digitalmente em 07/11/2021 09:44 )*

RENATO RICHARD HILARIO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 2104338

*(Não Assinado)*

SAVIO LUIS CARMONA DOS SANTOS  
Matrícula: 1681102

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.unifap.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **e4ce66af58**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

**ATA DE REUNIÃO Nº 139 / 2021 - CCAMB (11.02.25.16.01)**

**Nº do Protocolo: 23125.026316/2021-32**

**Macapá-AP, 05 de Novembro de 2021**

Universidade Federal do Amapá

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento

**Colegiado de Ciências Ambientais**

**No 01/2021**

**Ata da reunião do Colegiado do Curso de Bacharelado em Ciências Ambientais realizada no dia 05/02/2021.**

Às 09h11 do dia 05 de fevereiro de dois mil e vinte e um, reuniram-se remotamente por meio do link <https://meet.google.com/xet-rsjq-akt>, o coordenador do curso de Ciências Ambientais, Professor Arialdo Martins da Silveira Junior, os professores integrantes do colegiado do curso, Bianca da Cunha Jácome, Charles Achcar Chelala, Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala, Darren Norris, Eldo Santos, José Júlio Toledo, Maíra Pombo, Marcelo José de Oliveira, Marco Antônio Augusto Chagas e Sávio Luís Carmona dos Santos; o técnico Paulo Gibson Farias Bezerra, com objetivo de deliberar sobre as seguintes pautas: 1- Informes; 2- Indicação de Representantes para o Novo Comitê de Iniciação Científica; 3- Apreciação da ATA da reunião da Comissão do Processo de Progressão Funcional do docente Marco Chagas; 4- Coordenação do Curso de Ciências Ambientais; O que ocorrer. O coordenador do curso, Arialdo Junior, iniciou a reunião desejando boas-vindas a todos. Posteriormente explicou sobre a pauta da reunião e informou que as professoras Alzira Marques Oliveira e Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha justificaram ausência na reunião, via email. **1. Informes:** Não houve informes. **2. Indicação de Representantes para o Novo Comitê de Iniciação Científica:** o professor Arialdo Júnior informou que o DPQ/UNIFAP encaminhou memorando à Coordenação do Curso de Ciências Ambientais solicitando a indicação de 01 docente representante e 01 suplente para a nova composição do COMITÊ INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, referente ao biênio 2021/2022. O professor Arialdo Júnior informou que, atualmente, a representante do curso de Ciências Ambientais neste comitê é a professora Julieta Bramorski. Os professores Marcelo Oliveira e Eldo Santos se colocaram à disposição para compor o referido comitê como titular e suplente, respectivamente, caso a docente Julieta Bramorski não possa mais atuar como representante, como destacada pela professora Cláudia Chelala. Desta forma, foi deliberado por unanimidade que caso a professora Julieta Bramorski decline da representação, esta será feita pelos docentes Marcelo Oliveira e Eldo Santos. **3- Apreciação da ATA da reunião da Comissão do Processo de Progressão Funcional do docente Marco Chagas:** O professor Arialdo Júnior informou que foi encaminhado, em anexo no e-mail de convocação da reunião, a cópia da ATA do parecer da comissão do processo de progressão funcional do docente MARCO ANTÔNIO AUGUSTO CHAGAS, a qual deveria ser apreciada e homologada pelo colegiado para seguir os tramites processuais. Com isto, o colegiado deliberou, por unanimidade, pela aprovação e homologação da referida ATA. **4- Coordenação do Curso de Ciências Ambientais:** o professor Arialdo Júnior informou que em novembro de 2020 completou dois anos (24 meses) como coordenador do curso de Ciências

Ambientais, prazo máximo para a validade da portaria emitida pela PROGRAD, na qual foi designado como coordenador do curso, assim como o professor Sávio Carmona, como vice coordenador. Como a portaria expedida havia completado 2 anos, seria necessário solicitar a emissão de nova portaria de coordenador e vice coordenador à PROGRAD, uma vez que isto estava inviabilizando alguns procedimentos burocráticos vinculados ao SIPAC, SIGAA e SIGRH. O professor Arialdo Júnior expressou sua vontade de se desvincular da coordenação do curso e a necessidade de se pensar na eleição de um novo coordenador e vice coordenador. No entanto, mencionou que poderia continuar como coordenador do curso até junho do ano corrente, prazo suficiente para que o colegiado decida, com responsabilidade, quem poderá assumir a coordenação. A professora Claudia Chelala mencionou que seria interessante o professor Arialdo Júnior continuar na coordenação durante esse período e o professor Charles Chelala pontuou a necessidade de o colegiado deliberar sobre um novo nome para assumir a coordenação até o fim deste prazo. O professor Júlio Toledo mencionou que respeita a decisão do professor Arialdo Júnior e o parabenizou pela sua atuação nestes 2 anos a frente da coordenação. Por fim, o colegiado deliberou, por unanimidade, pela prorrogação por mais seis meses do cargo de coordenador pelo professor Arialdo Júnior e vice coordenador pelo professor Sávio Carmona, período este em que o colegiado deverá deliberar sobre um novo coordenador para o curso. **5. O que ocorrer:** O professor Arialdo Júnior informou sobre o processo de reconhecimento do curso, explicando que já foi aberta no sistema e-MEC a ficha de avaliação, a qual já foi previamente preenchida para ser avaliada pelos órgãos internos da UNIFAP, antes de seu preenchimento no sistema do MEC. Destacou a necessidade de contar com a colaboração de todos, sobretudo, na organização de documentos necessários para a avaliação *in loco*, tais como planos de ensino, curriculum lattes, entre outros, que poderão ser solicitados aos docentes. Nada mais a tratar, eu, Arialdo Martins da Silveira Júnior, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e estando em conforme, segue assinada por todos os presentes, dando como encerrada a reunião às 10h00.

Macapá, 05 de fevereiro de 2021

#### LISTA DE PRESENTES

- 1 Arialdo Martins da Silveira Júnior
- 2 Bianca da Cunha Jácome
- 3 Charles Achcar Chelala
- 4 Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala
- 5 Darren Norris
- 6 Eldo Santos
- 7 José Júlio Toledo
- 8 Máira Pombo
- 9 Marcelo José de Oliveira
- 10 Marco Chagas
- 11 Paulo Gibson Farias Bezerra
- 12 Sávio Luís Carmona

*(Não Assinado)*  
ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA  
JUNIOR  
Matrícula: 2928913

*(Assinado digitalmente em 07/11/2021 19:35 )*  
CHARLES ACHCAR CHELALA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 1808313

*(Assinado digitalmente em 06/11/2021 07:55 )*  
CLAUDIA MARIA DO SOCORRO CRUZ  
FERNANDES CHELALA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 1453728

*(Não Assinado)*  
DARREN NORRIS  
Matrícula: 2270055

*(Assinado digitalmente em 08/11/2021 12:36)*

ELDO SILVA DOS SANTOS  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 2029012

*(Não Assinado)*

JOSE JULIO DE TOLEDO  
Matrícula: 2103508

*(Assinado digitalmente em 06/11/2021 17:21)*

MARCELO JOSE DE OLIVEIRA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 3241607

*(Assinado digitalmente em 08/11/2021 08:57)*

MARCO ANTONIO AUGUSTO CHAGAS  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 1053756

*(Não Assinado)*

SAVIO LUIS CARMONA DOS SANTOS  
Matrícula: 1681102

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.unifap.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **f327efb3af**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

**ATA DE REUNIÃO Nº 140 / 2021 - CCAMB (11.02.25.16.01)**

**Nº do Protocolo: 23125.026317/2021-05**

**Macapá-AP, 05 de Novembro de 2021**

Universidade Federal do Amapá

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento

**Colegiado de Ciências Ambientais**

**No 02/2021**

**Ata da reunião do Colegiado do Curso de Bacharelado em Ciências Ambientais realizada no dia 18/03/2021.**

Às 08h42 do dia 18 de março de dois mil e vinte e um, reuniram-se remotamente por meio do link <https://meet.google.com/tez-csri-kww>, o coordenador do curso de Ciências Ambientais, professor Arialdo Martins da Silveira Junior, os professores integrantes do colegiado do curso, Alzira Marques Oliveira, Bianca da Cunha Jácome, Darren Norris, José Júlio Toledo, Julieta Bramorski, Máira Pombo, Marcelo José de Oliveira, Marco Antônio Augusto Chagas, Regina Celis Martins Ferreira e Renato Richard Hilário; os representantes discentes Luana Beatriz Santos Costa, Eduarda Pietra Souza de Oliveira Coelho, Suzane Sara Jesus Silva, Rafaela Daiana Sarmiento Serra Barbosa, Denilson Santos da Silva Pinho, com objetivo de deliberar sobre as seguintes pautas: 1- Informes; 2- Quadro de disciplinas/docentes a ser ofertado na retomada do semestre 2020.1, considerando a Resolução n. 5 / 2021 - CONSU; 3- Apreciação da renovação do contrato da professora substituta Máira Pombo; 4- Apreciação da renovação do contrato da professora substituta Bianca da Cunha Jacomé; 5 - Apreciação do projeto de extensão da professora Alzira Oliveira; 6 - Apreciação da renovação do projeto de extensão do professor Marcelo Oliveira; 7 - Indicação de 4 disciplinas para bolsa monitoria pelo DMAD; O que ocorrer. O coordenador do curso, Arialdo Junior, iniciou a reunião desejando boas-vindas a todos. Posteriormente explicou sobre a pauta da reunião e informou que os professores Charles Chelala, Cláudia Chelala, Eldo Santos e Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha justificaram ausência na reunião, via email. **1. Informes:** O professor Marcelo Oliveira informou sobre o contato que teve com os coordenadores do Projeto Ecofalantes, que atua na área áudio visual com produção de filmes com a temática ambiental e sustentabilidade, no qual os coordenadores entraram em contato para marcar uma reunião para conversar sobre o Programa Ecofalante Universidades e apresentar a plataforma utilizada pelo projeto. O professor Marcelo Oliveira informou que seria interessante marcar uma reunião com os professores interessados para conhecimento do projeto e plataforma. **2. Quadro de disciplinas/docentes a ser ofertado na retomada do semestre 2020.1, considerando a Resolução n. 5 / 2021 - CONSU:** o professor Arialdo Júnior informou que o CONSU aprovou por meio da Resolução n. 5/2021 a retomada do semestre letivo 2020.1 por meio do ensino remoto e híbrido, cabendo ao colegiado avaliar e apreciar o quadro de disciplinas a serem ofertadas na retomada das atividades. O professor Marcelo Oliveira ponderou que o ensino híbrido depende das recomendações sanitárias locais e que no momento estamos passando por uma situação delicada no Estado. Após ampla discussão e análise, o colegiado do Curso de Ciências Ambientais aprovou o quadro de disciplinas a serem ofertadas no semestre 2020.1 por meio do ensino remoto, o qual pode ser

observado no ANEXO desta ATA. **3- Apreciação da renovação do contrato da professora substituta Maíra Pombo:** Após a descrição dos procedimentos e da necessidade da prorrogação do contrato da professora Maíra Pombo, em virtude do afastamento da docente Elizandra de Matos Cardoso (retorno previsto para abril/2022), o colegiado deliberou, em unanimidade, pela aprovação da renovação/prorrogação do referido contrato. **4- Apreciação da renovação do contrato da professora substituta Bianca da Cunha Jácome:** Após a descrição dos procedimentos e da necessidade da prorrogação do contrato da professora Bianca Cunha Jácome, em virtude de sua contribuição às disciplinas de métodos quantitativos, o colegiado deliberou, em unanimidade, pela aprovação da renovação/prorrogação do referido contrato. **5. Apreciação do projeto de extensão da professora Alzira Oliveira:** A professora Alzira Oliveira apresentou para a apreciação do colegiado o projeto de extensão, sob sua coordenação, intitulado “Plantas e saberes: valorização do conhecimento tradicional e conservação da sociobiodiversidade no Estado do Amapá, Amazônia Oriental - Brasil”, com o objetivo de divulgar a diversidade da flora conhecida e utilizada para tratamentos terapêuticos no Estado do Amapá, por meio de um banco de dados digital elaborado através do estado da arte (revisão da literatura) dos levantamentos etnobotânicos e etnofarmacológicos sobre a sociobiodiversidade local. Após apresentação da proposta, o colegiado aprovou por unanimidade o referido projeto de extensão. **6. Apreciação do projeto de extensão do professor Marcelo Oliveira:** O professor Marcelo Oliveira apresentou para a apreciação do colegiado o projeto de extensão, sob sua coordenação, intitulado “Proposta empresa júnior de Ciências Ambientais - CIAMB”, com o objetivo de estruturar uma empresa júnior do curso de bacharelado em Ciências Ambientais da UNIFAP, a qual possa fomentar atividades extracurriculares para os discentes, capacitando-os, bem como os aproximando do mercado de trabalho. Após apresentação da proposta, o colegiado aprovou por unanimidade o referido projeto de extensão. **7. Indicação de 4 disciplinas para bolsa monitoria pelo DMAD:** o professor Arialdo Martins explicou que seriam disponibilizadas 4 bolsas de monitoria para a coordenação do curso, a fim dos bolsistas auxiliarem em disciplinas durante o semestre 2020.1, devendo o colegiado indicar 4 disciplinas para a oferta de bolsas. O colegiado indicou as seguintes disciplinas: Fundamentos do Direito Ambiental; Ecologia da Paisagem; Teoria do Desenvolvimento; Fundamentos de Ecologia. Nada mais a tratar, eu, Arialdo Martins da Silveira Júnior, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e estando em conforme, segue assinada por todos os presentes, dando como encerrada a reunião às 10h27.

Macapá, 18 de março de 2021

#### LISTA DE PRESENTES

- 1 Alzira Marques Oliveira
- 2 Arialdo Martins da Silveira Júnior
- 3 Bianca da Cunha Jácome
- 4 Darren Norris
- 5 Denilson Santos da Silva Pinho
- 6 Eduarda Pietra Souza de Oliveira Coelho
- 7 José Júlio Toledo
- 8 Julieta Bramorski
- 9 Luana Beatriz Santos Costa
- 10 Maíra Pombo
- 11 Marcelo José de Oliveira
- 12 Marco Chagas
- 13 Rafaela Daiana Sarmento Serra Barbosa
- 14 Regina Célis Martins Ferreira
- 15 Renato Richard Hilário
- 16 Suzane Sara Jesus Silva

(*Não Assinado*)  
ALZIRA MARQUES OLIVEIRA  
Matrícula: 2029025

(*Não Assinado*)  
ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA  
JUNIOR  
Matrícula: 2928913

*(Não Assinado)*  
DARREN NORRIS  
Matricula: 2270055

*(Não Assinado)*  
JOSE JULIO DE TOLEDO  
Matricula: 2103508

*(Assinado digitalmente em 08/11/2021 11:01 )*  
JULIETA BRAMORSKI  
PROFESSOR TITULAR-LIVRE MAG SUPERIOR  
Matricula: 3005121

*(Assinado digitalmente em 06/11/2021 17:21 )*  
MARCELO JOSE DE OLIVEIRA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matricula: 3241607

*(Assinado digitalmente em 08/11/2021 08:57 )*  
MARCO ANTONIO AUGUSTO CHAGAS  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matricula: 1053756

*(Não Assinado)*  
REGINA CELIS MARTINS FERREIRA  
Matricula: 1855487

*(Assinado digitalmente em 07/11/2021 09:44 )*  
RENATO RICHARD HILARIO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matricula: 2104338

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.unifap.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **e4cb2a17bc**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

**ATA DE REUNIÃO Nº 141 / 2021 - CCAMB (11.02.25.16.01)**

**Nº do Protocolo: 23125.026322/2021-64**

**Macapá-AP, 05 de Novembro de 2021**

Universidade Federal do Amapá

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento

**Colegiado de Ciências Ambientais**

**Nº 04/2021**

**Ata da reunião do Colegiado do Curso de Bacharelado em Ciências Ambientais realizada no dia 26/07/2021.**

Às 09h07 do dia 26 de julho de dois mil e vinte e um, reuniram-se remotamente por meio do link <https://meet.google.com/mwz-ahse-aks>, o coordenador do curso de Ciências Ambientais, professor Arialdo Martins da Silveira Junior, os professores integrantes do colegiado do curso, Alzira Marques Oliveira, Eldo Santos, Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha, Marcelo José de Oliveira, Marco Antônio Augusto Chagas, Regina Celis Martins Ferreira e Renato Richard Hilário; o Técnico em Assuntos Educacionais Eric Amaral, os representantes discentes Luana Beatriz Santos Costa, Eduarda Pietra Souza de Oliveira Coelho, Suzane Sara Jesus Silva, Rafaela Daiana Sarmento Serra Barbosa, Gabriel do Nascimento Silva, Carine de Souza Costa, Gerson Nascimento da Silva Costa e Taís Silva, com objetivo de deliberar sobre as seguintes pautas: 1- Informes; 2- Solicitação da discente Taís Silva (Turma 2017) para integralização de curso; 3- Edital para contratação de professor substituto; 4- PPC do curso de Ciências Ambientais; 5- o que ocorrer. O coordenador do curso, Arialdo Junior, iniciou a reunião desejando boas-vindas a todos. Posteriormente explicou sobre a pauta da reunião e informou que os professores Cláudia Chelala e Darren Norris justificaram a ausência. **1. Informes:** O professor Marcelo Oliveira informou sobre o cuidado que devemos ter com uma mensagem sobre o sistema SOUGOV que está sendo enviada aos servidores, o que pode ser fraude para acesso de dados pessoais. **2. Solicitação da discente Taís Silva (Turma 2017) para integralização de curso:** o professor Arialdo Júnior informou que a discente Taís Silva entrou com um pedido de avaliação especial, como observado no anexo ao e-mail de convocação da reunião. A sua solicitação justifica-se pelo fato de a aluna ter sido aprovada em 1º lugar no processo seletivo do Programa de Mestrado em Ciências Ambientais desta IFES e por, ainda, precisar creditar três disciplinas para a integralização do histórico da discente, as quais são: Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), Estágio Supervisionado IV e Seminários de Integração Acadêmica II. A aluna já defendeu o seu TCC, obtendo nota 10 e cumprindo os requisitos necessários para a disciplina de TCC II. A aluna já concluiu sua carga horária de estágio supervisionado, obtendo a nota final de 9,6 na disciplina de Estágio Supervisionado IV. Com relação a disciplina de Seminário de Integração Acadêmica II, o professor responsável pela disciplina se colocou à disposição para avaliar a discente, mediante a execução de atividades lançadas no SIGAA, se comprometendo em fazer o lançamento das notas no diário, no prazo máximo de 48 horas após a entrega das atividades pela discente. Taís Silva informou que já havia encaminhado ao docente as atividades via SIGAA e via e-mail, com cópia para o coordenador do curso e solicitou que fosse apreciado a formação de uma comissão para a avaliar a sua situação, caso houvesse necessidades futuras. A professora Regina Célis destacou que seria importante montar uma comissão para a elaboração de uma normativa do curso para tratar sobre casos parecidos que possam surgir no futuro. Desta forma, o colegiado votou e deliberou, por unanimidade, pela formação de duas comissões: comissão 1 (Arialdo Júnior, Alzira Oliveira e Marcelo Oliveira) para avaliar e deliberar sobre o pedido da discente Taís Silva, caso haja necessidades no futuro; comissão 2 (Alzira Oliveira, Helenilza Cunha, Marcelo Oliveira e Regina Célis) para tratar sobre a elaboração de uma normativa para casos similares ao apresentado na



ocasião, a qual deverá ser discutida e avaliada em colegiado. O professor Arialdo Júnior informou que assim que as notas estejam lançadas no SIGAA, será solicitado junto ao DERCA a integralização individual do histórico da discente, o que foi aprovado pelo colegiado. **3- Edital para contratação de professor substituto:** O professor Arialdo Júnior informou que a PROGRAD/UNIFAP solicitou, por meio do memorando No 160/2021 - ASSEPROG (11.02.25.01) de 22 de julho de 2021, tendo em vista o estudo para realização de novo Processo Seletivo para contratação de professores substitutos, informações de demandas de vagas a serem ofertadas em novo certame. O professor Arialdo Júnior informou que o colegiado tem dois professores afastados para qualificação, Elizandra Matos e Herondino Filho. No último certame, foram ofertadas vagas para substitutos da professora Elizandra Matos e Eldo Santos (à época com licença sem vencimento). No caso da professora Elizandra Matos, poderá ser convocado o 2º classificado no último certame, o que foi aprovado por unanimidade pelo colegiado. Para substituto do professor Herondino Filho, será necessário verificar se poderá ser chamado o segundo colocado no último certame ou precisará ser oferecido vaga no próximo edital para professor substituto. O colegiado deliberou pela convocação dos segundo colocado, mas caso seja necessário, o colegiado deliberou, também, pela formação de banca avaliadora que ficará responsável em montar o perfil de vaga, regime de trabalho e temáticas da área, além da avaliação dos candidatos no certame. A banca será constituída pelos seguintes docentes: Alzira Oliveira, Eldo Santos e Júlio Toledo. Caso algum desses docentes não possa participar, o colegiado deliberou, por unanimidade, que o coordenador do curso poderá indicar outro membro, *ad referendum*. **4- PPC do curso de Ciências Ambientais:** o professor Arialdo Júnior informou que o PPC do curso retornou da COEG para ajustes e que irá se reunir com o NDE para avaliar e atender as solicitações feitas pela Divisão de Currículos e Programas. O colegiado deliberou, por unanimidade, que caso as alterações solicitadas sejam apenas de formatação e organização textual, o NDE pode encaminhar o PCC diretamente para COEG sem a necessidade de passar pelo colegiado novamente. **5. o que ocorrer:** o professor Arialdo Júnior informou que recebeu e-mail da Comissão Organizadora da II Semana Nacional de Ciências Ambientais (SENACAMB), encaminhando documentos quanto a realização da 2ª edição da SENACAMB, que ocorrerá em novembro deste ano. O discente Gabriel Nascimento, representante do curso de Ciências Ambientais da UNIFAP na comissão organizadora, informou que o evento será virtual e que a comissão espera contar com o apoio de todas as coordenações de cursos de ciências ambientais do Brasil. O professor Marcelo Oliveira aproveitou a oportunidade e solicitou que seja colocado em pauta na próxima reunião de colegiado a organização da próxima edição do ECAAP, destacando a importância deste evento para a visibilidade do curso e que a última edição ocorreu em 2016. Desta forma, na próxima reunião de colegiado, este item será pautado. Nada mais a tratar, eu, Arialdo Martins da Silveira Júnior, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e estando em conforme, segue assinada por todos os presentes, dando como encerrada a reunião às 10h17.

Macapá, 26 de julho de 2021

Lista de presença

- 1 Alzira Marques Oliveira
- 2 Arialdo Martins da Silveira Júnior
- 3 Carine de Souza Costa
- 4 Eldo Santos
- 5 Eduarda Pietra Souza de Oliveira Coelho
- 6 Eric Amaral Joel
- 7 Gabriel do Nascimento Silva
- 8 Gerson Nascimento da Silva Costa
- 9 Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha
- 10 Luana Beatriz Santos Costa
- 11 Marcelo José de Oliveira
- 12 Marco Chagas
- 13 Rafaela Daiana Sarmento Serra Barbosa
- 14 Regina Célis Martins Ferreira
- 15 Renato Richard Hilário
- 16 Suzane Sara Jesus Silva
- 17 Taís Silva

(Não Assinado)

(Não Assinado)

**ALZIRA MARQUES OLIVEIRA**  
*Matrícula: 2029025*

**ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA  
JUNIOR**  
*Matrícula: 2928913*

*(Assinado digitalmente em 08/11/2021 12:37)*

**ELDO SILVA DOS SANTOS**  
*PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR*  
*Matrícula: 2029012*

*(Assinado digitalmente em 08/11/2021 06:59)*

**ERIC JOEL FERREIRA DO AMARAL**  
*TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS*  
*Matrícula: 1038537*

*(Assinado digitalmente em 07/11/2021 19:14)*  
**HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE  
CUNHA**  
*PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR*  
*Matrícula: 1453788*

*(Assinado digitalmente em 06/11/2021 17:21)*

**MARCELO JOSE DE OLIVEIRA**  
*PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR*  
*Matrícula: 3241607*

*(Assinado digitalmente em 08/11/2021 08:57)*  
**MARCO ANTONIO AUGUSTO CHAGAS**  
*PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR*  
*Matrícula: 1053756*

*(Não Assinado)*  
**REGINA CELIS MARTINS FERREIRA**  
*Matrícula: 1855487*

*(Assinado digitalmente em 07/11/2021 09:43)*

**RENATO RICHARD HILARIO**  
*PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR*  
*Matrícula: 2104338*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.unifap.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **643add2063**

**2.6. Manuais/Regulamentos: de estágio, atividades complementares, elaboração de trabalho de final de curso**

- a) Normatização nº 01/2012 – CAMB
- b) Normatização nº 02/2012 – CAMB
- c) Normatização 03/2013 – CAMB



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**  
**CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**Normatização nº 01/2012 - CAMB**

**ESTABELECE NORMAS PARA O  
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO  
CURSO DE BACHARELADO EM  
CIÊNCIAS AMBIENTAIS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAPÁ - UNIFAP.**

**O Coordenador do Curso de Bacharelado Em Ciências Ambientais, no uso de suas atribuições estabelecidas na Portaria nº, considerando o disposto na Resolução 02/2010 – CONSU/UNIFAP – e a decisão do Colegiado de Curso,**

**RESOLVE:** aprovar as seguintes **NORMAS SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS.**

**CAPÍTULO I – DA NATUREZA DO ESTÁGIO**

**ART.1º** - As presentes normas de Estágio Supervisionado referem-se à formação de bacharéis em Ciências Ambientais para exercício da atividade de estágio em instituições, privadas, organizações não-governamentais ou órgãos da administração pública direta, autárquica e funcional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; bem como em escritórios de profissionais liberais, portadores de diploma de nível superior, e que estejam registrados em seus respectivos Conselhos. De acordo com a resolução N. 02/2010 – CONSU/UNIFAP, Capítulo I, ART. 1º o estágio é um modo especial de capacitação em serviço, caracterizado por conjunto de atividades de prática pré-profissional, exercidas pelo acadêmico em

ambiente real de trabalho, sob supervisão, e que possibilita a apreensão de informações sobre o mercado de trabalho, desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicas à formação profissional, e ainda, aperfeiçoamento cultural e de relacionamento humano.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo a Universidade formalizará termo de convênio com as unidades concedentes de campos de estágios, no qual serão explicitadas as condições de realização do estágio.

## **CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS**

**ART.2º**- Os Estágios Supervisionados a que se refere o Artigo 1º têm por objetivos:

- a) Envolver os/as alunos/as estagiários/as na relação teórico-prática dos saberes e fazeres adquiridos durante o curso de Ciências Ambientais.
- b) Permitir aos alunos/as estagiários/as o contato com diferentes formas de intervenção das práticas relacionadas ao curso de Ciências Ambientais;
- c) Atender as normas gerais da prática de Estágio Supervisionado determinadas pelas resoluções da Universidade Federal do Amapá.
- d) Proporcionar o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, objetivando o desenvolvimento do graduando para a vida cidadã e para o trabalho.

## **CAPÍTULO III – DAS ETAPAS**

**ART.3º** -O Estágio Supervisionado compõe-se de pelos menos quatro fases distribuídas no quinto semestre, sexto semestre, sétimo semestre e oitavo semestre, compreendendo, respectivamente, o Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III, Estágio Supervisionado IV, compreendendo atividade diagnóstica, projetual, interventiva e sistematizadora, como estabelece a resolução N.02/2010 – CONSU/UNIFAP, Capítulo VII, ART. 11º:

§ 1º - Diagnóstica – caracterizada pela observação e contextualização dos espaços de atuação profissional, visando identificar condições estruturais, materiais, humanas, administrativas e organizacionais do campo de estágio, dentre outros aspectos pertinentes à formação;

§ 2º - Projetual – caracterizada pela elaboração de Plano de Atividades (Anexo), de caráter investigativo e interventivo, fundamentado nos dados levantados na fase Diagnóstica;

§ 3º - Interventiva – caracterizada pela execução do Plano de Atividades no campo de Estágio, observando o calendário da Instituição Concedente;

§ 4º - Sistematizadora – caracterizada pela elaboração do Relatório do Estágio (Anexo), documento síntese da produção do conhecimento, construído no decurso das fases Diagnóstica, Projetual e Interventiva.

#### **CAPÍTULO IV – DA CARGA HORÁRIA**

**ART.4º** - A carga horária mínima que corresponde ao Estágio Supervisionado em Ciências Ambientais, corresponde a 420 (quatrocentos e vinte) horas, organizadas na segunda metade do curso. Distribuídas da seguinte maneira: 105 (cento e cinco) horas no Estágio Supervisionado I, 105 (cento e cinco) horas no Estágio Supervisionado II, 105 (cento e cinco) horas no Estágio Supervisionado III e 105 (cento e cinco) horas no Estágio Supervisionado IV.

§ 1º - As atividades de monitoria, iniciação científica e outras atividades supervisionadas por docentes do curso poderão ser equiparadas ao estágio supervisionado, desde que estejam relacionadas à área ambiental, ficando a critério da coordenação de estágio do curso aprovar a equiparação das atividades, poderão ser consideradas atividades de monitoria e de iniciação científica realizadas a partir do ingresso do aluno no curso de Ciências Ambientais da UNIFAP.

§ 2º - As competências profissionais adquiridas no trabalho vinculadas à área de formação do aluno poderão ser equiparadas ao estágio, quando realizadas sob acompanhamento de docente do curso e realizadas a partir do ingresso do aluno no curso de Ciências Ambientais da UNIFAP.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo o projeto pedagógico do curso deverá prever critérios de aproveitamento e avaliação das competências desenvolvidas.

§ 3º - É admitida a realização de estágio supervisionado em Universidades e Instituições estrangeiras/ou em outros Estados dentro do território nacional.

§ 4º - Os/As estudantes que obtiverem tais benefícios, não serão dispensados das atividades organizadas no ART. 3º, assim como das atividades de organização, planejamento, orientação e apresentação das práticas desenvolvidas no campo de estágio.

#### **CAPÍTULO V – DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO**

**ART.5º** - O/A professor/a na disciplina de Estágio Supervisionado, se denominar professor/a orientador/a do estágio.

**Parágrafo único:** O/A responsável pelo acompanhamento do Estágio Supervisionado da instituição em que se realiza o estágio será denominado de supervisor/a do estágio.

**ART.6°** - A escolha dos campos de estágio será realizada pelos/as alunos/as estagiários/as, orientadas pelo/a professor/a orientador/a do Estágio Supervisionado.

§ 1° - Cabe ao/a aluno/a estagiário/a estabelecer um plano de atividades relacionadas ao estágio, que respeite a organização da instituição em que se realiza o estágio. Este cronograma deve ser entregue ao/a professor/a orientador/a de estágio e ao/a supervisor/a.

## **CAPÍTULO VI – DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

**ART.7°** - A avaliação do/a aluno/a estagiário/a no Estágio Supervisionado compreende a realização das atividades presentes no ART. 3° desta normativa, o processo avaliativo se insere como uma atividade dialógica e qualitativa das ações desenvolvidas pelo estudante no campo de estágio.

**ART.8°** - Cabe ao/a aluno/a estagiário/a ao fim do Estágio Supervisionado entregar os formulários de atividades desenvolvidas, devidamente carimbados e assinados pelos/as supervisores/as e/ou da instituição em que se realiza o estágio (Anexo). Assim como os procedimentos avaliativos (Anexo) dos/as supervisores do Estágio Supervisionado.

**ART.9°** - Os/As alunos/as estagiários/as deverão entregar e apresentar o relatório final de Estágio Supervisionado, em datas estabelecidas pelo/a professor/a orientador/a da disciplina de Estágio Supervisionado.

**ART.10°** - O relatório consiste de um processo de sistematização das ações desenvolvidas no estágio, pode ser desenvolvido na forma de relatório final e/ou artigo científico e/ou capítulo de livro.

**Parágrafo único:** o não cumprimento destas ações acarreta na reprovação do/a aluno/a estagiário/a.

**ART.11°** - A avaliação do conjunto de desempenhos é expressa através de notas, que constituem o seu mínimo 5,0 (cinco) pontos e seu máximo 10,0 (dez) pontos, de acordo com os procedimentos avaliativos.

## **CAPÍTULO VII – DO PRODUTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

**ART. 12°**– O produto do Estágio Supervisionado pode assumir quatro formatos: Relatório de Estágio, Artigo Científico, Capítulo de Livro, e Trabalho Científico.

§ 1° - O Relatório de Estágio deve ser organizado seguindo o modelo em anexo e no capítulo anterior.

§ 2º - Artigo Científico aceito ou publicado em revista reconhecida no meio acadêmico, desde que seja(m) resultante(s) das atividades exercidas no Estágio Supervisionado, conforme avaliação da coordenação de Estágio;

§ 3º - Capítulo de Livro aceito ou publicado, com tema sobre as Ciências Ambientais, desde que seja(m) resultante(s) das atividades exercidas no Estágio Supervisionado conforme avaliação da coordenação de Estágio.

§ 4º Trabalho Completo apresentado em eventos científicos, desde que seja(m) resultante(s) das atividades exercidas no Estágio Supervisionado conforme avaliação da coordenação de Estágio.

## **CAPÍTULO VIII-DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO**

**ART.13º** - Coordenar as atividades de estágio do curso;

**ART. 14º** - Propor o regulamento de estágio do curso para aprovação pelo colegiado do curso, procedendo à sua adaptação e renovação quando ocorrem mudanças legais advindas dos órgãos superiores, como também adequá-lo as necessidades sócio-cultural-econômica e política, sempre que assim exigir;

**ART. 15º**-Promover a articulação entre professores/as orientadores/as e supervisores/as da turma;

**ART.16º** - Apresentar formalmente aos/as acadêmicos/as todos os aspectos legais que compreendem o processo de estágio curricular;

**ART.17º** - Elaborar o manual de estágio curricular do curso de Ciências Ambientais;

**ART.18º**- Implementar as atividades de estágio, buscando envolver os/as alunos/as num trabalho conjunto entre os diferentes órgãos da IES;

**ART.19º**- Colaborar com os/as professores/as orientadores/as e supervisores/as em todas as etapas de estágio;

**ART.20º**- Analisar os processos advindos dos/as professores/as orientadores/as e supervisores/as no que se refere ao desligamento do/a estagiário/a no campo do estágio;

**ART.21º**- Fornecer documentação necessária aos/as estagiários/as quando de sua integração e vinculação nos campos de estágio;

**ART.22º**- Organizar a documentação relativa às atividades de estágio dos alunos do curso, mantendo a disposição da fiscalização.

**ART. 23º**- O coordenador de estágio de curso será indicado pelo respectivo colegiado para um mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 1.º Nos casos de impedimento ou afastamentos do coordenador de estágios do curso, o vice-coordenador de estágios responderá pela coordenação de estágios.

## **CAPÍTULO IX – DO/A PROFESSOR/A ORIENTADOR/A DE ESTÁGIO**

**ART.24º**- Fornecer os horários de sua disponibilidade de orientação aos/as orientandos/as;



**ART. 25º** -Participar das atividades programadas pela CES visando ao planejamento e avaliação global das atividades a serem desenvolvidas no Estágio;

**ART. 26º** - Elaborar Projeto específico para o desenvolvimento da disciplina Estágio Supervisionado, baseado no Projeto-Referência do Estágio, observando os pré-requisitos e o *status* do componente dentro da matriz curricular, bem como os diferentes níveis de composição da disciplina, de modo a promover o desdobramento lógico do itinerário formativo;

**ART. 27º** - Visitar, avaliar e selecionar, juntamente com a Comissão de Estágio Supervisionado, e quando possível ouvindo os alunos, as entidades previstas como Instituições-Campo para os Estágios Obrigatórios;

**ART. 28º** -Apresentar e encaminhar, oficialmente, os Alunos-Estagiários aos respectivos Campos de Estágios;

Manter a CES informada sobre o desenvolvimento das atividades no Campo de Estágio, formalizando toda e qualquer situação-problema configurada durante a execução do Estágio e que esteja fora de sua competência;

**ART. 29º** - Encaminhar, semestralmente, à CES, Relatório Consolidado das ações desenvolvidas no Estágio;

**ART. 30º** -Estimular e valorizar, intra e extra Universidade, experiências inovadoras de Estágio desenvolvidas pelos Alunos-Estagiários.

**ART.31º**- Orientar, esclarecer dúvidas e acompanhar o/a orientando/a do início ao final do estágio;

**ART.32º**- Avaliar os/as estagiários/as, que a ele/a compete avaliar;

## **CAPÍTULO X – DO/A SUPERVISOR/A**

**ART.33º** - Estabelecer contato com o/a professor/aorientador/ado estágio, a fim de acompanhar o progresso do/a estagiário/a;

**ART.34º**- Realizar a supervisão do estágio no local designado;

**ART.35º**- Informar ao/a Coordenador/a do Estágio Supervisionado sobre quaisquer ocorrências verificadas durante as diferentes fases do estágio do/a acadêmico/a;

**ART.36º** - Orientar o/a(s) estagiário/a(s), quando estiver (em) em prática do estágio supervisionado;

**ART.37º** - Avaliar, comentar e dar sugestões aos/as acadêmicos/as sobre a atividade desenvolvida no estágio;

## **CAPÍTULO XI – DO/A ESTAGIÁRIO/A**

**ART.38º** - Estar matriculado nos períodos em que serão oferecidos os estágios supervisionados;

**ART.39º** - Possuir frequência de 75% nas aulas em sala de aula, estas exigidas por lei e 100% nas atividades propostas no campo de estágio;

**ART.40º** - Respeitar as normas e regulamentos oficiais da IES no que concerne aos estágios curriculares;

**ART.41º** - Definir com o/a professor/a orientador/a e o/a professor/a regente da turma, juntamente com o/a professor/a de estágio os locais, períodos e formas para o desenvolvimento das atividades referentes ao campo de estágio;

**ART. 42º** - Elaborar Plano de Atividades, contendo cronograma de execução das atividades, juntamente com o(a) supervisor(a) de estágio e entregar ao professor(a) orientador(a) da disciplina no início do semestre.

**ART.43º** - Produzir relatórios finais dos estágios supervisionados;

**ART.44º** - Sistematizar e apresentar suas considerações finais sobre os estágios supervisionados;

**ART.45º** - Demonstrar senso de responsabilidade ao frequentar qualquer Estabelecimento de Ensino zelando pelo nome da Universidade Federal do Amapá.

**ART.46º** - Manter assiduidade e pontualidade durante o estágio para não prejudicar o andamento das atividades no Estabelecimento de Ensino onde está estagiando;

**ART.47º** - Respeitar a organização e as normas internas da Instituição onde será desenvolvido o estágio;

**ART.48º** - No caso de ter que faltar, comunicar a Instituição onde será desenvolvido o estágio com antecedência mínima de 24 horas.

## **CAPÍTULO XII – DO NÚMERO DE ALUNOS POR SUPERVISOR**

**ART. 49º** - A quantidade máxima de alunos por supervisor não deve ultrapassar quatro alunos, sendo admitido um número maior em casos específicos a serem deliberados pela coordenação do curso.

## **CAPÍTULO XIII - DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO**

**ART. 50º** - O estágio Não-Obrigatório poderá ser creditado como estágio supervisionado em acordo com o artigo 27º da resolução N. 02/2010 – CONSU/UNIFAP;

**ART. 51º** - A carga horária do estágio Não-Obrigatório poderá ser aproveitada no estágio obrigatório.

§ 1º - Os/As estudantes que obtiverem tais benefícios, não serão dispensados das atividades organizadas no ART. 3º, assim como das atividades de organização, planejamento, orientação e apresentação das práticas desenvolvidas no campo de estágio.

## **CAPÍTULO XIII-DA BOLSA ESTÁGIO**

**ART. 52º** - Em acordo com o artigo 8º da resolução N. 02/2010 – CONSU/UNIFAP a **bolsa-estágio** caracteriza-se por recurso financeiro concedido ao Estagiário, como forma de contraprestação pelos serviços realizados, sendo sua concessão considerada **opcional**.

## **CAPÍTULO XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**ART. 53º** - Em acordo com o inciso III do artigo 19º da resolução N. 02/2010 – CONSU/UNIFAP os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Ciências Ambientais

**Coordenação do Curso de Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amapá**, em Macapá-Amapá, 16 de abril de 2013.

**Marco Antonio Chagas**  
Coordenador do Curso de Ciências Ambientais  
Portaria nº 202/2012



**Universidade Federal do Amapá  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Coordenação do Curso de Ciências Ambientais  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO X  
SUGESTÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES**

**COMPOSIÇÃO**

**Pré-textuais**

Capa

Folha de identificação. Deve conter:

- a- Identificação do estagiário: nome, matrícula, email, telefone;
- b- Dados do local de estágio: nome da instituição, área de atuação, setor, dias e horários do estágio;
- c- Dados do supervisor: nome, cargo, formação, área de atuação, telefone, e-mail

Sumário

**Textuais**

1. Introdução
2. Justificativa
3. Objetivos
4. Procedimento Metodológico
5. Resultados Esperados
6. Cronograma de Execução (Semestral)

**Pós-textuais**

1. Referências Bibliográficas
2. Opcional (anexos, glossário)



**Universidade Federal do Amapá  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Coordenação do Curso de Ciências Ambientais  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**SUGESTÃO DE CAPA DO PLANO DE ATIVIDADES**

**DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO X**

**PLANO DE ATIVIDADES**

Nome do estagiário



**Universidade Federal do Amapá**  
**Pró-Reitoria de Ensino de Graduação**  
**Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento**  
**Coordenação do Curso de Ciências Ambientais**  
**CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO X**  
**SUGESTÃO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO ESTÁGIO**

**COMPOSIÇÃO**

**Pré-textuais**

Capa

Folha de identificação. Deve conter:

- a- Identificação do estagiário: nome, matrícula, email, telefone;
- b- Dados do local de estágio: nome da instituição, área de atuação, setor, dias e horários do estágio;
- c- Dados do supervisor: nome, cargo, formação, área de atuação, telefone, e-mail;
- d- Período do estágio: início, término, jornada semanal, carga horária total.

Opcionais (epígrafe, dedicatória, agradecimentos, listas, figuras, gráficos e tabelas)

Sumário

**Textuais**

- 1. Introdução
- 2. Justificativa
- 3. Objetivos
- 4. Procedimento Metodológico
- 5. Resultados
- 6. Discussão
- 7. Conclusão

**Pós-textuais**

- 1. Referências Bibliográficas
- 2. Opcional (anexos, glossário)

**Assinatura do Supervisor, carimbadae do estagiário que estão de acordo com o relatório.**



**Universidade Federal do Amapá  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Coordenação do Curso de Ciências Ambientais  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**SUGESTÃO DE CAPADO RELATÓRIO FINAL DO ESTÁGIO**

**DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO X**

**RELATÓRIO FINAL**

Nome do estagiário



**Universidade Federal do Amapá**  
**Pró-Reitoria de Ensino de Graduação**  
**Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento**  
**Coordenação do Curso de Ciências Ambientais**  
**CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I**  
**SUGESTÃO DE FOLHA DE IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO**  
**ESTÁGIO**

**Dados do estagiário**

Nome:  
Matrícula:  
Email:  
Telefone:

**Dados do local de estágio**

Nome da instituição/setor:  
Área de atuação:  
Dias e horários do estágio:

**Dados do Supervisor de estágio**

Nome:  
Cargo:  
Área de atuação:  
Email:  
Telefone:

**Período de estágio**

Início: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Término: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Jornada de estágio: \_\_\_\_\_ horas semanais

Carga horária total: \_\_\_\_\_





**Universidade Federal do Amapá**  
**Pró-Reitoria de Ensino de Graduação**  
**Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento**  
**Coordenação do Curso de Ciências Ambientais**  
**CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I**  
**AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO(A) PELO SUPERVISOR(A)**

De acordo com as informações acima, posso considerar o estágio do/a estudante estagiário/a:

Muito Bom    Bom    Regular    Insuficiente

E aconselho:

Aprovação do/a estudante estagiário/a

Reprovação do/a estudante estagiário/a

Macapá, .....de.....de 201...

**Ficha de avaliação do/a estagiário/a**

Estagiário/a: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_ Carga horária total: \_\_\_\_\_

Período do Estágio: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Supervisor/a do estágio




Macapá, de                      de201...

\_\_\_\_\_

Assinatura do/a Professor/a Supervisor/a



**Universidade Federal do Amapá**  
**Pró-Reitoria de Ensino de Graduação**  
**Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento**  
**Coordenação do Curso de Ciências Ambientais**  
**CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**TERMO DE ENCAMINHAMENTO DE ESTAGIÁRIO Nº \_\_\_\_\_/201..**

Macapá, .....de ..... de 201....

**AO/A Sr/a:**

---

Senhor/a Diretor/a,

Estamos encaminhando o/a acadêmico/a ..... regularmente matriculado/a no curso de **CIÊNCIAS AMBIENTAIS**, desta IFES sob a matrícula ....., modalidade Bacharelado, para realização de atividades relacionadas à disciplina **Estágio Supervisionado x**, nessa instituição com carga horária de .....h/a.

Atenciosamente,

---

**Professor Responsável pela disciplina Estágio Supervisionado \_**  
**do Curso de Ciências Ambientais/UNIFAP**

## TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente Termo de Compromisso de Estágio, firmado nos termos da Lei Nº11.788 de 25/09/2008, a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP**, Fundação Pública de Direito Privado vinculada ao Ministério da Educação e Desporto, criada pela Lei Nº 7.530, de agosto de 1986, Órgão Público, sediada à Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira, Km 02 - Campus Marco Zero - Bairro Jardim Marco Zero, CEP 68.902-208, Macapá/Amapá, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.868.257/0001-81, doravante denominada **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**, a **(DADOS DO CONCEDENTE)**, pessoa jurídica de direito (público ou privado), inscrita no CNPJ/MF sob nº (CNPJ), sediada (endereço), neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, (cargo), (dados pessoais, CI, CPF), (endereço), doravante denominada **CONCEDENTE** e o aluno **(DADOS DO ALUNO: NOME, RG, CPF, endereço)** regularmente matriculado no Curso de **(Nome do Curso)**, sob nº **(matrícula)** doravante denominado **ESTAGIÁRIO**, com a interveniência da UNIFAP, firmam compromisso de estágio mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** O presente Termo de Compromisso objetiva concessão de estágio obrigatória CONCEDENTE nas áreas de interesses dos convenentes.

1.1 O compromisso assumido visa oferecer ao ESTAGIÁRIO o aprendizado, em ambiente de trabalho, de competências próprias da atividade profissional adstritas à Proposta Pedagógica do Curso.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO:** O Estágio terá a duração **(período total)**, a partir de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, não podendo ultrapassar 2 (dois) anos.

1.1 A prorrogação do estágio deverá ser feita mediante Termo Aditivo ao presente Termo de Compromisso, fazendo-se necessária a manifestação do ESTAGIÁRIO com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da duração.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA JORNADA DO ESTÁGIO:** A Jornada do estágio será de **(especificar as horas)** diárias e **(especificar a jornada semanal, não podendo ultrapassar 30 horas)** semanais, devendo compatibilizar-se com o horário escolar do ESTAGIÁRIO e do CONCEDENTE.

- 1.1 Nos períodos de avaliação na INSTITUIÇÃO DE ENSINO, a carga horária do ESTAGIÁRIO será reduzida, com o objetivo de garantir o bom desempenho do aluno.
- 1.2 As faltas e os atrasos podem ser compensados, a critério do Supervisor do estágio, até o mês subsequente ao da ocorrência, desde que não acarretem prejuízos às atividades acadêmicas do estagiário e não ultrapassem 6 (seis) horas diárias.

**CLÁUSULA QUARTA - DA BOLSA ESTÁGIO E DO AUXÍLIO TRANSPORTE:** É opcional ao concedente a concessão de bolsa, no caso de estágio obrigatório, e compulsório quando tratar-se de estágio não obrigatório.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PERÍODO DE RECESSO:** É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares.

1.1 Os dias de recesso previsto nesta cláusula serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o período de estágio ser inferior a 1 (um) ano.

**CLÁUSULA SEXTA - São obrigações do ESTAGIÁRIO:**

- a) *Cumprir fielmente a programação do Estágio, comunicando em tempo hábil, a impossibilidade de não fazê-lo, se for o caso;*
- b) *Cumprir todas as normas internas da empresa (órgão público), especialmente as relativas ao Estágio, que o estudante declara expressamente conhecer;*
- c) *Guardar sigilo, quanto aos elementos manipulados ou aqueles que, direta ou indiretamente venha a tomar conhecimento no exercício de suas atividades na empresa concedente de estágio;*
- d) *Exercer com zelo e dedicação suas atividades, mantendo conduta cordial e urbana com todas as pessoas que mantiver contato;*
- e) *Elaborar o Relatório sobre o desenvolvimento das tarefas que lhe foram atribuídas, submetendo-o à apreciação do Supervisor Técnico e do Professor Orientador do estágio.*
- f) *Informar ao CONCEDENTE imediatamente acerca da conclusão, abandono ou trancamento do curso.*

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO VÍNCULO DE EMPREGO:** O estágio de que trata o presente Termo de Compromisso não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, desde que obedecidas todas as suas cláusulas.

**CLÁUSULA OITAVA - DO SEGURO:** A UNIFAP contratará o seguro para o acadêmico quando tratar-se de estágio obrigatório.

**CLÁUSULA NONA:** O presente Termo de Compromisso entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, podendo ser cancelado nos seguintes casos:

- a) *A pedido do Estagiário;*
- b) *No interesse do concedente do Estágio;*
- c) *Por desligamento da Instituição de Ensino;*
- d) *Pelo descumprimento de quaisquer Cláusulas do presente Termo de Compromisso.*

E, por estarem de pleno acordo, foi o presente Termo de Compromisso, depois de lido e achado conforme, assinado pelas partes e testemunhas, dele extraindo-se 03 (três) vias de igual teor, para que produza todos os efeitos.

Macapá-AP,.....de..... de 201\_\_.

---

ALUNO

---

CONCEDENTE

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**Normatização nº 02/2012 - CAMB**

**ESTABELECE NORMAS PARA O  
ACOMPANHAMENTO, VALIDAÇÃO E  
ESCRITURAÇÃO DAS ATIVIDADES  
COMPLEMENTARES DO CURSO DE  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS  
AMBIENTAIS DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP.**

**TÍTULO I**

**DA DEFINIÇÃO, DOS OBJETIVOS, DA CATEGORIZAÇÃO E DA CARGA HORÁRIA DAS  
ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

**CAPÍTULO I**

**DA DEFINIÇÃO**

Art. 1º - As Atividades Complementares são entendidas nos termos desta Normatização como componente curricular obrigatório da matriz do curso de Graduação de Bacharelado em Ciências Ambientais da UNIFAP, que se materializa através de estudos e atividades independentes, não compreendidas nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas.

Parágrafo único: as Atividades Complementares devem ser desenvolvidas durante a trajetória acadêmica do aluno e em estreita observância à filosofia, área de abrangência e objetivos de cada Curso.

**CAPÍTULO II**

**DOS OBJETIVOS**

Art. 2º - As atividades Complementares têm os seguintes objetivos:

I - Estimular práticas de estudos independentes, visando à progressiva autonomia intelectual do aluno;

II - Sedimentar os saberes construídos pelos acadêmicos durante o Curso de Graduação;

III - Viabilizar a relação integradora e transformadora do conhecimento produzido dentro e fora da Universidade;

IV- Articular ensino, pesquisa e extensão com as demandas sociais e culturais da população;

V- Socializar resultados de pesquisa, produzidos no âmbito da Universidade ou a partir de parceria com entidades públicas e/ou privadas;

VI- Valorizar a cultura e o conhecimento, respeitando a diversidade sociocultural dos povos.



### CAPÍTULO III DA CATEGORIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares, com desdobramento nos campos acadêmico-científico, artístico-cultural, social e de organização estudantil, estão categorizadas em 7 (sete) grupos:

I Grupo 1: Atividades de ensino - estão representadas na frequência, com aproveitamento, às aulas de disciplinas afins ao curso de Ciências Ambientais, ofertadas pela UNIFAP ou outras instituições públicas ou isoladas de Ensino Superior, bem como no efetivo exercício de monitoria (com bolsa ou voluntária) no curso, e ainda na realização de estágio extracurricular como complementação da formação acadêmico-profissional;

II Grupo 2: Atividades de pesquisa - conjunto de atividades desenvolvidas em uma das linhas de pesquisa existentes no curso de graduação de Ciências Ambientais ou pós-graduação da UNIFAP. Podem ser elas: apresentação de trabalho em Eventos Científicos, como autor, participação em projetos de pesquisa, em grupos de estudos ou núcleos de pesquisa, sob a orientação de docente ligado ao curso de Ciências Ambientais, elaboração e publicação de artigo, como autor, em periódicos especializados dotados de Conselho Editorial ou em livro ou capítulo de livro, como autor e publicações de resumos e trabalhos completos em anais de congressos e similares, como autor;

III Grupo 3: Atividades de extensão - conjunto de atividades, eventuais ou permanentes, como projetos de extensão, cursos e treinamentos executadas na UNIFAP ou outras IES, ligados à formação do aluno no curso de Ciências Ambientais;

IV Grupo 4: Participação em eventos de natureza artística, científica ou cultural - está representada pela presença do aluno em congressos, semanas acadêmicas, seminários, feiras, fóruns, oficinas, intercâmbio cultural, teleconferências, salão de artes, dentre outros;

V Grupo 5: Produções diversas - neste grupo deve-se contemplar o potencial criador do aluno, materializado através de portfólio, projeto e/ou plano técnico, criação e/ou exposição de arte, vídeo, filme, protótipo, material educativo, científico e cultural, sítios na internet, invento e similares;

§ 1º - A carga horária referente à concessão de créditos sobre produção científica será realizada em conformidade com o tipo de produção, compreendendo:

- a) Produção de artigos científicos (Qualis A: 30 horas; Qualis B: 20 horas; Qualis C: 15 horas)
- b) Produção de resumos científicos expandidos (8 horas)
- c) Produção de resumos científicos (5 horas)

VI Grupo 6: Ações comunitárias - traduz-se pela efetiva participação do aluno em atividades de alcance social;

VII Grupo 7: Representação estudantil - reporta-se ao exercício de cargo de representação estudantil em órgãos colegiados e/ou participação em eventos estudantis regionais e nacionais;

Parágrafo único: para efetivar a integralização das Atividades Complementares, o aluno deverá comprovar participação/produção em pelo menos 2 (dois) dos 7 (sete) grupos acima categorizados, além do cumprimento da carga horária mínima (210 horas) estabelecida no Projeto Político Pedagógico do Curso, prevista no componente curricular dentro da matriz do Curso de Ciências Ambientais.

### CAPÍTULO IV DA CARGA HORÁRIA

Art. 4º - As Atividades Complementares devem configurar no currículo do curso de Graduação de Ciências Ambientais carga horária de, no mínimo, 210 horas.

Art. 5º - Para efeito de cômputo da carga horária do professor responsável pelas Atividades Complementares, considerar-se-á a relação 2 (duas) horas-aula semanais + 2 (duas) horas de planejamento para cada turma que o mesmo venha a conduzir dentro do semestre letivo.

TÍTULO II  
DA SOLICITAÇÃO DE CRÉDITO PARA ATIVIDADES ACADÊMICAS

Art. 6º - Ao final de cada semestre ou período letivo, em data previamente estabelecida, o aluno deverá protocolar, junto à Coordenação do Curso de Ciências Ambientais, em fotocópia, os comprovantes de participação e/ou produção das Atividades Complementares, e solicitar concessão de créditos sobre a carga horária/atividades realizadas.

§ 1º - Torna-se obrigatório, no ato do protocolo, a apresentação dos comprovantes de participação e/ou produção das Atividades Complementares em sua forma original, com vistas ao reconhecimento da autenticidade dos documentos fotocopiados.

§ 2º - O cumprimento da agenda para protocolo dos comprovantes de Atividades Complementares não garante crédito automático ao aluno, devendo o mesmo aguardar o resultado da análise que será feita sobre os documentos apresentados, o qual ficará disponível para consulta no ambiente acadêmico no prazo máximo de 15 (quinze) dias do término do semestre letivo.

TÍTULO III  
DA ATRIBUIÇÃO DO COLEGIADO, DA COORDENAÇÃO DE CURSO, DOS PROFESSORES  
RESPONSÁVEIS E DOS ALUNOS FRENTE ÀS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO V  
DA ATRIBUIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Art. 7º - São atribuições básicas do colegiado do curso de Ciências Ambientais

I - Fomentar, articular e divulgar eventos referentes às Atividades Complementares no âmbito interno e externo da Universidade.

CAPÍTULO VI  
DA ATRIBUIÇÃO DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Art. 8º - São atribuições básicas do Coordenador do Curso:

I - Promover a articulação do Colegiado visando à efetiva operacionalização das ações relativas às Atividades Complementares;

II - Recepcionar, semestralmente, a documentação liberada pelos professores responsáveis das Atividades Complementares com os registros das ACC e, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento, validar, imprimir, assinar e enviar à COEG para conhecimento e análise por parte da Divisão de Capacitação e Acompanhamento das Atividades Docentes.

CAPÍTULO VII  
DA ATRIBUIÇÃO DO(S) PROFESSOR(ES) DO CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS  
RESPONSÁVEL (RESPONSÁVEIS) PELO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS  
ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO

Art. 9º - São atribuições básicas do(s) professor(es) responsável (responsáveis) pelo acompanhamento e avaliação das atividades complementares do curso:

I - Orientar, acompanhar, controlar e certificar a participação dos alunos em ações e eventos, promovidos pela UNIFAP e outras IES, que visem ao aproveitamento da carga horária para Atividades Complementares;

II - Apreciar, semestralmente, os documentos apresentados pelos alunos objetivando aproveitamento de créditos para Atividades Complementares e decidir sobre a validade dos mesmos, sempre na observância do prescrito no Art. 3º desta Normatização e no respectivo desdobramento a ser previsto no âmbito do presente Curso;

III - Realizar a validação do registro do número de horas das Atividades Complementares para aproveitamento de créditos nas ACC do Curso de Ciências Ambientais.

IV - Fazer, a cada semestre, a escrituração das horas/grupos de atividades acumuladas pelos alunos, sempre na observância do que prevê o Art. 3º desta Normatização e seus desdobramentos;

V - Apresentar ao Coordenador do Curso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o término de cada semestre letivo, o registro das Atividades Complementares.

## CAPÍTULO VIII

### DA ATRIBUIÇÃO DO(S) ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Art. 10º São atribuições básicas dos alunos do curso de bacharelado em Ciências Ambientais:

I Protocolar, junto à Coordenação do Curso de Ciências Ambientais, semestralmente, original e fotocópia dos comprovantes de participação e/ou produção das Atividades Complementares, para solicitação da concessão de créditos sobre a carga horária/atividades realizadas.

II Providenciar, junto aos comprovantes de participação, uma documentação (ficha de acompanhamento das Atividades Complementares do Curso; Anexo I) contendo as seguintes informações: nome completo, matrícula, atividade desenvolvida, data da atividade, número de horas, nome da entidade realizadora, nome do responsável da atividade, data e assinatura.

## TÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 À medida que cada aluno integralize a carga horária mínima prevista na matriz curricular do Curso de Ciências Ambientais para as Atividades Complementares, o DERCA procederá, automaticamente, com o registro no Histórico Escolar.

Art. 11 Esta Normatização entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito retroativo às turmas ingressantes no curso de Graduação de Bacharelado em Ciências Ambientais da UNIFAP, a partir do 2º semestre letivo de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Art. 12 Os casos omissos na presente Normatização serão resolvidos pela Comissão de professores responsáveis pelas Atividades Complementares do curso de Ciências Ambientais.

**Coordenação do Curso de Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amapá**, em Macapá-Amapá, 16 de abril de 2013.

**Marco Antonio Chagas**  
Coordenador do Curso de Ciências Ambientais  
Portaria nº 202/2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

**Normatização 03/2013 – CAMB**

**ESTABELECE NORMAS PARA O  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
(TCC) NO ÂMBITO DO CURSO DE  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS  
AMBIENTAIS DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP.**

A Coordenadora do Curso de Bacharelado em Ciências Ambientais, no uso de suas atribuições estabelecidas na Portaria nº 1678/UNIFAP, considerando o disposto na Resolução 11/2018 – CONSU/UNIFAP – e a decisão do Colegiado de Curso,

**RESOLVE:** aprovar as seguintes NORMAS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) no âmbito das disciplinas TCC I e II do curso de Bacharelado em Ciências Ambientais.

**TÍTULO I  
DA DEFINIÇÃO, OBJETIVOS, PROCEDIMENTOS E ESTRUTURAÇÃO DO TCC**

**CAPÍTULO I  
DA FINALIDADE DO TCC**

**ART. 1º** - O trabalho de conclusão de curso (TCC) é requisito obrigatório para obtenção de grau de bacharel em Ciências Ambientais da UNIFAP, tendo por objetivo a inserção do aluno nas atividades de pesquisa, desde a concepção de um projeto, a execução da pesquisa e a divulgação de resultados nas diversas modalidades, de forma a oportunizar aos acadêmicos do curso a possibilidade de atuar na construção do conhecimento científico.

**CAPÍTULO II  
DA CONCEPÇÃO CURRICULAR DO TCC**

**ART. 2º** - O TCC está estruturado em duas disciplinas obrigatórias: TCC I e TCC II, nas quais o aluno deverá se matricular no penúltimo e último semestres de conclusão do curso, respectivamente.

Parágrafo único – Há a possibilidade da coordenação do curso oferecer as duas disciplinas no mesmo semestre, a fim de propiciar a colação de grau de alunos retidos nas referidas disciplinas em semestres letivos anteriores.

**ART. 3º** - A disciplina TCC I será ofertada obrigatoriamente até o 7º semestre e terá por escopo a construção de um projeto de pesquisa de TCC na área de ciências ambientais. No início da disciplina TCC o acadêmico deverá inscrever seu projeto de TCC, conforme o Art. 5º, Apêndice A da Resolução nº 11/2008 – CONSU/UNIFAP. Ao final da disciplina, uma vez qualificado o projeto será homologado pelo colegiado.

**Parágrafo único:** caso o projeto de TCC tenha como sujeito de pesquisa seres humanos e/ou animais e julgado necessário pela Banca Examinadora, deverá o mesmo ser submetido à apreciação de Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UNIFAP.

**ART. 4º** - A disciplina TCC II será ofertada no último semestre de conclusão do curso e será cumprida mediante a execução da pesquisa proposta em TCC I, bem como a apresentação dos resultados da mesma sob a forma de um trabalho acadêmico.

### **CAPÍTULO III DA ELABORAÇÃO, NATUREZA DO TRABALHO E MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO DE TCC**

**ART. 5º** - O TCC deverá ser realizado individualmente, podendo ser um trabalho experimental ou teórico, ou mesmo uma revisão bibliográfica.

Parágrafo único - Na indisponibilidade de docentes para orientação, poderá ser realizado em dupla, desde que justificado e aprovado pelo colegiado de Ciências Ambientais.

**ART. 6º** - O TCC deve ser apresentado, prioritariamente, na forma de monografia, sendo também admitido no formato de artigo completo publicado ou aceito em revista científica – periódico Qualis A1 a B5, desde que seja na área de Ciências Ambientais ou em área interdisciplinar publicado ou submetido após cumprido no mínimo 50% das disciplinas do curso.

§ 1º. Na modalidade artigo científico o acadêmico deverá ser primeiro autor.

§ 2º. Em ambas as modalidades o autor deverá estruturar e construir o trabalho obedecendo as normas previstas para trabalhos acadêmicos pela ABNT ou normatização da UNIFAP ou do Curso de Ciências Ambientais, sendo admitido também no caso de artigo, o formato adotado pelo respectivo periódico.

### **CAPÍTULO IV DA ORIENTAÇÃO**

**ART. 7º** - O TCC deverá ser orientado por docente vinculado ao curso de Ciências Ambientais ou de outros cursos da UNIFAP.

Parágrafo Único – Mediante credenciamento junto ao colegiado de Ciências Ambientais, poderão ser admitidos como orientadores ou co-orientadores docentes profissionais de outras instituições de ensino

e/ou pesquisa e estudantes de pós-graduação nível de doutorado vinculados a programas da UNIFAP ou programas de outras instituições de ensino superior reconhecidas pelo MEC, ficando também a cargo dos credenciados a responsabilidade pelo fornecimento de insumos e infraestrutura para a execução da pesquisa.

**§ 1º.** No caso de orientação externa, será necessária a co-orientação por um docente do colegiado do curso de Ciências ambientais.

Art. 8º Deverá ser adotada uma sistemática de acompanhamento do TCC pelo orientador, mediante utilização da Ficha de Acompanhamento da Produção de TCC, conforme Apêndice C da Resolução nº 11/2008 – CONSU/UNIFAP.

**ART. 9º** - É prevista a mudança de orientação do TCC mediante manifestação do discente ou orientador, desde que devidamente justificada e autorizada pelo colegiado do curso até o encerramento da disciplina TCC I.

## **CAPÍTULO V DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DEPÓSITO DO PROJETO DE PESQUISA E DO TCC**

**ART. 10º** - No prazo máximo de vinte dias antes dos exames de qualificação ou de apresentação de TCC, o acadêmico deverá fazer o depósito cópias impressas ou o Projeto de Pesquisa em formato digital ou TCC (monografia ou artigo científico completo) à coordenação ou ao coordenador das disciplinas, indicando possíveis nomes para sua banca sugeridos pelo orientador, afim de que sejam realizados os procedimentos para defesa.

Parágrafo Único. No caso de artigo científico completo, é imprescindível a apresentação de documento que comprove a publicação ou aceite do mesmo.

## **DA BANCA DE AVALIAÇÃO**

**ART. 11º** - A Banca Avaliadora será presidida pelo orientador e mais dois membros, sendo pelo menos um dos avaliadores obrigatoriamente docente do Curso de Ciências Ambientais, admitindo-se, portanto, a possibilidade de um examinador externo.

Parágrafo Único. O orientador ficará a cargo apenas da presidência da banca, não lhe sendo garantido o direito de atribuir nota, prerrogativa dos dois avaliadores. No entanto, em caso de discrepância de notas, ou seja, diferença superior ou igual a 3 (três) pontos, caberá ao orientador a atribuição de uma terceira nota para composição da média final do trabalho de conclusão de curso.

## **DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO DO TCC (TCC I)**

**ART. 12º** - A primeira avaliação será o exame de qualificação do projeto de pesquisa de TCC, sendo requisito à conclusão da disciplina TCC I no penúltimo semestre letivo do acadêmico.

**ART. 13º** - A avaliação será realizada por banca de qualificação do projeto de pesquisa, e compreenderá a apreciação do produto escrito e a apresentação pública na forma oral, com duração de vinte a trinta minutos e mais vinte para arguição por parte da banca, conforme Art 10.

**ART. 14º** - A banca deverá avaliar e atribuir nota ao projeto escrito, bem como, à apresentação oral do mesmo, segundo critérios e notas a serem estabelecidos por instrumento de avaliação aprovado pelo colegiado do curso . A nota final na qualificação do projeto será a média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

**ART. 15º** - Ao final do processo de qualificação do projeto deve ser lavrada uma ATA com a nota e resultado da avaliação do Projeto de Pesquisa do discente (TCC I).

## **DA APRESENTAÇÃO E DEFESA DO TCC (TCC II)**

**ART. 16º** - A Avaliação do TCC II pela Banca compreenderá a apreciação do trabalho escrito, sob a forma de monografia ou artigo e; apresentação pública na forma oral, com duração entre trinta e quarenta minutos e mais trinta para arguição por parte da banca.

**ART. 17º** - A banca deverá avaliar e atribuir nota ao produto (monografia ou artigo) escrito, bem como, à apresentação oral do mesmo, segundo critérios e notas a serem estabelecidos por instrumento de avaliação aprovado pelo colegiado do curso. A nota final do aluno será a média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora, obedecendo ao parágrafo único do Art. 10º da presente resolução.

**ART. 18º** - Ao final da avaliação deve ser lavrada uma ATA com a nota e resultado da avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso do discente.

## **DA APROVAÇÃO NAS DISCIPLINAS TCC I E TCC II**

**ART. 19º** - TCC I será a soma das avaliações parciais, mais a nota de qualificação do projeto considerada a nota final e do TCC apresentado (DISCIPLINA TCCII) será cinco.

§ 1º. Uma vez aprovado e, sendo requisitada a correção do TCC (monografia ou artigo), o acadêmico terá o prazo de trinta dias para depositar seu trabalho na coordenação do curso, para fins de homologação no colegiado e encaminhamento para a biblioteca da instituição.

§2º. Em caso de não aprovação, o TCC poderá ser refeito e reapresentado no semestre subsequente, preferencialmente à mesma banca de avaliação.

**ART. 20º** Os casos omissos na presente regulamentação serão apreciados e resolvidos pelo Colegiado de Ciências Ambientais.

**ART. 21º** A presente regulamentação entra em vigor na data de sua aprovação.

**Coordenação do Curso de Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amapá**, em Macapá-Amapá, 03 de dezembro de 2013.

**Alzira Marques Oliveira**  
Coordenador do Curso de Ciências Ambientais  
Portaria nº 1678/2013 - UNIFAP



## **2.7. Regulamento dos laboratórios**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS  
CAMPUS MARCO ZERO DO EQUADOR**

**REGIMENTO DO LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO DO CURSO DE  
CIÊNCIAS AMBIENTAIS/UNIFAP**

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** O Laboratório de Geoprocessamento de Ciências Ambientais - LABGEOCA é um instrumento de apoio com finalidades didáticas e de aplicação, criado para atender às necessidades do Curso de Ciências Ambientais da UNIFAP, nas seguintes dimensões: cursos de graduação, pós-graduação, projetos de ensino, pesquisa e extensão. Tem em vista atender aos acadêmicos do Curso de Ciências Ambientais, aos docentes e pesquisadores.

**Parágrafo único.** O LABGEOCA encontra-se vinculado ao Departamento de Ciências Ambientais/UNIFAP e tem como objetivo a consolidação de um ambiente adequado para o apoio à formação de recursos humanos e a produção científica.

**CAPÍTULO II  
DOS OBJETIVOS**

**Art. 2º.** O Laboratório de Geoprocessamento de Ciências Ambientais (LABGEOCA) tem por objetivo:

- a) desenvolver atividades do uso do geoprocessamento, ligadas à representação gráfica de fenômenos espaço-ambientais e à interpretação visual e automática de imagens de sensoriamento remoto;
- b) subsidiar e oferecer apoio logístico ao desenvolvimento de pesquisas relacionadas a área de atuação;
- a) apoiar as atividades desenvolvidas nos cursos de graduação e pós-graduação, dando subsídios a atividades didáticas, pedagógicas e de pesquisa em Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto e Cartografia Digital.

**CAPÍTULO III  
DAS ATIVIDADES**

**Art. 3º.** As principais atividades do Laboratório de Geoprocessamento de Ciências Ambientais são:

- a) oferecer suporte na área de geoprocessamento aos cursos de graduação e pós-graduação;
- b) constituir um banco de dados que possa subsidiar as atividades de ensino, através da construção de tutoriais e roteiros explicativos sobre o uso de aplicativos voltados à análise e representação espacial de dados geográficos;
- c) construir banco de dados com mapas temáticos e outras formas de representações cartográficas regionais que possam subsidiar o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão e servir como material de apoio para a comunidade em geral;
- d) subsidiar pesquisas e trabalhos de campo;
- e) oferecer cursos nas temáticas de sua competência, tais como: cursos de extensão, aperfeiçoamento, mini-cursos e oficinas, dentre outros; de forma a contribuir com a formação técnico-científico-acadêmica e capacitação profissional;
- f) constituir suporte para a execução de produtos cartográficos em ambiente computacional;
- g) oferecer vagas para realização de estágio nas áreas de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto, para alunos do curso de ciência ambientais, contribuindo desta forma com a formação profissional de acadêmicos.
- h) oferecer vagas de Iniciação Científica para alunos de Ciências Ambientais.
- i) estabelecer relações com professores de outras instituições de ensino superior, no Brasil e em outros países;
- j) promover eventos que divulguem à sociedade os resultados obtidos com os trabalhos realizados no laboratório.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, FUNCIONAMENTO**

**Art. 4º.** O Laboratório de Geoprocessamento de Ciências Ambientais (LABGEOCA) será coordenado por um docente indicado pelo colegiado do Curso de Ciências Ambientais, com mandato de um ano, podendo ser reconduzido por mais um ano.

**Art. 5º.** A manutenção dos computadores é de responsabilidade do Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação – NTI.

**Parágrafo único.** A instalação de softwares ou alterações de hardware só será permitida com a anuência do coordenador do LABGEOCA.

**Art. 6º.** A utilização dos recursos e serviços disponíveis no LABGEOCA é condicionada aos professores, pesquisadores, discentes e colaboradores no âmbito das disciplinas e projetos de pesquisa e extensão.

**Parágrafo único.** A permissão de uso por parte dos discentes só será dada tendo por base a autorização do professor orientador e a anuência do Coordenador do Laboratório.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DO ALUNO MONITOR**

**Art. 7º.** Cumprir as atividades propostas pelo coordenado do LABGEOCA, registrando diariamente, em boletim de ocorrências, tanto a sua frequência quanto suas atividades realizadas e fatos ocorridos.

**Art. 8º.** Apoiar nas implementações das normas para o uso do laboratório pela comunidade acadêmica, cuidando dos equipamentos, da identificação e encaminhamento de problemas surgidos no ambiente de trabalho, coletando e organizando dados sobre o uso do laboratório.

**Art. 9º.** Participar das reuniões, bem como dos projetos e atividades pedagógicas e de pesquisa relacionados ao LABGEOCA.

**Art. 10º.** Elaborar ao final do período de vigência da bolsa um relatório de atividades.

**Art. 11º.** Realizar cadastros de usuários do LABGEOCA junto ao NTI, daqueles que não possuem login e senha, observado os objetivos em destaque no Capítulo II deste Regimento.

## **CAPÍTULO V DO USO**

**Art. 12.** Para ter acesso ao LABGEOCA, todos os usuários deverão possuir logon e senha.

**Parágrafo único.** Aqueles que não possuem login e senha deverão realizar o cadastro conforme anexo I, a fim de adquirirem.

**Art. 13º.** Quando houver necessidade de uso ou empréstimo de equipamentos do LABGEOCA este deverá ser solicitado, via Protocolo, ao seu coordenador.

**§1º.** No caso dos discentes, a solicitação deverá ser realizada pelo professor orientador.

**§2º.** A integridade dos equipamentos emprestados é de total responsabilidade do solicitante e do coordenador do LABGEOCA, os quais serão responsabilizados em caso de danos.

**Art. 14º.** A coordenação do LABGEOCA não terá responsabilidade pela perda ou extravio de informações gravadas nos discos dos equipamentos, ou qualquer outro tipo de mídia, pertencente aos usuários do Laboratório.

**Art. 15º.** Fica proibido o consumo de alimentos ou bebidas no LABGEOCA.

**Art. 16º.** As publicações de artigos, relatórios e outros documentos, oriundos de projetos executados total ou parcialmente no LABGEOCA deverão fazer obrigatoriamente a citação deste e da Instituição.

**Art. 17º.** Não será permitido o uso dos recursos do LABGEOCA para atividades desvinculadas das aplicações de geoprocessamento tais como aplicações isoladas de digitação e processamento de textos, planilhas, bancos de dados, apresentações e etc, que descaracterizem a finalidade precípua do LABGEOCA.

**Art. 18º.** É expressamente proibida a utilização de jogos, de qualquer tipo, de *chat* e o acesso a sites pornográficos.

**Art. 19º.** O usuário que for pego infringindo o dispositivo dos artigos 11 e 12 será suspenso do uso do laboratório por uma semana e, no caso de reincidência, o usuário será excluído do uso do laboratório naquele período letivo.

**Art. 20º.** Cada usuário será responsável pelo equipamento em que trabalha, durante o horário reservado. Problemas técnicos no equipamento devem ser comunicados, imediatamente, aos técnicos de apoio ou à Coordenação do LABGEOCA.

**Parágrafo único** - A utilização danosa dos equipamentos, será punida de acordo com as sanções disciplinares previstas no Regimento Geral da UNIFAP.

**Art. 21º.** Periodicamente os discos rígidos dos computadores poderão ser esvaziados para manutenção, ou caso haja necessidade de espaço em disco, serão removidos arquivos e/ou pastas mediante comunicação prévia aos usuários.

**Parágrafo único** - O LABGEOCA não se responsabiliza pela perda de informações gravadas nos discos dos equipamentos ou pelo extravio de qualquer pertence dos usuários dentro do laboratório.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 22º.** O não cumprimento de quaisquer das normas estabelecidas neste regulamento implicará na suspensão de utilização e/ou acesso do LABGEOCA.

**Parágrafo único.** As restrições são de competência da coordenação do LABGEOCA e deverá obrigatoriamente, ter a anuência da Coordenação e do chefe do Departamento do Curso de Ciências Ambientais, no prazo de oito dias.

**Art. 23º.** Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela coordenação do LABGEOCA e pelo Colegiado do Curso de Ciências Ambientais.

Macapá/AP, 26 de abril de 2019

## ANEXO I

### FICHA DE CADASTRO PARA USO DO LABGEOCA

Nome: \_\_\_\_\_

Vínculo com o curso: ( ) Docente ( ) Discente ( ) Servidor administrativo

Se professor, qual disciplina: \_\_\_\_\_

Se aluno, qual período: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone residencial: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

Título da pesquisa: \_\_\_\_\_

Orientador:

Outros membros da pesquisa:

Órgão financiador: Tipo (PIBIC, PROEXT, etc):

Data do início da pesquisa no LABGEOCA: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

Data do término da pesquisa no LABGEOCA: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

### TERMO DE COMPROMISSO

Declaro ser responsável pelo cadastro acima solicitado, sendo conhecedor das determinações contidas no Regulamento do Laboratório de Geoprocessamento do curso de de Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Comprometo-me a respeitar as normas da universidade relativas ao assunto, assumindo as conseqüências administrativas, cíveis e penais decorrentes do desvio de finalidade e do desrespeito às normas de seu uso. Comprometo-me, ainda, a aceitar eventuais alterações e regulamentações futuras, a qualquer tempo, e para a regularização do cadastro, assim como de comunicar meu desligamento do curso.

Por ser verdade, firmo o presente,

Macapá-AP, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Usuário do LABGEOCA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS  
CAMPUS MARCO ZERO DO EQUADOR**

**REGULAMENTO DE USO DOS LABORATÓRIOS QUÍMICA AMBIENTAL,  
SIMULAÇÃO E MODELAGEM AMBIENTAL E SANEAMENTO AMBIENTAL DO  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS/UNIFAP**

**CAPÍTULO I  
DAS NORMAS E PROCEDIMENTOS GERAIS**

**Art. 1º-** Este Regulamento normatiza o uso e funcionamento dos Laboratórios de Química Ambiental, Simulação e Modelagem Ambiental e Saneamento Ambiental do Curso de Bacharelado em Ciências Ambientais.

**CAPÍTULO II  
FUNÇÃO E OBJETIVO**

**Art. 2º-** Os Laboratórios de Química Ambiental, Simulação e Modelagem Ambiental e Saneamento Ambiental são laboratórios de pesquisa na área de recursos hídricos, saneamento ambiental e modelagem ambiental, coordenado por professores do Colegiado de Ciências Ambientais e tem como competência o desenvolvimento e a aplicação das diretrizes estabelecidas neste Regimento Interno, bem como as atribuições previstas no Regimento Geral e Estatuto da Universidade e em seus regimentos próprios.

**Art. 3º-** Os Laboratórios de Química Ambiental, Simulação e Modelagem Ambiental e Saneamento Ambiental oferecem espaços e equipamentos para atividades de pesquisa que visem especificamente:

I Promover o conhecimento e aprofundamento do aprendizado pertinente à recursos hídricos, saneamento ambiental e áreas afins;

II - Desenvolver projetos de pesquisa e extensão individuais ou coletivos;

III - Permitir o desenvolvimento de atividades de iniciação científica e pós-graduação por discentes da UNIFAP em consonância com as linhas de pesquisa do laboratório.

**CAPÍTULO IV  
DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 4º** - Os Laboratórios de Química Ambiental, Simulação e Modelagem Ambiental e Saneamento Ambiental ficam sob-responsabilidade dos seus coordenadores, devidamente portariados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAP e vinculados ao Colegiado de Ciências Ambientais.

**Art. 5º** - Os Laboratórios de Química Ambiental, Simulação e Modelagem Ambiental e Saneamento Ambiental poderão ser utilizados por discentes ou docentes vinculados a projetos de pesquisa dos laboratórios sob anuência de seus coordenadores.

## **CAPÍTULO VI** **AMBIENTE DOS LABORATÓRIOS**

**Art. 6º** - Os usuários dos laboratórios devem proceder a organização do espaço, conforme recebido, ou seja, devem deixar o ambiente e equipamentos limpos e em perfeito estado de uso. O empréstimo de qualquer equipamento dos laboratórios deve ser autorizado por um de seus coordenadores e registrado em um livro de empréstimo assinado pelo responsável pelo empréstimo e pelo solicitante.

§ 1º - Os itens emprestados devem ser devolvidos no prazo estipulado

§ 2º - Caso haja danos ou perda total de algum equipamento emprestado, o responsável pelo dano pode ser obrigado a ressarcir o prejuízo causado ao laboratório. A necessidade de ressarcimento deverá ser discutida entre os coordenadores.

## **CAPÍTULO VII** **DOS USUÁRIOS E DO USO**

**Art. 7º** - Todos os usuários dos Laboratórios deverão obedecer às normas de segurança e uso adequado dos materiais. Caso seja observada qualquer irregularidade o usuário deverá comunicar imediatamente aos coordenadores dos Laboratórios.

**Art. 8º** - Não será permitida a utilização dos laboratórios para atividades que não estejam diretamente aos objetivos dos Laboratórios de Química Ambiental, Simulação e Modelagem Ambiental e Saneamento Ambiental.

## **CAPÍTULO VIII** **DOS DEVERES E DIREITOS DOS USUÁRIOS**

**Art. 9º** - São deveres dos usuários dos Laboratórios de Geoprocessamento e Química, Saneamento e Modelagem Ambiental:

I - Cumprir o regulamento dos Laboratórios de Química Ambiental, Simulação e Modelagem Ambiental e Saneamento Ambiental;

II - Prezar pelo bom uso e conservação dos materiais e móveis disponíveis nos laboratórios

III - Respeitar os demais membros dos laboratórios, realizando suas atividades de forma a não perturbar os demais usuários.

IV - Utilizar os laboratórios exclusivamente para fins laborais

**Art. 10º** - São direitos dos usuários dos Laboratórios de Química Ambiental, Simulação e Modelagem Ambiental e Saneamento Ambiental:

I - Ter acesso aos recursos existentes nos Laboratórios para a concretização de suas atividades acadêmicas;



II - Ter orientação e instrução sobre a utilização dos recursos;

## **CAPÍTULO IX** **DO USO INDEVIDO DOS LABORATÓRIOS**

**Art. 11º**- Constitui uso indevido dos Laboratórios de Química Ambiental, Simulação e Modelagem Ambiental e Saneamento Ambiental:

I - Exercer atividades que coloquem em risco a integridade física das instalações e/ou equipamentos dos Laboratórios (comer, beber, fumar, etc.);

II - Facilitar o acesso aos laboratórios de pessoas não autorizadas (empréstimo de chaves, cópias de chaves, abertura de portas, etc.);

III - Perturbar o ambiente com algazarras e/ou qualquer outra atividade alheia às atividades da UNIFAP;

IV - Utilizar celular ou equipamentos eletrônicos durante a permanência nos Laboratórios de forma a perturbar os demais integrantes;

V - Usar qualquer equipamento de forma danosa ou agressiva ao mesmo

VI - Exercer atividades não relacionadas com o uso específico dos laboratórios; e

VIII - Usar as instalações da UNIFAP para atividades eticamente impróprias.

## **CAPÍTULO X** **DAS PENALIDADES**

**Art. 12º**- Constitui uma falta, passível de penalidade:

I - Desrespeitar ou ofender verbalmente a qualquer das pessoas responsáveis e/ou àquelas que fazem uso dos Laboratórios de Química Ambiental, Simulação e Modelagem Ambiental e Saneamento Ambiental, podendo o mesmo ser enquadrado na lei por desacato ao funcionário público;

II - Utilizar os serviços e recursos da instituição para ganho pessoal.

**Art. 13º**- Além do que é previsto pela legislação em vigor e pelo Regimento Interno da Universidade Federal do Amapá, o não cumprimento das normas estabelecidas neste Regulamento acarretará penalidades estipuladas e impostas pelo Colegiado do Curso de Ciências Ambientais ou pela Direção da UNIFAP. Os usuários dos Laboratórios de Química Ambiental, Simulação e Modelagem Ambiental e Saneamento Ambiental estão sujeitos às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração:

I - Aplicação do Regimento Interno das UNIFAP;

II - Proibição de acesso e uso dos Laboratórios de Química Ambiental, Simulação e Modelagem Ambiental e Saneamento Ambiental da UNIFAP, temporária ou definitivamente;

III - Responsabilidade civil cabível na Lei;

IV - Advertência oral e/ou escrita; e

V - Outras penalidades, conforme decisão da Direção da Universidade.

**Art. 14º**- A fim de garantir um bom atendimento aos usuários, a integridade de um ambiente adequado e propício ao desenvolvimento das atividades educacionais, seus responsáveis reservam-se o direito de: suspender o acesso de usuários que infringjam as normas constantes neste documento.

## **CAPÍTULO XI** **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 15º**- A nenhum usuário é dado o direito de alegar desconhecimento das normas aqui dispostas.

## **CAPÍTULO XII**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 16º**- Os casos não previstos neste regulamento serão resolvidos em conjunto pelos coordenadores dos Laboratórios de Química Ambiental, Simulação e Modelagem Ambiental e Saneamento Ambiental do curso de Ciências Ambientais em acordo com normas superiores da UNIFAP.

**Art. 17º** - Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Macapá/AP, 26 de abril de 2019



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS  
CAMPUS MARCO ZERO DO EQUADOR**

**REGULAMENTO DE USO DO LABORATÓRIO DE ECOLOGIA - UNIFAP**

**CAPÍTULO I**

**DAS NORMAS E PROCEDIMENTOS GERAIS**

**Art. 1** - Este Regulamento normatiza o uso e funcionamento do Laboratório de Ecologia (LABECO) do Curso de Ciências Ambientais, da Universidade Federal do Amapá.

**CAPÍTULO II**

**FUNÇÃO E OBJETIVO**

**Art. 2** O Laboratório de Ecologia é um laboratório de pesquisa na área de ecologia, coordenado por professores do Colegiado de Ciências Ambientais e tem como competência o desenvolvimento e a aplicação das diretrizes estabelecidas neste Regimento Interno, bem como as atribuições previstas no Regimento Geral e Estatuto da Universidade e em seus regimentos próprios.

**Art. 3** O Laboratório de Ecologia oferece espaço e equipamentos para atividades de pesquisa que visem especificamente:

- I - Promover o conhecimento e aprofundamento do aprendizado pertinente à ecologia e áreas afins;
- II - Desenvolver projetos de pesquisa e extensão individuais ou coletivos;
- III - Permitir o desenvolvimento de atividades de iniciação científica e pós-graduação por discentes da UNIFAP em consonância com as linhas de pesquisa do laboratório
- IV - Promover atividades didáticas no âmbito do Curso de Ciências Ambientais

**CAPÍTULO IV**

**DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 4** - O Laboratório de Ecologia fica sob responsabilidade dos seus coordenadores, devidamente portariados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAP e vinculados ao Colegiado de Ciências Ambientais.

**Art. 5** - O Laboratório de Ecologia poderá ser utilizado por discentes ou docentes vinculados a projetos de pesquisa do laboratório sob anuência de um dos seus coordenadores.

**§ 1** - Os coordenadores têm o direito de não permitir a presença de alunos e professores não vinculados a projetos de pesquisa do laboratório.

## CAPÍTULO VI

### AMBIENTE DOS LABORATÓRIOS

**Art. 6** Os usuários do laboratório devem proceder a organização do espaço, conforme recebido, ou seja, devem deixar o ambiente e equipamentos limpos e em perfeito estado de uso. O empréstimo de qualquer equipamento do laboratório deve ser autorizado por um de seus coordenadores e registrado em um livro de empréstimo assinado pelo responsável pelo empréstimo e pelo solicitante.

**§ 1** - Os itens emprestados devem ser devolvidos no prazo estipulado

**§ 2** - Caso haja danos ou perda total de algum equipamento emprestado, o responsável pelo dano pode ser obrigado a ressarcir o prejuízo causado ao laboratório. A necessidade de ressarcimento deverá ser discutida entre os coordenadores.

## CAPÍTULO VII

### DOS USUÁRIOS E DO USO

**Art. 7** - Todos os usuários dos Laboratórios de Ecologia deverão obedecer às normas de segurança e uso adequado dos materiais. Caso seja observada qualquer irregularidade o usuário deverá comunicar imediatamente aos coordenadores do Laboratório.

**Art. 8** - Não será permitida a utilização do laboratório para atividades que não estejam diretamente aos objetivos do Laboratório de Ecologia.

## CAPÍTULO VIII

### DOS DEVERES E DIREITOS DOS USUÁRIOS

**Art. 9** - São deveres dos usuários do Laboratório de Ecologia:

I - Cumprir o regulamento do Laboratório de Ecologia;

II - Prezar pelo bom uso e conservação dos materiais e móveis disponíveis no laboratório

III - Respeitar os demais membros do laboratório, realizando suas atividades de forma a não perturbar os demais usuários

IV - Utilizar o laboratório exclusivamente para fins laborais

**Art. 10** - São direitos dos usuários do Laboratório de Ecologia:

I - Ter acesso aos recursos existentes no Laboratório para a concretização de suas atividades acadêmicas;

II - Ter orientação e instrução sobre a utilização dos recursos;

## CAPÍTULO IX DO USO INDEVIDO DO LABORATÓRIO

**Art. 11** - Constitui uso indevido dos Laboratórios de Ecologia:

- I - Exercer atividades que coloquem em risco a integridade física das instalações e/ou equipamentos dos Laboratórios (comer, beber, fumar, etc.);
- II - Facilitar o acesso ao laboratório de pessoas não autorizadas (empréstimo de chaves, cópias de chaves, abertura de portas, etc.);
- III - Perturbar o ambiente com algazarras e/ou qualquer outra atividade alheia às atividades da UNIFAP;
- IV - Utilizar celular ou equipamentos eletrônicos durante a permanência nos Laboratórios de forma a perturbar os demais integrantes;
- V - Usar qualquer equipamento de forma danosa ou agressiva ao mesmo
- VI - Exercer atividades não relacionadas com o uso específico do laboratório; e VIII - Usar as instalações da UNIFAP para atividades eticamente impróprias.

## CAPÍTULO X DAS PENALIDADES

**Art. 12** - Constitui uma falta, passível de penalidade:

- I - Desrespeitar ou ofender verbalmente a qualquer das pessoas responsáveis e/ou àquelas que fazem uso do Laboratório de Ecologia, podendo o mesmo ser enquadrado na lei por desacato ao funcionário público;
- II - Utilizar os serviços e recursos da instituição para ganho pessoal.

**Art. 13** - Além do que é previsto pela legislação em vigor e pelo Regimento Interno da Universidade Federal do Amapá, o não cumprimento das normas estabelecidas neste Regulamento acarretará penalidades estipuladas e impostas pelo Colegiado do Curso de Ciências Ambientais ou pela Direção da UNIFAP. Os usuários do Laboratório de Ecologia estão sujeitos às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração:

- I - Aplicação do Regimento Interno das UNIFAP;
- II - Proibição de acesso e uso do Laboratório de Ecologia da UNIFAP, temporária ou definitivamente;
- III - Responsabilidade civil cabível na Lei; IV - Advertência oral e/ou escrita; e
- V - Outras penalidades, conforme decisão da Direção da Universidade.

**Art. 14** - A fim de garantir um bom atendimento aos usuários, a integridade de um ambiente adequado e propício ao desenvolvimento das atividades educacionais, seus responsáveis reservam-se o direito de: suspender o acesso de usuários que infrinjam as normas constantes neste documento.

CAPÍTULO XI  
DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 15** – A nenhum usuário é dado o direito de alegar desconhecimento das normas aqui dispostas.

CAPÍTULO XII  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 16** - Os casos não previstos neste regulamento serão resolvidos em conjunto pelos coordenadores do Laboratório de Ecologia em acordo com normas superiores da UNIFAP.

Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Macapá/AP, 26 de abril de 2019.

## **2.8. Planos de ensino das disciplinas do curso**

## CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS - MATRIZ CURRICULAR

A principal contribuição metodológica da inovadora proposta do curso de Ciências Ambientais é ampliar a colaboração da base técnico-científica organizada entre as diferentes áreas do conhecimento (pautadas no antigo paradigma excessivamente disciplinar) e, possibilitar a construção de propostas baseadas na contemporânea diretriz da interdisciplinaridade.

<b>MATRIZ CURRICULAR</b>			
<b>Semestre Letivo</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>Nº de Crédito</b>	<b>Carga Horária</b>
1º Semestre MÓDULO I Básico I	Fundamentos em Ciências Ambientais	6	90
	Práticas Integradas em Ciências Ambientais	4	60
	Teoria do Desenvolvimento	4	60
	Fundamentos de Cartografia	4	60
	Métodos Quantitativos I	4	60
	<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>330</b>
2º Semestre MÓDULO II Básico II	Fundamentos de Ecologia	4	60
	Métodos Quantitativos II	4	60
	Sensoriamento Remoto	4	60
	Desenvolvimento Regional	4	60
	Fundamentos do Trabalho Científico	4	60
	<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>300</b>
3º Semestre MÓDULO III Profissional I	Geoprocessamento	4	60
	Política Ambiental	4	60
	Ecologia de Campo I	4	60
	Economia da Amazônia	4	60
	Química Geral	4	60
	<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>300</b>
4º Semestre MÓDULO IV Profissional II	Áreas Protegidas I	4	60
	Economia Ambiental	4	60
	Fundamentos do Direito Ambiental	4	60
	Educação Ambiental	4	60
	Química Ambiental I	4	60
	<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>300</b>
5º Semestre MÓDULO V Profissional III	Áreas Protegidas II	4	60
	Química Ambiental II	4	60
	Ecologia de Campo II	4	60
	Ecologia da Paisagem	4	60
	Direito Ambiental Aplicado	4	60
	Estágio Supervisionado	7	105
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>405</b>	
6º Semestre MÓDULO VI Profissional IV	Planejamento Ambiental	4	60
	Redação Científica	4	60
	Saneamento Ambiental I	4	60
	Sistema de Gestão Ambiental - SGA	4	60
	Estágio Supervisionado	7	105
	<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>345</b>



7º Semestre MÓDULO VI Profissional V	Seminários de Integração Acadêmica I	6	90
	Desenvolvimento Sustentável	4	60
	Avaliação do Impacto Ambiental	4	60
	Saneamento Ambiental II	4	60
	Estágio Supervisionado	7	105
	TCC I	6	90
	<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>465</b>
8º Semestre Módulo VIII Profissional VI	Seminários de Integração Acadêmica II	6	90
	Optativa I	4	60
	TCC II	6	90
	Estágio Supervisionado	7	105
	<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>345</b>
<b>TOTAL DO CURSO</b>		<b>186</b>	<b>2790</b>

Disciplinas Optativas	Carga Horária
LIBRAS	60
Sensoriamento Remoto por Radar	60
Banco de Dados Geográficos	60
Gestão Ambiental na Mineração	60
Estudo de Impacto Ambiental	60

Atividades	Carga horária
Disciplinas do curso	2.190
Trabalho de conclusão do curso (TCC)	180
Estágio supervisionado	420
Atividades complementares	210

Módulo Livre*	Carga Horária
Atividades complementares	210
Optativas	60

\* O aluno deverá efetivar a carga horária no decorrer do curso.

<b>Carga horária total</b>	<b>3.000</b>
<b>Total hora/relógio</b>	<b>2.500</b>

**3 - DOCUMENTOS DOS DOCENTES DO  
CURSO, INCLUINDO  
COORDENADOR E NDE<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> A documentação referente ao corpo docente vinculado ao Curso de Ciências Ambientais foi organizada em pastas e disponibilizada em *driver*, com a comprovação dos últimos 3 anos



## **4 - DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES**

**4.1. Projetos de Ensino / Pesquisa / Extensão (Documentações;  
Evidências)**

**PORTAL DO DOCENTE > VISUALIZAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO**

 Visualizar Arquivo  Visualizar Plano de Trabalho  Visualizar Ação Vinculada

**DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO****DADOS GERAIS**

<b>Código:</b> PJ006-2021	<b>Título:</b> Pandemia, Trabalho e Economia Verde Solidária no Amapá: apoio a produção das mulheres da floresta.	
<b>Ano:</b> 2021	<b>Período:</b> 04/01/2021 a 31/12/2021	<b>Categoria:</b> PROJETO
<b>Unidade Proponente:</b> COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS - CCAMB / UNIFAP	<b>Unidade Orçamentária:</b>	<b>Outras Unidades Envolvidas:</b>
<b>Abrangência:</b> Local	<b>Área do CNPq:</b> Ciências Sociais Aplicadas	<b>Área Principal:</b> TRABALHO
<b>Tipo de Cadastro:</b> SUBMISSÃO DE NOVA PROPOSTA	<b>Grupo Permanente de Arte e Cultura:</b> NÃO	
<b>Fonte de Financiamento:</b> FINANCIAMENTO EXTERNO	<b>Renovação:</b> NÃO	<b>Público Alvo Interno:</b> 10
<b>Linha de Atuação:</b> NÃO ESPECIFICADO EM EDITAL		<b>Faz parte de Programa de Extensão?</b> NÃO 
<b>Nº Bolsas Solicitadas:</b> 0	<b>Nº Bolsas Concedidas:</b> 0	
<b>Público Alvo Externo:</b> 500		
<b>Público Alvo Interno:</b> Docentes	<b>Público Alvo Externo:</b> Iniciativas de organização do trabalho artesanal e agroecológica em economia verde solidária de mulheres da floresta do Amapá.	
<b>Público Estimado Interno:</b> 10 pessoas	<b>Público Estimado Externo:</b> 500 pessoas	<b>Público Real Atingido:</b> Não informado 
<b>Situação:</b> EM EXECUÇÃO		

**MUNICÍPIO REALIZAÇÃO**

Estado	Município	Bairro	Espaço Realização
Amapá	Mazagão		

**DETALHES DA AÇÃO****Resumo:**

O projeto está fundamentado no trabalho e na economia solidária em tempos de Pandemia. Centra-se na realização de atividades de apoio ao fortalecimento de iniciativas de mulheres empreendedoras da floresta, entre as quais: 1) Associação de Mulheres Agroextrativista do Alto Cajari; 2) A organização de mulheres da comunidade do Limão do Curuá/Bailique; 3) A Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas). As iniciativas serão realizadas pela UNIFAP em parceria com a EMBRAPA/AP e UEAP, com ponto focal no Campus Mazagão/Curso de Educação no Campo/Associação Nossa Amazônia. Como resultados espera-se que essas iniciativas organizacionais consigam melhorias dos seus produtos, ampliem as possibilidades de comercialização e continuem vivendo em suas comunidades defendendo e valorizando a floresta em pé.

**Justificativa:**

A Pandemia do COVID-19 nos transportou para um mundo de ficção ou para um mundo real? Não sabemos a resposta, nem conhecemos muito bem os desafios que nos esperam diante das consequências e das incertezas em tempos de trabalho cada vez mais competitivo e flexibilizado. Especialistas estimam que o nível de incertezas no Brasil superam as incertezas externas e que seus efeitos são negativos para a economia, em particular para os trabalhadores informais, uma vez que muitos deles não têm acesso a sistemas de proteção trabalhista ou social. Em analogia a "Ensaio Sobre a Cegueira", de José Saramago, apesar da ficção, nos aproximamos do cenário real da COVID-19 para refletir sobre o ressignificado da vida e de certos valores que foram deixados de lado pela pressão do tempo das urgências e das emergências que nos cegam. A partir de uma súbita e inexplicável epidemia de cegueira, Saramago descreve a desorganização e o distanciamento dos valores mais básicos da sociedade, transformando seus personagens em indivíduos egoístas na luta pela sobrevivência. Recuperar a lucidez e resgatar o afeto são essenciais para a superação da cegueira representada por Saramago. Nos últimos três anos (2017, 2018 e 2019) o Estado do Amapá apresentou as maiores taxas de desemprego do País, com picos momentâneos de geração de empregos em trabalhos temporários representados por grandes obras (p. ex. construção de hidrelétricas e mineração) ou por liberação de emendas parlamentares em períodos de eleições políticas (obras urbanas). Essa característica é perversa e traz desdobramentos diretos e indiretos em uma série de indicadores que impactam negativamente a qualidade de vida no Amapá. A taxa de informalidade no mercado de trabalho brasileiro atingiu 41,1%, o maior nível desde 2016, e bateu recorde em 20 unidades federativas do país, incluindo a região norte, onde o Amapá atingiu uma taxa de informalidade de 54,3%, superando a taxa do trabalho formal. Taxa do Trabalho Informal Brasil e Região Norte 2016-2019 Unidade Territorial 2016 2017 2018 2019 Brasil 39,0 40,2 40,8 41,1 Acre 49,8 51,4 51,0 50,2 Amapá 48,4 49,9 49,4 54,3 Amazônia 57,0 56,0 54,9 57,6 Pará 60,8 61,8 61,4 62,4 Rondônia 48,9 50,1 49,5 50,3 Roraima 42,8 44,0 45,0 47,1 Tocantins 44,4 43,7 45,4 47,9 Fonte: PNAD Contínua (2019). Além disso, o campo da economia do trabalho formal no Amapá acompanha os indicadores nacionais quanto ao sistema patriarcal que privilegia o homem em detrimento da mulher em termos de oportunidades, rendimentos e funções. Esse quadro se modifica quando o assunto é a economia do trabalho solidário e do cuidado, onde se estima a presença de um maior número de iniciativas de mulheres. O IBGE registra essas alternativas econômicas como inclusão produtivas e outras formas de trabalho, sem categorizar as variações de gênero, biomas/ecossistemas e produtos. Segundo Santos (2016, p. 24): "Na economia solidária, os trabalhadores associam-se em iniciativas coletivas e autogestionárias e têm como horizonte a reprodução ampliada da vida (diferentemente da reprodução ampliada do capital). Sem romper com o mercado capitalista, pelo contrário, sendo funcionais ao mesmo, os empreendimentos econômicos solidários, a priori, estão estreitamente relacionados às questões de sobrevivência". A tese de doutoramento de Santos (2017) é o estudo mais completo sobre a economia solidária no Amapá, mas não absorveu o cenário de retrocesso da estrutura institucional de gestão da política em nível nacional a partir de 2019, com possíveis impactos negativos diretos nas instâncias estaduais que ainda ressoam de avaliação. Num cenário de pós COVID-19 temos a oportunidade de voltar a enxergar alternativas de economia verde solidária, ora invisibilizadas pela hegemonia do trabalho capitalizado (formal) e ausência e/ou retrocesso de políticas públicas alternativas. Essas alternativas são diversas e representadas, entre outras, pelo trabalho informal e/ou de mulheres, como as que estão a trabalhar com produtos da floresta no Amapá e com isso lutando pela sustentação financeira e pela segurança alimentar de suas famílias. Enfrentar o desemprego para além do trabalho formal é uma alternativa para muitos grupos de mulheres de comunidades que estão desenvolvendo práticas artesanais e agroecológicas na floresta, com geração de renda e baixo impacto sobre a floresta. A presente proposta acolhe iniciativas de economia verde solidária em curso no Amapá, pelo assessoramento e suporte técnico para ações estruturantes e organizacionais, sem perder de vista os princípios que ancoram essas iniciativas, como a autogestão, a cooperação, o respeito a natureza, o comércio justo, entre outras.

**Fundamentação Teórica:**

Paul Singer é o grande nome da economia solidária no Brasil. Em sua vasta produção encontra-se a afirmação da economia solidária como resposta ao desemprego, à exclusão social e a crises, com efetivas artesanias para a institucionalização de políticas públicas para o setor no Brasil (SINGER, 2000; 2002, 2018). A economia solidária, com base na literatura de Paul Singer, pode ser acolhida com a definição que segue, elaborada com a colaboração de vários autores: "um sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade, no intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando à emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental" (SANTOS; BORINELLI, 2010, P. 1; PITAGUARI; SANTOS; CÂMARA, 2012, p. 35). Significativos avanços na institucionalização da economia solidária ocorreram no Governo Lula, como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Em tempo, Arcanjo e Oliveira (2017) alertam para o cenário de retrocesso em curso: "a luta pela manutenção das políticas da Economia Solidária e de todo o arcabouço construído ao longo dos anos, como mostrado nesse artigo, é de fundamental importância para a redução da exclusão e da precarização no Brasil, especialmente em um contexto de desemprego crescente" (p. 245). O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) continua ativo e se mobilizando para aprovação do Projeto de Lei da Câmara 137/2017, que institui a Política Nacional da Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), mas reconhecidamente perdeu força política. Em sua concepção política, a economia solidária pode ser percebida como a germinação de uma perspectiva pós-capitalista em reconhecimento de que a desigualdade e a exclusão social são vírus produzidos no laboratório da desumanidade do mercado que mata pela falta de cuidados com as pessoas e com a natureza. A partir de experiências de iniciativas de economia solidária e popular lideradas por mulheres no Brasil, em Moçambique e na África do Sul, Cunha e Lauris (2016) defendem um outro constitucionalismo que possa acolher essas economias fora da vertente neoliberal. Evidenciam as autoras que encontraram elementos que permitem ampliar o cânone do constitucionalismo econômico dominante, sendo eles: o poder como autoridade coletiva partilhada, a autodeterminação como experiência coletiva e a dignidade como copresença. No Amapá, um quadro mais geral das artesanias de práticas solidárias pode ser encontrado em Santos, Gonçalves e Sequeira (2019), com validação de conhecimentos e saberes junto a comunidades agroextrativistas tradicionais presentes em estudos de Ribeiro, Chagas e Nascimento (2019), Sousa (2018), Euller et al. (2019), entre um universo de experiências que se empoeiram pela ausência de extensão e políticas públicas de acolhimento pelo Estado. A economia solidária aproxima-se do "Bem Viver" com inspiração na ecologia profunda e na ecologia de saberes que têm ressignificado o sentido de consumo, de qualidade de vida e de felicidade (ACOSTA, 2016). Entretanto, no interregno ao que se poderia pensar como alternativa pós-capitalismo existem movimentações pela manutenção da dominação colonialista que se identifica pelo aumento da violência e do ódio contra mulheres, indígenas, populações tradicionais e todos aqueles que lutam pelo direito de ser e de viver em zonas libertárias, com resgate sempre atual da utopia camponesa (IANNI, 1986). Para aqueles que estão a reivindicar a desvalorização do trabalho e a intensificação da produção de commodities pós-COVID-19, como se nada tivesse acontecido, uma reflexão sobre os valores de existência intergeracional é condição mínima para se pensar na economia como palavra que apresente algum sentido que não seja a subjugação da vida e da natureza. A economia solidária se confunde enquanto reconhecimento da existência de alternativas ao capitalismo neoliberal. Essas alternativas econômicas não se movimentam somente pelo tempo dos negócios, mas pelos valores que nos faltam ou que perdemos pelo descuido do Estado com a comunidade.

**Metodologia:**

A metodologia decorre das seguintes atividades de extensão: - Apoiar o trabalho de mulheres da floresta para geração de renda; - Ofertar assessoramento e suporte técnico (incubação das iniciativas); - Realizar feira demonstrativa de exposição e comercialização de produtos; - Fortalecer a economia solidária no Amapá; - Publicar experiência e resultados. Em sua concepção prática inicial, a metodologia de elaboração do projeto se deu pelas condições limitantes da Pandemia, sem entretanto, negligenciar a participação das lideranças que estão a frente das organizações de mulheres da floresta a serem beneficiadas. Uma live de nivelamento foi realizada com os executores do projeto onde se tratou da integração e equacionamento dos riscos e expectativas. Quanto a implementação, algumas atividades são possíveis de serem realizadas a distancia e outras somente pós-vacina, quanto então se dará os processos de reuniões de nivelamento entre os participantes, avaliação, correção de rumos e publicidade dos resultados.

**Referências:**

ACOSTA A. (2016). O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante. ARCANJO, M. A. S.; OLIVEIRA, A. L. M. (2017). A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos. *Perseu: História, Memória e Política* 11(13), 231-249, Dossiê Luta por Direitos. Recuperado de [http://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/127794]. Consultado [15-03-2020]. CUNHA, T.; LAURIS, E. (2016). A procura de um outro constitucionalismo econômico: construindo a cidadania a partir de iniciativas de economia solidária e popular lideradas por mulheres do Sul. *Sociologia* 18(43), 150-175. EULER, A. M. C. et al. (2019). Açaí – do roçado à floresta: a história do sistema agroflorestal da Comunidade do Arraiol do Bailique, AP. In: J. S. EIDT; C. UDRY (editoras técnicas). *Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil*. Brasília: Embrapa, 239-258. Recuperado de [https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1109896/acai---do-rocado-a-floresta-a-historia-do-sistema-agroflorestal-da-comunidade-do-arraiol-do-bailique-ap]. Consultado [03-03-2020]. IANNI, O. (1986). A Utopia Camponesa. *Revista da USP* 2, 103-118. PITAGUARI, S. O.; SANTOS, L. M. C.; CÂMARA, M. R. G. (2012). Panorama da economia solidária no Brasil. In: S. O. PITAGUARI; L. M. B. LANZA; S. M. A. CORDEIRO (orgs.). *A Sustentabilidade da Economia Solidária: Contribuições Multidisciplinares*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Recuperado de [www.uel.br/projetos/intes/img/biblioteca/96b3B2w66Z.pdf]. Consultado [15-03-2012]. RIBEIRO, A. C.; CHAGAS, M. A.; NASCIMENTO, E. (2019). Capital social e clientelismo em comunidades extrativistas no Sul do Amapá - Amazônia brasileira. *Revista Novos Cadernos do NAEA* 22(3), 45-67. Recuperado de [https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/5979/5805]. Consultado [10-03-2020]. SANTOS, L. M. L.; BORINELLI, B. (2010). Economia Solidária: Proposta e Perspectivas. In: B. BORINELLI; L. M. L. SANTOS; S. O. PITAGUARI (orgs.). *Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Recuperado de [http://rededegestoresocolog.org.br/wp-content/uploads/2015/11/LIVRO-ECOSOL-LONDRINA.pdf]. Consultado [10-03-2020]. SANTOS, K. P.; GONÇALVES, H. J. C. F.; SEQUEIRA, Teresa. (2019). Economia solidária no Estado do Amapá - Brasil: uma análise das estratégias de gestão e do mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários. *Revista Gestão em Análise* 8(1), 11-26. Recuperado de [https://periodicos.unichristus.edu.br/gestao/article/view/2098/845]. Consultado [19-04-2020]. SINGER, P. (2000). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto. SINGER, P. (2002). Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. SINGER, P. (2014). Economia solidária se aproxima das origens do socialismo. Entrevista concedida a Joel dos Santos Guimarães e Paula Quental, publicada em 23/12/2014 pelo portal Brasil Debate e reproduzida em 17/04/2018. Recuperado de [https://brasildebate.com.br/economia-solidaria-se-aproxima-das-origens-do-socialismo-diz-singer/]. Consultado [10-03-2020]. SOUSA, W. P. (2018). A castanha-da-Amazônia (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) no contexto dos novos padrões internacionais de qualidade e segurança dos alimentos. 241f. Tese (Doutor em Extensão Rural) Santa Maria: Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria.

**Objetivos Gerais:**

Apoiar iniciativas de organização do trabalho artesanal e agroecológica em economia verde solidária de mulheres da floresta do Amapá.

**Resultados Esperados**

As organizações de mulheres da floresta apoiadas pelo projeto serão impactadas em diferentes contextos: 1º) Trabalho e geração de renda: Estima-se que 224 família terão suas atividades apoiadas pelo projeto, possivelmente alcançando melhores condições de trabalho e de geração de renda. 2º) Aumento da participação das mulheres no trabalho: Regido por um forte componente patriarcal relacionado a oportunidades de trabalho, as iniciativas apoiadas pelo projeto pretende contribuir para afirmação da participação das mulheres no mercado laboral e para equidade de gênero. 3º) Melhoria de indicadores socioeconômicos: Em médio e longo prazo, estima-se que indicadores socioeconômicos das comunidades apoiadas projeto devem apresentar melhorias e estimulam projetos de pesquisa e extensão associados. A UNIFAP se compromete em acompanhar esses indicadores.

**CONTATO**

**Coordenação:** MARCO ANTONIO AUGUSTO CHAGAS **E-mail:** marco.chagas@uol.com.br **Telefone:**

**MEMBROS DA EQUIPE**

Nome	Categoria	Função	Departamento	Início	Fim
ANTONIO SERGIO MONTEIRO FILOCREAO	DOCENTE	COLABORADOR(A)	CCCSB	04/01/2021	31/12/2021
KATIA SOUZA RANGEL	DOCENTE	COLABORADOR(A)	CCLG	04/01/2021	31/12/2021
FLAVIO DA SILVA COSTA	DOCENTE	COLABORADOR(A)	CCLECAGBIO	04/01/2021	31/12/2021
GALDINO XAVIER DE PAULA FILHO	DOCENTE	COLABORADOR(A)	CCLECAGBIO	04/01/2021	31/12/2021
MELLISSA SOUSA SOBRINHO	DOCENTE	COLABORADOR(A)	CCLECAGBIO	04/01/2021	31/12/2021
JANIVAN FERNANDES SUASSUNA	DOCENTE	COLABORADOR(A)	CCLECAGBIO	04/01/2021	31/12/2021
MARLO DOS REIS	DOCENTE	COLABORADOR(A)	CCLECAGBIO	04/01/2021	31/12/2021
KALYNE SONALE ARRUDA DE BRITO	DOCENTE	COLABORADOR(A)	CCLECAGBIO	04/01/2021	31/12/2021
DEBORA MATE MENDES	DOCENTE	COLABORADOR(A)	CCLECAGBIO	04/01/2021	31/12/2021
LÚCIA TEREZA RIBEIRO DO ROSÁRIO	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)		04/01/2021	31/12/2021
MARCO ANTONIO AUGUSTO CHAGAS	DOCENTE	COORDENADOR(A)	CCAMB	04/01/2021	31/12/2021

**PARTICIPANTES DA AÇÃO DE EXTENSÃO**

[Clique aqui para visualizar os participantes desta ação de extensão](#)

**DISCENTES COM PLANOS DE TRABALHO**

<< Voltar

Nome	Vínculo	Situação	Início	Fim	
Discentes não informados					
<b>AÇÕES VINCULADAS AO PROJETO</b>					
Código - Título				Tipo	
Não há ações vinculadas					
<b>AÇÕES DAS QUAIS O PROJETO FAZ PARTE</b>					
Esta ação não faz parte de outros projetos ou programas de extensão					
<b>OBJETIVOS / RESULTADOS ESPERADOS</b>					
<b>Objetivos</b>				<b>Quantitativos</b>	<b>Qualitativos</b>
Apoiar iniciativas de organização do trabalho artesanal e agroecológica em economia verde solidária de mulheres da floresta do Amapá.					
<b>CRONOGRAMA</b>					
<b>Descrição das atividades desenvolvidas</b>				<b>Período</b>	
Apoiar e estruturar a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas e incubar a Associação Nossa Amazônia em relação ao trabalho com a cadeia do açaí.	04/01/2021	a	31/12/2021		
Organizar e estruturar a AMAC para fabricação e comercialização de biscoitos e outros derivados de castanha da Amazônia.	04/01/2021	a	31/12/2021		
Estruturar as mulheres da comunidade do Limão do Curuá para extração e comercialização de óleos de sementes florestais.	04/01/2021	a	31/12/2021		
Visitas técnicas e de suporte técnico realizadas.	04/01/2021	a	31/12/2021		
Elaborar publicação com relato da experiência e seus resultados.	01/06/2021	a	31/12/2021		
Realizar oficinas em economia solidária.	01/06/2021	a	31/12/2021		
Elaborar proposta de lei instituindo a Política Estadual de Economia Solidária do Amapá.	04/10/2021	a	31/12/2021		
Planejar e realizar feira da produção apoiada pelo projeto em parceria com a UEAP.	04/10/2021	a	31/12/2021		
<b>ORÇAMENTO DETALHADO</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Total</b>		
<b>PASSAGENS</b>					
Passagens aéreas.	R\$ 4.000,00	1.0	R\$ 4.000,00		
SUB-TOTAL (PASSAGENS)		1.0	R\$ 4.000,00		
<b>EQUIP. MATERIAL PERMANENTE</b>					
Equipamento e Material Permanente Diversos.	R\$ 222.745,00	1.0	R\$ 222.745,00		
SUB-TOTAL (EQUIP. MATERIAL PERMANENTE)		1.0	R\$ 222.745,00		
<b>PESSOA FÍSICA</b>					
Serviços diversos.	R\$ 22.000,00	1.0	R\$ 22.000,00		
Auxílio financeiro a pesquisador.	R\$ 45.320,00	1.0	R\$ 45.320,00		
Serviços de consultoria.	R\$ 43.000,00	1.0	R\$ 43.000,00		
SUB-TOTAL (PESSOA FÍSICA)		3.0	R\$ 110.320,00		
<b>MATERIAL DE CONSUMO</b>					
Material de consumo diversos.	R\$ 39.555,00	1.0	R\$ 39.555,00		
SUB-TOTAL (MATERIAL DE CONSUMO)		1.0	R\$ 39.555,00		
<b>DIÁRIAS</b>					
Diária destinadas a formadores (100) e a visita técnicas (20).	R\$ 177,00	120.0	R\$ 21.240,00		
SUB-TOTAL (DIÁRIAS)		120.0	R\$ 21.240,00		
<b>PESSOA JURÍDICA</b>					
Taxa de administração Fundação Acre (7%).	R\$ 27.850,20	1.0	R\$ 27.850,20		
SUB-TOTAL (PESSOA JURÍDICA)		1.0	R\$ 27.850,20		
<b>CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO SOLICITADO</b>					
<b>Descrição</b>	<b>PROEAC (Interno)</b>	<b>Outros (Externo)</b>	<b>Total Rubrica</b>		
PESSOA JURÍDICA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
PESSOA FÍSICA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
DIÁRIAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
PASSAGENS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
EQUIP. MATERIAL PERMANENTE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
<b>ORÇAMENTO APROVADO</b>					



Descrição		PROEAC (Interno)
PESSOA JURÍDICA	R\$ 0,00	
PESSOA FÍSICA	R\$ 0,00	
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 0,00	
DIÁRIAS	R\$ 0,00	
PASSAGENS	R\$ 0,00	
EQUIP. MATERIAL PERMANENTE	R\$ 0,00	


**ARQUIVOS****Descrição Arquivo**Projeto Detalhado Projeto Detalhado (Anexo) **LISTA DE FOTOS**

Foto	Descrição
------	-----------

Não há fotos cadastradas para esta ação

**LISTA DE DEPARTAMENTOS ENVOLVIDOS NA AUTORIZAÇÃO DA PROPOSTA**

Autorização	Tipo	Data/Hora Análise	Data da Reunião	Autorizado
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS - CCAMB	AD-REFERENDUM	25/11/2020 11:04:16	-	SIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA - CCLG	AD-REFERENDUM	28/11/2020 01:10:31	-	SIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: AGRONOMIA E BIOLOGIA CAMPUS MAZAGÃO - CCLECAGBIO	AD-REFERENDUM	30/11/2020 08:54:05	-	SIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS BACHALERADO- CCCSB	AD-REFERENDUM	30/11/2020 15:26:24	-	SIM

**MINI ATIVIDADES**

Título	Tipo	Data de Início	Data de Término	Local	Horário
--------	------	----------------	-----------------	-------	---------

**HISTÓRICO DO PROJETO**

Data/Hora	Situação
20/11/2020 11:01:33	CADASTRO EM ANDAMENTO
20/11/2020 18:27:28	AGUARDANDO APROVAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS
30/11/2020 15:26:26	SUBMETIDA
01/12/2020 09:46:52	AGUARDANDO AVALIAÇÃO
12/12/2020 14:44:37	EM EXECUÇÃO

[<< Voltar](#)**Portal do Docente**

**PORTAL DO DOCENTE > VISUALIZAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO**

Visualizar Arquivo Visualizar Plano de Trabalho Visualizar Ação Vinculada

**DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO****DADOS GERAIS**

<b>Código:</b> PJxxx-2021	<b>Título:</b> Projeto Manjerição / Plantas e saberes: valorização do conhecimento tradicional e conservação sociobiodiversidade no Estado do Amapá	
<b>Ano:</b> 2021	<b>Período:</b> 01/04/2021 a 30/03/2022	<b>Categoria:</b> PROJETO
<b>Unidade Proponente:</b> COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS - CCAMB / UNIFAP	<b>Unidade Orçamentária:</b>	<b>Outras Unidades Envolvidas:</b>
<b>Abrangência:</b> Local	<b>Área do CNPq:</b> Ciências Humanas	<b>Área Principal:</b> MEIO AMBIENTE
<b>Tipo de Cadastro:</b> SUBMISSÃO DE NOVA PROPOSTA	<b>Grupo Permanente de Arte e Cultura:</b> NÃO	
<b>Fonte de Financiamento:</b> AÇÃO AUTO-FINANCIADA	<b>Renovação:</b> NÃO	<b>Público Alvo Interno:</b> 100
<b>Linha de Atuação:</b>		<b>Faz parte de Programa de Extensão?</b> NÃO ⓘ
<b>Nº Bolsas Solicitadas:</b> 0	<b>Nº Bolsas Concedidas:</b> 0	
<b>Público Alvo Externo:</b> 200	<b>Público Alvo Externo:</b> moradores locais, usuários de plantas, mulheres erveiras	
<b>Público Alvo Interno:</b> Acadêmicos, técnicos e docentes e sociedade	<b>Público Estimado Externo:</b> 200 pessoas	<b>Público Real Atingido:</b> Não informado ⓘ
<b>Público Estimado Interno:</b> 100 pessoas		
<b>Situação:</b> CADASTRO EM ANDAMENTO		

**MUNICÍPIO REALIZAÇÃO**

Estado	Município	Bairro	Espaço Realização
Amapá	Macapá	Universidade	Campus Marco Zero do Equador

**DETALHES DA AÇÃO****Resumo:**

Este projeto de extensão tem por objetivo divulgar a diversidade da flora conhecida e utilizada para tratamentos terapêuticos no Estado do Amapá, um banco de dados digital elaborado através do estado da arte (revisão da literatura) dos levantamentos etnobotânicos e etnofarmacológicos com informações organizadas e padronizadas sobre a sociobiodiversidade local. A discussão proposta pauta-se sobre a necessidade de reunir em um ambiente virtual dados etnobotânicos e etnofarmacológicos publicados em bases científicas, os quais podem e devem subsidiar estudos mais aplicados em diversas áreas, bem como registrar e valorizar os conhecimentos tradicionais dos povos da Amazônia. O projeto também visa contribuir no sentido de subsidiar a inclusão de espécies na Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS (RENISUS), diminuindo a dependência por medicamentos alopáticos e proporcionar tratamentos terapêuticos alternativos de qualidade aos usuários da rede pública de saúde do município de Macapá, estado do Amapá.

**Justificativa:**

O propósito dessa atividade de extensão é contribuir para a valorização e consolidação do conhecimento tradicional de plantas medicinais como ferramenta para a conservação da sociobiodiversidade e para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. A biodiversidade amazônica possui papel fundamental na vida das populações tradicionais que nela residem, muitas vezes é a única fonte de recurso para sua sobrevivência. Plantas Medicinais são espécies vegetais que possuem em um órgão, ou toda planta, substâncias que se administradas ao ser humano ou a animais, por qualquer via e sob qualquer forma, exercem algum tipo de ação farmacológica (OMS, 1978). De acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) 10 de 10/03/2010 da Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), Planta Medicinal é "uma espécie vegetal cultivada ou não, utilizada com propósito terapêutico" (BRASIL, 2010). A utilização de plantas medicinais data os primórdios da vida humana, já que os seres humanos sempre usaram plantas na alimentação e para fins medicinais, representando grande importância para as sociedades. As populações, por meio de seus curadores e do uso autônomo, acumularam experiências e vasto conhecimento a seu respeito (ANTONIO; TESSER; MORETTI-PIRES, 2013; PITMAN, 1996). Na Amazônia, faz parte da cultura o uso de plantas medicinais para o tratamento de enfermidades, despertando o interesse de pesquisadores, pois dados científicos revelam por um lado grande riqueza da biodiversidade e, por outro lado, o aumento expressivo da destruição desses biomas, em virtude de atividades agrícolas, do crescimento desordenado das cidades e principalmente da extração excessiva de recursos naturais (FREITAS; FERNANDES, 2006; OLIVEIRA, 2010; SOUZA et al., 2014). Neste sentido, o conhecimento etnobotânico e etnofarmacológico de comunidades tradicionais são fontes de informações valiosas que podem servir para indicar novos usos de plantas conhecidas, bem como usos de plantas desconhecidas. Uma parte significativa do que hoje se utiliza terapêuticamente partiu de informações obtidas de comunidades tradicionais que se utilizam de produtos naturais em suas práticas de sobrevivência e manejo do meio ambiente (ALBUQUERQUE; HANAZAKI, 2006). Posey (1992) afirma que as populações tradicionais da Amazônia usam aproximadamente 75% de todas as espécies existentes, contudo, menos de 2% são explorados economicamente. Portanto, o conhecimento tradicional é uma das maiores riquezas que a Amazônia possui, uma vez que é a chave para a descoberta de novos medicamentos, óleos, essências, etc.

**Fundamentação Teórica:**

Etnobotânica e etnofarmacologia Pesquisas etnobotânicas e etnofarmacológicas são importantes na compreensão do nível de conhecimento tradicional associado aos recursos florestais, no contexto econômico tem papel fundamental no processo de inovação uma vez que localiza novas plantas e fornece subsídios para pesquisas aplicadas (MODRO et al. 2015). Entretanto, o conhecimento tradicional de plantas medicinais nas comunidades amazônicas ainda não está consolidado como ferramenta para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável, por falta de políticas públicas de reconhecimento e pesquisas que mostrem a importância desses saberes (MODRO et al., 2015; OLIVEIRA, 2010). Albagli (2001) afirma que o conhecimento das populações tradicionais não tem sido valorizado, pois o mercado de produtos farmacêuticos derivados de plantas utilizadas pela medicina praticada por populações tradicionais é hoje estimado em bilhões de dólares anuais, mas apenas uma parcela muito pequena dos lucros obtidos retorna para essas comunidades. Neste sentido, Oliveira (2010) chama atenção para a necessidade de integração dos conhecimentos científicos e tradicional visando o fortalecimento de práticas de conservação de plantas medicinais, pois os estudos realizados já mostram grande potencial. Por exemplo, pesquisadores da instituição René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz identificaram aproximadamente 150 espécies citadas por população da Amazônia, para tratamento de febre, malária e problemas hepáticos. Foram testados, com resultados promissores, extratos brutos de mais de 50 plantas medicinais, garantindo a eficácia e a segurança das plantas utilizadas pelas comunidades tradicionais (VIANA; FERNANDES, 2010). No Estado do Amapá, nos últimos anos houve crescimento significativo de estudos etnobotânicos e etnofarmacológicos trazendo informações relevantes sobre plantas medicinais, através de produções científicas, como por exemplo, pesquisas realizadas por Silva (2002; 2010), Costa (2013), Mata (2009), Oliveira (2019), Sarquis et al. (2019), entre outros. Silva (2002; 2010) realizou duas relevantes pesquisas etnobotânicas em comunidades rurais amapaenses, o primeiro trabalho realizado foi no Quilombo do Curiaú em Macapá (144 etnoespécies) e o segundo no distrito do Carvão, município de Mazagão (170 etnoespécies). Esses estudos apontam que as referidas comunidades apresentam significativo conhecimento tradicional sobre flora local. Costa (2013) ao realizar investigação sobre o conhecimento etnobotânico dos moradores do interior e entorno da Floresta Nacional do Amapá (FLONA/AP) identificou o uso de 111 espécies para diferentes tratamentos terapêuticos. Ao realizar pesquisa etnobotânica em comunidade indígena, Mata (2009) verificou o uso de 37 etnoespécies de plantas medicinais usadas na terapêutica por mulheres indígenas Wajãpi. Dados divulgados sobre estudo etnobotânico e etnofarmacológico realizado por Sarquis et al. (2019) em comunidade ribeirinha das várzeas do rio Mazagão, município de Mazagão apontam conhecimento e uso de 130 espécies de plantas medicinais, distribuídas em 116 gêneros e 57 famílias, 95 espécies nativas de florestas de várzea e 35 espécies exóticas. Oliveira (2019) ao realizar pesquisa etnobotânica e etnofarmacológica no distrito de Mazagão Velho, município de Mazagão identificou conhecimento e uso de 96 espécies pertencentes a 39 famílias botânicas para tratamento de 60 enfermidades distribuídas em 16 diferentes sistemas corporais. Essas e outras relevantes produções científicas podem e devem subsidiar estudos mais aplicados para o desenvolvimento da fotoquímica de produtos naturais nas descobertas de novas substâncias bioativas e na produção de novos fármacos, no aprimoramento de fármacos já existentes, na produção de inseticidas, repelentes e fitocosméticos, além da criação de estratégias para o fortalecimento da cadeia produtiva de fitoterápicos visando o atendimento à saúde pública. Contudo, essas produções científicas, apesar de importantes, não estão sistematizadas e disponibilizadas em um único ambiente, deixando de serem efetivamente úteis para seus propósitos de aplicabilidade. Desta forma, esta proposta se justifica a ser realizada devido a necessidade de divulgação dessas informações através um banco de dados digital que permita consulta do estado da arte da Etnobotânica e da Etnofarmacologia do Estado do Amapá - Brasil. Com base nesses pressupostos, a proposta de extensão tem o objetivo de disponibilizar em plataforma digital (Instagram) o atual estado da arte da Etnobotânica e Etnofarmacologia no Estado do Amapá-Brasil, visando divulgar os conhecimentos tradicionais registrados, e dessa forma fornecer informações úteis e necessários para estudos nas diversas áreas de interesse, tais como fitoquímicos, biológicos, farmacêuticos, agrônômicos, etc. Além disso, muitas etnoespécies podem ser introduzidas no Relatório Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS (RENISUS) valorizando o conhecimento tradicional e proporcionando o bem estar da população, em especial dos moradores das comunidades do município de Macapá-AP. É importante frisar os benefícios de plantas medicinais em políticas públicas de saúde, visto que essas possuem menor efeito colateral se comparado com remédios convencionais, são de baixo custo aos programas de saúde de atenção primária e consequentemente podem suprir a falta de medicamentos na atenção básica.

**Metodologia:**

Devido a pandemia da COVID-19 que restringe o contato direto com as pessoas, a interação com o público alvo será em ambiente virtual. Será realizado a pesquisa bibliográfica em bases científicas, tais como portais de busca Web of Science, Scopus (acesso pelo portal de periódicos da capes), google scholar e nas bibliotecas virtuais das universidades do estado do Amapá. Os dados serão sistematizados em planilhas de Excel e organizadas por nome vernacular (enoespécie), nome científico, família botânica, características etnobotânicas e etnofarmacológicas. Será extraído fotografias das espécies, bem como da excisada, se houver. O inventário das espécies servirá para criação de um banco de dados virtual das etnoespécies amapaense. A integração dos dados etnobotânicos a sistemas de gerenciamento de banco de dados é uma ferramenta importante na conservação da biodiversidade e na proteção do conhecimento tradicional associado (JOHAN et al. 2017). Atualmente há banco de dados virtuais de domínio público com informações sobre recursos da flora, como por exemplo, o Flora digital com informações da flora do sul do Brasil e o Flora Brasil 2020 com informações sobre algas, plantas e fungos do Brasil, ambas vinculadas ao projeto do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR) que é uma plataforma online que visa integrar dados sobre a biodiversidade do Brasil e do exterior (SiBBR, 2020).

**Referências:**

ALBAGLI, S. Amazônia: Fronteira geopolítica da biodiversidade. Rev. Parcerias estratégicas, v. 6, n. 12, p. 05-19, 2001. ALBUQUERQUE, U.; HANAZAKI, N. Ethnodirected research in the discovery of new drugs of medical and pharmaceutical interest: flaws and perspectives. Revista Brasileira de Farmacognosia, v. 16, p. 678-689, 2006. AMOROZO, M. C. M.; GÉLY, A. Uso de plantas medicinais por caboclos do baixo Amazonas Barcarena, PA, Brasil. 1988. ANDRADE, J. M. T. Antropologia no mundo das plantas medicinais. Revista Habitats, Góiaânia, v. 7, n. 1/2 p. 2449-263, 2009. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2015>.

ANTONIO, G. D.; TESSER, C. D.; MORETTI-PIRES, R. Contribuições das plantas medicinais para o cuidado e a promoção da saúde na atenção primária. Revista Interface (Botucatu), vol.17, n.46, p.615-633, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832013000300010&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832013000300010&script=sci_abstract&lng=pt).

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diário oficial da união 2013. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html).

CARVALHO, T. L. G. S. Etnofarmacologia e fisiologia de plantas medicinais do Quilombo Tiningú, Santarém, Pará, Brasil. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Oeste do Pará. CASSINO, M. F. Estudo etnobotânico de plantas medicinais em comunidades de várzea do rio Solimões, Amazonas e aspectos farmacognósticos de *Justicia pectoralis* Jacq. forma mutuquinha (ACANTHACEAE). 2010. CONCEIÇÃO, A. K. C. et al. Plantas medicinais: um saber tradicional como alternativa no processo de cura. Revista Agroecossistemas, v. 10, n. 2, p. 238-254, 2018. COSTA, R. A. A identidade e o conhecimento etnobotânico dos moradores da Floresta Nacional do Amapá. 2013. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical - PPGBio) – Universidade Federal do Amapá. FREITAS, J. C.; FERNANDES, M. E. B. Uso de plantas medicinais pela comunidade de Enfarrusca, Bragança, Pará. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Ciências Naturais, Belém, v. 1, n. 3, p. 11-26, 2006. Disponível em: [http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1981-81142006000300002&lng=pt&nrn=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-81142006000300002&lng=pt&nrn=iso).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

JOHAN, H., et al. Ethnobotany database: Exploring diversity medicinal plants of Dayak tribe Borneo. In: 2017 4th International Conference on Electrical Engineering, Computer Science and Informatics (EECSI). IEEE, 2017. 1-6. LEÃO, R. B. A.; FERREIRA, M. R. C.; JARDIM, M. A. G. Levantamento de plantas de uso terapêutico no município de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará, Brasil. Revista Brasileira de Farmácia, v. 88, n. 1, p. 21-25, 2007. MACIEL, M. R. A.; GUARIM NETO, G. Um olhar sobre as benzedeadas de Jurueña (Mato Grosso, Brasil) e as plantas usadas para benzer e curar. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 1, n. 3, p. 61-77, 2006. MATA, N. D. S. Participação da mulher Wajãpi no uso tradicional de plantas medicinais. 2009. 141 f. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical) - Universidade Federal do Amapá, UNIFAP. MODRO, A. F. H. et al. Importância do conhecimento tradicional de plantas medicinais para a conservação da Amazônia. Cadernos de Agroecologia, v. 10, n. 3, 2015. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/19587>.

OLIVEIRA, A. M. Conhecimento etnobotânico e etnofarmacológico da comunidade negra de Mazagão Velho, Amapá- Brasil, 2019. 232 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia da rede Bionorte, Amapá, 2019. OLIVEIRA, P. C.; SOUZA, B. Traditional Knowledge of Forest Medicinal Plants of Munduruku Indigenous People - Ipaupixuna. European Journal of Medicinal Plants, v. 31, n.13, pág. 20-35, 28 atrás. 2020. OLIVEIRA, R. L. C. Etnobotânica e plantas medicinais: estratégias de conservação. Revista de Biologia e Ciências da Terra, v. 10, n. 2, p. 76-82, 2010. Disponível em: [http://joaootavio.com.br/bioterra/workspace/uploads/artigos/artigo\\_08\\_v10\\_n2-515623d4b287e.pdf](http://joaootavio.com.br/bioterra/workspace/uploads/artigos/artigo_08_v10_n2-515623d4b287e.pdf).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Cuidados primários de saúde. Brasília, 1979. 64p. Alma-Ata, 1978. PITMAN, V. Fitoterapia. As plantas medicinais e a saúde. Lisboa: Estampa, 1996. 188 p. POSEY, D. A. Etnobiologia e etnodesenvolvimento: importância da experiência dos povos tradicionais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE MEIO AMBIENTE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, 1992, Belém. Anais [...]. Governo do Estado do Pará. p. 112-117. SIBBR. Sistema de Informações sobre a biodiversidade brasileira. Disponível em: Acesso em: 14 jan. 2020. SANTOS, M. R. A.; LIMA, M. R.; FERREIRA, M. G. R. Uso de plantas medicinais pela população de Ariquemes, em Rondônia. Horticultura Brasileira, v. 26, n. 2, p. 244-250, 2008. SARQUIS, R. S. F. et al. The Use of Medicinal Plants in the Riverside Community of the Mazagão River in the Brazilian Amazon, Amapá, Brazil: Ethnobotanical and Ethnopharmacological Studies. Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine, vol. 2019. Disponível em: <https://www.hindawi.com/journals/ecam/2019/6087509/#abstract>. Acesso em: 10 jan. 21. SILVA, R. B. L. A etnobotânica de plantas medicinais da comunidade quilombola de Curiaú, Macapá-AP, Brasil, 2002. 170 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, Belém, 2002. SILVA, R. B. L. Diversidade, uso e manejo de quintais agroflorestais no Distrito do Carvão, Mazagão – AP, Brasil, 2010. 296 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010. SOUZA, L. F. et al. Plantas medicinais referenciadas por raizeiros no município de Jataí, estado de Goiás. Revista Brasileira de Plantas Medicinais, Campinas, v.18, n.2, p.451-461, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-05722016000200451](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-05722016000200451).

VÁSQUEZ, S. P. F.; MENDONÇA, M. S.; NODA, S. N. Etnobotânica de plantas medicinais em comunidades ribeirinhas do Município de Manacapuru, Amazonas, Brasil. Acta Amazonica, v. 44, n. 4, p. 457-472, 2014. VIANA, C. F.; FERNANDES, A. C. A. Conhecimento tradicional em plantas medicinais e sistemas territoriais de inovação: Conflitos e interesses. XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS. Anais [...]. Porto Alegre. 2010. Disponível em: <http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2573>.

**Objetivos Gerais:**

Objetivo Geral: Extrair e organizar das produções científicas relacionadas a etnobotânica e etnofarmacologia dados de plantas medicinais citadas em trabalhos acadêmicos (TCC, dissertações e teses) e artigos científicos visando a facilidade de rastreamento de espécies vegetais de interesse medicinal no Estado do Amapá – Brasil. Objetivos específicos: (1) Realizar levantamento bibliográfico com abordagem etnobotânica e etnofarmacologia em revistas científicas, bases de dados do portal de periódicos da CAPES, bibliotecas digitais, etc.; (2) Organizar as informações etnobotânica e etnofarmacologia coletadas de modo padronizado; (3) Estruturar e disponibilizar um banco de dados com as espécies vegetais de interesse medicinal em plataforma digital buscando subsidiar políticas públicas de saúde primária e também contribuir na ampliação de plantas utilizadas nos serviços de saúde, ou seja, incluir novas espécies de uso tradicional das populações na Relação Nacional de Plantas Medicinais de interesse ao SUS (RENISUS);

**Resultados Esperados**

- Banco de dados com informações sobre as plantas medicinais úteis à gestão, ao planejamento, ao uso e à conservação da biodiversidade amazônica e do Estado do Amapá. -Elaboração de dois artigos científicos sobre os aspectos etnobotânicos e etnofarmacológicos das plantas medicinais no Estado do Amapá. -Contribuir com a formação de recursos humanos através da orientações de acadêmicos do Curso de Ciências Ambientais, os quais serão incluídos na pesquisa através da disciplina de Estágio Supervisionado.

**CONTATO**

**Coordenação:** ALZIRA MARQUES OLIVEIRA

**E-mail:** [alzira\\_dutra@yahoo.com.br](mailto:alzira_dutra@yahoo.com.br) **Telefone:**

**MEMBROS DA EQUIPE**

Nome	Categoria	Função	Departamento	Início	Fim
PATRICK DE CASTRO CANTUÁRIA	EXTERNO	COLABORADOR(A)		01/04/2021	30/03/2022
ALZIRA MARQUES OLIVEIRA	DOCENTE	COORDENADOR(A)	CCAMB	01/04/2021	30/03/2022
SHIRLENE LOPES DE ARAUJO	DISCENTE	ALUNO(A) EM ATIVIDADE CURRICULAR		01/04/2021	30/03/2022
MARIA CECILIA NAZARE DE CAMPOS	DISCENTE	ALUNO(A) EM ATIVIDADE CURRICULAR		01/04/2021	30/03/2022
CAMILA PAES PACHECO	DISCENTE	ALUNO(A) EM ATIVIDADE CURRICULAR		01/04/2021	30/03/2022
LARISSA CRISTINA SOUZA BARROS	DISCENTE	ALUNO(A) EM ATIVIDADE CURRICULAR		01/04/2021	30/03/2022
MAISA CARDOSO DA SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) EM ATIVIDADE CURRICULAR		01/04/2021	30/03/2022

**PARTICIPANTES DA AÇÃO DE EXTENSÃO**

[Clique aqui para visualizar os participantes desta ação de extensão](#)

**DISCENTES COM PLANOS DE TRABALHO**

Nome	Vínculo	Situação	Início	Fim
Discentes não informados				

**AÇÕES VINCULADAS AO PROJETO**

Código - Título	Tipo
Não há ações vinculadas	

**AÇÕES DAS QUAIS O PROJETO FAZ PARTE**

Esta ação não faz parte de outros projetos ou programas de extensão

**OBJETIVOS / RESULTADOS ESPERADOS**

Objetivos	Quantitativos	Qualitativos
A presente proposta tem por finalidade disponibilizar em plataforma digital a diversidade da flora conhecida e utilizada para tratamentos terapêuticos no Estado do Amapá, através do estado da arte dos levantamentos etnobotânicos e etnofarmacológicos, um banco de dados digital com informações organizadas e padronizadas sobre a sociobiodiversidade		

**CRONOGRAMA**

Descrição das atividades desenvolvidas	Período
Realizar levantamento bibliográfico com abordagem etnobotânica e etnofarmacologia em revistas científicas, bases de dados do portal de periódicos da CAPES, bibliotecas digitais, etc	30/04/2021 a 31/07/2021
Organizar as informações etnobotânica e etnofarmacologia coletadas de modo padronizado	01/08/2021 a 31/12/2021
Estruturar e disponibilizar um banco de dados com as espécies vegetais	01/09/2021 a 30/03/2022

**ORÇAMENTO DETALHADO**

Descrição	Valor Unitário	Quant.	Valor Total
<b>PASSAGENS</b>			
Macapá/São Paulo/Macapá	R\$ 1.200,00	1.0	R\$ 1.200,00
SUB-TOTAL (PASSAGENS)		1.0	R\$ 1.200,00
<b>EQUIP. MATERIAL PERMANENTE</b>			
computador	R\$ 1.400,00	1.0	R\$ 1.400,00
SUB-TOTAL (EQUIP. MATERIAL PERMANENTE)		1.0	R\$ 1.400,00
<b>MATERIAL DE CONSUMO</b>			
Caneta e papel A4	R\$ 1,00	1.0	R\$ 1,00
tonner	R\$ 105,00	1.0	R\$ 105,00
SUB-TOTAL (MATERIAL DE CONSUMO)		2.0	R\$ 106,00
<b>DIÁRIAS</b>			
Não se aplica	R\$ 1,00	1.0	R\$ 1,00
SUB-TOTAL (DIÁRIAS)		1.0	R\$ 1,00

**CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO SOLICITADO**

Descrição	PROEAC (Interno)	Outros (Externo)	Total Rubrica
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 0,00	R\$ 106,00	R\$ 106,00
DIÁRIAS	R\$ 0,00	R\$ 1,00	R\$ 1,00
PASSAGENS	R\$ 0,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
EQUIP. MATERIAL PERMANENTE	R\$ 0,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00

**ORÇAMENTO APROVADO**

<< Voltar

Descrição		PROEAC (Interno)		
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 0,00			
DIÁRIAS	R\$ 0,00			
PASSAGENS	R\$ 0,00			
EQUIP. MATERIAL PERMANENTE	R\$ 0,00			

**ARQUIVOS**

Descrição Arquivo
Projeto Manjerição 

**LISTA DE FOTOS**

Foto	Descrição
Não há fotos cadastradas para esta ação	

**LISTA DE DEPARTAMENTOS ENVOLVIDOS NA AUTORIZAÇÃO DA PROPOSTA**

Autorização	Tipo	Data/Hora Análise	Data da Reunião	Autorizado
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS - CCAMB	REUNIÃO ORDINÁRIA	23/04/2021 13:25:53	18/03/21	SIM

**MINI ATIVIDADES**

Título	Tipo	Data de Início	Data de Término	Local	Horário
<b>HISTÓRICO DO PROJETO</b>					
Data/Hora	Situação				
15/03/2021 09:36:10	CADASTRO EM ANDAMENTO				
21/04/2021 19:24:51	AGUARDANDO APROVAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS				
23/04/2021 13:25:55	SUBMETIDA				
26/04/2021 09:14:10	AGUARDANDO AVALIAÇÃO				
27/04/2021 11:07:08	CADASTRO EM ANDAMENTO				

**Portal do Docente**

SIGAA | Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI-UNIFAP) - (096)3312-1733 | Copyright © 2006-2021 - UNIFAP - sig-  
instancia-04.unifap.br.srv4inst1 - v3.14.302 06/11/2021 19:43

**PORTAL DO DOCENTE > VISUALIZAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO**

Visualizar Arquivo Visualizar Plano de Trabalho Visualizar Ação Vinculada

**DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO****DADOS GERAIS**

<b>Código:</b> PJxxx-2019	<b>Título:</b> Educação Ambiental e Plantas Medicinais na comunidade do Distrito de Mazagão Velho, Amapá.	
<b>Ano:</b> 2019	<b>Período:</b> 01/04/2019 a 29/02/2020	<b>Categoria:</b> PROJETO
<b>Unidade Proponente:</b> COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS - CCAMB / UNIFAP	<b>Unidade Orçamentária:</b>	<b>Outras Unidades Envolvidas:</b>
<b>Abrangência:</b> Local	<b>Área do CNPq:</b> Ciências Humanas	<b>Área Principal:</b> EDUCAÇÃO
<b>Tipo de Cadastro:</b> SUBMISSÃO DE NOVA PROPOSTA	<b>Grupo Permanente de Arte e Cultura:</b> SIM	
<b>Fonte de Financiamento:</b> FINANCIAMENTO INTERNO (EDITAL 001/2019 - DEX/PROEAC - BOLSAS E AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADOR)	<b>Renovação:</b> NÃO	<b>Público Alvo Interno:</b> 5
<b>Linha de Atuação:</b> Patrimônio cultural, histórico e imaterial		
<b>Nº Bolsas Solicitadas:</b> 2	<b>Nº Bolsas Concedidas:</b> 0	<b>Faz parte de Programa de Extensão?</b> NÃO
<b>Público Alvo Externo:</b> 50		
<b>Público Alvo Interno:</b> acadêmicos e docentes	<b>Público Alvo Externo:</b> alunos do ensino fundamental, professores e membros da comunidade	
<b>Público Estimado Interno:</b> 5 pessoas	<b>Público Estimado Externo:</b> 50 pessoas	<b>Público Real Atingido:</b> Não informado
<b>Situação:</b> AGUARDANDO APROVAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS		

**MUNICÍPIO REALIZAÇÃO**

Estado	Município	Bairro	Espaço Realização
Amapá	Mazagão		

**DETALHES DA AÇÃO****Resumo:**

A presente proposta é desdobramento do projeto de pesquisa intitulado "conhecimento etnobotânico e etnofarmacológico da comunidade negra de Mazagão Velho, Amapá (cadastrado no DPq sob numeração PIM447/2017). O objetivo da proposta do projeto de extensão é resgatar o conhecimento tradicional acerca das plantas medicinais visando a valorização desse patrimônio cultural imaterial. Despertar valores socioambientais em prol da conservação ambiental e da sustentabilidade dos recursos naturais. O projeto será desenvolvido em cinco ações distintas, são elas: a) reunião com membros da escola para sensibiliza-los quanto a importância da Educação Ambiental voltada para ações de valorização do conhecimento tradicional sobre as plantas utilizadas pelos moradores para fins de tratamento de doenças; b) sensibilização junto aos docentes para práticas interdisciplinares em Educação ambiental e plantas medicinais; c) aplicação de um formulário junto aos alunos visando identificar as plantas utilizadas pela família, bem como as doenças tratadas, as formas de preparo e uso dos remédios; d) seminários sobre plantas medicinais, doenças tratadas com plantas medicinais e sobre o conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais; e) coleta de mudas de plantas medicinais indicadas pelos alunos para compor o horto medicinal; f) construção da estrutura física do Horto Medicinal nas dependências da escola e g) identificação científica das espécies vegetais presente no horto medicinal. Os principais resultados são: espaço didático-pedagógico para práticas interdisciplinares e publicação científica.

**Justificativa:**

Levantamento etnobotânico realizado no Distrito de Mazagão Velho aponta o uso de inúmeras plantas pelos moradores para tratamento de várias doenças (OLIVEIRA et al., 2018). Nessa pesquisa os autores constataram o uso de 96 espécies vegetais para tratamento de 60 afecções distribuídas em 16 diferentes sistemas corporais. O sistema digestivo foi o que apresentou maior número de doenças, mas a frequência de uso das plantas é para tratar de doenças do sistema respiratório, sendo a gripe a doença mais citada. Contudo, o conhecimento tradicional acerca das plantas não tem sido dinâmico, ou seja, a geração adulta está tendo dificuldade em transmitir o conhecimento adquirido ao longo de tempo para as gerações jovens. A presença da medicinal convencional na localidade é umas das razões do desinteresse desse saber tradicional. Esse fato é muito preocupante, pois a região possui uma riqueza muito grande em termos de biodiversidade e de conhecimento tradicional sobre a flora local. Associado a isso há as pressões antrópicas a qual a comunidade de Mazagão Velho vem sendo submetido nos últimos anos, principalmente em decorrência da melhoria da infraestrutura de acesso a região com a pavimentação da rodovia e a construção de duas pontes. Dessa forma, é interessante resgatar o conhecimento tradicional através de atividade práticas buscando a valorização desse patrimônio cultural imaterial transmitido de geração a geração por séculos. Nesse sentido, a Educação Ambiental apresenta-se como uma excelente ferramenta de sensibilização e adoção de novas posturas e hábitos. Os acadêmicos dos cursos de enfermagem e ciências ambientais irão desenvolver atividades práticas de suas de formações através de seminários e palestras. Essas práticas contribuem no processo de ensino-aprendizagem na medida em que os alunos irão aplicar teorias adquiridas em sala de aula. Os docentes e os cursos envolvidos estarão avançando do campo do ensino para as práticas extensivas, contribuindo para melhorar uma realidade social.

**Fundamentação Teórica:**

**Plantas Medicinais** A utilização de plantas medicinais datam os primórdios da vida humana, já que os seres humanos sempre usaram plantas na alimentação e para fins medicinais, representando grande importância para as sociedades. As populações, por meio de seus curadores e do uso autônomo, acumularam experiências e vasto conhecimento a seu respeito (PITMAN, 1996; ANTONIO; TESSER; MORETTI-PIRES, 2013). O uso de plantas medicinais ao longo dos tempos esteve vinculado a mitos, lendas e tradições, em todas as camadas sociais e em quase toda a humanidade. E, as informações acumuladas sobre esse uso, foi inicialmente transmitida oralmente de geração a geração para só depois, com o advento da escrita, serem compiladas em livros (OLIVEIRA; SIMÕES; SASSI, 2006; CUNHA, 2012). Moraes e Santana (2001) asseveram que as plantas medicinais são armas antigas utilizadas pelo homem no tratamento de enfermidades de todos os tipos, tanto na prevenção ou na cura de males, sendo um hábito recorrente na história da humanidade. Em períodos históricos há marcos importante sobre as plantas medicinais. Um importante registro é o Papiro de Ébers, descoberto por Georg Ebers. Esse material foi escrito aproximadamente 1.500 a.C, publicado e traduzido pela primeira vez em 1890 contendo 811 prescrições e menção a 700 drogas (CUNHA, 2003; ARGENTA et al., 2011). Na antiguidade há relatos de historiadores que nos Jardins suspensos da Babilônia eram cultivadas diversas ervas medicinais como alecrim e açafraão entre flores e árvores. Na bíblia há referências nos livros do antigo testamento e do novo testamento a ervas que podiam ser utilizadas para fins medicinais. Na idade média os estudiosos denominados de "alquimistas" descobriram ação medicinal em diversas plantas. Na idade moderna a botânica começa a destacar-se isoladamente, porém sempre colaborando com a outras áreas, como por exemplo a medicina (BERG, 1993). No Brasil o uso de plantas medicinais sempre foi realizado pelos índios e posteriormente com vinda dos primeiros médicos portugueses, diante da escassez na colônia, de remédios empregados na Europa, perceberam a importância das plantas utilizadas pelos indígenas como medicamento (VIDAL, 2010; ALMEIDA, 2011). Além disso, no período colonial os médicos eram apenas para a elite, fazendo a população recorrer ao uso de plantas medicinais. A consequência da ausência da medicina convencional foi a construção desta terapia de cura que articula inúmeros conhecimentos, gerando uma diversidade no conhecimento das plantas e seus aspectos medicinais (FRANCO; FERREIRA; FERREIRA, 2011). Com a chegada dos negros a cultura africana foi adicionada a toda essa gama de conhecimento, uma vez que os escravos utilizavam as ervas em seus rituais religiosos e para cura de diversas doenças. Dessa forma, as uniões étnicas entre o indígena, o europeu e o africano são os pilares do conhecimento de ervas medicinais no Brasil (LORENZI; MATOS; FRANCISCO, 2002). Na Amazônia o uso de plantas medicinais faz parte das tradições populares, representando um importante ponto de encontro entre permanências e rupturas culturais, estabelecidas desde os primeiros contatos intertribais e interétnicos e consolidadas no entrecruzamento das principais matrizes presentes no processo de formação do povo brasileiro (RIBEIRO, 2015). Os saberes amazônicos, sistematizados em suas diversas matizes indígenas e caboclos, seringueiros, madeireiros, pescadores, colonos, garimpeiros, balateiros, regatões entre outros, consolidaram-se em suas práticas, destacando-se o uso dos remédios do mato como um de seus traços culturais mais marcantes (SANTOS, 2000) Segundo Gadelha et al. (2013) é crescente uso de plantas para fins medicinais pela sociedade, não se restringindo a regiões desprovidas de assistência médica e farmacêutica. Ou seja, cada vez mais se reconhece que a exploração dos recursos naturais por comunidades tradicionais podem fornecer subsídios para construção de estratégias de manejo que sejam sustentáveis a longo prazo, por serem detentores de grande conhecimento sobre o assunto. Na Amazônia as plantas medicinais são importantes fontes de informações etnobotânicas, revelam inúmeros aspectos da cultura local e contribuem para melhoria das condições de vida das comunidades (MODRO et al., 2015). Entretanto, o conhecimento tradicional de plantas medicinais nas comunidades amazônicas ainda não está consolidado como ferramenta para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável, por falta de políticas públicas de reconhecimento e pesquisas que mostrem a importância desses saberes (OLIVEIRA, 2010; MODRO et al., 2015). Albagli (2001) afirma que o conhecimento das populações tradicionais não tem sido valorizado, pois o mercado de produtos farmacêuticos derivados de plantas utilizadas pela medicina praticada por populações tradicionais é hoje estimado em bilhões de dólares anuais, mas apenas uma parcela muito pequena dos lucros obtidos retorna para essas comunidades. Neste sentido, Oliveira (2010) chama atenção para a necessidade de integração dos conhecimentos científicos e tradicional visando o fortalecimento de práticas de conservação de plantas medicinais, pois os estudos realizados já mostram grande potencial. Por exemplo, pesquisadores da instituição René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz identificaram aproximadamente 150 espécies citadas por população da Amazônia, para tratamento de febre, malária e problemas hepáticos. Foram testados, com resultados promissores, extratos brutos de mais de 50 plantas medicinais, garantindo a eficácia e a segurança das plantas utilizadas pelas comunidades tradicionais (VIANA; FERNANDES, 2010).

**3.2 Educação Ambiental** A Educação Ambiental é uma ferramenta cuja função é a de transformar indivíduos em cidadãos por ter viés crítico, sendo uma condição essencial para reverter esse quadro crescente de degradação ambiental. Isso se dá porque o principal eixo de atuação da Educação Ambiental pauta-se na "solidariedade, igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas" (JACOBI, 2003). Ao relacionar Educação Ambiental e ambiente escolar, Torres (2010) concebe essa como um forte instrumento no processo de compreensão, enfrentamento e superação da crise ambiental. Para essa autora a Educação Ambiental na escola possui a função "crítico transformadora". Cavalcanti et al (2016) conceituam Educação Ambiental como "processo educativo e transformador, baseado em metodologias de intervenção, ação e reflexão visando a formação de sujeitos capazes de realizar uma leitura integrada entre sociedade e meio ambiente" Medeiros et al (2011) afirmam que Educação Ambiental é um método pelo qual o educando começa a entender acerca dos problemas ambientais, e passa ter uma consciência nova com relação a meio ambiente. Neste sentido, é importante que a escola obtenha mais informações e conceitos e, trabalhe com atitudes e formação de valores, com mais ações práticas do que teóricas para que o aluno se conscientize que é preciso amar, respeitar e praticar ações voltadas à conservação ambiental. Formalmente a Educação Ambiental no Brasil foi instituída em 1981 com a promulgação da Lei 6938, através da criação a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), institucionalizando a defesa da qualidade ambiental brasileira. Foi também criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) para possibilitar organicidade e todas as instâncias de ação principalmente governamentais (BEZERRA et al., 2004). A Educação Ambiental esteve presente, em 1988 na Constituição Federal do Brasil, estabelecendo, em seu artigo 225, que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"; cabendo ao Poder

<< Voltar



Público "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente". No entendimento de Bagliano, Alcântara e Baccaro (2012) a Educação Ambiental citada na Constituição Brasileira tratava o Meio Ambiente dissociado de sua dimensão política, econômica e social. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Nº 9394, de dezembro de 1996, reafirma os princípios definidos na Constituição com relação à Educação Ambiental: "A Educação Ambiental será considerada na concepção dos conteúdos curriculares de todos os níveis de ensino, sem constituir disciplina específica, implicando desenvolvimento de hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza, a partir do cotidiano da vida, da escola e da sociedade" (BRASIL, 1996). No ano de 1997, foram divulgados os novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de fornecer orientação aos professores sobre as diretrizes sobre a temática ambiental na educação formal. A proposta é que eles sejam utilizados como "instrumento de apoio às discussões pedagógicas na escola, na elaboração de projetos educativos, no planejamento de aulas e na reflexão sobre a prática educativa e na análise do material didático". Os Parâmetros Curriculares Nacionais enfatizam a interdisciplinaridade e o desenvolvimento da cidadania entre os educandos, estabelecendo que alguns temas especiais deveriam ser discutidos pelo conjunto das disciplinas da escola, não constituindo-se em disciplinas específicas. São os chamados temas transversais, sendo eles: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural (BRASIL, 1997). Em 1999 foi sancionada a Lei nº 9795 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências a qual reconheceu, enfim, a Educação Ambiental como um componente urgente, essencial e permanente em todo processo educativo (BRASIL, 1999). A Política Nacional de Educação Ambiental é uma proposta programática de promoção da Educação Ambiental em todos os setores da sociedade. Diferente de outras Leis, não estabelece regras ou sanções, mas estabelece responsabilidades e obrigações. Ao definir responsabilidades e inserir na pauta dos diversos setores da sociedade. Em concordância com os Parâmetros Curriculares Nacionais, atualmente, a Educação Ambiental vem sendo incluída nos currículos escolares a partir de uma perspectiva de transversalidade. Os Parâmetros em ação Meio Ambiente da Escola, uma iniciativa vinda do MEC através da Coordenação da Educação Ambiental, postula uma educação para uma consciência ambiental, a preservação e a conservação da natureza no marco da análise econômico-social dos problemas ambientais.

#### Metodologia:

O projeto será desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Vó Olga (Fotografia 1) no Distrito de Mazagão Velho, município de Mazagão, estado do Amapá. O Distrito de Mazagão Velho está situado no município de Mazagão, região sul do Estado do Amapá, às margens do rio Mutuacá. Em relação a cidades da região metropolitana de Macapá, Santana e Mazagão (sede municipal), o Distrito de Mazagão Velho que está localizado a 27,50 km de Mazagão Novo, a 45,10 km de Santana (Margem esquerda do Rio Matapi) e a 46,5 km de Macapá (Entroncamento Macapá/Santana) (SILVA, 2011). Em relação à escola, o atendimento se dá nos períodos matutino e vespertino, recebe alunos da educação infantil no período da manhã e no período da tarde recebe alunos do ensino fundamental (1º ao 5º ano). Possui infraestrutura de seis salas de aula com capacidade para 25 alunos, refeitório e biblioteca. O corpo docente é formado por 13 professores e 4 profissionais técnico-administrativo.

#### Referências:

ANTONIO, G. D.; TESSER, C. D.; MORETTI-PIRES, R. Contribuições das plantas medicinais para o cuidado e a promoção da saúde na atenção primária. *Interface (Botucatu)*[online]. 2013, vol.17, n.46, p.615-633.

ARGENTA, S. C. et al. Plantas medicinais: cultura popular versus ciência. *Revista Vivências*, v. 7, n. 12, p. 51-60. 2011.

BAGLIANO, R. V.; ALCÂNTARA, N. R.; BACCARO, C. A. D. Conceituação histórica e fundamentação da educação ambiental no mundo e no Brasil. *Revista Caderno Meio Ambiente e Sustentabilidade / ano.1 n.1 / jul - dez 2012*. BRASIL, Ministério do Meio Ambiente – MMA. Os Diferentes Matizes da Educação Ambiental no Brasil 1997 -2007. 2º edição, Brasília, 2009. \_\_\_\_\_, Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução aos Parâmetros Curriculares nacionais. Brasília, 1997. \_\_\_\_\_, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9394/96. \_\_\_\_\_, Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União* de 28 de abril de 1999. Disponível em: . Acesso em: 12 fev. 2016. \_\_\_\_\_, Ministério da Educação. *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*. Disponível em: < www.portal.mec.gov.br > Acesso em: 10 fev. 2016.

CAVALCANTI, M.S.L. et al. Educação Ambiental e implantação da coleta seletiva solidária de resíduos sólidos em escolas públicas em escolas públicas nos Municípios de Bandeiras e Solânea- PB: Construindo conhecimentos e irradiando experiências numa perspectiva de inclusão social. *Anais. III Conferência Internacional de Gestão de Resíduos Sólidos*. 2016.

CORREA, C. C.; ALVES, A. F. Plantas Medicinais como alternativa de Negócios: Caracterização e importância. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. *Anais eletrônicos*. Rio Branco, AC. 2008. Disponível em < http://www.sober.org.br/palestra/9/418.pdf >. Acesso em: 20 out. 2018

CUNHA, M. C. Questões suscitadas pelo conhecimento tradicional. *Revista de Antropologia*, v. 55, n. 1, 2012

FREITAS, J. C.; FERNANDES, M. E. B. Uso de plantas medicinais pela comunidade de Enfarrusca, Bragança, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Ciências Naturais*, Belém, v. 1, n. 3, p. 11-26, 2006.

GADELHA, C. S. et al. Estudo bibliográfico sobre o uso das plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil. *Revista Verde, Mossoró*, v. 8, n. 5, p. 208-212, 2013.

GURIB-FAKIM, A. Medicinal plants: traditions of yesterday and drugs of tomorrow. *Molecular Aspects of Medicine*, v.27, p.1-93, 2006.

JACOBI, P. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, mp. a1rc8o9/-220050,3 março, 2003.

LISBOA, P. L. B et al. O estudo amazônico de sobreviver: Manejo dos recursos naturais. p. 41-170. In: LISBOA, P.L.B. *Natureza, homem e manejo de recursos naturais na região de Caxiuana, Melgaço, Pará*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. 2002.

LORENZI, H.; MATOS, F. J.; FRANCISCO, J. M. *Plantas medicinais no Brasil: Nativas e exóticas*. Editora Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2002, 512 p.

MODRO, A. F. H. et al. Importância do conhecimento tradicional de plantas medicinais para a conservação da Amazônia. *Cadernos de Agroecologia*, v. 10, n. 3, 2015.

OLIVEIRA, A. M. et al. Conhecimento e uso de plantas medicinais na comunidade negra de Mazagão Velho, Amapá. *Anais. XXV Simpósio de Plantas Medicinais do Brasil*. 6 a 9 de setembro de 2018 no Centro de Convenções Frei Caneca, São Paulo.

OLIVEIRA, M. J. R.; SIMÕES, E. C.; SASSI, C. R. R. Fitoterapia no sistema de saúde público (SUS) no estado de São Paulo, Brasil. *Rev. Bras. Plantas Med.*, v.8, n.2, p.39-41, 2006.

OLIVEIRA, R. L. C. Etnobotânica e plantas medicinais: estratégias de conservação. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, v. 10, n. 2, p. 76-82, 2010.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba: Editora UFPR, n. 22, p. 37-50, 2010.

POSEY, D. A. Etnobiologia e etnodesenvolvimento: importância da experiência dos povos tradicionais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE MEIO AMBIENTE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, 1992, Belém. Anais. Governo do Estado do Pará. p. 112-117.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. Estado: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

SEGOVIA, J. F. O. et al. A detecção de produtos naturais biologicamente ativos em espécies da flora do estado do Amapá. In: AMAPÁ. Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (Org.). *Programa Primeiros Projetos*. Macapá: SETEC, 2010. p. 93-117

SILVA, L. E.; QUADROS, D. A.; MARIA NETO, A. J. Estudo etnobotânico e etnofarmacológico de plantas medicinais utilizadas na região de Matinhos – PR. *Ciência & Natura* v. 37, n. 2, 2015.

SILVA, O. F. Aportes para o desenvolvimento do turismo na Vila de Mazagão Velho-AP: mapeamento e sinalização como estratégias de comunicação. *Revista Estação Científica (UNIFAP)*. v. 1, n. 1, p. 41-55, 2011.

TUROLLA, M.S.; NASCIMENTO, E.S. Informações toxicológicas de alguns fitoterápicos utilizados no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Farmacéuticas*, v. 42, p. 289-306, 2006.

VIDAL, V. P. Etnobotânica das ervas medicinais: Um breve ensaio do saber popular no Brasil. *Revista história e-história*, v. 10, p. 1-24, 2010.

**Objetivos Gerais:**

Objetivo geral: Resgatar o conhecimento tradicional acerca das plantas medicinais visando a valorização desse patrimônio cultural imaterial. Despertar valores socioambientais em prol da conservação ambiental e da sustentabilidade dos recursos naturais. Objetivos específicos Sensibilizar os membros da escola para a temática ambiental utilizando como ferramenta a Educação Ambiental com a temática do conhecimento e uso de plantas medicinais; Sensibilizar o corpo docente para práticas interdisciplinares em educação ambiental e plantas medicinais; Realizar seminários sobre temas acerca de plantas medicinais, doenças tratadas com plantas medicinais e conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais Construir espaço de plantio de espécies vegetais citadas pelos alunos que são utilizadas para tratamento de doenças pelas famílias; Identificar cientificamente as espécies vegetais do horto medicinal;

**Resultados Esperados**

1) Horto medicinal a ser utilizado como espaço de ensino-aprendizagem e práticas interdisciplinares; 2) Publicação de 2 artigos em revista indexada sobre o levantamento etnobotânico;

**CONTATO**

**Coordenação:** ALZIRA MARQUES OLIVEIRA

**E-mail:** [alzira\\_dutra@yahoo.com.br](mailto:alzira_dutra@yahoo.com.br)

**Telefone:**

**MEMBROS DA EQUIPE**

Nome	Categoria	Função	Departamento	Início	Fim
PATRICK DE CASTRO CANTUÁRIA	DOCENTE	COLABORADOR(A)	CCCBL	01/04/2019	29/02/2020
ANA CRISTINA DE PAULA MAUES SOARES	DOCENTE	COLABORADOR(A)	CCRI	01/04/2019	29/02/2020
ROSEMARY DE CARVALHO ROCHA KOGA	SERVIDOR	COLABORADOR(A)	PROGEP	01/04/2019	29/02/2020
MARIA DE NAZARÉ DUTRA MARQUES	EXTERNO	COLABORADOR(A)		01/04/2019	29/02/2020
GILVAN PORTELA OLIVEIRA	EXTERNO	COLABORADOR(A)		01/04/2019	29/02/2020
GABRIEL DO NASCIMENTO DA SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) BOLSISTA		01/04/2019	29/02/2020
RAFAELA DAIANA SARMENTO SERRA BARBOSA	DISCENTE	ALUNO(A) BOLSISTA		01/04/2019	29/02/2020
MAYSA VILHENA DOS ANJOS	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)		01/04/2019	29/02/2020
ELIZAMA BRAGA CARVALHO	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)		01/04/2019	29/02/2020
JOSIEL RODRIGUES GUEDES	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)		01/04/2019	29/02/2020
AILTON GOMES DA COSTA	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)		01/04/2019	29/02/2020
GILIANE APARECIDA MARQUES DE ARAUJO E SOUZA	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)		01/04/2019	29/02/2020
THIAGO DA CONCEICAO GUEDES	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)		01/04/2019	29/02/2020
VITHORIA CRISTINA BORGES BARRETO	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)		01/04/2019	29/02/2020
JOSILENE MENDES DOS SANTOS	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)		01/04/2019	29/02/2020
GABRIEL MARQUES OLIVEIRA	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)		01/04/2019	29/02/2020
ALZIRA MARQUES OLIVEIRA	DOCENTE	COORDENADOR(A)	CCAMB	01/04/2019	29/02/2020

**PARTICIPANTES DA AÇÃO DE EXTENSÃO**

[Clique aqui para visualizar os participantes desta ação de extensão](#)

**DISCENTES COM PLANOS DE TRABALHO**

Nome	Vínculo	Situação	Início	Fim
Discentes não informados				

**AÇÕES VINCULADAS AO PROJETO**

Código - Título	Tipo
Não há ações vinculadas	

**AÇÕES DAS QUAIS O PROJETO FAZ PARTE**

Esta ação não faz parte de outros projetos ou programas de extensão

**OBJETIVOS / RESULTADOS ESPERADOS**

Objetivos	Quantitativos	Qualitativos
Realizar palestras e seminários sobre plantas medicinais, doenças tratadas com plantas medicinais e sobre o conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais		
Reunião com membros da escola para sensibiliza-los quanto a importância da Educação Ambiental voltada para ações de valorização do conhecimento tradicional sobre as plantas utilizadas pelos moradores para fins de tratamento de doenças.		
Realizar levantamento do conhecimento dos alunos referente as plantas medicinais utilizadas pela família		
Realizar a coleta de mudas das plantas medicinais indicadas pelos alunos para compor o horto medicinal		
Identificação científica das espécies vegetais presente no horto medicinal		
Construir estrutura física do Horto Medicinal nas dependências da escola envolvendo discente e docentes da escola		
Sensibilização junto aos docentes para práticas interdisciplinares em Educação ambiental e plantas medicinais		

<< Voltar

<b>CRONOGRAMA</b>	
<b>Descrição das atividades desenvolvidas</b>	<b>Período</b>
Palestras e seminários sobre plantas medicinais e doenças tratadas com as plantas	01/06/2019 a 30/06/2019
Reunião com membros da escola para sensibiliza-los quanto a importância da Educação Ambiental voltada para ações de valorização do conhecimento tradicional sobre as plantas utilizadas pelos moradores para fins de tratamento de doenças.	01/04/2019 a 30/04/2019
aplicação de formulário	02/05/2019 a 31/05/2019
Mobilizar a coleta de mudas das plantas indicadas pelos alunos	01/07/2019 a 17/08/2019
Identificação científica das espécies presentes no horto medicinal	22/10/2019 a 20/12/2019
Organização e planejamento do espaço para construção do horto	20/08/2019 a 20/09/2019
Construção do horto medicinal	24/09/2019 a 19/10/2019
Sensibilização junto aos docentes para práticas interdisciplinares em Educação ambiental e plantas medicinais	01/04/2019 a 30/04/2019

<b>ORÇAMENTO DETALHADO</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Total</b>
<b>DIÁRIAS</b>			
deslocamento a Mazagão Velho para atividades	R\$ 177,00	29.0	R\$ 5.133,00
<b>SUB-TOTAL (DIÁRIAS)</b>		29.0	R\$ 5.133,00







  

<b>CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO SOLICITADO</b>			
<b>Descrição</b>	<b>PROEAC (Interno)</b>	<b>Outros (Externo)</b>	<b>Total Rubrica</b>
DIÁRIAS	R\$ 5.000,00	R\$ 133,00	R\$ 5.133,00

<b>ORÇAMENTO APROVADO</b>	
<b>Descrição</b>	<b>PROEAC (Interno)</b>
DIÁRIAS	R\$ 0,00

<b>ARQUIVOS</b>	
<b>Descrição Arquivo</b>	
Plano de trabalho da bolsista Rafaela	
memorando requerendo prologamento de prazo do projeto de pesquisa (6 meses)	
Projeto de extensão submetido no sigaa	
projeto de extensão	
Projeto de Pesquisa no DPq a qual se vincula o projeto de extensão	
Plano de trabalho do bolsista Gabriel Nascimento	

<b>LISTA DE FOTOS</b>	
<b>Foto</b>	<b>Descrição</b>
Não há fotos cadastradas para esta ação	

<b>LISTA DE DEPARTAMENTOS ENVOLVIDOS NA AUTORIZAÇÃO DA PROPOSTA</b>				
<b>Autorização</b>	<b>Tipo</b>	<b>Data/Hora Análise</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Autorizado</b>
COORDENAÇÃO DO CURSO CIÊNCIAS BIOLÓGICAS LICENCIATURA - CCCBL			-	NÃO ANALISADO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS - CCAMB	AD-REFERENDUM	08/03/2019 18:12:51	-	SIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CCRI	AD-REFERENDUM	08/03/2019 19:44:00	-	SIM

<b>MINI ATIVIDADES</b>					
<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Data de Início</b>	<b>Data de Término</b>	<b>Local</b>	<b>Horário</b>
<b>HISTÓRICO DO PROJETO</b>					
<b>Data/Hora</b>	<b>Situação</b>				
04/03/2019 23:33:00	CADASTRO EM ANDAMENTO				
08/03/2019 18:04:23	AGUARDANDO APROVAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS				

**Portal do Docente**

**PORTAL DO DOCENTE > VISUALIZAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO**

Visualizar Arquivo Visualizar Plano de Trabalho Visualizar Ação Vinculada

**DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO****DADOS GERAIS**

<b>Código:</b> PJ075-2018	<b>Título:</b> GEOTECNOLOGIAS APLICADAS AO ESTUDO DE ALTERNATIVAS LOCACIONAIS DE OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO DE SIGNIFICATIVO IMPACTO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ	
<b>Ano:</b> 2018	<b>Período:</b> 02/04/2018 a 01/04/2020	<b>Categoria:</b> PROJETO
<b>Unidade Proponente:</b> COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS - CCAMB / UNIFAP	<b>Unidade Orçamentária:</b>	<b>Outras Unidades Envolvidas:</b>
<b>Abrangência:</b> Local	<b>Área do CNPq:</b> Engenharias	<b>Área Principal:</b> MEIO AMBIENTE
<b>Tipo de Cadastro:</b> SUBMISSÃO DE NOVA PROPOSTA	<b>Grupo Permanente de Arte e Cultura:</b> NÃO	
<b>Fonte de Financiamento:</b> AÇÃO AUTO-FINANCIADA	<b>Renovação:</b> NÃO	<b>Público Alvo Interno:</b> 8
<b>Linha de Atuação:</b>		<b>Faz parte de Programa de Extensão?</b> NÃO
<b>Nº Bolsas Solicitadas:</b> 0	<b>Nº Bolsas Concedidas:</b> 0	
<b>Público Alvo Externo:</b> 370000		
<b>Público Alvo Interno:</b> Docentes e discentes do Curso de Graduação em Ciências Ambientais	<b>Público Alvo Externo:</b> município de Macapá	
<b>Público Estimado Interno:</b> 8 pessoas	<b>Público Estimado Externo:</b> 370000 pessoas	<b>Público Real Atingido:</b> 5 pessoas
<b>Situação:</b> PENDENTE DE RELATÓRIO		

**MUNICÍPIO REALIZAÇÃO**

Estado	Município	Bairro	Espaço Realização
Amapá	Macapá		

**DETALHES DA AÇÃO****Resumo:**

O Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Macapá foi aprovado recentemente. O plano é composto basicamente pelo diagnóstico da situação dos serviços de saneamento (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais), os cenários futuros com projeção de demandas e os programas e ações voltados à solução dos problemas em um horizonte de 20 anos. Apesar de Macapá já possuir, desde 2013, um aterro sanitário, este apresenta vida útil de apenas 20 anos. Além do mais, recentemente passou a receber os resíduos das cidades de Santana e Mazagão, esgotando ainda mais rapidamente sua capacidade de recebimento de resíduos sólidos urbanos. Em relação à coleta e tratamento de esgotos, um estudo produzido pelo Instituto Trata Brasil em 2017 apontou Macapá como sendo a 3ª pior cidade em saneamento do país, com apenas 5,54% da população possuindo acesso aos serviços de coleta de esgotos. O esgoto coletado não recebe nenhum tipo de tratamento. Obras de saneamento são ações estruturais previstas no plano e necessárias ao alcance das condições sanitárias ideais no município. Porém, são obras de significativo impacto ambiental, que necessitam de licenças ambientais. Um dos requisitos dos estudos de impacto ambiental (primeira fase do licenciamento ambiental) é o estudo de alternativas locais que ter por objetivo selecionar o local mais adequado para receber o empreendimento. O local mais adequado é aquele no qual o menor número de impacto se manifeste e com menor intensidade. As técnicas de geoprocessamento permitem uma avaliação geral e integrada do município, selecionando áreas com maior aptidão para receber os empreendimentos. A partir de critérios pré-estabelecidos para os meios físico, biótico e antrópico é possível reunir, dentro do município, alguns locais indicados e nestes locais proceder investigações de campo mais precisas. Assim, o processo de escolha do local adequado ao empreendimento se torna mais célere e menos oneroso aos cofres públicas, além do ganho ambiental em relação à minimização de impactos ambientais.

**Justificativa:**

Projetos de extensão devem buscar solucionar problemas existentes, de interesse e necessidade da sociedade, ampliando a relação desta com a Universidade. Neste sentido, o presente projeto contribuirá com uma das fases primordiais do planejamento em saneamento básico: a otimização da localização das obras de infraestrutura. Como destacado anteriormente, obras de saneamento são consideradas de significativo impacto ambiental, já que concentram poluentes, antes dispersos espacialmente, em um único lugar para tratamento. Com isso, instala-se uma situação de risco de ocorrência de impactos ambientais e sociais importantes. Estações de tratamento de esgotos e aterros sanitários com operação inadequada são empreendimentos que podem emitir maus odores, proliferar vetores e impactar a paisagem. Além destes impactos, que são sentidos pela população, existem ainda os impactos ambientais que vão desde a contaminação dos solos, dos lençóis freáticos e das águas superficiais até a mortandade de peixes e perda de biodiversidade. A legislação que trata da Avaliação de Impacto Ambiental (CONAMA 01/86 e CONAMA 237/97) determina que devem sempre ser consideradas todas as alternativas de localização dos projetos. Isto, de forma geral, significa avaliar todo o território municipal quanto à existência e identificação de locais com maior aptidão para acomodar essas atividades. Esta é uma das principais fases do Estudo de Impacto Ambiental. Desta forma, escolher o local mais adequado e vantajoso, em termos de meio físico, biótico e antrópico, para a instalação das obras previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico de Macapá, contribuirá com os estudos a serem realizados na fase de licenciamento das obras, oferecendo uma importante contribuição da universidade à sociedade em termos econômicos e ambientais.

**Fundamentação Teórica:**

O Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Macapá foi aprovado recentemente. O plano é composto basicamente pelo diagnóstico da situação dos serviços de saneamento (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais), os cenários futuros com projeção de demandas e os programas e ações voltados à solução dos problemas em um horizonte de 20 anos. Apesar de Macapá já possuir, desde 2013, um aterro sanitário, este apresenta vida útil de apenas 20 anos. Além do mais, recentemente passou a receber os resíduos das cidades de Santana e Mazagão, esgotando ainda mais rapidamente sua capacidade de recebimento de resíduos sólidos urbanos. Em relação à coleta e tratamento de esgotos, um estudo produzido pelo Instituto Trata Brasil em 2017 apontou Macapá como sendo a 3ª pior cidade em saneamento do país, com apenas 5,54% da população possuindo acesso aos serviços de coleta de esgotos. O esgoto coletado não recebe nenhum tipo de tratamento. Obras de saneamento são ações estruturais previstas no plano e necessárias ao alcance das condições sanitárias ideais no município. Porém, são obras de significativo impacto ambiental, que necessitam de licenças ambientais. Um dos requisitos dos estudos de impacto ambiental (primeira fase do licenciamento ambiental) é o estudo de alternativas locais para receber o empreendimento. O local mais adequado é aquele no qual o menor número de impacto se manifeste e com menor intensidade. As técnicas de geoprocessamento permitem uma avaliação geral e integrada do município, selecionando áreas com maior aptidão para receber os empreendimentos. A partir de critérios pré-estabelecidos para os meios físico, biótico e antrópico é possível reunir, dentro do município, alguns locais indicados e nestes locais proceder investigações de campo mais precisas. Assim, o processo de escolha do local adequado ao empreendimento se torna mais célere e menos oneroso aos cofres públicas, além do ganho ambiental em relação à minimização de impactos ambientais.

**Metodologia:**

MONTANÓ et al., (2012), identificam minimamente duas grandes abordagens para tratar da localização de empreendimentos de saneamento com significativo impacto ambiental, diferenciadas pelo teor dos elementos considerados essenciais aos estudos: a) Abordagem de natureza técnico-operacional, que se vale de critérios relacionados ao desempenho operacional do empreendimento no que diz respeito ao cumprimento de requisitos legais (exigências dos órgãos de meio ambiente, normas específicas, etc.) e econômicos (distância ao centro gerador, custo para a desapropriação da área, existência de material para cobertura próximo à área escolhida, etc.); b) Abordagem de natureza socioambiental que incorpora, em primeiro plano, preocupações relacionadas ao desempenho ambiental do empreendimento, especialmente quanto aos impactos ambientais potenciais (meios físico, biológico e antrópico) relacionados, considerando-se o risco associado às suas diferentes fases (implementação, operação e desativação), sobretudo pela possibilidade de falhas nas medidas de proteção adotadas. Considerando as abordagens em questão, serão realizadas análises em fases distintas, diferenciadas quanto aos critérios e às escalas. As escalas serão as seguintes: a) Primeira fase: análise em escala municipal; b) Segunda fase: análise em escala local; Os critérios analisados serão os seguintes: Critérios da primeira fase A Tabela 1 apresenta os critérios mínimos que são comumente analisados para a escolha de alternativas locais para a implantação de obras de saneamento de significativo impacto ambiental. Estes critérios preliminares foram estabelecidos por MONTANÓ et al., (2012), a partir do levantamento de critérios utilizados em normas técnicas e trabalhos científicos. A avaliação destes critérios será realizada por meio de técnicas de geoprocessamento. Tabela 1 - Critérios para escolha de alternativas locais. Critérios da segunda fase As áreas selecionadas na primeira fase serão analisadas de acordo com os critérios apresentados na Tabela 2. A avaliação destes critérios também será realizada por meio de técnicas de geoprocessamento. Tabela 2 - Critérios para escolha de alternativas locais. Critérios da terceira fase Após a seleção de um número reduzido de áreas dentro do território municipal, ensaios de campo deverão ser realizados para verificações in loco das condições locais relacionadas à textura do solo e profundidade do lençol freático.

**Referências:**

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução n.237, de 22 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 dez. 1997.

**Objetivos Gerais:**

Selecionar um número reduzido de áreas que apresentem maior potencial de viabilidade ambiental para a implantação de obras de saneamento.

**Resultados Esperados**

Espera-se, como resultado deste trabalho, selecionar um número reduzido de áreas que apresentem potencial de viabilidade ambiental em relação aos empreendimentos em questão, visando o aumento da segurança dos empreendimentos, a facilitação dos processos de elaboração dos estudos ambientais e principalmente a minimização de impactos sociais e ambientais.

**CONTATO**

**Coordenação:** JULIETA  
BRAMORSKI

**E-mail:** [BRAMORSKI@GMAIL.COM](mailto:BRAMORSKI@GMAIL.COM)

**Telefone:**

**MEMBROS DA EQUIPE**

Nome	Categoria	Função	Departamento	Início	Fim
SAVIO LUIS CARMONA DOS SANTOS	DOCENTE	COLABORADOR(A)	CCAMB	02/04/2018	01/04/2020
MARCELO JOSE DE OLIVEIRA	DOCENTE	CONSULTOR / TUTOR	CCAMB	02/04/2018	01/04/2020
JULIETA BRAMORSKI	DOCENTE	COORDENADOR(A)	CCAMB	02/04/2018	01/04/2020
JESSE PENA LOPES	DISCENTE	ALUNO(A) EM ATIVIDADE CURRICULAR		02/04/2018	01/04/2020
ADRIANO RICK LIMA PEREIRA	DISCENTE	ALUNO(A) EM ATIVIDADE CURRICULAR		02/04/2018	01/04/2020

<< Voltar

Nome	Vínculo	Situação	Início	Fim
Discentes não informados				

**PARTICIPANTES DA AÇÃO DE EXTENSÃO**  
[Clique aqui para visualizar os participantes desta ação de extensão](#)

**DISCENTES COM PLANOS DE TRABALHO**

**AÇÕES VINCULADAS AO PROJETO**

Código - Título	Tipo
Não há ações vinculadas	

**AÇÕES DAS QUAIS O PROJETO FAZ PARTE**  
 Esta ação não faz parte de outros projetos ou programas de extensão

**OBJETIVOS / RESULTADOS ESPERADOS**

Objetivos	Quantitativos	Qualitativos
Selecionar áreas com maior potencial ambiental, econômico e social para a implantação de obras de saneamento de significativo impacto ambiental no município de Macapá		
Elaboração de base Cartográfica		

**CRONOGRAMA**

Descrição das atividades desenvolvidas	Período
Classificação multicriterial	04/03/2019 a 05/03/2020
Elaborar Base Cartográfica municipal	21/05/2018 a 21/09/2018

**CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO SOLICITADO**

Descrição	PROEAC (Interno)	Outros (Externo)	Total Rubrica
Não há itens de despesas cadastrados			

**ORÇAMENTO APROVADO**

Descrição	PROEAC (Interno)
Não há itens de despesas cadastrados	

**ARQUIVOS**

Descrição Arquivo
Projeto de extensão 
Projeto de extensão 

**LISTA DE FOTOS**

Foto	Descrição
Não há fotos cadastradas para esta ação	

**LISTA DE DEPARTAMENTOS ENVOLVIDOS NA AUTORIZAÇÃO DA PROPOSTA**

Autorização	Tipo	Data/Hora Análise	Data da Reunião	Autorizado
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS - CCAMB	AD-REFERENDUM	18/05/2018 10:59:23	-	SIM

**MINI ATIVIDADES**

Título	Tipo	Data de Início	Data de Término	Local	Horário
--------	------	----------------	-----------------	-------	---------

**HISTÓRICO DO PROJETO**

Data/Hora	Situação
26/02/2018 09:38:37	CADASTRO EM ANDAMENTO
10/05/2018 14:52:05	AGUARDANDO APROVAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS
11/05/2018 11:51:57	PROPOSTA DEVOLVIDA PARA COORDENADOR REEDITAR
11/05/2018 11:52:00	CADASTRO EM ANDAMENTO
11/05/2018 14:01:28	AGUARDANDO APROVAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS
18/05/2018 10:59:27	SUBMETIDA
22/05/2018 09:42:37	AGUARDANDO AVALIAÇÃO
25/05/2018 12:36:15	EM EXECUÇÃO
17/09/2020 17:41:34	PENDENTE DE RELATÓRIO

[Portal do Docente](#)

**PORTAL DO DOCENTE > VISUALIZAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO**

Visualizar Arquivo Visualizar Plano de Trabalho Visualizar Ação Vinculada

**DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO****DADOS GERAIS**

<b>Código:</b> PJ070-2017	<b>Título:</b> Ações de educação ambiental e atitudes conservacionistas em Áreas de Proteção Ambiental (APA) localizadas em zonas de expansão urbana de Macapá	
<b>Ano:</b> 2017	<b>Período:</b> 01/11/2017 a 01/11/2019	<b>Categoria:</b> PROJETO
<b>Unidade Proponente:</b> COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS - CCAMB / UNIFAP	<b>Unidade Orçamentária:</b>	<b>Outras Unidades Envolvidas:</b>
<b>Abrangência:</b> Local	<b>Área do CNPq:</b> Outra	<b>Área Principal:</b> MEIO AMBIENTE
<b>Tipo de Cadastro:</b> SUBMISSÃO DE NOVA PROPOSTA	<b>Grupo Permanente de Arte e Cultura:</b> NÃO	
<b>Fonte de Financiamento:</b> AÇÃO AUTO-FINANCIADA	<b>Renovação:</b> NÃO	<b>Público Alvo Interno:</b> 50
<b>Linha de Atuação:</b>		<b>Faz parte de Programa de Extensão?</b> NÃO
<b>Nº Bolsas Solicitadas:</b> 0	<b>Nº Bolsas Concedidas:</b> 0	
<b>Público Alvo Externo:</b>	<b>Público Alvo Externo:</b>	
<b>Público Alvo Interno:</b> Comunidades residentes em Unidades de Conservação	<b>Público Alvo Externo:</b>	
<b>Público Estimado Interno:</b> 50 pessoas	<b>Público Estimado Externo:</b> Não informado	<b>Público Real Atingido:</b> 100 pessoas
<b>Situação:</b> PENDENTE DE RELATÓRIO		

**MUNICÍPIO REALIZAÇÃO**

Estado	Município	Bairro	Espaço Realização
Amapá	Macapá	APA do Rio Curiaú	Comunidade da APA do Rio Curiaú

**DETALHES DA AÇÃO****Resumo:**

A educação ambiental deve ser um processo contínuo e sistemático, a fim de possibilitar a construção de uma sensibilização voltada para preservação do meio ambiente, bem como o desenvolvimento socioeconômico com base na sustentabilidade. Os incontáveis impactos gerados pelo uso indiscriminado dos recursos naturais promovem a maximização da necessidade de se trabalhar tal temática nos sistemas educacionais vigentes. Nesta perspectiva, a universidade torna-se uma ferramenta importante para a veiculação de ideias que promovam a educação ambiental. Os educandos tornam-se atores ativos no processo de reconstrução da atual consciência social. Entretanto, para que tais ações possam ser construídas é essencial que as praticas de educação ambiental com base em seus processos teóricos sejam, devidamente, aplicadas. Desta forma, este projeto tem como objetivo aliar o conhecimento teórico dos graduandos de ciências ambientais às possibilidades de praticas educativas voltadas para a educação ambiental, a fim de possibilitar a relação indissociável no processo de ensino aprendizagem teoria/prática, bem como promover a promoção de uma sensibilização ambiental ecologicamente correta e socialmente justa aplicada a comunidades residentes em unidades de conservação.

**Justificativa:**

A educação ambiental deve ser um processo contínuo e sistemático, a fim de possibilitar a construção de uma sensibilização voltada para conservação do meio ambiente, bem como o desenvolvimento socioeconômico com base na sustentabilidade do capital natural, como também fomentar a construção de sociedades sustentáveis. Os incontáveis impactos gerados pelo uso indiscriminado dos recursos naturais promovem a maximização da necessidade de se trabalhar a temática educação ambiental nos sistemas educacionais vigentes, ao passo que a universidade torna-se uma ferramenta importante para a veiculação de ideias que promovam a educação ambiental. Entretanto, para que estas ações possam ser construídas é essencial que as práticas de educação ambiental com base em seus processos teóricos sejam, devidamente, aplicadas. Neste contexto, a Educação Ambiental, conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), conceitua-se como: processos onde o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. Esta política assegura que o direito à Educação Ambiental deve ser concedido a todos e, sempre, relacionando-se com as diferentes modalidades do processo educativo seja ele formal, não-formal e informal. Vendruscolos et al. (2003) afirmam que a sensibilização do homem e, conseqüentemente, de suas atitudes, contribui para a formação da ideia de que as atividades humanas interferem, diretamente, no meio físico, biológico e sócio-econômico do ambiente, podendo afetar os seus recursos naturais e, conseqüentemente, as perspectivas de desenvolvimento. Acredita-se que a forma como o homem comporta-se em relação ao meio ambiente é determinante para as condições adequadas de vida no contexto atual do desenvolvimento sustentável (MEDINA, 2002; VENDRUSCOLO et al., 2003). A educação, nesse contexto, destaca-se como um processo de aprendizagem de conhecimento e, conseqüente, exercício de cidadania, capacitando o indivíduo para uma visão crítica da realidade com uma atuação consciente no espaço social. Desta forma, a EA propõe um conjunto de ações educativas voltadas para a compreensão da dinâmica dos recursos naturais, considerando efeitos da relação do homem com o meio, a determinação social e a evolução histórica dessa relação (BERNARDES et al., 2010). Neste mesmo sentido e com base no panorama emergente das questões ambientais, buscou-se a criação de entidades federativas capazes de atuar diretamente no processo da política e gestão ambiental (CONAMA e SISNAMA). Dentre as atribuições destas entidades, cabe a elas o gerenciamento dos recursos naturais, envolvendo não somente sua proteção, como também o seu uso controlado visando à mitigação dos impactos sobre os recursos. Com isto, para conservar e para proteger a biodiversidade e os recursos naturais, criaram-se áreas destinadas à proteção integral e parcial destes recursos, áreas de proteção e conservação ambiental, amparadas por leis, cujo objetivo maior é a existência e sobrevivência dos recursos naturais em meio aos impactos socioambientais (OLIVEIRA, 2012). Estas áreas são sujeitas a um regime de proteção externo, com território definido pelo Estado, cujas autoridades decidem as áreas a serem colocadas sob proteção (ARRUDA, 1999). Dentre as unidades, encontram-se as Áreas de Proteção Ambiental (APA), que foram criadas com os objetivos de conservar a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000). Neste sentido, é importante direcionar uma educação ambiental voltada aos grupos sociais que diretamente convivem com as realidades das unidades de conservação a fim de possibilitar o surgimento de estratégias para o engajamento da sociedade na busca pela conservação dos recursos naturais e de todos os aspectos histórico-cultural vinculados a eles e seus territórios (BRASIL, 2006). Dentre estas estratégias, a EA ambiental comporta-se como uma ferramenta educativa capaz de propor a permanente atenção sobre os aspectos ambientais que podem afetar o ser humano em consequência do inadequado manejo envolvendo os recursos naturais. O cenário de desenvolvimento econômico adotado pela sociedade vigente tem elevado o ritmo de consumo dos recursos naturais, a ponto de tornar-se mais rápido do que os processos de renovação natural destes, sem falar na geração e descarte de resíduos em locais impróprios originando contaminação e influenciando diretamente nos ciclos naturais (FRANÇA et al., 2009). Nesta perspectiva, Bernardes et al. (2010), afirmam que os projetos de EA são importantes quando voltados para a implementação de intervenções que busquem a transformação da realidade socioambiental a partir do diagnóstico dos problemas existentes em um determinado meio e que interferem de forma negativa sobre a qualidade de vida do homem. É importante citar que é consenso dentre as atribuições incumbidas à Educação Ambiental, a necessidade de fazer das pessoas envolvidas no processo educativo, agentes transformadores (CAVALHEIRO, 2008). Para isso, é preciso entender as distintas concepções sobre o meio ambiente tornando-se essencial para a resolução de conflitos que relacionam o planejamento ambiental e uso dos recursos naturais. Através da obtenção de dados que possam caracterizar a concepção ambiental dos indivíduos participantes do processo e traçar o perfil dos atores envolvidos, podem-se elaborar ações educativas e políticas ambientais que visem à construção de sociedades sustentáveis (OLIVEIRA e CORONA, 2008). Diante disto, esta atividade de extensão tem como objetivo desenvolver ações de educação ambiental como instrumento para conservação da biodiversidade em Áreas de Proteção Ambiental (APA) na zona urbana de Macapá (AP), tais como a APA do Rio Curiaú e a APA da Fazendinha, a fim de possibilitar uma educação ambiental voltada para atitudes ambientais envolvendo os atores sociais (comunidade e líderes) na perspectiva das unidades de conservação, bem como desenvolver o papel social da universidade na extensão do conhecimento que é produzido em sua instituição.

**Fundamentação Teórica:**

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 1.1 Educação ambiental A Educação Ambiental (EA) e sua inserção internacional tem como marco a Conferência de Estocolmo em 1972, onde 113 países se reuniram para estabelecer uma visão global para conservação do meio ambiente. No Brasil o desenvolvimento se deu no âmbito do Governo Federal em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), seguido pela formulação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) através da Lei 6.938, de 31 de Agosto de 1981, contando com a instituição da Política Nacional de Educação Ambiental (1999) - sendo o único país da América Latina a ter uma política direcionada a Educação Ambiental - a mesma é conduzida pela Lei nº 9.795 que regulamenta: "Art. 1o Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade Art. 2o A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal". O que marcou a EA como convencional no Brasil foi sua entrada institucional, em meados da década de 1970 e a apropriação feita por poucas e politicamente expressivas organizações conservacionistas (BRASIL, 2004). A mesma passou a ser reconhecida como instrumento capaz de sensibilizar a sociedade acerca dos problemas ambientais e ajudar a promover a sustentabilidade (MENDONÇA, 2012). Logo, percebe-se a necessidade da mesma ser um processo contínuo de aprendizado. O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (FORUM INTERNACIONAL DAS ONG'S, 1992), ratificado em 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92) considera a EA como um processo de aprendizagem permanente, que afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica e a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas. O Tratado defende a EA como uma mudança de mentalidade em relação à qualidade de vida, associada à busca de uma relação saudável e equilibrada com o meio ambiente, pois a EA busca pensar a construção do conhecimento sobre a temática ambiental como um diálogo que se estabelece entre diferentes formas de interpretar a realidade. (OLIVEIRA, 2002, 31). Nesse sentido, Mendonça (2012) afirma que as ações da Educação Ambiental devem ser articuladas com atividades que visem à conservação da biodiversidade, o manejo sustentável de recursos, o ecoturismo, dentre outras. A sua inserção torna-se fundamental em locais onde hajam grupos sociais já envolvidos com atividades de gestão ambiental, pois uma EA que problematiza a relação entre conservação ambiental e bem estar social possibilita importantes contribuições para a realidade conflituosa (COSTA PINTO et al., 2001). Temas como este, merecem a atenção de estudos que investigam as ações do homem sobre o ambiente no qual ele está inserido (SILVA et al., 2009). Além de avaliar as diversas formas de uso dos recursos naturais, um instrumento utilizado, em diversas áreas do conhecimento, para a melhoria da qualidade de vida do homem e das demais espécies que com ele interagem, podendo ser definida como uma tomada de consciência do ambiente pelo homem é a percepção ambiental, ou seja, o ato de perceber o ambiente no qual se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo (MARIN, OLIVEIRA e COMAR, 2003). Aliada ao processo de percepção ambiental, a EA possibilita, assegura e permite transformações sociais, individual e coletiva, considerando a responsabilidade ambiental por

<< Voltar



meio das práticas da informação, conhecimento e ações destinadas a sensibilização ambiental (MELO, 2009).

### 1.2 Percepção ambiental

A relação do homem com o ambiente natural é uma preocupação pertinente ao quadro ambiental e social na atualidade, entretanto existem interesses e também conceitos distintos para o estabelecimento de parâmetros mediadores de tais relações (DE OLIVEIRA e CORONA, 2008). Em uma análise da Lei do SNUC, Pacheco e Silva (2007) abordam a necessidade do envolvimento das comunidades locais nas tomadas de decisões nas áreas de proteção ambiental. Para que esta diretriz seja realizada é preciso o uso de uma ferramenta da qual vem sendo utilizada por gestores e organizações, a pesquisa de percepção ambiental. O estudo da percepção ambiental de uma população é fundamental para compreender as inter-relações da mesma com o seu ambiente (PALMA, 2005). Pacheco e Silva (2007) definem Percepção Ambiental como uma representação científica que tem por finalidade propósitos que embalam os projetos do pesquisador. De Oliveira e Corona (2008) reforçam que por meio da percepção ambiental é possível conhecer os grupos envolvidos e suas realidades, facilitando a realização de trabalhos locais podendo conhecer como os indivíduos percebem o ambiente em que vivem e através desta é possível identificar as ações precisas da educação ambiental, para sensibilizar, conscientizar e trabalhar com as dificuldades ou dúvidas que os grupos envolvidos possam vir a ter quando discutido e apresentados às questões ambientais. Marin (2008) ressalta que estudos sobre percepção ambiental no campo da educação ambiental ainda são recentes comparando o tema em outros campos de conhecimento, porém tem-se uma preocupação de como essas iniciativas estão se conduzindo, quanto à adoção dos referenciais teóricos e às diferentes questões e abordagens de pesquisa que são ancoradas no tema, algumas vezes desprovidas do entendimento do seu real significado.

### 1.3 Conservação

O Brasil é um dos países mais ricos do mundo em megadiversidade, também tem se tornado um líder mundial em conservação da biodiversidade. Somente nos últimos 30 anos o País experimentou um avanço maior na conservação e no desenvolvimento da capacidade desta prática (MITTERMEIER et al, 2005). A Lei No 9.985, de 18 de Julho de 2000 define conservação como: "O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral". A educação ambiental, sendo uma ciência multidisciplinar que tem se desenvolvido hoje em resposta às crises enfrentadas pela manutenção da diversidade biológica, imprime a necessidade de uma atividade de sensibilização ambiental das comunidades que habitam o entorno dessas áreas de conservação biológica, pois a ação antrópica é a principal causadora de extinção na atualidade (SILVA, CÂNDIDO e FREIRE, 2009). Para reduzir as ações danosas do homem aos ambientes naturais, muitas estratégias têm sido implementadas, como a criação de Unidades de Conservação da Natureza (UC's), mas a simples criação dessas UC's não tem trazido os resultados esperados, pois muitas delas passam por sérios problemas de gestão (DIEGUES, 2001). A conservação dos recursos naturais pode ser justificada tanto por razões ecológicas, como pela dependência das populações do entorno das Unidades de Conservação (UC's), da obtenção dos recursos naturais e do bem-estar social (SILVA, CÂNDIDO e FREIRE, 2009).

### 1.4 Unidades de conservação

De acordo com a LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 as UC's são: "Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção". Segundo Dos Santos et al (2013) entre os muitos objetivos das UC, se destaca o da proteção da biodiversidade, de maneira a permitir seu aproveitamento atual e futuro, pois embora o Brasil esteja avançando em números de áreas protegidas, as mesmas não estão atingindo seus objetivos, os quais motivaram sua criação. A exemplo, o Estado do Amapá, conhecido como o mais protegido do Brasil, com 19 UC's, representando mais de nove milhões de hectares de áreas protegidas, incluindo terras indígenas, está investindo no estabelecimento de uma única cadeia de unidades de conservação, um corredor de biodiversidade, que, conseqüentemente, ocuparia 71% do Estado (RYLANDS e BRANDON, 2005). As unidades de conservação e as reservas indígenas cobrem, agora, impressionantes 65% do Estado (MITTERMEIER et al, 2005), porém, Santos et al (2013) afirmam que não há a criação de mecanismos que possibilitem a eficaz gestão ambiental dessas áreas, bem como formas de se avaliar sua gestão indicando a necessidade de se efetivarem medidas mitigadoras e o desenvolvimento de programas de educação ambiental e ações constantes de fiscalização e monitoramento nas UC que apresentam vulnerabilidade. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) subdivide as UC's em Unidades de Proteção Integral (UCPI) e Unidades de Uso Sustentável (UCUS), esta última permite diversas maneiras de intervenção humana. As unidades de conservação de uso sustentável encaram o desafio maior de definir o que pode ser utilizado, quem pode utilizá-lo e quanta utilização é sustentável (RYLANDS e BRANDON, 2005).

### 1.5 Áreas de Proteção Ambiental (APA's)

Criada pela LEI 6.902 de 27 de abril de 1981 (BRASIL, 1981) que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. As APA's são áreas representativas de ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista. Segundo a Lei 9.985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): "Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. § 1o A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas. § 3o As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade." O surgimento das áreas de proteção ambiental se deu a partir de atos e práticas das primeiras sociedades humanas que, reconhecendo valores especiais de determinados espaços de cobertura vegetal, dispuseram-se a protegê-los (BRITO, 2000). Além de oportunidades para o desenvolvimento local, investigação científica, educação, capacitação, recreação, turismo e provisão de bens e serviços ambientais (SANTOS, 2012). As unidades de uso sustentável permitem diferentes tipos e intensidades de interferência humana, com a conservação da biodiversidade como um objetivo secundário. As áreas de proteção ambiental (APAs) disciplinam as atividades humanas de forma a proporcionar o uso sustentável dos recursos naturais e a qualidade ambiental para as comunidades locais, por meio de planos de manejo e zoneamento, incluindo áreas de proteção integral da vida silvestre. (RYLANDS e BRANDON, 2005). Melo (2009) ressalta que, na APA apenas limita-se o manejo da área, não provocando a expropriação ou mudança de domínio, objetivando melhorar as condições ambientais da área e proteger ecossistemas. Assim, é importante considerar a participação comunitária como a base da gestão ambiental, incorporando mecanismos de sensibilização, mobilização e envolvimento da população para que interfiram na solução de problemas locais de proteção ambiental.

**Metodologia:**

a) Área de estudo A pesquisa tem como área de estudos as unidades de conservação de uso sustentável APA do rio Curiaú e APA da Fazendinha. APA do Rio Curiaú é uma Unidade de Conservação que tem por finalidade ordenar a ocupação territorial para proteger e conservar os recursos ambientais, ecossistemas naturais e a cultura afro-brasileira, frente aos processos de antropização do ambiente natural na construção histórica de Macapá (CANTUÁRIA, 2011). A APA do rio Curiaú foi instituída pelo governo do Estado do Amapá em 28 de setembro de 1992 através do decreto de Nº 1417, com uma área equivalente a 22.240 hectares, fazendo limite ao Norte com o Igarapé Pescada e o ramal que liga a EAP - 07 com BR - 210, a Oeste com a estrada de ferro Amapá e ao Sul com a linha de latitude 00° 06' N. Distante cerca de 10 km do centro da capital Macapá (FACUNDES e GBSON, 2000). A APA da Fazendinha, por sua vez, também situa-se no Município de Macapá, localizada a 15 km ao Sul do centro da capital. Faz limite a leste com o Igarapé Paxicu; a Oeste com o Igarapé da Fortaleza; ao Norte com a rodovia Juscelino Kubitschek (Macapá/Santana) e ao Sul com o Rio Amazonas. Apresenta temperatura anual média de 28 °C com predominância de ambiente de várzeas submetida aos regimes de marés (DRUMMOND, DIAS, BRITO, 2008). b) Público alvo A atividade de extensão tem como público alvo os moradores das unidades de conservação, podendo também, incluir áreas adjacentes conforme necessidade e novas perspectivas da pesquisa. A APA do rio Curiaú é representada por uma população estimada em aproximadamente 1500 pessoas, sendo que deste universo, 90 famílias (450 pessoas) formam os núcleos populacionais de Curiaú de Dentro e Fora. A APA da Fazendinha, por sua vez, apresenta um quantitativo de aproximadamente 280 famílias residentes na área, o equivalente a mais ou menos 1300 moradores na unidade de conservação. c) Aplicação de questionários ou entrevistas Nesta etapa, será aplicado um questionário/formulário aos moradores das unidades de conservação. O universo amostral tentará avaliar um total de aproximadamente 30% de moradores em cada área de estudo. O método de pesquisa utilizado será o denominado "snowball sampling", uma técnica de amostragem não probabilística que utiliza cadeias de referências (VINUTO, 2014), caracterizando pela seleção de um futuro participante conforme a indicação de outro participante já incluído na pesquisa d) Aplicação de instrumentos educativos Serão executadas ações educativas com práticas de oficinas e palestras voltadas para a conscientização da comunidade em relação ao meio com base no levantamento feito na etapa inicial da atividade de extensão (levantamento da percepção ambiental) enfatizando a importância da conservação da APA's, agregando conhecimentos para sua realidade e assim contribuindo para qualidade de vida do meio e da comunidade. e) Análises dos dados Os dados resultantes das etapas desenvolvidas na atividade serão tabulados com o auxílio de software Microsoft Excel 2007 e, posteriormente, analisados estatisticamente de acordo com as respostas dadas às perguntas fechadas. As respostas subjetivas relacionadas às questões abertas serão agregadas por palavras-chaves, significância, repetição e afinidade de posicionamentos. Esta avaliação processual agregará todas as etapas da pesquisa, desde o levantamento da percepção ambiental até a avaliação das atividades educativas envolvidas no processo.

**Referências:**

BRASIL. Lei nº 9.795, de 28 de abril de 1999. Política nacional de educação ambiental. Brasília, 1999. DRUMMOND, José Augusto; DIAS, Teresa Cristina Albuquerque de Castro; BRITO; Daguinete Maria Chaves; Atlas Unidades de Conservação do Estado do Amapá; Macapá; MMA/I BAMA-AP/GEA/SEMA, 2008. CD Rom. FACUNDES, F. da S.; GBSON, M. V. Recursos Naturais e Diagnóstico Ambiental da APA do Rio Curiaú. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, Macapá, 2000. GOMIDE, M. SERRÃO, M. A. A contribuição da educação ambiental para a promoção da saúde. In: Programa de Comunicação Ambiental. CST - Instituições de Ensino. Educação, ambiente e sociedade: idéias e práticas em debate. 2004 MEDINA, N.M. "Os desafios da formação de formadores para a educação ambiental." Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos.. 2ª ed. São Paulo. Signus Editora. 350p., 2002. MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa: um conceito subjacente. In: Encontro internacional sobre aprendizagem significativa. Burgos, Espanha, 1997. OLIVEIRA, K. A.; CORONA, H. M. P. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. Revista Científica ANAP Brasil, v. 1, n. 1, 2008. VENDRUSCOLO, A. E. P.; FURLAN, F. A.; BALDIN, N. Educação ambiental e promoção da saúde comunidade Três Rios do Norte. 22º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Santa Catarina, 2003.

**Objetivos Gerais:**

- Identificar a percepção ambiental de moradores da APA do Rio Curiaú e da APA da Fazendinha quanto a conservação da biodiversidade;
- Verificar os conflitos e limitações in loco para a conservação do meio;
- Desenvolver ações de Educação Ambiental envolvendo os atores sociais nas unidades de conservação em estudo
- Gerar conhecimento técnico-científico na universidade maximizando sua extensão aos segmentos da sociedade

**Resultados Esperados**

Com o desenvolvimento da pesquisa, espera-se identificar a percepção ambiental de moradores da APA do Rio Curiaú e da APA da Fazendinha quanto a conservação da biodiversidade, podendo desta forma verificar os conflitos e limitações in loco para a conservação do meio e, assim, desenvolver ações de Educação Ambiental envolvendo os atores sociais nas unidades de conservação em estudo, podendo gerar conhecimento técnico-científico na universidade e maximizando sua extensão aos segmentos da sociedade

**CONTATO**

**Coordenação:** ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA JUNIOR **E-mail:** [arialdomartins@gmail.com](mailto:arialdomartins@gmail.com) **Telefone:**

**MEMBROS DA EQUIPE**

Nome	Categoria	Função	Departamento	Início	Fim
DAYSE MARIA DA CUNHA SA	DOCENTE	COLABORADOR(A)	CCCBL	01/03/2019	01/11/2019
ADNA ISRAELEM MENDES DA SILVA	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)		01/11/2017	01/11/2019
NATANIA NETO COSTA	DISCENTE	ALUNO(A) VOLUNTARIO(A)		01/11/2017	01/11/2019
ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA JUNIOR	DOCENTE	COORDENADOR(A)	CCAMB	01/11/2017	01/11/2019

**PARTICIPANTES DA AÇÃO DE EXTENSÃO**

[Clique aqui para visualizar os participantes desta ação de extensão](#)

**DISCENTES COM PLANOS DE TRABALHO**

Nome	Vínculo	Situação	Início	Fim
Discentes não informados				

**AÇÕES VINCULADAS AO PROJETO**

Código - Título	Tipo
Não há ações vinculadas	

**AÇÕES DAS QUAIS O PROJETO FAZ PARTE**

Esta ação não faz parte de outros projetos ou programas de extensão

[<< Voltar](#)

OBJETIVOS / RESULTADOS ESPERADOS					
<b>Objetivos</b>		<b>Quantitativos Qualitativos</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar os conflitos e limitações in loco para a conservação do meio;</li> <li>• Desenvolver ações de Educação Ambiental envolvendo os atores sociais nas unidades de conservação em estudo</li> <li>• Gerar conhecimento técnico-científico na universidade maximizando sua extensão aos segmentos da sociedade;</li> <li>• Identificar a percepção ambiental de moradores da APA do Rio Curiaú e da APA da Fazendinha quanto a conservação da biodiversidade;</li> </ul>					
CRONOGRAMA					
<b>Descrição das atividades desenvolvidas</b>		<b>Período</b>			
Avaliar a percepção ambiental dos envolvidos na pesquisa		01/01/2018 a 01/08/2018			
CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO SOLICITADO					
<b>Descrição</b>	<b>PROEAC (Interno)</b>	<b>Outros (Externo)</b>	<b>Total Rubrica</b>		
Não há itens de despesas cadastrados					
ORÇAMENTO APROVADO					
<b>Descrição</b>	<b>PROEAC (Interno)</b>				
Não há itens de despesas cadastrados					
LISTA DE FOTOS					
<b>Foto</b>	<b>Descrição</b>				
Não há fotos cadastradas para esta ação					
LISTA DE DEPARTAMENTOS ENVOLVIDOS NA AUTORIZAÇÃO DA PROPOSTA					
<b>Autorização</b>	<b>Tipo</b>	<b>Data/Hora Análise</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Autorizado</b>	
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS - CCAMB	REUNIÃO ORDINÁRIA	01/12/2017 10:11:50	30/10/17	SIM	
MINI ATIVIDADES					
<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Data de Início</b>	<b>Data de Término</b>	<b>Local</b>	<b>Horário</b>
HISTÓRICO DO PROJETO					
<b>Data/Hora</b>	<b>Situação</b>				
30/10/2017 09:45:29	CADASTRO EM ANDAMENTO				
30/10/2017 10:08:33	AGUARDANDO APROVAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS				
01/12/2017 10:11:53	SUBMETIDA				
01/12/2017 15:20:12	AGUARDANDO AVALIAÇÃO				
07/12/2017 16:08:41	EM EXECUÇÃO				
06/01/2020 14:36:46	PENDENTE DE RELATÓRIO				
<input style="border: 1px solid black; padding: 2px 10px;" type="button" value=" &lt;&lt; Voltar "/>					

**Portal do Docente**

**VISUALIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA****PROJETO DE PESQUISA****Código:** PIM526-2018**Título:** AVALIAÇÃO DE PROCESSOS HIDROLÓGICOS EM UM FRAGMENTO FLORESTAL DE ÁREA DE TRANSIÇÃO CERRADO-FLORESTA: INTERCEPTAÇÃO, ESCOAMENTO PELO TRONCO, INFILTRAÇÃO E ESCOAMENTO SUPERFICIAL**Tipo do Projeto:** INTERNO (Projeto Novo)**Situação:** FINALIZADO**E-mail:** bramorski@gmail.com**Centro:** DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - DMAD**Coordenador:** JULIETA BRAMORSKI**Edital:** Cadastro de Novos Projetos de Pesquisa – Março/2018**Cota:** PROVIC FLUXO CONTÍNUO - Março/2018 (01/04/2018 a 31/03/2019)**Palavra-Chave:** hidrologia florestal, escoamento pelo tronco, recuperação de áreas degradadas**ÁREA DE CONHECIMENTO, GRUPO E LINHA DE PESQUISA****Área de Conhecimento:** Hidrologia Florestal**Grupo de Pesquisa:****Linha de Pesquisa:** Hidrologia Florestal**DESCRIÇÃO**

Água e floresta são indissociáveis. A floresta atua minimizando os efeitos erosivos, a lixiviação de nutrientes do solo e assoreamento dos corpos d'água, além de promover a estabilidade das comunidades florísticas e faunísticas e exercer papel de fundamental importância na proteção dos recursos hídricos e edáficos (LORENZON, 2011). A chuva, dentro do ciclo hidrológico, representa o elo entre os fenômenos meteorológicos, propriamente ditos, e os demais componentes do ciclo hidrológico (TUCCI, 1997). Do total de chuva precipitada em uma floresta boa parte atinge o solo indiretamente, em função da interceptação. A precipitação é interceptada principalmente pela cobertura florestal, diminuindo o impacto das gotas de chuva sobre a superfície do solo florestal. A esta fração das chuvas que atinge o solo denomina-se precipitação efetiva, composta por precipitação interna (PI) e escoamento pelo tronco (Et) (KLASSEN et al., 1996). O escoamento pelo tronco equivale à água da chuva que, após ser retida pela copa, escoar pelos galhos e troncos em direção ao solo. A interceptação da chuva pelo dossel da vegetação pode afetar o balanço hídrico e a hidrologia nas regiões com extensa cobertura vegetal (SARI et al., 2016). A determinação do total interceptado por uma vegetação é realizada através da partição da chuva precipitada em precipitação interna (Pi), escoamento pelo tronco (Et) e total interceptado (I). Esse particionamento é influenciado por: fatores climáticos (LIVESLEY et al. 2014); características da vegetação (CROCKFORD & RICHARDSON, 2000; GERMER, 2006); e período/estação do ano (MOURA et al., 2012). O ciclo hidrológico da região amazônica ainda é pouco compreendido (COHEN et al., 2007), mas sofre alterações em função das mudanças no uso da terra nessa região. Essas alterações podem provocar consequências climáticas e ambientais em escalas local, regional e global (NOBRE et al., 2004). Estudar os processos hidrológicos é de fundamental importância para o entendimento dos efeitos dos ecossistemas sobre os demais componentes ambientais. A proposta da presente pesquisa é avaliar o comportamento hidrológico de um fragmento de vegetação nativa presente no Campus Marco Zero da Universidade Federal do Amapá, quantificando as vias de entrada e saída de água da chuva. Com esta finalidade serão instaladas parcelas experimentais no interior dos fragmentos com sistemas adaptados de coleta de escoamento superficial, pelo tronco, interceptômetros e pluviômetros. As coletas serão realizadas após cada evento pluviométrico. Com os resultados da presente pesquisa espera-se identificar a contribuição da cobertura vegetal, em termos quantitativos, na conservação de solo e água. Além disso, identificar espécies chave que possam representar boas alternativas na recuperação de áreas degradadas, em função da capacidade de fornecer água para o solo.

**MEMBROS DA EQUIPE**

JULIETA BRAMORSKI  
 Categoria: DOCENTE  
 Tipo : COORDENADOR(A)  
**COORDENADOR(A)**  
 Entre em contato

&lt;&lt; voltar

**VISUALIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA****PROJETO DE PESQUISA****Código:** PIM1346-2021**Título:** Banco de dados digital de espécies vegetais utilizadas em tratamentos terapêuticos no Estado do Amapá, Amazônia Oriental - Brasil**Tipo do Projeto:** INTERNO (Projeto Novo)**Situação:** EM EXECUÇÃO**E-mail:** alzira\_dutra@yahoo.com.br**Centro:** DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - DMAD**Coordenador:** ALZIRA MARQUES OLIVEIRA**Editais:** CADASTRO DE NOVOS PROJETOS DE PESQUISA JUNHO/2021**Cota:** PROVIC FLUXO CONTÍNUO\_JUNHO\_2021 (01/07/2021 a 30/06/2022)**Palavra-Chave:** Etnobotânica, etnofarmacologia, conhecimento tradicional, plantas medicinais**ÁREA DE CONHECIMENTO, GRUPO E LINHA DE PESQUISA****Área de Conhecimento:** Antropologia**Grupo de Pesquisa:** OBSERVATÓRIO DE PLANTAS MEDICINAIS**Linha de Pesquisa:** Etnobotânica, Plantas Medicinais e Fitoterapia**DESCRIÇÃO**

O projeto tem o objetivo de levantar e divulgar a diversidade da flora conhecida e utilizada para tratamentos terapêuticos no Estado do Amapá, um banco de dados digital elaborado através do estado da arte (revisão da literatura) dos levantamentos etnobotânicos e etnofarmacológicos com informações organizadas e padronizadas sobre a sociobiodiversidade local. A discussão proposta pauta-se sobre a necessidade de reunir em um ambiente virtual dados etnobotânicos e etnofarmacológicos publicados em bases científicas, os quais podem e devem subsidiar estudos mais aplicados em diversas áreas, bem como registrar e valorizar os conhecimentos tradicionais dos povos da Amazônia. O projeto também visa contribuir no sentido de subsidiar a inclusão de espécies na Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS (RENISUS), diminuindo a dependência por medicamentos alopáticos e proporcionar tratamentos terapêuticos alternativos de qualidade aos usuários da rede pública de saúde do município de Macapá, estado do Amapá.

**MEMBROS DA EQUIPE**

**PATRICK DE CASTRO CANTUÁRIA**  
 Categoria: EXTERNO  
 Tipo : COLABORADOR(A)  
 COLABORADOR(A)



**GILVAN PORTELA OLIVEIRA**  
 Categoria: EXTERNO  
 Tipo : COLABORADOR(A)  
 COLABORADOR(A)



**ALZIRA MARQUES OLIVEIRA**  
 Categoria: DOCENTE  
 Tipo : COORDENADOR(A)  
**COORDENADOR(A)**  
 Entre em contato

&lt;&lt; voltar

**VISUALIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA****PROJETO DE PESQUISA****Código:** PIM447-2017**Título:** CONHECIMENTO ETNOBOTÂNICO E ETNOFARMACOLÓGICO DA COMUNIDADE NEGRA DE MAZAGÃO VELHO, AMAPÁ, BRASIL.**Tipo do Projeto:** INTERNO (Projeto Novo)**Situação:** FINALIZADO**E-mail:** alzira\_dutra@yahoo.com.br**Centro:** DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - DMAD**Coordenador:** ALZIRA MARQUES OLIVEIRA**Edital:** Cadastro de Novos Projetos de Pesquisa – Dezembro/2017**Cota:** PROVIC - FLUXO CONTÍNUO (01/12/2017 a 30/11/2018)**Palavra-Chave:** etnobotânica. etnofarmacologia. Mazagão Velho**ÁREA DE CONHECIMENTO, GRUPO E LINHA DE PESQUISA****Área de Conhecimento:** Antropologia**Grupo de Pesquisa:****Linha de Pesquisa:** Conhecimento da biodiversidade**DESCRIÇÃO**

A pesquisa tem o objetivo de analisar a diversidade da flora local conhecida e utilizada para tratamento de doenças pelos moradores da comunidade negra do Distrito de Mazagão Velho-AP, buscando verificar se conhecimento sobre as plantas medicinais atende suas necessidades terapêuticas de saúde, bem como se a utilização desse recurso é ecologicamente sustentável, do ponto de vista do manejo das espécies, proporcionando a conservação da sociobiodiversidade local. A metodologia adotada para realização da pesquisa consistirá em pesquisa documental, revisão da literatura e pesquisa de campo. O método utilizado para coleta de dados é o etnográfico, que utiliza procedimentos da pesquisa antropológica. As técnicas a serem utilizadas são a entrevista estruturada, a observação participante, narrativas de vida e as entrevistas gravadas ou anotadas. Será realizado um inventário das plantas utilizadas para fins medicinais, através de técnicas e métodos botânicos, ecológicos e antropológicos. A caracterização da vegetação será realizada através da análise fitossociológica das plantas medicinais, com ênfase nos índices de valores de importância e de cobertura (IVI, IVC). Para a realização dos cálculos dos parâmetros fitossociológicos referente à estrutura horizontal serão considerados: a) Densidade ou Abundância; b) Frequência; c) Dominância; d) Índice de Valor de Importância (IVI) e Diversidade Florística. Com a utilização do programa computacional R Project for Statistical Computing serão calculados os parâmetros: índice de fidelidade, valor de uso e valor para a parte da planta. Alguns resultados relevantes da pesquisa são: Caracterização da biodiversidade de plantas medicinais da área de estudo com espécies da flora identificadas e catalogadas disponíveis a futuras pesquisas científico-tecnológicas, conhecimento sobre o padrão de uso e o manejo associado as plantas para fins medicinais e um banco de dados com informações sobre as plantas medicinais úteis à gestão, ao planejamento, ao uso e a conservação da biodiversidade.

**MEMBROS DA EQUIPE**

**GILVAN PORTELA OLIVEIERA**  
 Categoria: EXTERNO  
 Tipo : COLABORADOR(A)  
 COLABORADOR(A)



**ALZIRA MARQUES OLIVEIERA**  
 Categoria: DOCENTE  
 Tipo : COORDENADOR(A)  
**COORDENADOR(A)**  
 Entre em contato

&lt;&lt; voltar

**VISUALIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA****PROJETO DE PESQUISA****Código:** PIM803-2019**Título:** Buscando soluções para o desenvolvimento sustentável: tracajás como espécie bandeira para conservação de biodiversidade ao longo rios Amazônicas no estado do Amapá.**Tipo do Projeto:** INTERNO (Projeto Novo)**Situação:** EM EXECUÇÃO**E-mail:** dnorris75@gmail.com**Centro:** DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - DMAD**Coordenador:** DARREN NORRIS**Edital:** CADASTRO DE NOVOS PROJETOS DE PESQUISA FEVEREIRO/2019**Cota:** PROVINC FLUXO CONTÍNUO\_FEVEREIRO\_2019 (01/03/2019 a 28/02/2020)**Palavra-Chave:** mercúrio, tracajás, Convenção de Minamata, ambientes ribeirinhos amazônicos**ÁREA DE CONHECIMENTO, GRUPO E LINHA DE PESQUISA****Área de Conhecimento:** Conservação das Espécies Animais**Grupo de Pesquisa:** Biodiversidade no Espaço e Tempo**Linha de Pesquisa:** Explicar os padrões espaciais e temporais da biodiversidade para informar a sua gestão eficaz**DESCRIÇÃO**

A liberação de mercúrio está relacionada fortemente com à expansão hidrelétrica e à exploração do ouro. Assim sendo, é urgente aumentar a vigilância e reduzir os níveis de mercúrio no meio ambiente e, consequentemente, seus efeitos sobre a população humana. O desenvolvimento socioeconômico e o bem-estar humano estão intimamente ligados aos serviços de apoio (reciclagem de nutrientes), abastecimento (água potável, energia), regulação (sequestro de carbono) e cultural (espiritual, histórico, recreativo) fornecidos por rios e vias aquáticas navegáveis. Portanto, conservar a biodiversidade e mitigar os impactos socioeconômicos resultantes dos usos múltiplos de rios é, portanto, uma prioridade para o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade. Compromissos nacionais para remover a pobreza significam que a expansão hidrelétrica deve continuar na Amazônia brasileira. Apesar da geração de energia renovável, as mudanças ambientais e socioeconômicas causadas por projetos hidrelétricos interferem nos regimes hidrológicos e no equilíbrio dos e também influenciam a saúde e a subsistência das comunidades locais. Para permitir o engajamento de várias partes interessadas (de crianças a proprietários de terras locais a empresas de eletricidade), optamos por concentrar ações em torno da conservação do tracajá (*Podocnemis unifilis*) em um cenário de desenvolvimento socioeconômico único (Estado do Amapá). Tracajás representam serviços ecossistêmicos de abastecimento (comida, fonte de renda) e serviços culturais para as populações da Amazônia. Além disso, tracajás dependem dos ambientes terrestres (nidificação) e aquático (alimentação / reprodução), representando uma ligação entre ambientes terrestres e aquáticos. Tracajás também sofrem bio-acumulação de mercúrio e, portanto representam uma fonte potencial de mercúrio orgânico afetando a saúde humano em ambientes ribeirinhos. Portanto, as pesquisas propostas focados em tracajás oferecem múltiplas oportunidades para atingir objetivos de engajamento, pesquisa e conservação da biodiversidade. Assim, gerando informações necessárias para Brasil em relação os compromissos assumidos na Convenção de Minamata.

**MEMBROS DA EQUIPE**

**JAMES PETER GIBBS**  
 Categoria: EXTERNO  
 Tipo : COLABORADOR(A)  
 COLABORADOR(A)



**JULIETA BRAMORSKI**  
 Categoria: DOCENTE  
 Tipo : COLABORADOR(A)  
 COLABORADOR(A)  
 Entre em contato



**DARREN NORRIS**  
 Categoria: DOCENTE  
 Tipo : COORDENADOR(A)  
**COORDENADOR(A)**  
 Entre em contato



**FERNANDA MICHALSKI**  
 Categoria: DOCENTE  
 Tipo : COLABORADOR(A)  
 COLABORADOR(A)  
 Entre em contato



**THAIS STEFFANY DO NASCIMENTO COSTA**  
 Categoria: DISCENTE  
 Tipo : COLABORADOR(A)  
 COLABORADOR(A)



**ANDREA DEL ROCIO BARCENAS GARCIA**  
 Categoria: DISCENTE  
 Tipo : COLABORADOR(A)  
 COLABORADOR(A)

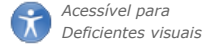


**THAYANA CASTRO DA SILVA**  
 Categoria: EXTERNO  
 Tipo : COLABORADOR(A)  
 COLABORADOR(A)



**WALLACE GOMES CAMELO**  
 Categoria: EXTERNO  
 Tipo : COLABORADOR(A)  
 COLABORADOR(A)

&lt;&lt; voltar

**VISUALIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA****PROJETO DE PESQUISA****Código:** PIM1086-2020**Título:** CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE FITOPLANCTÔNICA DO BAIXO RIO MACACOARI (ITAUBAL/AP): BIODIVERSIDADE E FATORES ECOLÓGICOS ASSOCIADOS**Tipo do Projeto:** INTERNO (Projeto Novo)**Situação:** EM EXECUÇÃO**E-mail:** arialdomartins@gmail.com**Centro:** DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - DMAD**Coordenador:** ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA JUNIOR**Edital:** CADASTRO DE NOVOS PROJETOS DE PESQUISA JUNHO/2020**Cota:** PROVIC FLUXO CONTÍNUO\_JUNHO\_2020 (01/07/2020 a 30/06/2021)**Palavra-Chave:** Microalgas; Cianobactérias; Perifiton**ÁREA DE CONHECIMENTO, GRUPO E LINHA DE PESQUISA****Área de Conhecimento:** Ecologia de Ecossistemas**Grupo de Pesquisa:****Linha de Pesquisa:** Ecologia do Fitoplâncton**DESCRIÇÃO**

A biodiversidade fitoplanctônica do Estado do Amapá, ainda, é pouco conhecida. Os estudos ficológicos na região são incipientes e não refletem a diversidade de ecossistemas aquáticos encontrados na Amazônia e, conseqüentemente, no Amapá. Desta forma, esta pesquisa tem por objetivo identificar a estrutura e composição da comunidade fitoplanctônica, bem como dos fatores ambientais associados a sua distribuição e abundância na região do baixo rio Macacoari, Município de Itaubal, Estado do Amapá. O baixo Macacoari é um importante rio do Estado, configurando-se como um afluente do Rio Amazonas. Metodologicamente, amostras do material fitoplanctônico serão coletadas, trimestralmente, por um período de 2 anos com o auxílio de uma rede de fitoplâncton com abertura de malha na ordem de 20 µm em sítios amostrais estratégicos no baixo Macacoari, entre as coordenadas 0°35'10.49"N/50°47'54.63"W e 0°30'26.77"N/50°45'55.33"W. Análises quali-quantitativas do fitoplâncton serão realizadas, bem como o monitoramento físico-químico da qualidade da água do ecossistema estudado. Por fim, espera-se identificar as principais espécies de algas encontradas na região e correlacionar a sua presença com os fatores abióticos mensurados no período de amostragem. Este estudo configura-se como pioneiro na área de estudo, nunca avaliado por seus aspectos ecológicos. Logo, esta pesquisa contribuirá para o conhecimento da ficoflórula do Estado do Amapá e, conseqüentemente, para alimentação de dados que subsidiem os estudos ficológicos na região Amazônica.

**MEMBROS DA EQUIPE**

**ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA JUNIOR**  
 Categoria: DOCENTE  
 Tipo : COORDENADOR(A)  
**COORDENADOR(A)**  
 Entre em contato



**ALAN CAVALCANTI DA CUNHA**  
 Categoria: DOCENTE  
 Tipo : COLABORADOR(A)  
 COLABORADOR(A)  
 Entre em contato



**SILVIA MARIA MATHES FAUSTINO**  
 Categoria: DOCENTE  
 Tipo : COLABORADOR(A)  
 COLABORADOR(A)  
 Entre em contato

&lt;&lt; voltar



**VISUALIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA****PROJETO DE PESQUISA****Código:** PIM631-2018**Título:** A ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DO AMAPÁ**Tipo do Projeto:** INTERNO (Projeto Novo)**Situação:** EM EXECUÇÃO**E-mail:** cfchelala@gmail.com**Centro:** DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - DMAD**Coordenador:** CLAUDIA MARIA DO SOCORRO CRUZ FERNANDES CHELALA**Editais:** RECADASTRAMENTO DE PROJETOS DE PESQUISA\_7**Cota:** COTA\_RECAD\_7 (01/05/2018 a 31/07/2018)**Palavra-Chave:** AGRONEGÓCIO - SOJA - AMAPÁ**ÁREA DE CONHECIMENTO, GRUPO E LINHA DE PESQUISA****Área de Conhecimento:** Ciências Ambientais**Grupo de Pesquisa:****Linha de Pesquisa:** DESENVOLVIMENTO REGIONAL**DESCRIÇÃO**

A expansão do agronegócio no Brasil registrada, sobretudo na década passada é responsável pela consolidação de um importante setor da economia, não somente pela geração de renda e postos de trabalho, como também por contribuir significativamente com o desempenho da balança comercial. O Amapá vem sendo considerado como uma das novas fronteiras agrícolas do país, uma vez que o processo de utilização de áreas agricultáveis no interior da Amazônia, atingiu recentemente o Estado. A expansão da plantação de soja no cerrado amapaense avança consideravelmente. Em um ritmo semelhante o Porto de Santana prepara-se para se tornar um entreposto de escoamento dos grãos produzidos na região Centro-Oeste do país. Este projeto de pesquisa objetiva compreender o processo de desenvolvimento do agronegócio no Amapá, tendo em vista sua importância econômica, social e ambiental.

**MEMBROS DA EQUIPE**

CHARLES ACHCAR CHELALA

Categoria: DOCENTE

Tipo : COLABORADOR(A)

COLABORADOR(A)

Entre em contato



REGINA CELIS MARTINS FERREIRA

Categoria: DOCENTE

Tipo : COLABORADOR(A)

COLABORADOR(A)

Entre em contato



CLAUDIA MARIA DO SOCORRO

CRUZ FERNANDES CHELALA

Categoria: DOCENTE

Tipo : COORDENADOR(A)

**COORDENADOR(A)**

Entre em contato



CEZAR DA COSTA SANTOS

Categoria: DISCENTE

Tipo : COLABORADOR(A)

COLABORADOR(A)



PETRUCIO RENATO ALVES DE

SANTANA

Categoria: DISCENTE

Tipo : COLABORADOR(A)

COLABORADOR(A)

&lt;&lt; voltar

**VISUALIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA****PROJETO DE PESQUISA****Código:** PVM509-2018**Título:** Percepção e Atitude Ambiental no Amapá: um desafio ao Desenvolvimento Sustentável**Tipo do Projeto:** INTERNO (Projeto Novo)**Situação:** EM EXECUÇÃO**E-mail:** helenilzacunha@gmail.com**Centro:** DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - DMAD**Coordenador:** HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA**Edital:** RECADASTRAMENTO DE PROJETOS DE PESQUISA\_6**Cota:** COTA\_RECAD\_6 (01/04/2018 a 31/07/2018)**Palavra-Chave:** : Desenvolvimento sustentável, percepção ambiental, gestão ambiental.**ÁREA DE CONHECIMENTO, GRUPO E LINHA DE PESQUISA****Área de Conhecimento:** Ciências Ambientais**Grupo de Pesquisa:** Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento e Meio Ambiente**Linha de Pesquisa:** Desenvolvimento Sustentável**DESCRIÇÃO**

O Amapá é o estado mais preservado do Brasil e tem 72% do seu território protegido por unidades de conservação e terras indígenas. Entretanto, a percepção ambiental da população em relação a essas áreas protegidas e outros ecossistemas importantes é que eles dificultam o desenvolvimento econômico do Estado. Esta pesquisa utilizará o método hipotético-dedutivo e será guiada por três perguntas: (a) A faixa etária e a origem cultural das pessoas influenciam na sua percepção ambiental sobre a importância das áreas protegidas e de outros ecossistemas para o estado do Amapá? (b) O nível de escolaridade das pessoas é um requisito fundamental para a compreensão da importância e valor que os ecossistemas preservados representam para a população? e (c) A renda, gênero e nível de escolaridade das pessoas interferem na sua percepção ambiental quanto as atitudes antropocêntricas e biocêntricas para com o meio ambiente? Para a pergunta (a) a hipótese é que, as pessoas mais idosas e nascidas na região amazônica valorizam esses ecossistemas e conseguem identificar que o ecossistema pode fornecer benefícios principalmente à saúde; para a pergunta (b) a hipótese é que, as pessoas com maior escolaridade conhecem esses ambiente e avaliam sua importância para o Amapá e para a pergunta (c) a hipótese é que, as pessoas com maior renda percebem os ecossistemas do Amapá a partir de atitudes antropocêntricas e as do gênero feminino e maior nível de escolaridade apresentam atitudes biocêntricas. Vamos testar estas hipóteses através do seguinte desenho amostral: será realizada amostragem aleatória simples da população do Amapá. A pesquisa de campo será conduzida aos residentes seguindo o protocolo de coleta de dados com perguntas fechadas apresentando múltipla escolha de respostas. As hipóteses serão testadas usando os testes estatísticos. Os resultados desta pesquisa ajudarão a definir políticas públicas que levem a um aumento da percepção ambiental da população do Amapá.

**MEMBROS DA EQUIPE**

HELENILZA FERREIRA  
ALBUQUERQUE CUNHA  
Categoria: DOCENTE  
Tipo : COORDENADOR(A)  
**COORDENADOR(A)**  
Entre em contato

[<< voltar](#)

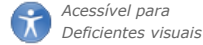
**VISUALIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA****PROJETO DE PESQUISA****Código:** PVM1310-2021**Título:** Análise hidrológica de povoamento de palmeiras (Arecaceae): uma abordagem morfológica de copa e textura de casca**Tipo do Projeto:** INTERNO (Projeto Novo)**Situação:** EM EXECUÇÃO**E-mail:** bramorski@gmail.com**Centro:** DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - DMAD**Coordenador:** JULIETA BRAMORSKI**Editais:** CADASTRO DE NOVOS PROJETOS DE PESQUISA JUNHO/2021**Cota:** PROVIC FLUXO CONTÍNUO\_JUNHO\_2021 (01/07/2021 a 30/06/2022)**Palavra-Chave:** Hidrologia florestal, escoamento pelo tronco, família Arecaceae**ÁREA DE CONHECIMENTO, GRUPO E LINHA DE PESQUISA****Área de Conhecimento:** Hidrologia Florestal**Grupo de Pesquisa:** Hidrologia de Ecossistemas Florestais - HIDROLEF Unifap**Linha de Pesquisa:** Hidrologia Florestal**DESCRIÇÃO**

O processo de geração de fluxo-tronco envolve interações complexas entre múltiplos fatores bióticos e abióticos. Entre os fatores que determinam a quantidade de água que escoar pelo tronco os atributos morfológicos das espécies de árvores desempenham um papel importante neste processo. A família botânica Arecaceae é considerada uma família média composta por cerca de 390 espécies no Brasil, sendo a maior parte nativa da Amazônia. Neste sentido o presente projeto tem por objetivo analisar a distribuição de água da chuva a partir do caule de palmeiras identificando as estruturas morfológicas que atuam mais intensamente na produção de volume de água direcionada ao solo florestal. Serão instalados coletores de escoamento pelo tronco (Et) em formato cônico, através da fixação de uma tubulação coletora (espuma expandida modelada) no entorno dos trocos de um povoamento de palmeiras, acoplada à uma magueira que conduz o volume escoado até um recipiente de armazenamento. Os volumes armazenados serão coletados e medidos após cada evento de precipitação. Serão medidas as espessuras das cascas e a capacidade de absorção de água pelas cascas, além de dados morfométricos e dendrológicos.

**MEMBROS DA EQUIPE**

JULIETA BRAMORSKI  
Categoria: DOCENTE  
Tipo : COORDENADOR(A)  
**COORDENADOR(A)**  
[Entre em contato](#)

[<< voltar](#)

**VISUALIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA****PROJETO DE PESQUISA****Código:** PVM1096-2019**Título:** Serviços ambientais em áreas de mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes) nas savanas do Amapá: armazenamento de carbono e produção de frutos**Tipo do Projeto:** INTERNO (Projeto Novo)**Situação:** EM EXECUÇÃO**E-mail:** jjulioleto@gmail.com**Centro:** DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - DMAD**Coordenador:** JOSE JULIO DE TOLEDO**Edital:** CADASTRO DE NOVOS PROJETOS DE PESQUISA JUNHO/2019**Cota:** PROVIC FLUXO CONTÍNUO\_JUNHO\_2019 (01/07/2019 a 30/06/2020)**Palavra-Chave:** Serviços ecossistêmicos, cerrado, biomassa, fenologia, regeneração, sementes, Amazônia**ÁREA DE CONHECIMENTO, GRUPO E LINHA DE PESQUISA****Área de Conhecimento:** Conservação de Áreas Silvestres**Grupo de Pesquisa:** Ecologia e Manejo da Biodiversidade Amazônica**Linha de Pesquisa:** Ecologia Vegetal e Interação Animal Planta**DESCRIÇÃO**

As savanas contribuem para a ciclagem e estocagem de carbono, principalmente do carbono estocado no solo. Cerca de 80% do carbono das savanas está alocado abaixo da superfície, na forma de raízes e matéria orgânica. No Amapá existem quase 1 milhão de hectares de savanas e pouco se conhece a respeito do estoque de carbono. Além disso, existem áreas dominadas por mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes), e pouca informação existe a respeito do potencial dessas áreas para produção de frutos e estocagem de carbono. O presente trabalho objetiva quantificar os estoques de carbono e estimar a população e a produção de frutos de mangabeiras nas savanas no estado do Amapá. Os dados serão coletados em áreas nos municípios de Macapá, Porto Grande, Ferreira Gomes e Tartarugalzinho, indicada por estudos prévios. Serão implantadas o protocolo do PPBio, em fisionomias com a presença de mangaba, onde será coletado a biomassa aérea e subterrânea. Além disso, será estimado o tamanho da população de mangabas, e será estudada a fenologia e produção de frutos.

**MEMBROS DA EQUIPE**

**TANIA PENA PIMENTEL**  
Categoria: EXTERNO  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**ZENAIDE PALHETA MIRANDA**  
Categoria: EXTERNO  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**GRACILIANO GALDINO ALVES DOS SANTOS**  
Categoria: EXTERNO  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**AURIANE OLIVEIRA DIAS**  
Categoria: EXTERNO  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**RICARDO ADAIME DA SILVA**  
Categoria: EXTERNO  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**ANTÔNIO FLEXA VIANA**  
Categoria: EXTERNO  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**PAULO RODRIGUES DE MELO NETO**  
Categoria: EXTERNO  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**AGNALDO MORAIS DA SILVA FILHO**  
Categoria: EXTERNO  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**NAYLA DOS SANTOS VILHENA**  
Categoria: EXTERNO  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**SALUSTIANO VILAR DA COSTA NETO**  
Categoria: EXTERNO  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR



**JACKSON CLEITON DE SOUSA**  
Categoria: DISCENTE  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**JOANDRO PANDILHA DOS SANTOS**  
Categoria: DISCENTE  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**SAULO MENESES SILVESTRE DE SOUSA**  
Categoria: DISCENTE  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**BLANCA MARISOL ALFARO CRUZ**  
Categoria: DISCENTE  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**JOSE JULIO DE TOLEDO**  
Categoria: DOCENTE  
Tipo : COORDENADOR(A)  
**COORDENADOR(A)**  
Entre em contato



**HERBERT DE OLIVEIRA BARBOSA DUARTE**  
Categoria: DISCENTE  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**BRUNO BORGES SANTOS**  
Categoria: DISCENTE  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**HANNA FLAVIA BEZERRA LIMA**  
Categoria: DISCENTE  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)

<< voltar

---

SIGAA | Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI-UNIFAP) - (096)3312-1733 | Copyright © 2006-2021 - UNIFAP - sig-instancia-04.unifap.br.srv4inst1 v3.14.302

**VISUALIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA****PROJETO DE PESQUISA****Código:** PVM1020-2020**Título:** Política Ambiental e as Epistemologias do Sul**Tipo do Projeto:** INTERNO (Projeto Novo)**Situação:** EM EXECUÇÃO**E-mail:** marco.chagas@uol.com.br**Centro:** DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - DMAD**Coordenador:** MARCO ANTONIO AUGUSTO CHAGAS**Editais:** CADASTRO DE NOVOS PROJETOS DE PESQUISA FEVEREIRO/2020**Cota:** PROVIC FLUXO CONTÍNUO\_FEVEREIRO\_2020 (01/03/2020 a 28/02/2021)**Palavra-Chave:** Política Ambiental. Epistemologias do Sul. Amazônia.**ÁREA DE CONHECIMENTO, GRUPO E LINHA DE PESQUISA****Área de Conhecimento:** Ciências Ambientais**Grupo de Pesquisa:** Observatório de Política Ambiental**Linha de Pesquisa:** Ecologia Política. Colonialismo da Natureza. Racismo Ambiental**DESCRIÇÃO**

Este Projeto de Pesquisa tem por objetivo produzir e visibilizar novos conhecimentos e saberes sobre política ambiental, assente nas nas epistemologias do Sul, categorizada pela produção de Boaventura de Sousa Santos. Pretende-se alcançar proposições renovadas e emancipatórias consubstanciadas em análises dos principais instrumentos da política ambiental, de modo a estimular debates e tomada de decisão em favor de maior ativismo socioambiental e do protagonismo dos movimentos sociais na Amazônia no enfrentamento do capitalismo e do colonialismo das commodities. Os resultados são: a) Oportunizar novas leituras sobre a Política Ambiental a partir das epistemologias do Sul; b) Revisitar os instrumentos da Política Ambiental; c) Propor mecanismos de controle e participação da sociedade na Política Ambiental para além da inserção "rasa"; d) Produzir e divulgar textos e; e) Estimular debates com diferentes segmentos da sociedade.

**MEMBROS DA EQUIPE**

**JANAÍNA FREITAS CALADO**  
 Categoria: EXTERNO  
 Tipo : COLABORADOR  
 COLABORADOR



**MARCO ANTONIO AUGUSTO CHAGAS**  
 Categoria: DOCENTE  
 Tipo : COORDENADOR(A)  
**COORDENADOR(A)**  
 Entre em contato



**MARCELO JOSE DE OLIVEIRA**  
 Categoria: DOCENTE  
 Tipo : COLABORADOR(A)  
 COLABORADOR(A)  
 Entre em contato

&lt;&lt; voltar

**VISUALIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA****PROJETO DE PESQUISA****Código:** PVM594-2018**Título:** Separação temporal de nicho entre frugívoros que se alimentam de árvores de importância madeireira na Floresta Nacional do Amapá**Tipo do Projeto:** INTERNO (Projeto Novo)**Situação:** EM EXECUÇÃO**E-mail:** renatohilario@gmail.com**Centro:** DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - DMAD**Coordenador:** RENATO RICHARD HILARIO**Editais:** RECADASTRAMENTO DE PROJETOS DE PESQUISA\_7**Cota:** COTA\_RECAD\_7 (01/05/2018 a 31/07/2018)**Palavra-Chave:** Frugivoria, Fenologia, Amazônia, Dispersão de sementes, Interação animal-plantas, Conservação da biodiversidade**ÁREA DE CONHECIMENTO, GRUPO E LINHA DE PESQUISA****Área de Conhecimento:** Ecologia Aplicada**Grupo de Pesquisa:** Ecologia da paisagem e interações animal-plantas**Linha de Pesquisa:** Interação animal-plantas**DESCRIÇÃO**

Um alto percentual das plantas de florestas tropicais depende dos animais para dispersar suas sementes, assim como um alto percentual de aves e mamíferos depende de frutos para sobreviver. A grande diversidade das florestas tropicais depende dos mecanismos de separação de nicho entre as diferentes espécies. Apesar de ser sabido que características dos frutos restringem quais espécies são capazes de consumi-los, a segregação temporal de nicho entre os frugívoros carece de investigação. A segregação temporal de nicho pode ocorrer quando algumas espécies são capazes de consumir frutos verdes enquanto outras não. Além disso, algumas espécies podem se alimentar dos frutos mais cedo durante o dia, antes que outras espécies o façam. A extirpação de populações de árvores pela exploração de madeira de impacto reduzido (EIR) pode reduzir a disponibilidade de frutos e sementes, levando a perda de diversidade de aves e mamíferos. A Floresta Nacional do Amapá (FLONA-AP) abriga grandes extensões de floresta tropical bem preservada e foi criada para viabilizar a EIR em seu interior. Entretanto, até o presente momento, não houve investigação profunda para avaliar as associações da fauna com espécies de importância madeireira antes da exploração destas. Tal investigação é vital para avaliar os impactos da EIR na biodiversidade. Portanto, a presente proposta tem como principais objetivos quantificar a diversidade e a segregação temporal de nicho em frugívoros que se alimentam em árvores de importância madeireira. Adicionalmente, a fenologia das árvores em diferentes ambientes da FLONA-AP será estudada durante três anos, investigando os fatores que determinam a variabilidade espacial e temporal na disponibilidade de frutos, flores e folhas jovens, de forma a prever diferenças espaciais e temporais no uso das espécies de importância madeireira por aves e mamíferos. Nosso estudo produzirá informação para avaliar os futuros impactos da EIR em um ambiente de floresta tropical intacta, fornecendo suporte para estratégias de manejo que visem reduzir a perda de biodiversidade no nordeste da Amazônia.

**MEMBROS DA EQUIPE**

RENATO RICHARD HILARIO  
 Categoria: DOCENTE  
 Tipo : COORDENADOR(A)  
**COORDENADOR(A)**  
 Entre em contato



JOSE JULIO DE TOLEDO  
 Categoria: DOCENTE  
 Tipo : COLABORADOR(A)  
 COLABORADOR(A)  
 Entre em contato



LANNA MAISSA LEMOS DANTAS DE ALMEIDA  
 Categoria: DISCENTE  
 Tipo : COLABORADOR(A)  
 COLABORADOR(A)

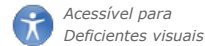


DEIVID DE SOUZA BORGES  
 Categoria: DISCENTE  
 Tipo : COLABORADOR(A)  
 COLABORADOR(A)



TONY ENRIQUE NORIEGA PINA  
 Categoria: DISCENTE  
 Tipo : ALUNO(A) BOLSISTA  
 ALUNO(A) BOLSISTA

&lt;&lt; voltar

**VISUALIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA****PROJETO DE PESQUISA****Código:** PVM595-2018**Título:** Estudos ecológicos na escala da paisagem no estado do Amapá**Tipo do Projeto:** INTERNO (Projeto Novo)**Situação:** EM EXECUÇÃO**E-mail:** renatohilario@gmail.com**Centro:** DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - DMAD**Coordenador:** RENATO RICHARD HILARIO**Editais:** CADASTRO DE NOVOS PROJETOS DE PESQUISA - ABRIL/2018**Cota:** PROVIC FLUXO CONTÍNUO - Abril/2018 (01/05/2018 a 30/04/2019)**Palavra-Chave:** Paisagem, Conservação, Savanas, Cerrado do Amapá**ÁREA DE CONHECIMENTO, GRUPO E LINHA DE PESQUISA****Área de Conhecimento:** Ecologia Aplicada**Grupo de Pesquisa:** Ecologia da paisagem e interações animal-planta**Linha de Pesquisa:** Ecologia da paisagem**DESCRIÇÃO**

O presente projeto se propõe a inventariar diversos grupos biológicos (e.g. mamíferos, aves, vegetação, etc.) na escala da paisagem, estudando como estes grupos interagem entre si e com métricas da paisagem, incluindo variáveis ambientais (i.e. clima, forma e tamanho das manchas de vegetação, conectividade, matriz, etc.) e antrópicas (i.e. densidade populacional, acesso à mancha de vegetação, atividades econômicas desempenhadas, etc.).

**MEMBROS DA EQUIPE**

**KAREN MUSTIN**  
Categoria: EXTERNO  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**WILLIAM DOUGLAS MUSTIN CARVALHO**  
Categoria: EXTERNO  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**ANTÔNIO CARLOS LOLA DA COSTA**  
Categoria: EXTERNO  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**GUSTAVO DO CARMO SILVEIRA**  
Categoria: DISCENTE  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**JOSE JULIO DE TOLEDO**  
Categoria: DOCENTE  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)  
Entre em contato



**TONY ENRIQUE NORIEGA PINA**  
Categoria: DISCENTE  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**BAYRON RAFAEL CALLE RENDON**  
Categoria: DISCENTE  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**SAULO MENESES SILVESTRE DE SOUSA**  
Categoria: DISCENTE  
Tipo : COLABORADOR(A)  
COLABORADOR(A)



**RENATO RICHARD HILARIO**  
Categoria: DOCENTE  
Tipo : COORDENADOR(A)  
**COORDENADOR(A)**  
Entre em contato

&lt;&lt; voltar



## **4.2. NDE e Colegiado**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**  
**PORTARIA Nº 0182/2021**

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO, no uso de suas atribuições regimentais e com as competências que lhe foram subdelegadas pela Ordem de Serviço nº 001/2016 - REITORIA/UNIFAP, tendo em vista o que consta no Memorando Eletrônico nº 10/2021-CCAMB , de 05 de Fevereiro de 2021.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Encerrar os trabalhos dos componentes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Ciências Ambientais (CCAMB) designados por meio da Portaria n. 0094/2019.

Art. 2º - Designar os servidores, conforme tabela abaixo, para a compor o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Ciências Ambientais (CCAMB). O Núcleo será presidido pelo primeiro membro.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua homologação.

ORD	SIAPE	SERVIDOR
1	2928913	ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA JUNIOR
2	1808313	CHARLES ACHCAR CHELALA
3	1453728	CLAUDIA MARIA DO SOCORRO CRUZ FERNANDES CHELALA
4	2103508	JOSE JULIO DE TOLEDO
5	3005121	JULIETA BRAMORSKI
6	1453788	HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA
7	3241607	MARCELO JOSE DE OLIVEIRA
8	1053756	MARCO ANTONIO AUGUSTO CHAGAS

**DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

*Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Fundação Universidade Federal do Amapá*

Homologado em 09/02/2021 por 2206630 - ELDA GOMES ARAUJO, com as atribuições conferidas pelo(a) Portaria nº 2129/2018-UNIFAP e pelo(a) Ordem de Serviço nº 001/2016-REITORIA/UNIFAP.

COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

NOME	FUNÇÃO
ALZIRA MARQUES OLIVEIRA	DOCENTE
ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA JUNIOR	DOCENTE
CHARLES ACHCAR CHELALA	DOCENTE
CLAUDIA MARIA DO SOCORRO CRUZ FERNANDES CHELALA	DOCENTE
DARREN NORRIS	DOCENTE
ELDO SILVA DOS SANTOS	DOCENTE
ELIZANDRA DE MATOS CARDOSO	DOCENTE
HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA	DOCENTE
HERONDINO DOS SANTOS FILHO	DOCENTE
JOSÉ JÚLIO DE TOLEDO	DOCENTE
JULIETA BRAMORSKI	DOCENTE
MARCELO JOSÉ DE OLIVEIRA	DOCENTE
MARCO ANTÔNIO AUGUSTO CHAGAS	DOCENTE
REGINA CELIS MARTINS FERREIRA	DOCENTE
RENATO RICHARD HILÁRIO	DOCENTE
SÁVIO LUÍS CARMONA DOS SANTOS	DOCENTE
ISAIAS TAVARES DA COSTAS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO
ROSEMARY DE CARVALHO ROCHA KOGA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO
ERIC JOEL FERREIRA DO AMARAL	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
LUANA BEATRIZ SANTOS COSTA	REPRESENTANTE DISCENTE
DANYELE DA SILVA LUZ	REPRESENTANTE DISCENTE
GABRIEL DO NASCIMENTO DA SILVA	REPRESENTANTE DISCENTE
DENILSON SANTOS DA SILVA PINHO	REPRESENTANTE DISCENTE

### **4.3. Iniciação Científica**

**CONSULTA DE BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA****CRITÉRIOS DE BUSCA DOS BOLSISTAS**

<input type="checkbox"/>	Aluno:	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/>	Orientador:	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/>	Modalidade da Bolsa:	-- SELECIONE UMA MODALIDADE --
<input type="checkbox"/>	Centro:	-- SELECIONE UM CENTRO ACADÊMICO --
<input checked="" type="checkbox"/>	Curso:	CIENCIAS AMBIENTAIS/DMAD - Macapá
<input type="checkbox"/>	Grupo de Pesquisa:	-- SELECIONE UM GRUPO DE PESQUISA --
		<input type="button" value="Buscar"/> <input type="button" value="Cancelar"/>

**ALUNOS ENCONTRADOS**

<b>Discente</b>	<b>Tipo de Bolsa</b>
<i>COTA IC 2021_2022</i>	
<b>ADSON AFONSO PIMENTEL</b>	<b>PROBIC 2021/2022 (IC)</b>
<i>Título: Saneamento Básico em seis municípios do estado do Amapá e a ocorrência de COVID-19</i> <i>Orientador: HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA</i> <i>Período: 10/09/2021</i>	
<b>ANA CLARA DOS SANTOS PANTOJA</b>	<b>PIBIC/CNPq 2021/2022 (IC)</b>
<i>Título: Padrões espaciais e temporais de perda de floresta na bacia do Rio Araguari, Amapá</i> <i>Orientador: DARREN NORRIS</i> <i>Período: 16/09/2021</i>	
<b>GABRIEL DO NASCIMENTO DA SILVA</b>	<b>PROBIC 2021/2022 (IC)</b>
<i>Título: Análise da distribuição de água da chuva a partir do caule de palmeiras: influência da morfologia de caule e casca</i> <i>Orientador: JULIETA BRAMORSKI</i> <i>Período: 02/09/2021</i>	
<b>JESSICA THAYNARA DE SOUSA GOMES</b>	<b>PROBIC 2021/2022 (IC)</b>
<i>Título: O agronegócio promove desenvolvimento?</i> <i>Orientador: RENATO RICHARD HILARIO</i> <i>Período: 02/09/2021</i>	
<b>SUZANE SARA JESUS SILVA</b>	<b>PROBIC 2021/2022 (IC)</b>
<i>Título: Riqueza e padrão de distribuição espaço-sazonal de microalgas perifíticas na região do baixo rio Macacoari, Itauba, Amapá</i> <i>Orientador: ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA JUNIOR</i> <i>Período: 10/09/2021</i>	
<b>TIAGO RODRIGUES PANTOJA</b>	<b>PROBIC-AF 2021/2022 (IC)</b>
<i>Título: Princípios ativos e ação farmacológica de plantas medicinais usadas tradicionalmente no tratamento de doenças respiratórias no Estado do Amapá, Amazônia Oriental, Brasil</i> <i>Orientador: ALZIRA MARQUES OLIVEIRA</i> <i>Período: 01/09/2021</i> <i>COTA IC 2020_2021</i>	
<b>ADSON AFONSO PIMENTEL</b>	<b>PIBIC/CNPq 2020/2021 (IC)</b>
<i>Título: O Saneamento Básico em municípios do estado do Amapá e o cenário da COVID-19</i> <i>Orientador: HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA</i> <i>Período: 27/08/2021 a 31/08/2021</i>	
<b>ADSON AFONSO PIMENTEL</b>	<b>PIBIC/CNPq 2020/2021 (IC)</b>
<i>Título: O Saneamento Básico em municípios do estado do Amapá e o cenário da COVID-19</i> <i>Orientador: HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA</i> <i>Período: 11/09/2020 a 27/08/2021</i>	
<b>ANA CLARA DOS SANTOS PANTOJA</b>	<b>PIBIC/CNPq 2020/2021 (IC)</b>
<i>Título: Distribuição espacial de tracaçás ao longo rios Amazônicos no estado do Amapá.</i> <i>Orientador: DARREN NORRIS</i> <i>Período: 27/08/2021 a 31/08/2021</i>	
<b>ANA CLARA DOS SANTOS PANTOJA</b>	<b>PIBIC/CNPq 2020/2021 (IC)</b>
<i>Título: Distribuição espacial de tracaçás ao longo rios Amazônicos no estado do Amapá.</i> <i>Orientador: DARREN NORRIS</i> <i>Período: 14/09/2020 a 27/08/2021</i>	
<b>GABRIEL DO NASCIMENTO DA SILVA</b>	<b>PROBIC 2020/2021 (IC)</b>
<i>Título: ESTUDO DOS COMPONENTES HIDROLOGICOS EM ÁREA DE CERRADO</i> <i>Orientador: JULIETA BRAMORSKI</i> <i>Período: 27/08/2021 a 31/08/2021</i>	
<b>GABRIEL DO NASCIMENTO DA SILVA</b>	<b>PROBIC 2020/2021 (IC)</b>

**38 bolsistas encontrados**

<b>Discente</b>	<b>Tipo de Bolsa</b>
<p><i>Título:</i> ESTUDO DOS COMPONENTES HIDROLOGICOS EM ÁREA DE CERRADO</p> <p><i>Orientador:</i> JULIETA BRAMORSKI</p> <p><i>Período:</i> 16/09/2020 a 27/08/2021</p>	
<b>SUZANE SARA JESUS SILVA</b>	<b>PROBIC 2020/2021 (IC)</b>
<p><i>Título:</i> Composição e dinâmica espaço-temporal de microalgas perífíticas do baixo rio Macacoari, Itauba, Amapá</p> <p><i>Orientador:</i> ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA JUNIOR</p> <p><i>Período:</i> 27/08/2021 a 31/08/2021</p>	
<b>SUZANE SARA JESUS SILVA</b>	<b>PROBIC 2020/2021 (IC)</b>
<p><i>Título:</i> Composição e dinâmica espaço-temporal de microalgas perífíticas do baixo rio Macacoari, Itauba, Amapá</p> <p><i>Orientador:</i> ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA JUNIOR</p> <p><i>Período:</i> 11/09/2020 a 27/08/2021</p>	
<b>TAIS SILVA SOUSA</b>	<b>PIBIC/CNPq 2020/2021 (IC)</b>
<p><i>Título:</i> Pulso Hidrológico e Sistema de Drenagem do Alto, Médio e Baixo Cursos da Bacia Amazônica</p> <p><i>Orientador:</i> ALAN CAVALCANTI DA CUNHA</p> <p><i>Período:</i> 11/09/2020 a 31/07/2021</p>	
<b>TIAGO MIRANDA MARQUES</b>	<b>PROBIC 2020/2021 (IC)</b>
<p><i>Título:</i> Preditores ambientais da densidade de <i>Alouatta belzebul</i> em uma paisagem de savana no Amapá</p> <p><i>Orientador:</i> RENATO RICHARD HILARIO</p> <p><i>Período:</i> 27/08/2021 a 31/08/2021</p>	
<b>TIAGO MIRANDA MARQUES</b>	<b>PROBIC 2020/2021 (IC)</b>
<p><i>Título:</i> Preditores ambientais da densidade de <i>Alouatta belzebul</i> em uma paisagem de savana no Amapá</p> <p><i>Orientador:</i> RENATO RICHARD HILARIO</p> <p><i>Período:</i> 17/09/2020 a 27/08/2021</p> <p><i>COTA IC 2019/2020</i></p>	
<b>ANA CLARA DOS SANTOS PANTOJA</b>	<b>PROBIC 2019/2020 (IC)</b>
<p><i>Título:</i> Padrões de ocupação em trajaás ao longo rios Amazônicas no estado do Amapá.</p> <p><i>Orientador:</i> DARREN NORRIS</p> <p><i>Período:</i> 14/09/2020 a 31/08/2020</p>	
<b>ANA CLARA DOS SANTOS PANTOJA</b>	<b>PROBIC 2019/2020 (IC)</b>
<p><i>Título:</i> Padrões de ocupação em trajaás ao longo rios Amazônicas no estado do Amapá.</p> <p><i>Orientador:</i> DARREN NORRIS</p> <p><i>Período:</i> 01/08/2019 a 14/09/2020</p>	
<b>CLEZIO JUNIOR TEIXEIRA VIEGAS</b>	<b>PIBIC/CNPq 2019/2020 (IC)</b>
<p><i>Título:</i> O sistema de esgotamento sanitário de Macapá e Santana: impactos sociambientais e desafios do setor de saneamento</p> <p><i>Orientador:</i> HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA</p> <p><i>Período:</i> 01/08/2019 a 01/03/2020</p>	
<b>GABRIEL DO NASCIMENTO DA SILVA</b>	<b>PROBIC 2019/2020 (IC)</b>
<p><i>Título:</i> COMPORTAMENTO HIDROLÓGICO DE ESPÉCIES FLORESTAIS DE ÁREA DE TRANSIÇÃO CERRADO-FLORESTA</p> <p><i>Orientador:</i> JULIETA BRAMORSKI</p> <p><i>Período:</i> 16/09/2020 a 31/08/2020</p>	
<b>GABRIEL DO NASCIMENTO DA SILVA</b>	<b>PROBIC 2019/2020 (IC)</b>
<p><i>Título:</i> COMPORTAMENTO HIDROLÓGICO DE ESPÉCIES FLORESTAIS DE ÁREA DE TRANSIÇÃO CERRADO-FLORESTA</p> <p><i>Orientador:</i> JULIETA BRAMORSKI</p> <p><i>Período:</i> 02/08/2019 a 16/09/2020</p>	
<b>LARISSA DA SILVA FERNANDES</b>	<b>PIBIC/CNPq 2019/2020 (IC)</b>
<p><i>Título:</i> Avaliação das mudanças da paisagem após a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia Oriental</p> <p><i>Orientador:</i> FERNANDA MICHALSKI</p> <p><i>Período:</i> 02/08/2019 a 31/10/2020</p>	
<b>MARCUS VINÍCIUS BRITO PEREIRA</b>	<b>PIBIC/CNPq 2019/2020 (IC)</b>
<p><i>Título:</i> O sistema de esgotamento sanitário de Macapá e Santana: impactos sociambientais e desafios do setor de saneamento</p> <p><i>Orientador:</i> HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA</p> <p><i>Período:</i> 01/03/2020</p>	
<b>RAFAELA DAIANA SARMENTO SERRA BARBOSA</b>	<b>PROBIC 2019/2020 (IC)</b>
<p><i>Título:</i> Identificação e contagem de cianobactérias (Cyanophyta) de ecossistema aquático do médio rio Araguari, Amazônia Oriental</p> <p><i>Orientador:</i> ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA JUNIOR</p> <p><i>Período:</i> 09/08/2019 a 31/10/2020</p>	
<b>TAIS SILVA SOUSA</b>	<b>PIBIC/CNPq 2019/2020 (IC)</b>
<p><i>Título:</i> DRENAGEM URBANA E GESTÃO DAS ÁGUAS PLUVIAS: ANÁLISE DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM MACAPÁ E SANTANA -AP</p> <p><i>Orientador:</i> ALAN CAVALCANTI DA CUNHA</p> <p><i>Período:</i> 06/08/2019 a 31/10/2020</p> <p><i>COTA PROVINC FLUXO CONTÍNUO_NOVEMBRO_2018</i></p>	
<b>ANAXY BRENO DOS SANTOS FERREIRA</b>	<b>TEDPLAN (IC)</b>
<p><i>Título:</i> Aplicação das tecnologias de geoprocessamento para elaboração da minuta dos planos municipais de saneamento básico dos Municípios de Amapá/AP, Cutias/AP e Itauba/AP</p> <p><i>Orientador:</i> SAVIO LUIS CARMONA DOS SANTOS</p>	

38 bolsistas encontrados

<b>Discente</b> <i>Período:</i> 20/12/2018 a 30/11/2019	<b>Tipo de Bolsa</b>
<b>ELAINE CRISTINA MACIEL DA PENHA</b> <i>Título:</i> Suporte ao Laboratório de Química, Saneamento e Modelagem de Sistemas Ambientais para execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB): <i>Orientador:</i> ALAN CAVALCANTI DA CUNHA <i>Período:</i> 20/12/2018 a 30/11/2019	<b>TEDPLAN (IC)</b>
<b>ELILIANE DE JESUS BRITO</b> <i>Título:</i> Mobilização socioambiental para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Cutias/AP. <i>Orientador:</i> ARIALDO MARTINS DA SILVEIRA JUNIOR <i>Período:</i> 20/12/2018 a 30/11/2019	<b>TEDPLAN (IC)</b>
<b>ELIZANDRA PEREZ ARAUJO</b> <i>Título:</i> Elaboração de Indicadores de Sustentabilidade e Saneamento Básico. <i>Orientador:</i> HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA <i>Período:</i> 20/12/2018 a 30/11/2019	<b>TEDPLAN (IC)</b>
<b>JESSICA OLIVEIRA DOS SANTOS</b> <i>Título:</i> Suporte ao Laboratório de Química, Saneamento e Modelagem de Sistemas Ambientais para execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) <i>Orientador:</i> ALAN CAVALCANTI DA CUNHA <i>Período:</i> 20/12/2018 a 30/11/2019	<b>TEDPLAN (IC)</b>
<b>RENATA MAYELLE SOUSA FIGUEIRA</b> <i>Título:</i> Gestão dos resíduos sólidos gerados pela população dos municípios de Amapá, Cutias do Araguari, Itaupal, Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari. <i>Orientador:</i> PAMELA NUNES SA <i>Período:</i> 20/12/2018 a 30/11/2019 <i>Cota IC 2018/2019</i>	<b>TEDPLAN (IC)</b>
<b>CLEZIO JUNIOR TEIXEIRA VIEGAS</b> <i>Título:</i> O sistema de esgotamento sanitário de Macapá: impactos sociambientais e desafios do setor de saneamento <i>Orientador:</i> HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA <i>Período:</i> 05/08/2018 a 31/07/2019	<b>PIBIC/CNPq - 2018/2019 (IC)</b>
<b>LANNA MAISSA LEMOS DANTAS DE ALMEIDA</b> <i>Título:</i> Os valores das savanas do Amapá e perspectivas de seus ocupantes com relação às transformações decorridas da expansão do agronegócio <i>Orientador:</i> RENATO RICHARD HILARIO <i>Período:</i> 07/08/2018 a 31/01/2019	<b>PROBIC/UNIFAP - 2018/2019 (IC)</b>
<b>TAIS SILVA SOUSA</b> <i>Título:</i> DRENAGEM URBANA E GESTÃO DAS ÁGUAS PLUVIAS: ANÁLISE DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM MACAPÁ-AP <i>Orientador:</i> ALAN CAVALCANTI DA CUNHA <i>Período:</i> 05/08/2018 a 12/08/2019	<b>PIBIC/CNPq - 2018/2019 (IC)</b>
<b>TATIELE FERREIRA CAMARAO</b> <i>Título:</i> AVALIAÇÃO DE PROCESSOS HIDROLÓGICOS EM UM FRAGMENTO FLORESTAL DE ÁREA DE TRANSIÇÃO CERRADO-FLORESTA: INTERCEPTAÇÃO, ESCOAMENTO PELO TRONCO, INFILTRAÇÃO E ESCOAMENTO SUPERFICIAL <i>Orientador:</i> JULIETA BRAMORSKI <i>Período:</i> 06/08/2018 a 31/07/2019	<b>PROBIC/UNIFAP - 2018/2019 (IC)</b>
<b>TIAGO MIRANDA MARQUES</b> <i>Título:</i> Os valores das savanas do Amapá e perspectivas de seus ocupantes com relação às transformações decorridas da expansão do agronegócio <i>Orientador:</i> RENATO RICHARD HILARIO <i>Período:</i> 01/03/2019 a 31/07/2019 <i>Cota COTA_RECAD_3</i>	<b>PROBIC/UNIFAP - 2018/2019 (IC)</b>
<b>LANNA MAISSA LEMOS DANTAS DE ALMEIDA</b> <i>Título:</i> Separação temporal de nicho entre frugívoros que se alimentam de árvores de importância madeireira na Floresta Nacional do Amapá <i>Orientador:</i> RENATO RICHARD HILARIO <i>Período:</i> 01/02/2018 a 31/07/2018	<b>PIBIC (IC)</b>

38 bolsistas encontrados

[<< voltar ao menu principal](#)



## **5 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO**

### **5.1. Nome do curso**

Bacharelado em Ciências Ambientais

### **5.2. Nome da mantida**

Fundação Universidade Federal do Amapá

### **5.3. Endereço de funcionamento do curso**

Campus Marco Zero - Rod. Juscelino Kubitschek, km 02 - Jardim Marco Zero, Macapá  
- AP, 68903-419

### **5.4. Turno de funcionamento do curso**

O curso de Ciências Ambientais é ofertado no turno vespertino

### **5.5. Carga horária total do curso**

Carga Horária em Hora/Aula: 3000 horas/aula

Carga Horária em Hora/Relógio: 2500 horas/relógio

### **5.6. Tempo mínimo e máximo para integralização**

O curso de Bacharelado em Ciências Ambientais tem duração mínima de quatro anos (8 semestres) para a integralização de seu currículo. A perda de vínculo nos cursos de graduação da UNIFAP, de acordo com o artigo I da resolução 025/2017-CONSU/UNIFAP, ocorrerá quando o aluno interromper seus estudos por quatro semestres consecutivos ou cinco semestres intercalados.

### **5.7. Identificação do coordenador do curso**

Prof. Dr. Arialdo Martins da Silveira Júnior

### **5.8. Perfil do coordenador do curso (Formação acadêmica; Titulação; Tempo de exercício na IES)**

Possui graduação em Ciências Biológicas (Licenciatura), Mestrado em Ciências da Saúde e Doutorado em Biodiversidade Tropical. É professor Adjunto, nível II, da Universidade Federal do Amapá, Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Curso de Ciências Ambientais. Atua com disciplinas na área de Biologia Vegetal, Ecologia Vegetal e Educação Ambiental. Possui 9 anos de experiência com docência no magistério superior.

### **5.9. Composição, titulação, regime de trabalho dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante –NDE**

De acordo com a Portaria 0182/2021, o NDE do curso de Ciências Ambientais e composto pelos seguintes docentes (Quadro 3):

Quadro 3: Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharelado em Ciências Ambientais

<b>Titulação</b>	<b>Nome</b>	<b>Regime Trabalho</b>
Doutor	Arialdo Martins da Silveira Junior	Dedicação Exclusiva
Mestre	Charles Achcar Chelala	20 horas
Doutor	José Júlio de Toledo	Dedicação Exclusiva
Doutora	Claudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala	Dedicação Exclusiva
Doutora	Julieta Bramorski	Dedicação Exclusiva
Doutora	Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha	Dedicação Exclusiva
Doutor	Marcelo Jose de Oliveira	Dedicação Exclusiva
Doutor	Marco Antônio Augusto Chagas	Dedicação Exclusiva

### **5.10. Quantidade de alunos atualmente matriculados no curso. Quantidade de alunos que já tenham concluído o curso identificando as respectivas turmas.**

Abaixo seguem os quadros 4 e 5 com dados referentes ao número de alunos com matrícula ativa no curso de Ciências Ambientais, bem como o número de concluintes por turma, respectivamente.

Quadro 4: Número de matrículas ativas por turma

<b>Ordem</b>	<b>Turma</b>	<b>Nº de alunos com matrícula ativa</b>
1	2009	3
2	2010	2
3	2011	3
4	2012	9
5	2013	15
6	2014	13
7	2015	21
8	2016	22
10	2017	24
11	2018	39
12	2019	35
13	2020	30
14	2021	34
<b>Total</b>		<b>250</b>

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) / DERCA - Departamento de Registro e Controle Acadêmico

Quadro 5: Número de alunos egressos por turma

<b>Ordem</b>	<b>Turma</b>	<b>Nº de alunos com matrícula ativa</b>
1	2009	23
2	2010	34
3	2011	34
4	2012	15
5	2013	8
6	2014	12
7	2015	5
8	2016	7
10	2017	1
11	2018	-
12	2019	-
13	2020	-
14	2021	-
<b>Total</b>		<b>139</b>

Fonte: Levantamento Interno da Coordenação; Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) / DERCA - Departamento de Registro e Controle Acadêmico